

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Santiane Arias Ribeiro

O perfil de classe média do movimento
altermundialista: o caso da ATTAC

Campinas

Março de 2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA

BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387

Ribeiro, Santiane Arias

**R354s O perfil de classe média do movimento
altermundialista: o caso da ATTAC / Santiane Arias Ribeiro. - -
Campinas, SP : [s. n.], 2011.**

**Orientador: Armando Boito Junior.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Movimento anti-globalização. 2. Neoliberalismo.
3. Movimentos sociais. 4. Classes médias. I. Boito Junior,
Armando. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

**Título em inglês: The middle-class profile of alterglobalist movement from the
ATTAC case**

**Palavras chaves em inglês (keywords) : Anti-globalization movement
Neoliberalism
Social movement
Middle class**

Área de Concentração: Ciência Política

Titulação: Doutor em Ciência Política

**Banca examinadora: Armando Boito Junior, Andréia Galvão,
Maria da Glória Gohn, Javier Amadeo,
Paula Marcelino**

Data da defesa: 31-03-2011

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política

SANTIANE ARIAS RIBEIRO

**O PERFIL DA CLASSE MÉDIA DO MOVIMENTO
ALTERMUNDIALISTA: O CASO ATTAC.**

Tese apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do grau DOUTOR em Ciência Política sob orientação da Prof. Dr. Armando Boito Junior.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 31/03/2011.

Comissão Julgadora:

Titulares:

Prof. Dr. Armando Boito Junior (IFCH/UNICAMP) - (Presidente)

Profª. Dra. Maria da Glória Marcondes Gohn (FE/UNICAMP)

Profª. Dra. Andréia Galvão (IFCH/UNICAMP)

Profª. Dra. Paula Regina Pereira Marcelino (USP)

Prof. Dr. Javier Amadeo (UNIFESP)

Suplentes:

Prof. Dr. Henrique José Domiciano Amorim (UNIFESP)

Prof. Dr. Elaine Regina Aguiar Amorim (UNICAMP)

Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto (IFCH/UNICAMP)

Campinas
MARÇO DE 2011

Santiane Arias Ribeiro

**O perfil de classe média do movimento
altermundialista: o caso da ATTAC**

Tese de Doutorado em Ciência Política
apresentada ao Departamento de Ciência Política
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas.

Orientador: Prof. Dr. Armando Boito Junior.

Campinas, março de 2011

Ao Rodrigo

AGRADECIMENTOS

Eu li certa vez que escrever um livro é um processo cansativo que se parece com uma batalha contra uma doença longa e dolorosa, e que ninguém embarcaria em tal jornada se não fosse impulsionado por algum demônio o qual não pôde resistir. De pronto pensei na tese. Esse processo longo e desgastante não seria possível sem o apoio e a parceria de outras pessoas. Eu contei com muitas.

Esta pesquisa é o resultado de um trabalho coletivo e penso que não poderia ser diferente. De modo que registro aqui a minha gratidão:

À CAPES, cujo apoio possibilitou minha dedicação integral ao doutorado. Sou grata ainda pelo financiamento do meu estágio no exterior, oportunidade única que muito contribuiu para a minha formação e para os resultados que apresento neste texto.

Ao meu orientador, Armando Boito Junior, pelo constante diálogo crítico, pelo interesse no meu trabalho e pela confiança em mim depositada ao longo destes anos.

Ao professor Michel Vakaloulis, que me acolheu na Universidade Paris 8, e gentilmente cedeu inúmeras entrevistas realizadas com militantes e lideranças dos movimentos social e sindical na França.

Aos membros da banca da minha qualificação, Andréia Galvão e Paula Marcelino, pela leitura criteriosa e pelas questões que orientaram a continuidade deste trabalho.

Aos professores Andréia Galvão, Javier Amadeo, Maria da Glória Gohn e Paula Marcelino, por aceitarem a participar da avaliação desta tese.

À Aurelie Trouvé, Frederic Vielle, Michel Vakaloulis, Michel Husson, René Mouriaux, Thomas Coutrot, Antonio Martins e Diego Azzi, membros da ATTAC França e Brasil, pela disposição em colaborar com a pesquisa.

À Priscila Gartier, secretária da pós-graduação em Ciência Política, pela eficiência, paciência e solicitude.

Definitivamente este trabalho não pode ser pensado sem a contribuição de dois grupos de pesquisa. Assim, agradeço ao grupo Neoliberalismo e Relações de Classes no Brasil, vinculado ao CEMARX, pelo debate franco, pela leitura dos textos, pelas sugestões e incentivo. Sou grata a todos sem exceção, mas faço menção à Ana Elisa Corrêa, com quem partilhei o desafio de estudar *altermundialismo* e classe. Ao grupo Teoria das Classes Sociais, também do CEMARX, pelos mesmos motivos expostos acima, pela importância que teve no amadurecimento de algumas questões e, especialmente, pela amizade e a parceria de Adriano Nascimento, Andriei Gutierrez, Carolina Alves, Danilo Martuscelli, Elaine Amorim, Francine Hirata, Henrique Amorim, Jair Batista, Leandro Galastri e Paula Marcelino.

Agradeço especialmente a minha amiga Laine, pela parceria no trabalho, pelo companheirismo e cumplicidade. Eu nunca vou esquecer a força que você me deu.

Aos amigos de toda uma vida, Káris e Edy, e às novas amigadas que fiz na *Maison du Brésil*.

À quadra flamenca, que nesse momento de profunda imersão na escrita lembrou-me que também sou um corpo (que dança!).

À minha família, pelo apoio, compreensão e torcida.

Ao meu marido, Rodrigo. Os motivos pelos quais lhe sou grata não cabem numa página e creio mesmo não haver palavras que lhe façam justiça. Mesmo assim eu insisto: muito obrigada!!

*“Nous savons très bien que le capitalisme est la terre de
l’iniquité et que nous ne sortirons de l’iniquité qu’en sortant
du capitalisme”*

Jean Jaurès

RESUMO

Ao longo da segunda metade dos anos 1990 surgiram em diversos países sedes dos encontros das organizações multilaterais, tais como a OMC, o FMI e o Banco Mundial, manifestações de oposição às políticas neoliberais, resultando no início de um novo movimento autodenominado *altermundialista*. Das marchas de protestos cada vez mais constantes nasceu o projeto do Fórum Social Mundial (2001). Considerado por seus entusiastas como o novo protagonista da esquerda do século XXI, esse movimento, não obstante proclame a necessidade de construção de um outro mundo, alega diferenciar-se na sua forma de ação, organização e projeto de transformação da chamada esquerda tradicional. É nesse sentido que o *altermundialismo* é apresentado por parte da literatura como um movimento plural e não hierárquico no qual encontrar-se-iam reunidos diferentes grupos sociais em nome de questões amplas e universais que transcenderiam os limites colocados pelos interesses de uma classe. A prova disso estaria sobretudo na diversidade de suas demandas que incluiriam, além de justiça social, a igualdade de gênero, a liberdade de orientação sexual, a preservação ambiental e a paz mundial. Ocorre que enquetes recentes sobre o perfil de seus militantes atestam reiteradamente a superepresentação de determinados setores das classes médias. Esta tese propõe-se a analisar o problema da transformação social trazido à tona pelo *altermundialismo*. Tendo por objeto de estudo a ATTAC (Associação pela Tributação das Transações Financeiras para o Apoio aos Cidadãos), uma das entidades mais atuantes do movimento, buscamos responder algumas questões que podem ser agrupadas em dois eixos intimamente relacionados: o primeiro, refere-se ao programa político da associação; à sua forma de organização e composição social; bem como às possíveis relações entre esses três elementos; o segundo refere-se à natureza desse outro mundo proposto e aos avanços e limites dessa proposição frente às mudanças advindas com o neoliberalismo.

Palavras-chave: altermundialismo, neoliberalismo, movimentos sociais, classes médias.

ABSTRACT

Over the second half of the 1990s emerged in several countries Headquarters meetings of multilateral organizations such as the WTO, the IMF and the World Bank, expressions of opposition to neoliberal policies, resulting in the initiation of a new movement self-appointed alterglobalization. Demonstration protests increasingly constant gave rise to the project of the World Social Forum (2001). Considered by their enthusiasts as the protagonist of the new 21st century left, this movement, despite proclaiming the need to build another world, argues differentiate themselves in the form of action, project organization and transformation of traditional left. In this sense the alterglobalism is presented by part of the literature as a plural and non-hierarchic movement, in which it could be congregate different social groups on behalf of broad and universal issues that would transcend the limits placed by the interests of a class. Proof of this would be especially in diversity of their demands that would include, in addition to social justice, gender equality, freedom of sexual orientation, environmental preservation and world peace. Nevertheless, recent polls about the profile of the alterglobalists militants continually attest an over-representation of certain middle-class sectors. This thesis aims to analyze the problem of social transformation brought to light by altermundialism movement. Taking as object of study the ATTAC (Association for the Taxation of Financial Transactions and Aid to Citizens), one of the most actuating entities in the movement, we seek to answer some questions which could be grouped in two axes, both closely related. The first one, centered at ATTAC, makes reference to their: political program; way of organization; social composition; and to the possible relationship between these three elements. The second one makes reference: to the nature of that other world proposed by the movement; the advances and limits of this proposition in face of the changes arising from neoliberalism.

Key-words: Alterglobalism; neoliberalism; social movement; middle-class

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABONG Associação Brasileira de ONGs

AC! Agir Juntos Contra o Desemprego!

AEP Assembléia Européia de Preparação

AG Assembléia Geral

AGP Ação Global dos Povos

AITEC Associação Internacional de Técnicos, Experts e Pesquisadores

ALAI Agência Latinoamericana de Informação

ALENA Acordo de Livre Comércio Norte-Americano

AMI Acordo Multilateral Internacional

APEIS Associação pelo o Emprego, a Informação e a Solidariedade

ATTAC Associação pela Tributação das Transações Financeiras para o Auxílio dos

BM Banco Mundial

CA Conselho de Administração

CADAC Coordenação das Associações pelo direito ao aborto e a contraceção

CAIF Conselho de Associações de Imigrantes na França

CEDETIM Centro de Estudos e Iniciativas de Solidariedade Internacional

CES Confederação Européia de Sindicatos

CESEDA Código de Entrada e Estadia dos Estrangeiros e do Direito a Asilo

CF Colégio de Fundadores

CFDT Confederação Francesa Democrática do Trabalho

CGT Confederação Geral do Trabalho

CI Comitê Internacional

CIVES Associação de empresários pela cidadania.

CL Comitê Local

CLACSO Conselho Latino Americano de Ciências Sociais

CMI Centro de Mídia Independente

CNCL Conferência Nacional dos Comitês Locais

CNRS Centro Nacional de Pesquisa Científica

CRID Centro de Pesquisa e Informação sobre o desenvolvimento

CS Conselho Científico

CTA Central dos Trabalhadores Argentinos

DAL Direito à Moradia Desempregados e Trabalhadores Precários

DGB Confederação de Sindicatos da Alemanha

ESCOOP Economias Solidárias e Cooperativas

EZLN Exército Zapatista de Libertação Nacional

EUA Estados Unidos da América

FFMJC Federação Francesa das Casas dos Jovens da Cultura

FGTE-CFDT Federação Geral de Transportes e Equipamentos - CFDT

FMA Fórum Mundial de Alternativas

FMI Fundo Monetário Internacional

FSE Fórum Social Europeu

FSM Fórum Social Mundial

FSU Federação Sindical Unitária

G-8 Grupo dos sete países mais ricos e a Rússia

IBASE Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IFI Instituição Financeira Internacional

IUFM Institutos Universitários de Formação dos Mestres

MEDEF Movimento das Empresas da França

MNCP Movimento Nacional de Desempregados e Precários

MODEF Movimento de defesa das explorações familiares

MRAP Movimento contra o Racismo e pela Amizade entre os Povos

MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

NAFTA Tratado de Livre Comércio da América do Norte

OMC Organização Mundial do Comércio

ONG Organização Não-Governamental

OGM Organismo Geneticamente Modificado

PCF Partido Comunista Francês

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PT Partido dos Trabalhadores

PTT Corrêios, Telegramas e Telecomunicações

RDA República Democrática Alemã.

SNES Sindicato Nacional do Professores do Ensino Secundário

SNESup Sindicato Nacional dos Professores do Ensino Superior

SNPTAS Sindicato Nacional dos Técnicos do Administrativo e de Serviços do Equipamento e do meio-ambiente do Ministério da Ecologia e do desenvolvimento durável, dos transportes e da Habitação

SNUI Sindicato Nacional dos Impostos

SNUIPP Sindicato Nacional Unificado dos Diretores e Professores das Escolas

SUD Solidários, Unitários, Democráticos

SWP Partido Socialista dos Trabalhadores

TCE Tratado por uma Constituição Européia

UE União Européia

UFAL União das Famílias Laicas

UGICT-CGT União Geral dos Engenheiros, quadros e técnicos – CGT

UNAM Universidade Nacional do México

UNEF União Nacional dos Estudantes da França

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1: Fetê de L'Humanité 09/2008.....	51
Figura 2: Manifestantes antermundialistas.....	53
Figura 3: Marcha de abertura do FSM.....	57
Figura 4: Logotipo da ATTAC	73
Figura 5: Greve geral de 2009.....	136
Figura 6: Greve dos professores e pesquisadores em 2009.....	137
Figura 7: Greve geral de 2009.....	138
Figura 8: Manifestantes da ATTAC durante a greve geral de 2009	140

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO.....</u>	<u>1</u>
Sobre o nosso objeto e nosso objetivo.....	1
Como e por onde começar	8
<u>ALTERMUNDIALISMO E LUTA DE CLASSES A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAPITALISMO NEOLIBERAL</u>	<u>13</u>
CAPÍTULO 1: NEOLIBERALISMO, CLASSES E MOVIMENTOS SOCIAIS	15
1.1. O capitalismo neoliberal	15
1.2. Movimentos e classes sociais	26
1.3. As classes médias	40
CAPÍTULO 2: O ALTERMUNDIALISMO EM CENA.....	51
2.1. O movimento como o (re)nascimento da luta global.....	51
<u>O CASO ATTAC TRAJETÓRIA, IDEOLOGIA E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS CLASSES MÉDIAS NA FRANÇA</u>	<u>71</u>
CAPÍTULO 1: SOBRE O SURGIMENTO E A ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO.....	73
1.1. O chamado do Monde Diplomatique e a divulgação da taxa Tobin.....	73
1.2. Os membros associados através do estatuto e da plataforma ATTAC.....	76
1.3. A organização como questão política	91
CAPÍTULO 2: SOBRE A NATUREZA DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL PROPOSTA	105
2.1. O processo de construção da pauta na ATTAC.....	105
2.2. A financeirização da economia como questão primordial e a trajetória das classes médias francesas.	116
2.3. E, no entanto, ela se move.....	140
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</u>	<u>149</u>
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	<u>155</u>

Textos e documentos da ATTAC.....	155
Entrevistas.....	157
Livros e artigos.....	158
Sites Consultados:	179
<u>ANEXOS</u>	<u>181</u>
ANEXO 1: FILMES SOBRE AS MANIFESTAÇÕES ATERMUNDIALISTAS.....	183
ANEXO 2: ESTATUTO DA ATTAC.....	185
ANEXO 3: PLATAFORMA DA ATTAC	193
ANEXO 4: CARTA DE PRINCÍPIOS DO FSM	197
ANEXO 5: COLÉGIO DE FUNDADORES, COLÉGIO DE ADMINISTRAÇÃO E BUREAU.....	201
ANEXO 6: MEMBROS DO CONSELHO CIENTÍFICO	205
ANEXO 7: NOVO ESTATUTO E REGULAMENTO INTERIOR.....	207

INTRODUÇÃO

Sobre o nosso objeto e nosso objetivo

Um outro mundo é possível! Este é o lema do movimento *altermundialista*, mais conhecido como movimento antiglobalização. O movimento nasceu no final da década de 1990 confrontando-se com o que chamava, ainda então genericamente, de *a ditadura do pensamento único*; o período era marcado pelo discurso da impossibilidade de contenção da “globalização” em curso, discurso reforçado constantemente em frases e teses que se tornaram célebres, tais como aquelas de Margareth Thatcher – “*não existe essa coisa de sociedade, apenas indivíduos e famílias*”; “*não há alternativas*” – e Francis Fukuyama acerca do fim da história.

O *altermundialismo* surgiu nesse contexto opondo-se ao discurso em voga, declarando a possibilidade e a urgência da construção de outra sociedade; as suas referencias eram outras, e, nesse sentido, o levante do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), em 1994, ao conclamar uma *Internacional da Esperança*, lhe serviu de inspiração.

Em seus primeiros anos, o movimento constituiu-se, sobretudo, de grandes manifestações realizadas nos países sedes dos encontros da Organização Mundial do Comércio (OMC), do Banco Mundial (BM), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Grupo dos sete países mais ricos e a Rússia (G-8). As marchas reuniram milhares de pessoas e diferentes organizações que contestavam a legitimidade dessas instituições, colocando em causa a inevitabilidade das medidas que elas anunciavam ser necessárias.

Embora insistindo na viabilidade de outro mundo, o movimento ficou conhecido antes pela sua capacidade de contestação e negação, que pela sua habilidade em elaborar e impôr medidas alternativas, de onde o termo antiglobalização. Esta denominação, contudo, ficou marcada pelo preconceito da cobertura dos meios de comunicação de massa, que, incorporando o discurso dominante, viam na militância *altermundialista* apenas um amontoado de organizações e indivíduos “passadistas” e “utópicos”, ou, na melhor das hipóteses, românticos bem intencionados.

A relação com a mídia é dúbia, e é difícil separar o quadro de referências criado por ela e a imagem construída pela opinião pública acerca do movimento. Mas, mesmo entre seus integrantes não é fácil discernir as características e as propostas do *altermundialismo* do discurso midiático, sobretudo nos seus primeiros anos, quando, então, essa unidade era mais um desejo que uma realidade.

Se a cobertura das manifestações nem sempre foi positiva, o fato é que elas foram amplamente divulgadas, contando inclusive com a rapidez da internet; e foi assim que as notícias e as imagens da *Batalha de Seattle*, em 1999, percorreram o mundo. Num artigo de Gustavo Franco publicado no *O Estado de São Paulo* (16/09/2001), intitulado *Terror e (anti) globalização*, lê-se:

creceu muito a movimentação e a petulância de ONGs e movimentos antiglobalização, e tem havido uma grande dose de condescendência com relação à violência por parte desses agentes. A baderna de Seattle chegou a ser saudada como a “vitória das ruas”. A depredação de uma lanchonete McDonald, ou de uma plantação de soja transgênica, ou uma invasão de uma fazenda, parecem coisas normais, quando não deveriam ser [...]. E dessas pequenas violências nasce uma grande. Será o terrorismo apenas um produto mais radical do caldo de cultura antiglobalização? [...] Ou uma barbaridade perpetrada por um grupo de lunáticos?

Embora sempre sujeito a interpretações caluniosas como esta, o movimento nunca foi um simples refém da grande imprensa, contando em suas fileiras com diversos

intelectuais, dos quais vários jornalistas com acesso a jornais, revistas, editoras, rádios e cinema (ANEXO 1). De modo que ele logrou obter espaço em meios já conhecidos e consolidados, como o mensário *Le monde diplomatique*, e em mídias alternativas e independentes, participando assim da construção de sua própria imagem.

Contrariando a tese de seus detratores, o movimento afirma não ser contrário à globalização em si mesma, mas tão somente à sua versão neoliberal; daí afirmarem-se *altermundialistas*, isto é, por outra mundialização, e não antiglobalistas ou mesmo antimundialistas. De fato, nos parece justo dizer que a principal razão do seu surgimento e desenvolvimento seja a luta contra o neoliberalismo, e que o movimento tem, dentro dos seus limites, se empenhado na construção de projetos alternativos, não obstante as suas dificuldades em elaborar e implantar a outra sociedade anunciada. De maneira que aceitaremos aqui a denominação por ele indicada, *altermundialismo*, e não a mais corrente na grande imprensa, *antiglobalização*.

Apesar das abordagens destoantes, o material divulgado, impresso ou on-line, seja pelos seus opositores, seja pelos seus simpatizantes, destacam, em geral, como sendo um dos aspectos mais marcantes do movimento a pluralidade de atores, ação, organização e demandas presentes na sua composição. A literatura sobre o tema atribui-lhe como característica, além da citada diversidade, um funcionamento não hierárquico e descentralizado, aspectos que, segundo esta interpretação, diferencia o movimento das formas de lutas “tradicionais” (leia-se partidos e sindicatos) instituídas ao longo do século XIX e XX.

A despeito da enorme quantidade de textos publicados e lançados constantemente na internet, são relativamente poucos os trabalhos acadêmicos sobre o tema. Por certo, o movimento é recente. É a partir da segunda metade dos anos 2000 que contamos com

estudos mais aprofundados. No Brasil algumas dissertações, como a de Diogo Araujo Azzi (2007) e Julia Ruiz de Giovanni (2007), e a tese de José Corrêa Leite (2005), lançam luzes sobre o fenômeno. Esses trabalhos têm normalmente tratado o *altermundialismo* de maneira geral, problematizando a literatura sobre o tema e discutindo a novidade política das marchas e do método de organização do Fórum Social Mundial. Na França as pesquisas são um pouco mais numerosas e possuem, em geral, outro perfil: são estudos monográficos cujo foco se detém em determinadas organizações; estes últimos abarcam numerosas entrevistas e dados estatísticos sobre o perfil dos militantes e sobre a estrutura organizacional. No exato momento em que escrevíamos esta apresentação, um estudante do mestrado em ciência política solicitava através da lista de e-mails da ATTAC-Campus, jovens militantes, de preferência da região de Aix-en-Provence, disponíveis para entrevista. Segundo ele, o trabalho versava sobre a politização dos jovens e a dinâmica do engajamento *altermundilista* na ATTAC. Talvez essa diferença não remeta somente a tradições distintas de estudos, mas à própria configuração do movimento. A Europa conta com vários coletivos surgidos com e para o *altermundialismo*, tendo aí uma atuação constante e uma existência quase umbilical; no Brasil, por sua vez, as organizações ligadas ao movimento possuem geralmente uma trajetória que o antecede, com objetivos que se formaram e se desenvolveram antes mesmo da consolidação do neoliberalismo no país – é o caso, por exemplo, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que compõe o Comitê Internacional (CI) do Fórum Social Mundial (FSM).

Apesar de contar com entrevistas e enquetes refinadas, realizadas com militantes, lideranças e intelectuais emblemáticos do *altermundialismo*, raros são os trabalhos que se propõem à análise de seus textos políticos. O que é curioso, uma vez que o movimento anuncia ser o portador de um projeto alternativo de sociedade. Contribui muito para isso a

idéia amplamente difundida e aceita da quantidade infindável de demandas, que impediria a sua sistematização e o seu agrupamento num todo coerente. Não deixa de surpreender também que o resultado das enquetes realizadas, embora ateste reiteradamente que a militância *altermundialista* é, em sua maioria, proveniente das classes médias, não implique em maiores conseqüências na análise da sua concepção política, sendo, no máximo, relacionado à sua forma de atuação. O porquê de determinados setores das classes médias, tidos normalmente como individualistas e/ou corporativistas, se organizarem, aliando-se a outros grupos sociais contra o neoliberalismo não é colocado. Colabora, nesse sentido, a imagem construída sobre a diversidade irreduzível do movimento.

Em janeiro de 2010 o FSM completou dez anos. E não obstante a presença de uma gama de intelectuais e centros de estudos e pesquisas como a CLACSO (Conselho Latino Americano de Ciências Sociais), a Fundação Copérnico, o Fórum de Alternativas e o CEDETIM (Centro de Estudos e Iniciativas de Solidariedade Internacional), responsáveis por análises críticas ao neoliberalismo e ao imperialismo, as dificuldades em visualizar este outro mundo persistem. Apesar de alguns pontos norteadores presentes na *Carta de Princípios* do Fórum Social Mundial e dos textos elaborados na Assembléia dos Movimentos Sociais, realizada em várias das edições do FSM, poucos têm clareza do tipo de sociedade que defendem. Nesse sentido, o debate é pouco claro, existindo diferenças e divergências na literatura e, possivelmente, entre as forças sociais que compõem o movimento. Apesar disto, não são poucos os seus entusiastas, os quais percebem no *altermundialismo* a *nova esquerda* e o *novo agente* da transformação social do século XXI.

Em meio às diversas denominações o fenômeno *altermundialista* tem escapado a uma compreensão mais rigorosa, gerando ainda hoje algumas confusões. Sem dúvida, a

quantidade de informação sobre o tema coloca desafios, mas não impossibilita estudos e análises aprofundadas.

Este texto pretende ser uma contribuição nesse sentido. O nosso trabalho embora se favoreça de pesquisas anteriores, sendo parte de um esforço coletivo de elucidação da chamada nebulosa *altermundialista*, propõe outro caminho de análise. Não se trata aqui nem de um estudo do movimento *altermundialista* em geral, e tampouco de uma pesquisa monográfica detida no surgimento e no desenvolvimento de uma organização específica. Embora a segunda parte desta tese detenha-se no caso da ATTAC (Associação pela Taxação das Transações financeiras para o Auxílio dos Cidadãos), a nossa pretensão é avançar no conhecimento do movimento a partir da sua relação com esta organização. Assim, não consideramos o *altermundialismo* como uma unidade homogênea, ou, ao contrário, como um amontoado de pequenos fragmentos com lógica própria. Nesse sentido, o nosso percurso privilegia uma análise integrada ao cenário político que permitiu essa confluência peculiar.

O objetivo central desta discussão é, portanto, entender como e em que medida o *altermundialismo* insere-se no processo de consolidação-resistência do capitalismo neoliberal. Sendo o neoliberalismo seu adversário confesso, cabe-nos analisar o posicionamento do movimento em face dele. O nosso quadro analítico é o das classes sociais. Uma vez que o resultado de várias enquetes realizadas com seus integrantes atesta antes uma homogeneidade social que uma diversidade infinda, buscamos analisar os nexos existentes entre o discurso e as demandas *altermundialistas*, a implantação das políticas neoliberais e a preponderância de certos setores das classes médias no movimento. Assim, uma pergunta orienta este trabalho: de que modo a composição social do *altermundialismo* intervém na sua concepção do *outro mundo possível*? A busca por uma resposta se

desdobra em várias outras questões, entre as quais: o movimento *altermundialista*, reconhecido por sua pluralidade, possui caráter classista? Qual é este outro mundo possível? O que ele propõe e ao que se opõe?

Os nexos entre movimento e classe social não são aqui problematizados de maneira direta e mecânica, mesmo porque a relação existente entre essas duas categorias não é de todo evidente. Isso se explica, sem dúvida, pela complexidade que envolve a análise do comportamento político, no qual estão sempre em jogo uma série de fatores, como a tradição, a cultura e a conjuntura de determinada formação social. Decorre desta consideração que um exame do caráter da atuação *altermundialista* não pára com o levantamento da sua composição social, mas estende-se à configuração da luta travada no cenário político erigido no capitalismo contemporâneo.

Assim, o nosso trabalho pressupõe a análise da relação entre a oposição *altermundialista* ao neoliberalismo e a reconfiguração de classes estabelecida no seio deste último. Por certo, diante das conclusões políticas e sociológicas derivadas do surgimento do *altermundialismo*, o nosso esforço toca, ainda que por ora de forma sutil, em problemas mais amplos, tais como a capacidade dos movimentos sociais inserirem suas lutas num projeto amplo de transformação social, ultrapassando as fronteiras estabelecidas inicialmente pelos seus integrantes, bem como as relações entre classes e ação coletiva num quadro de mudanças consideráveis na esfera da produção e da construção de solidariedades. Deste modo, para além da ATTAC e do *altermundialismo*, a nossa empreitada pretende-se um curto passo no longo trajeto que implica o conhecimento dos processos de engajamento político e constituição de um movimento social.

Como e por onde começar

As pesquisas realizadas com os participantes dos encontros *altermundialistas* apontam para a presença destacada de determinados setores das classes médias. Caberia, portanto, relacionar esse elemento ao seu projeto político. A esse respeito existe um complicador: o Fórum Social Mundial não produz nenhum documento contendo as reivindicações daqueles que o integram.

Deste modo, tendo em vista o nosso objetivo, selecionamos um movimento entre os *altermundialistas* que: 1) tivesse uma atuação constante, ou seja, uma duração no tempo que excedesse o momento das marchas e dos fóruns sociais; 2) apresentasse uma análise da sociedade contemporânea com programa político voltado, segundo seus integrantes, para sua transformação.

Num primeiro momento, quando da leitura de livros e artigos sobre o *altermundialismo* optamos pela ATTAC, achamos que uma dentre as várias vantagens dessa escolha seria o fato da associação existir na França e no Brasil. Isso nos permitiria: avaliar a relação entre comitês de países distintos, atentando para possíveis diferenças nas demandas, resultado talvez da posição distinta (centro/periferia) da França e do Brasil no cenário internacional; bem como constatar semelhanças ou diferenças na composição social. Ocorre que a ATTAC Brasil, tendo sido criada logo após a da França, com comitês em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, entre outras cidades, teve vida curta. E apesar de contar desde o seu início com apoio de estudantes, intelectuais e políticos de esquerda, ao contrário da França, não contou com uma adesão significativa, tendo pouca expressão política. Conversando com Antonio Martins, responsável pela ATTAC São Paulo, e com André Forti Scherer da ATTAC Porto Alegre, sobre as experiências realizadas no Brasil,

ambos afirmaram a mesma coisa: a associação não encontrou aqui uma militância massiva, compondo-se de um grupo pequeno de pessoas, diluindo suas atividades em outras organizações e “campanhas civis”. Caberia assim, portanto, outra questão: por que a ATTAC, uma organização de expressão política considerável na França, na Alemanha e em outros países da Europa não teve o mesmo desempenho no Brasil e nos demais países da América do Sul?

A pouca expressividade da ATTAC Brasil não anula o fato de ao menos cinco das dez edições do Fórum Social Mundial terem ocorrido no país, inclusive a primeira, sendo a presença de brasileiros no CI considerável – elemento que não deve ser ignorado.

A escolha da ATTAC como *locus* de investigação não é aleatória. Ela é considerada um dos principais órgãos fundadores do Fórum Social Mundial, se tornando uma das faces mais públicas do *altermundialismo*. Acrescenta-se a esses aspectos o fato da ATTAC ter sido criada em 1998, praticamente junto com o *movimento altermundialista*, reivindicando-se como representante de um *novo modelo de organização* (descentralizado e não hierárquico). A escolha de outro movimento social (tal como o ecológico, o camponês e o indígena) poderia não ser tão significativa, tendo em vista o objetivo desta pesquisa, uma vez que seu surgimento muitas vezes antecede o *altermundialismo*.

Feito esse recorte, fez-se necessário a leitura dos documentos e textos produzidos pela ATTAC, bem como da literatura sobre o *altermundialismo*. A associação conta, tal como veremos, com um conselho científico no qual aproximadamente cem intelectuais mantêm uma produção constante; são muitos textos reunidos em diferentes dossiês separados por temas e autores. De modo que não nos foi dada outra escolha que não realizar uma seleção com base nos: 1) documentos e artigos lançados em nome da ATTAC – tendo em vista a ressalva encontrada no site da associação: “*Os documentos públicos não*

comprometem a associação ATTAC França, salvo menção explícita”; 2) textos de membros do Bureau (secretariado político) ou do Conselho de Administração. Essa triagem não impede que outros textos e documentos sejam aqui analisados, mas indica somente que aqueles citados passaram por leitura e análise detalhadas devido a sua importância política e seu caráter oficial.

Igualmente importante é a discussão sobre as recentes e significativas transformações ocorridas na sociedade capitalista, as quais tiveram implicações sobre a ação política. Uma vez que os movimentos sociais não são necessariamente o que dizem ser, é fundamental estabelecer a relação e comparação entre as suas práticas, projeto, valores e discursos com os processos sociais aos quais estão associados.

O capitalismo contemporâneo não é aqui, portanto, apenas um pano de fundo no qual a ATTAC e o *atermundialismo* de um modo geral atuam. E as transformações ocorridas não são simples reflexos de uma mudança de cenário do qual se despedem a classe operária para a entrada das classes médias e de “novos movimentos sociais”. É antes um espaço de conflitos e de alianças, no qual os grupos sociais são afetados pelas lutas anteriores, afetando, por sua vez, a configuração da luta presente e futura. É nesse sentido que buscamos alinhar a abertura dos mercados, a privatização das empresas estatais, o crescimento e a precarização do setor de serviços, a desvalorização dos diplomas, o aumento do desemprego e do trabalho informal com o refluxo do movimento operário e a emergência das grandes marchas de protestos que deram origem ao *altermundialismo*.

A discussão a seguir foi dividida em duas partes com dois capítulos em cada uma delas. Na primeira abordamos a reconfiguração das classes sociais com base no capitalismo neoliberal e problematizamos a separação entre classe e ação política a partir de uma leitura sobre os movimentos sociais contemporâneos, segundo a qual essas organizações

expressariam uma lógica distinta daquela que orientou o conflito ao longo de século XIX e XX, particularmente o movimento operário. Ainda na primeira parte discutimos o surgimento do *altermundialismo* em meio a esse processo, levantando as expectativas e promessas nascidas com o seu surgimento, tais como: o declínio do papel do sindicato e do partido, a horizontalidade das novas organizações, o vínculo com demandas pós-materiais e universais, a consolidação de sujeitos transnacionais distantes e/ou indiferentes ao Estado-Nação. Na segunda parte do texto nos debruçamos sobre o caso da ATTAC, relacionando a sua organização, composição e programa político com as mudanças na sociedade francesa. A partir da sua experiência podemos avaliar melhor se, e em que medida, o fenômeno *altermundialista* expressa as mudanças listadas acima, representando, assim, “um novo fazer político”.

Passemos, então, ao texto.

ALTERMUNDIALISMO E LUTA DE CLASSES

A atuação dos movimentos sociais no capitalismo neoliberal

CAPÍTULO 1:

Neoliberalismo, classes e movimentos sociais

1.1. O capitalismo neoliberal

Os últimos quarenta anos do século vinte trouxeram consigo mudanças significativas que impactaram sobremaneira a configuração das formações sociais capitalistas. Falamos, por suposto, de inovações tecnológicas de grande monta, que alteraram consideravelmente o caráter da comunicação e da informação, bem como a concepção de espaço e tempo, fator decisivo na acumulação de capital. Falamos igualmente da reestruturação da produção, incorporando não apenas tais inovações tecnológicas, mas novos padrões organizacionais, afetando diretamente a organização do trabalho e o modo de vida dos trabalhadores. Essas mudanças, embora profundas, não seriam por si mesmas boas ou más não fossem elas o resultado das lutas entre forças distintas e desiguais. É esse embate que confere o significado e o sentido desse processo. Sem considerá-lo, os avanços no campo da tecnologia, por exemplo, poderiam tão somente representar mais tempo livre, uma vez que não seria mais necessário despendar tantas horas de vida no trabalho. Assim também a rapidez dos meios de transporte e informação permitiria ampliar o contato entre os povos, derrubar as fronteiras entre as nações, democratizar o conhecimento...

Infelizmente, não é disso que se trata. Por isso incluímos entre as mudanças acima indicadas o fim do chamado “socialismo real”, o desmonte do Estado de bem-estar social e a ascensão do neoliberalismo. O destino do bloco socialista afetou os países capitalistas. Assim como o surgimento do primeiro influenciou a criação do Estado providência, a sua dissolução, com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a queda do

Muro de Berlin, permitiu a recomposição da burguesia (BOITO JR, 1999). Nesse sentido, afirma Robin Blackburn (1992: p. 12):

O desafio comunista muito fez para transformar o capitalismo e o imperialismo ocidentais, tão desacreditados pela matança da Primeira Guerra Mundial e pela miséria da Grande Depressão. A contribuição decisiva dos soviéticos para a derrota do nazismo ajudou a promover o reformismo e a descolonização dos impérios ocidentais. Ao afirmarem ter eliminado o desemprego e instituído amplos programas de educação e saúde, os comunistas puseram à prova os governos ocidentais. A alardeada utopia comunista fracassou por completo no Leste, mas atingiu alvos no Ocidente.

A discussão sobre a natureza dessas transformações é fonte de polêmica. De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2003), trata-se de uma crise de paradigma marcada pela passagem de princípios e valores modernos para outros *pós-modernos*; nesse processo, apesar da permanência das injustiças e das desigualdades, são abertas novas possibilidades emancipatórias, marcadas, segundo o autor, pela “revolta da subjetividade” contra a “cidadania atomizante e estatizante” do movimento operário. Para Klaus Eder (2002), é o fim da sociedade industrial e o início de outra, *pós-industrial*, na qual as relações de classe e os seus vínculos com a ação coletiva foram ambas redefinidas. Para Michel Hardt e Antonio Negri (2001), trata-se da decadência do imperialismo e da formação de um *Império* onde o centro territorial do poder foi diluído, dando lugar a formas híbridas de hierarquias flexíveis. Para nós, no entanto, esse período peculiar, cuja problematização é fundamental para a compreensão do nosso objeto, isto é, *o altermundialismo*, encontra-se profundamente associado à lógica do desenvolvimento capitalista e, portanto, aos processos políticos que lhe são próprios. Sendo breve, trata-se sim de um processo de reconfiguração particular que atinge a sociedade na sua totalidade; no entanto, e isso é fundamental em nossa análise, essa nova configuração opera no âmbito do capitalismo, e, portanto, a partir de seu movimento histórico característico de busca incessante por novas fontes de lucro.

As bases gerais do neoliberalismo foram lançadas no livro *O caminho da servidão voluntária* do economista Friedrich Hayek. Embora publicado nos anos 1940, as idéias neoliberais permaneceram restritas a pequenos grupos até a crise de 1970 (ANDERSON, 1975). Herdeiro do pensamento liberal dos séculos XVIII e XIX, o neoliberalismo carrega consigo as marcas próprias do seu tempo, expressando as novas condições e contradições no interior da burguesia. Nesse sentido, ele se caracterizou por um ataque constante às formas de regulação econômica do século XX, tais como o socialismo, o keynesianismo e o desenvolvimentismo (MORAES, 2001). Assim também, de acordo com Perry Anderson (1995), o neoliberalismo compôs uma ofensiva teórica e política contra o Estado interventor, bem como ao poder de negociação do movimento operário e suas conquistas salariais e sociais. Segundo o discurso neoliberal, a intervenção no livre jogo da oferta e da procura seria ineficiente e autoritária na medida em que impediria a liberdade de escolha do consumidor. Em síntese:

Se o Estado, preocupado em assegurar o bem-estar, detiver o monopólio da oferta dos serviços de saúde ou de educação, a concorrência deixaria de existir e o consumidor deixaria de ser soberano. Ele não teria mais como punir o desperdício ou a ineficiência, abandonando os estabelecimentos de educação ou de saúde de má qualidade. (BOITO JR, 1999: p. 26)

A crítica ao papel do Estado, apresentado de forma abstrata e geral, não corresponde, no entanto, à prática política neoliberal. De acordo com Armando Boito Junior (1999: p. 23), existe *“uma contradição entre os princípios doutrinários gerais, que dominam a superfície do seu discurso e que estão concentrados na apologia do mercado, e suas propostas de ação prática, que não dispensam a intervenção do Estado e preservam os monopólios”*. A soma de dinheiro público destinado aos bancos para evitar a sua falência durante a crise financeira de 2008 é uma evidência da importância do papel do

Estado ainda hoje. A esse respeito, afirmam Gerard Duménil e Dominique Lévy (2006: p. 164, tradução da autora):

A transição ao neoliberalismo foi conduzida pelos Estados. Ela incluiu o recuo de certos modos de intervenção; esse recuo não deve ser interpretado como uma demissão coletiva, mas como um alinhamento às estratégias das classes dominantes seguida da construção de um novo compromisso social assegurado pelas instituições estatais.

Outra diferença em relação ao liberalismo do século XVIII e XIX é a ênfase na importância do mercado: “*Esse liberalismo econômico é distinto do liberalismo político, interessado nos direitos individuais do cidadão e num regime político representativo e adequado ao exercício daqueles direitos*” (BOITO JR, 1999: 23). A distinção entre neoliberalismo e liberalismo é importante para a compreensão do caráter da oposição realizada pela ATTAC, o que faremos na segunda parte deste texto. Se normalmente a natureza da luta *altermundialista* decorre da dúvida entre construir um projeto anticapitalista ou focar em medidas e alianças antiliberais, a análise dos textos da associação, particularmente aqueles sobre a União Européia, demonstra que sua abordagem é antes contrária ao neoliberalismo do que ao liberalismo *tout court*, ou seja, o foco de sua preocupação é o avanço da lógica mercantil a setores antes preservado pelo Estado providência, processo levado adiante no capitalismo neoliberal. A oposição à liberalização do mercado não impede que entre suas demandas contenham exigências pautadas na tradição política liberal de direito e democracia (HEINE, 2008).

A crise econômica da década de setenta serviu de argumento para os defensores da ineficiência estatal. Foi nesse período que as teses debatidas nos anos quarenta pelos membros da Sociedade de Mont Pelèrin – entre os quais Hayek – alimentou o processo aberto com a re-configuração da luta de classes. Neste processo, segundo Duménil e Lévy

(2006, 2004), uma fração da classe dominante (a qual os autores denominaram “finanças”) assumiu a hegemonia. Nesse sentido, a abertura comercial, a privatização das empresas estatais, a luta prioritária contra a inflação, a desregulamentação do mercado financeiro e das relações de trabalho, além da manutenção de uma taxa “natural” de desemprego, expressam o avanço dessa fração ante as demais. É esse rearranjo nas relações de classes que marca a nova fase do capitalismo, aqui denominada neoliberal. Nas palavras dos autores:

O neoliberalismo é uma etapa do capitalismo, cujo traço principal é o reforço do poder e dos rendimentos da classe capitalista. Uma relação que envolve instituições financeiras e classes. Deste restabelecimento resulta uma entidade social híbrida, que nós denominamos finanças. Ela reúne a fração superior da classe capitalista e suas instituições financeiras. Nesse sentido, pode-se designar esta ordem social como uma segunda hegemonia financeira, fazendo eco à primeira (do início do século XX à depressão de 1930). (DUMÉNIL e LÉVY, 2006a: p. 25, tradução da autora)

A implantação das medidas supracitadas não resultou necessariamente em crescimento econômico, ao contrário do apregoado pelos governos neoliberais. Por outro lado, elas foram extremamente eficazes na restauração da renda e do patrimônio das frações superiores da classe dominante; para Duménil e Lévy (2006), o seu principal objetivo¹.

Com efeito, os autores citados dedicam especial atenção à realidade dos países desenvolvidos – por exemplo, os resultados do desmanche do Estado providência e as novas relações entre as classes no marco da implantação do neoliberalismo na Europa. Mas

¹ “Segundo a revista *Forbes*, o ganho dos bilionários em dólares teve um aumento de 36% em 2004. O número passou de 476 a 587. Paris abriga 10, e Nova York conta com 31 bilionários [...]. No momento em que nos debatemos para saber se os pobres aumentaram ou não, percebe-se que uma nova categoria de franceses entrou para os privilegiados do ISF (imposto sobre fortuna). Para aqueles que eram já submetidos ao ISF, pode-se analisar a sua situação a partir da evolução imobiliária, que conheceu uma progressão de 60% nesses últimos anos [...]. Michel e Monique Pinçon estudaram essa burguesia e mostraram em seus trabalhos a ascensão exponencial que ela conheceu, no momento mesmo em que a precariedade aumentou” (PRIEUR e JOVELIN, 2005: p. 69-71, tradução autora)

o capitalismo neoliberal também alterou o quadro político e econômico latino-americano, reconfigurando os conflitos e os compromissos entre as classes nessa região e sua relação com os países capitalistas do centro. Enquanto no pós-guerra é possível observar nas principais economias da América Latina um significativo processo de industrialização, inclusive com a nacionalização de alguns setores considerados estratégicos e certa expansão de direitos sociais e trabalhistas, a partir da década de 1970 esse quadro foi revertido significativamente. De modo que a reconfiguração da luta de classes é estendida aos países do Sul. Arceo e Basualdo (2007: p. 15) descrevem assim as transformações na região:

As inusitadas transformações sociais que se registraram nas sociedades latino-americanas no último quarto de século foram concomitantes com mudanças igualmente profundas nos setores dominantes. A ruptura ou debilitação, segundo cada país, do modelo de substituição supôs, junto com a modificação da composição e destino da produção e dos excedentes, mudanças de hegemonia dentro do bloco das classes dominantes e do peso dentro do mesmo do capital de origem externo, assim como a reestruturação de cada uma das frações que o integram e de suas ligações com o capital financeiro e produtivo transnacional.

As semelhanças da implantação do neoliberalismo na Europa e na América Latina não apagam as diferenças. E é o resultado desse embate que, apesar de seus traços comuns tiverem nuances variadas, conferiu a intensidade e o tom das reformas, afetando conquistas consolidadas, tais como a previdência e a estabilidade de emprego.

A América Latina ocupa um lugar particular no neoliberalismo. Em primeiro lugar, ela foi a primeira vítima da ordem neoliberal. A América Latina saiu das primeiras décadas do pós-guerra com uma força de trabalho gozando de certo poder de compra (a despeito das enormes desigualdades internas de cada país e mesmo entre eles). Saiu também com uma indústria nacional suficientemente avançada e autônoma. As classes dominantes dessa região do mundo aspiravam a se inserir na nova configuração do imperialismo em condições relativamente vantajosas, mas a abertura neoliberal e o rumo das reformas que ela ocasionou produziram estragos. Um caso emblemático foi o da Argentina nos anos 1990, onde as classes dirigentes venderam massivamente suas empresas e

exportaram seus capitais aos Estados Unidos. As políticas neoliberais dessa década criaram as condições da terrível crise do começo dos anos 2000, e da miséria que ela provocou. Tais políticas ainda acentuaram a queda dramática do poder de compra dos assalariados. (Duménil em entrevista para MARCELINO e AMORIM, 2007: p. 190).

Cabe considerar, portanto, outro fator importante para a compreensão das lutas sociais na sociedade contemporânea, qual seja: o imperialismo. De acordo com Samir Amin (1987), “*o imperialismo tem conseqüências fundamentais para a luta de classes no cenário internacional*”, isto “*porque a classe operária do centro não sofre as mesmas perdas da classe operária da periferia*”. O mesmo argumento pode ser estendido a outras classes sociais, como as classes médias, por exemplo. É essa relação de forças que permite a simultaneidade histórica entre o avanço científico e tecnológico, que caracterizam a informação, a comunicação, os transportes e a saúde do século XXI, e a alta taxa de mortalidade infantil, a baixa expectativa de vida, a subnutrição, o trabalho escravo, o analfabetismo e a exclusão digital, que marcaram a formação de alguns países do sul do globo. Para entendermos o perfil de determinada ação coletiva é fundamental levarmos em conta este contraste. Como pensar a militância *altermundialista*, altamente marcada pelo uso da internet, pelo conhecimento de línguas estrangeiras e pela familiaridade com deslocamentos internacionais através dos mais variados meios de transportes, num cenário no qual esses recursos são restritos?

Por certo, as formações sociais não são a simples concretização dos interesses da classe dominante, mas elas incorporam também na sua constituição e no seu desenvolvimento o resultado das lutas das classes dominadas (BOITO JR, 1999), implicando em diferenças consideráveis no perfil da resistência. No *altermundialismo*, por exemplo, enquanto na Europa destaca-se a ação da ATTAC, na América Latina é digno de nota o papel da *Via Campesina* e dos *piqueteros*. Em síntese,

A apropriação das instituições estatais pelas classes dominantes, conforme as ponderações do novo compromisso, só pode ser um processo progressivo e limitado pelas resistências sociais. Por exemplo, na França, o desmonte do sistema de proteção social foi, e é ainda no início dos anos 2000, entravado pela resistência popular, no duplo exercício das lutas sociais e do voto sanção (forma contemporânea de expressão, sempre residual, da vontade popular nas repúblicas de classe). (DUMÉNIL; LÉVY, 2006b: 164; tradução da autora)

O uso do termo globalização para denominar esse processo dificulta a compreensão aprofundada dos embates políticos que representam tais mudanças. Primeiro, porque o apresenta como consequência necessária do desenvolvimento econômico e/ou tecnológico, sendo por isso incontrolável e inevitável. Segundo, porque o termo global omite as diferenças de impacto dessas transformações. Por último, porque não situa o seu caráter, apresentando a mudança como uma novidade absoluta e não como uma fase constituinte do modo de produção capitalista.

O imperialismo de hoje não é o mesmo de há quarenta anos. Mas a sua mudança em alguns aspectos decisivos não significou o surgimento de uma economia global na qual todos os países são igualmente interdependentes (BORON, 2002: p. 12). De acordo com Paul Hirst e Grahame Thompson (1998), o processo de internacionalização do capital não é novo e tampouco se acentuou no capitalismo contemporâneo. A maioria das multinacionais tem suas bases nacionais e a maior parte dos investimentos diretos no exterior concentra-se em países industriais avançados. Assim também, de acordo com BOITO JR (1999: p. 36):

As empresas globais representam uma parte insignificante das grandes empresas que operam em escala internacional – as empresas globais, que dispersam suas instalações, suas ações e sua pesquisa tecnológica por diversos países são principalmente as empresas originárias de países pequenos da Europa Ocidental. O que domina amplamente são empresas multinacionais que, embora operem em diversos países, têm a maior parte dos seus ativos e do seu mercado no próprio país de origem, para as quais repatriam seus lucros e no qual concentram suas atividades de pesquisa e desenvolvimento. Ademais, essas grandes empresas que operam em escala internacional pertencem, na sua quase totalidade, aos países

centrais, e investem produtivamente na periferia apenas nos setores que deixaram de constituir a atividade de ponta do capitalismo.

Esse argumento contraria a tese de Michael Hardt e Antonio Negri (2000: p. 11), muito aceita entre alguns *altermundialistas*, segundo a qual o *Império* substituiu o papel político do Estado Nação. Dentre os principais indicativos desta transição, encontrar-se-iam: a queda dos regimes coloniais, a abertura das barreiras soviéticas ao mercado, a globalização “irresistível e irreversível” de trocas econômicas e culturais e os circuitos globais de produção. Assim, “o *Império [seria] a substância política que, de fato, regula essas permutas globais, o poder supremo que governa o mundo*” (Hardt & Negri, 2000: 11).

A transição para o *Império* se deu, segundo os autores, devido ao esgotamento da soberania moderna, ocasionada por mudanças profundas na esfera da produção. Essas mudanças teriam promovido a substituição da “mão-de-obra industrial” pela “mão-de-obra comunicativa, cooperativa e cordial”. Processo responsável pela criação de um novo sujeito, denominado pelos autores de multidão – “[...] *a multidão é uma multiplicidade, um plano de singularidades, um conjunto aberto de relações, que não é nem homogênea nem idêntica a si mesma, e mantém uma relação indistinta e inclusiva com os que estão de fora*”. (HARDT & NEGRI, 2000: p. 13 e 120). Deste modo,

Em contraste com o imperialismo, o *Império* não estabeleceu um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas. É um aparelho de descentralização e desterritorialização do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão. O *Império* administra entidades híbridas, hierarquias flexíveis e permutas plurais por meio de estruturas de comando reguladoras. As distintas cores nacionais do mapa imperialista do mundo se uniram e mesclaram, num arco-íris imperial global (HARDT & NEGRI, 2000: p. 12).

Assim, apesar da “*separação ainda mais extrema entre uma pequena minoria que controla riquezas fabulosas e multidões que vivem na pobreza nos limites da impotência*” (HARDT & NEGRI, 2000: p. 63), faz-se necessário reconhecer que “*as forças produtivas ampliaram-se deixando a fábrica para ocupar todo o terreno social*” e que, assim como a modernidade marcou a passagem da agricultura para a indústria, a sociedade pós-moderna é marcada pela transição da indústria para os serviços e a informação.

Essa abordagem explica mal as dificuldades cada vez maiores vivenciadas por imigrantes de países pobres cujo destino é a Europa – lembremos apenas: a expulsão de ciganos búlgaros e romenos da França; os obstáculos adicionais para a incorporação dos países do leste no espaço Schengen²; e a elaboração do Artigo L 622-1 CESEDA (*Code de l'entrée et du séjour des étrangers et du droit d'asile*)³ na França. Além disso, apesar de muita aceitação entre alguns militantes, a tese de Negri e Hardt explica mal o próprio fenômeno *altermundialista*.

Se por um lado, seus participantes são considerados responsáveis pela formação de uma chamada “sociedade civil transnacional”, devido em parte à sua “socialização internacional” – que inclui: viagens, contatos, amizades e estágios fora de seu país de origem –, sob diversos aspectos os mesmos estão inseridos na trama das questões

² O Acordo de Schengen é uma convenção entre países europeus sobre uma política de livre circulação de pessoas no espaço geográfico da Europa.

³ O Código de Entrada e Estadia dos Estrangeiros e do Direito a Asilo (CESEDA) foi batizado pelas associações humanitárias de “o delito da solidariedade”. Este artigo prevê cinco anos de prisão e uma multa de 30 mil euros para aqueles que ajudarem direta ou indiretamente a entrada, a circulação ou a estadia irregular de estrangeiros na França. A CESEDA já existia desde 1945, mas foi recentemente revisto sob o pretexto de alinhar-se à convenção Schengen. O governo alega que a lei atinge apenas aqueles que lucram com os estrangeiros, isto é, os *passseurs*. Mas existem inúmeros casos de militantes humanitários condenados. A lei gerou manifestações ao longo de 2008 e 2009 nas quais podíamos ouvir: *Solidariedade não é crime!* O filme *Welcome*, lançado na França neste período alimentou diversos debates ao retratar a dificuldade dos imigrantes que sonham em atravessar o canal da Mancha para trabalharem na Inglaterra, bem como a rede de perseguição e delação daqueles que ajudam essas pessoas durante sua permanência na região de Pas-de-Calais na França.

nacionais⁴. De modo que essa socialização não constituiu uma elite transnacional apartada dos espaços nacionais e ausente das formas de participação política de seu país; ao contrário, o militante *altermundialista*, como mostra as pesquisas coordenadas por Agrikoliansky e Sommier (2005), ocupa, em sua maioria, cargos públicos, estando geralmente inserido nas funções de Estado, nas formas políticas clássicas de seu país e atentos às questões inscritas na agenda nacional (AGRIKOLIANSKY e SOMMIER, 2005). Mesmo quando temas tidos como transnacionais são colocados, a sua escolha e o seu tratamento fazem fronteira com as preocupações nacionais. Assim:

[...] contrariamente à idéia, implícita na noção de sociedade civil transnacional, de uma clivagem entre preocupações internacionais e preocupações nacionais. Podemos já declarar sucintamente que a ameaça aos serviços públicos, questão quase exclusivamente nacional, mobiliza tanto quanto as desigualdades Norte/Sul [...] (AGRIKOLIANSKY e SOMMIER, 2005: p. 117, tradução da autora)

O mesmo acontece com a ATTAC. No momento em que Hardt e Negri declaravam o declínio do Estado-Nação, Bernard Cassen, então presidente da associação, escreveu um artigo no *Le monde diplomatique*, em março de 1998, intitulado “A nação contra o nacionalismo. Uma idéia sempre nova”, no qual afirmou:

Para inúmeros ensaístas, a nação seria apenas uma estrutura obsoleta cuja superação deveria ser acelerada. Mas, ao contrário, é o nacionalismo, por vezes batizado de populismo, que está ameaçado. Mas uma superação em nome do que? As respostas se resumem em geral em apologia da mundialização ou de sua variante, uma Europa sem povo, mas com um verdadeiro governo; aquele do Banco Central. A nação permanece uma idéia nova: um espaço de democracia, de solidariedade e de resistência à lei dos mercados ao mesmo tempo que uma plataforma para uma

⁴ Segundo Agrikoliansky e Sommier (2005: p. 112-113; tradução da autora): “A socialização internacional dos participantes franceses no FSE é medida por diversos indicadores. Em primeiro lugar, seus laços com o estrangeiro são muito significativos. 76% dentre eles declaram falar outras línguas, 33% uma língua, 30% duas e 9% três. A título de comparação, em 1996, apenas 37% dos franceses interrogados pelo Insee declararam dispor de “noções” suficientes numa língua estrangeira para manter uma conversa fluente ou para ler um jornal (qualquer que seja a língua estrangeira considerada)”.

verdadeira cooperação internacional (CASSEN, 1998: p. 1, tradução da autora)

É nesse sentido que, nas suas reuniões preparatórias, a ATTAC assume-se antes como uma entidade nacional com vocação internacional, que uma organização simplesmente transnacional (ANEXO 2).

1.2. Movimentos e classes sociais

A implantação das políticas neoliberais não impactou apenas a renda e a situação de trabalho daqueles que dependem do salário para a sua reprodução. Ela contribuiu também para a desmobilização atestada ao longo dos anos 80/90 (HOBSBAWM, 1995; ANDERSON, 1995). Entre o colapso da experiência socialista e a consolidação da ideologia e da política econômica neoliberal assistimos ao refluxo das forças que, ao menos até então, compunham o campo hegemônico dentro da esquerda. Um recuo que, insistimos, não ocorreu de forma espontânea como consequência direta das transformações tecnológicas que adentraram o mundo do trabalho. Esse processo, ao contrário, contou com o uso da violência (política, militar e simbólica) e, arriscamos dizer, jamais se assentou de forma tão confortável que pudesse prescindir totalmente dela.

De modo que não se trata somente de um dispositivo formal de aplicação das políticas neoliberais, mas também de uma guerra social preventiva objetivando arrefecer eventuais organizações de massa. A criminalização dos movimentos sociais, processo que não é alheio aos países ricos, tende a opor-se à exacerbação da agressividade, resultado da desintegração das relações sociais estabelecidas outrora, quase que exclusivamente a partir da repressão policial e judicial, colocando em delito camadas inteiras da sociedade: *“Há camadas que é preciso estigmatizar como naturalmente perigosas, notadamente os*

imigrantes e os jovens da periferia, para separá-los das outras camadas da população. A estigmatização deve fragmentar e dividir os assalariados” (VAKALOULIS, VICENT, ZARPA, 2003: p. 14, tradução da autora). Nesse sentido, a associação de ciganos, árabes e brasileiros com furtos, contrabandos e prostituição pauta a entrada e a expulsão de estrangeiros em território europeu, bem como o direito ao uso dos serviços públicos oferecidos pelo Estado. Associações do mesmo tipo marcam também a avaliação dos levantes da periferia francesa. Porém, a repressão às insurreições na conjuntura atual tem seus antecedentes:

Lembrarei brevemente do fato que na França, em 1973, os trabalhadores da siderurgia foram vencidos, portanto, uma parte da siderurgia francesa foi liquidada, no quadro de um plano europeu. Em seguida (1980), houve o fracasso dos grevistas da Fiat italiana e o fim da escala móvel de salários. Depois, a grande derrota dos mineiros, organizada por Margareth Thatcher, que quebrou o movimento dos mineiros posto que a Federação dos Mineiros foi dividida ao meio, entre aqueles que estavam nas minas ainda rentáveis e aqueles que estavam naquelas que fechavam. Com isso, todo o conjunto do sindicalismo britânico foi profundamente afetado. No caso alemão, a partir de 1990, houve repercussões da reunificação. Num primeiro tempo, a reunificação reforçou a situação do sindicalismo alemão, gerando uma enorme potência, mas a relação entre as duas economias provocou um enorme desemprego na antiga RDA⁵, a Alemanha do leste, e esse desemprego provocou uma migração interna, notadamente dos técnicos, para a Alemanha do oeste, que conheceu tensões e dificuldades no mercado de trabalho, de modo que a DGB⁶ não pôde defender tão bem quanto antes os níveis de salários. Esse é um período por mim denominado “crise troublante” (crise perturbadora), no qual o movimento social é quase aniquilado. (Mouriaux em entrevista à GALVÃO, 2002: p. 2)

As políticas neoliberais, implantadas muitas vezes à força, contaram com o aval de muitos economistas que atestavam a ineficiência econômica da intervenção estatal. Nesse sentido, as experiências sócio-históricas de regulação e planejamento econômico serviam de exemplos:

⁵ República Democrática Alemã.

⁶ Confederação de Sindicatos da Alemanha.

Nada nos é mais óbvio hoje que a ineficiência econômica de uma economia de comando primitiva sob planejamento central estatal como a que proclamava o socialismo na União Soviética. Mas há sessenta anos políticos e intelectuais anticomunistas formavam filas para ir a Moscou descobrir os segredos do ‘planejamento’ que aparentemente tornava os soviéticos imunes ao declínio que devastava seus próprios países (HOBSBAWM, 1992: p. 258)

Além das críticas ao Estado interventor, esse discurso frisava o caráter “utópico” e “ideológico” dos projetos de construção de uma sociedade não capitalista. Com efeito, uma das conseqüências da concretização do modelo neoliberal é a “destruição da esperança” (OLIVEIRA, 1995), um processo longo, nem sempre linear, fomentado pela manutenção da taxa de desemprego, pobreza extremada, como também pela produção e divulgação de algumas idéias que tiveram grande repercussão, tal qual a tese do *Fim da História*. Segundo Pierre Salama (1995: p. 51), o projeto de construção de outra sociedade, principalmente depois da experiência do “socialismo real”: “*se transformou ou em uma utopia que dificilmente convence as massas, ou em um pesadelo*”. É por isso que, segundo Eric Hobsbawm (1995), a literatura desse período tem o olhar voltado para a “escuridão”. Assim também, para Russell Jacoby:

a esperança de que o futuro seria melhor que o presente teria acabado [...]. Somos cada vez mais insistentemente convidados a escolher entre o *status quo* ou algo pior que ele. Não parece haver outras opções [...]. Refiro-me à idéia de que a textura vindoura da vida [...] pode assemelhar-se muito pouco à que hoje nos é familiar. Tenho em mente a noção de que a história contém possibilidades de liberdade e prazer ainda inexploradas (JACOBY, 2001: p. 11,12).

Afastada a possibilidade da dissolução do capitalismo e da construção de outra sociedade, restaria, então, a ação local, a luta contínua pela conquista de demandas pontuais, por vezes, de caráter urgente.

Ao mesmo tempo em que a falta de perspectiva de uma transformação social orientada provocava certo mal-estar entre os críticos do capitalismo, a sua experiência era

muitas vezes avaliada de forma negativa, uma vez que todo projeto dessa ordem se basearia em valores universais que só poderiam ser implantados de forma autoritária. É nesse sentido, que os movimentos sociais dos anos 70/80 iniciaram sua experiência política reivindicando o direito à “alteridade” e o diálogo com “outras vozes” que teriam sido silenciadas pelo autoritarismo dos grandes projetos alternativos de sociedade. Em linhas gerais, esse discurso acentuava as diferentes possibilidades de interpretação do fenômeno social, destacando a necessidade do diálogo e da construção do consenso, amenizando as relações de conflito.

Foi nesse quadro de crise política e ideológica do movimento operário e comunista que se constatou o crescimento e a diversificação de organizações representantes de causas já conhecidas, como a ecologia e a igualdade de gêneros, bem como de novas reivindicações, tal como a liberdade de orientação sexual. A associação parecia óbvia: a classe operária em declínio não era mais a força propulsora da construção da nova sociedade. As mudanças indicadas significariam o surgimento de uma ordem pós-moderna, na qual as múltiplas opressões do cotidiano assumiriam caráter “transclassista” (SANTOS, 2003). Deste modo, o surgimento e/ou desenvolvimento de organizações de mulheres, sem-tetos, imigrantes, desempregados, indígenas, homossexuais, característico deste período, esteve dissociado da luta contra o capitalismo e da construção do socialismo.

Segundo Harvey (2004: 257), essas interpretações e representações, compatíveis com a emergência de uma política fragmentada, ascendeu conjuntamente com uma base material distinta, composta por mudanças organizacionais nas relações de trabalho e produção. Em suas palavras:

Desejo sugerir que temos vivido nas duas últimas décadas uma intensa fase de compressão do tempo-espço que tem tido impacto desorientado e

disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural. [...]. A aceleração da produção foi alcançada por mudanças organizacionais na direção da desintegração vertical – subcontratação, transferência de sede etc. – que reverteram a tendência fordista de integração vertical e produziram um curso cada vez mais indireto na produção, mesmo diante da crescente centralização financeira. [...]. Para os trabalhadores, tudo isso implicou uma intensificação dos processos de trabalho e uma aceleração na desqualificação e requalificação necessárias ao atendimento de novas necessidades de trabalho.

Essas mudanças teriam atravessado a vida social em sua totalidade, impactando sobremaneira um aspecto dela que aqui nos toca diretamente, a política: “*Com efeito, a volatilidade torna extremamente difícil qualquer planejamento de longo prazo*” (HARVEY, 2004: p. 259). Tal constatação, ancorada nos novos desafios impostos pelo capitalismo para sua superação, encontrou, por vezes, eco na ideologia neoliberal que insistia na impossibilidade de controlar o movimento da economia e no autoritarismo de um Estado que ensajou fazê-lo. Em nossa opinião é justamente neste ponto que a crítica ao neoliberalismo caminhou por um longo trecho ao lado de seus ideólogos, os efeitos desta cumplicidade podendo ser percebidos em alguns de seus aspectos ainda hoje no *altermundialismo*. Voltaremos a essa questão na segunda parte deste texto, no item *E no entanto, ela gira*.

O debate sobre o autoritarismo da experiência soviética veio a público já no final dos anos 1960 com as manifestações de *maio de 68*, mas assumiu forma e *status* de fato consumado ao longo dos anos 1980. É nesse período, em meio aos processos históricos citados anteriormente, como a queda do muro de Berlim, o desmonte do Estado de bem-estar e a ascensão do neoliberalismo, que esta oposição assumiu os contornos para os quais queremos chamar a atenção. Pois, é a partir da confluência desses elementos que a crítica aos limites do *Welfare State* e do *socialismo real* se aliou ao discurso do fim das

alternativas e da luta de classes. Tomemos a análise de Boaventura de Souza Santos (2003: p. 258) sobre o surgimento dos novos movimentos sociais (NMS):

A novidade maior dos NMS reside em que constituem tanto uma crítica da regulação social capitalista, como a crítica da emancipação social socialista tal como ela foi definida pelo marxismo. Ao identificar novas formas de opressão que extravasam das relações de produção e nem sequer são específicas delas, como sejam a guerra, a poluição, o machismo, o racismo ou o produtivismo e ao advogar um novo paradigma social menos assente na riqueza e no bem-estar material do que na cultura e na qualidade de vida, os NMS denunciam, com uma radicalidade sem precedentes, os excessos de regulação da modernidade. Tais excessos atingem, não só o modo como se trabalha e produz, mas também o modo como se descansa e vive; a pobreza e as assimetrias das relações sociais são a outra face da alienação e do desequilíbrio interior dos indivíduos; e, finalmente, essas formas de opressão não atingem especificamente uma classe social e sim grupos sociais transclassistas ou mesmo a sociedade no seu todo.

Por suposto, algumas das principais manifestações de impacto internacional, como *Maió de 68*, as *marchas antinucleares*, *por direitos civis* e *pela preservação ambiental*, não se vinculavam necessariamente ao proletariado (SALLUM JR, 2005); ao contrário, muitas dentre elas contavam com forte presença de profissionais das “camadas médias”, tais como os intelectuais.

A constatação da participação massiva desse grupo não implicava, para parte considerável dos estudiosos desses movimentos, numa política de classes. Isto porque eles reagrupariam coletividades distintas, como jovens e mulheres, e as suas demandas expressariam valores e interesses de “caráter universal”, como, por exemplo, a preservação ambiental. Em resumo, essas “novas formas de ação coletiva” se diferenciariam do “velho movimento operário” não apenas pelo seu modo de organização e atuação (não hierárquica, não violenta...), mas, inclusive, por representarem interesses (gênero, raça, meio-ambiente) que atravessariam “os limites específicos” de uma classe. Como afirmou Ana Esther Ceceña (2001: 163), a pluralidade de atores sociais e reivindicações presentes nesses

movimentos colocou em causa além da atualidade da categoria classe social, o papel das vanguardas, a primazia do operariado industrial e a pertinência de uma organização revolucionária que reproduzisse as hierarquias e os preconceitos das organizações capitalistas.

Assim também para Claus Offe (1985), os *novos movimentos sociais*, cujos membros freqüentemente provêm da “camada média” bem formada e informada, diferentemente do movimento operário, pautam suas reivindicações em questões coletivas como os direitos humanos, a paz, a ecologia, a discriminação contra etnias, gênero e orientação sexual. Tratar-se-ia, ainda segundo o autor, de um “novo paradigma político” que, embora agregue determinados grupos socioeconômicos, estabelece novas solidariedades pautadas em valores como a autonomia e a identidade. Este “novo paradigma”, formado da crise do Estado de bem-estar social, teria substituído um tipo específico de ação coletiva que enfatizava o crescimento econômico, a distribuição e a seguridade social, mobilizando grupos de interesses pautados em valores como a propriedade e o progresso material.

Alain Touraine (1989) identifica nesse processo a descentralização do conflito, o fim de projetos de cunho meta-social, o enfraquecimento do papel de mediadores, tanto dentro dos movimentos (como as lideranças e a *intelligentsia*), como entre os “atores” e o sistema político. Em suas palavras:

As reivindicações sociais foram desarticuladas no passado pelo fato de que combatiam sempre um adversário social real, mas que também recorriam ao representante de uma ordem meta-social. O trabalhador dependente combate seu senhor, proprietário da terra ou comerciante, mas recorre à justiça do padre ou do rei. O operário combate o capitalismo, mas o socialismo é também convocação a um Estado nacional [...]. Mais ainda, todo movimento social, agente de conflito, sempre vinculou sua ação de oposição à imagem de uma comunidade reunificada que permitisse a expansão do homem [...]. [Na nova sociedade] não apenas o

sagrado desaparece como é cercado por conflitos fundamentais: no lugar de um mundo superior de unidade, passa-se a girar em torno dos conflitos sociais [...]. Um aspecto simbólico desta generalização dos conflitos é o desaparecimento do sonho da sociedade sem classes e sem conflitos. (TOURAINÉ, 1989: p. 7).

A despeito das diferenças, Alberto Melucci (1989), assim como Touraine, considera o surgimento desses movimentos sociais a expressão de uma nova ordem social, não conjuntural, mas “permanente” e “irreversível”. Segundo Melucci, essa “nova forma de solidariedade conflitual” não se inscreveria no âmbito dos interesses de classe. Nas “sociedades complexas”, para usar o termo do autor, a ação coletiva não estaria circunscrita à luta econômica e aos conflitos políticos, ao contrário, elas “*saem do tradicional sistema econômico-industrial para as áreas culturais*”.

A relação entre classes e ação política estaria, portanto, desfeita; ao menos em tese. Como afirmou Touraine (1989: p. 15): “*descobrimos que os conflitos de classe não representam mais os instrumentos de mudança histórica*”. E assim, a literatura sobre movimentos e classes sociais parecia afastar-se em direções opostas; por conta da ascensão na cena política, o primeiro crescia em importância na teoria social; ao passo que o segundo, devido, em parte, ao refluxo político e ideológico do movimento operário, perdia espaço nos debates contemporâneos. De acordo com Brasílio Sallum Jr. (2005), os estudos sobre classes sociais permaneceram presentes no máximo no debate sobre a estratificação social, enquanto que as análises sobre movimentos sociais destacavam os seus vínculos com a “sociedade civil” e com a cultura⁷.

⁷ Sobre a mudança de foco na literatura: “[...] no caso francês, dois períodos se opõem totalmente, o período de crescimento rápido, de construção de uma forma de democracia social e elaboração do Estado-providência, e a seguinte [...]. Aqui como em outros lugares, a mudança do discurso oficial sobre as classes podem ser simbolizadas numa única data: 1984 [...]. Os primeiros sucessos eleitoriais correlativos da Frente Nacional, e o alinhamento de grande parte da esquerda e de seus intelectuais a tese do desaparecimento das classes sociais [...]. A produção livresca na França contendo o sintagma “classes sociais” após ter culminado com quarenta e

Mas, e é importante perguntarmos, a ausência do proletariado nas crescentes mobilizações e reivindicações que ganham impulso a partir dos anos 1970/1980, assumindo novo ânimo e perfil nos anos 1990, permite-nos concluir que tais movimentos não possuem caráter classista?

Para Klaus Eder (2001), a resposta é não. De acordo com o autor: “*podemos dizer que a sociedade pós-industrial está reorganizando sua base de classe e reorientando suas formas de mobilização*”, por conseqüência, “*os novos movimentos sociais podem ser vistos como uma manifestação de um novo tipo de relação de classe no qual ocorre a ‘constituição da classe média’ nas sociedades modernas avançadas*” (EDER, 2001: p. 17 e 19):

A relação entre classe e política muda necessariamente – mas classe e política são ainda as dimensões que possibilitam entender a dinâmica da sociedade emergente. A crise da política de classe é, em última instância, a crise de uma sociedade industrial em desaparecimento.

O trecho acima indica que embora retome a categoria classe para a análise da ação política, o autor supracitado mantém-se filiado à problemática da sociedade *pós-industrial*, ou seja, percebe na “nova política” a superação do papel destacado que outrora tivera a classe operária. O elemento configurador da “nova classe média”, segundo Eder (2001), é a cultura. Por certo, as classes médias não são definidas exclusivamente pela sua posição nas relações de produção; tampouco a classe operária o é. Todavia, tal constatação não evidencia que este grupo em particular se organize para lutar por objetivos pós-materiais e universais, estando alheio às políticas econômicas que afetaram as condições materiais de seu trabalho.

cinco obras nos anos setenta (o dobro dos anos cinqüenta...), não conta com mais que oito publicações nos anos oitenta” (CHAUVEL e SCHULTHEIS, 2003: p. 22, tradução da autora).

O debate assim colocado por essa literatura deixa claro que o adjetivo *novo*, freqüentemente adicionado antes de conceitos como movimentos sociais, ação coletiva, atores, conflito, etc., não expressa simplesmente uma forma política diferente de contestação e oposição ao *status quo*. Não se trata, portanto, de lutas e organizações que surgiram em decorrência do avanço e da intensificação da exploração e dominação capitalista, podendo assim articular suas demandas na luta de classes vigente. Dito de outro modo, segundo esses autores, os *novos movimentos sociais* não dividiriam espaço, ao menos não por muito tempo, com o movimento operário. Mas, ao contrário, guardada as devidas diferenças, eles apontariam para uma sociedade de outro tipo, na qual o *novo* (movimento social) e o *velho* (movimento operário) indicariam direções opostas de desenvolvimento da ação coletiva, isto é, o nascimento de um e a morte de outro. Assim para Santos (2003: p. 261):

Os protagonistas dessas lutas não são as classes sociais, ao contrário do que se deu com o duo marshalliano cidadania-classe social no período do capitalismo organizado; são grupos sociais, ora maiores, ora menores que classes, com contornos mais ou menos definidos em vista de interesses colectivos por vezes muito localizados mas potencialmente universalizáveis.

Posta em causa a atualidade do movimento operário, os partidos políticos, os sindicatos, a luta de classes, a superação do capitalismo e o projeto socialista, o materialismo histórico seria letra morta.

Todavia, contrariando a afirmação de Melucci (1989) acerca das mudanças definitivas e irreversíveis no âmbito da ação coletiva, o *altermundialismo* surgiu em cena recolocando na ordem do dia não apenas a questão da construção de um projeto “meta-social”, como reivindicações pautadas em critérios bem materiais. A sua existência e a sua importância contrariam em mais de um aspecto as teses citadas acima. Por ora,

mencionamos apenas o papel destacado dos sindicatos no movimento – papel, aliás, que antecede e prepara o seu nascimento:

A participação dos sindicatos em dezembro de 1995 surpreendeu aqueles que faziam uma leitura unilateral da crise sindical, considerando-a definitiva e irreversível. Para estes, os sindicatos estavam fadados ao desaparecimento, os movimentos sociais haviam deixado de existir, as greves de categorias ou setores eram coisas do passado e o único nível de negociação coletiva possível passara a ser a empresa (GALVÃO, 2002: 2)

O *altermundialismo*, também chamado de *novo movimento global*, nasceu num período posterior no qual a extensão e a profundidade das reformas neoliberais colocaram a necessidade de uma ação coordenada. Em meio a experiência dos NMS e os desafios da construção de uma alternativa à ofensiva neoliberal, os *altermundialistas* ocuparam as ruas afirmando que *um outro mundo é possível*; no entanto, crítico da experiência socialista e herdeiro do debate das décadas anteriores, acrescenta: “um mundo que inclua vários outros mundos”. O trecho a seguir delinea essa questão:

O que há de errado com a estratégia que a esquerda desenvolveu ao longo do século XIX? Deve haver muitas coisas, uma vez que a estratégia não foi bem sucedida. A peça central da estratégia como um todo foi o conceito de ‘duas etapas’: primeiro obtém-se poder estatal, depois se transforma o mundo. Essa seqüência fez sentido na medida em que o controle da maquinaria estatal parecia o único modo de superar o poder econômico e cultural acumulado pela camada privilegiada e o único modo de garantir que novos tipos de instituições pudessem ser construídos – e preservados de contra-ataques. Qualquer outro caminho para a transformação social parecia utópico (no sentido depreciativo de ser um sonho), e essa visão parecia ser confirmada pelo fato de que vários outros caminhos para a transformação, sempre que tentados, conduziam a um contra-ataque agressivo e, no final das contas, ao fracasso. (WALLERSTEIN, 2002: p. 27)

É nesse sentido que o *altermundialismo* é apresentado por grande parte da literatura sobre o tema como um movimento “plural”, no qual se encontrariam diferentes grupos sociais reunidos por objetivos e interesses que transcenderiam aqueles definidos pela classe. Mas, simultaneamente, o contexto de sua ação, o mesmo que permitiu o seu

surgimento, trouxe complicadores para a abordagem dos NMS. Isto porque os atores que o compõem não apenas procedem em peso das classes médias, mas destacam reiteradamente a importância da economia, bem como inserem em sua luta demandas materiais. Assim,

diferentemente dos anos 80, quando as lutas dos grupos e movimentos eram essencialmente pelo reconhecimento da identidade sociocultural de seus participantes (ser negro, mulher, índio, ambientalista, homossexual etc.), a gramática atual da antiglobalização une as causas daquelas lutas, bastantes alicerçadas em valores da moral e da cultura (algumas relativas ao plano da subjetividade dos indivíduos), às causas objetivas, dadas pela estrutura econômica e imposições do mercado numa economia globalizada (GOHN, 2007: p. 48)

Os grupos indígenas presentes nos encontros *altermundialistas* não falam apenas em identidade cultural. Ao contrário, associam a expropriação das terras comunais e a exploração do seu trabalho às dificuldades na manutenção e recriação da sua condição indígena. Além de Chiapas, o levante de Oaxaca demarca bem essa particularidade. A insurreição realizada em 2006, também no México, foi uma resposta às tentativas do governador Ulises Ruiz de esmagar a greve dos professores. “*De resto, uma mesma pessoa mobilizada era frequentemente ao mesmo tempo indígena, professor e mulher*” (GOGOL, 2007: p. 60).

No Estado de Oaxaca, 85% do território são de propriedade comunal [...] somente 15% das terras eram de propriedade privada. As comunidades indígenas lutaram para conservar suas terras e o modo de organização de suas comunidades segundo as leis e as tradições em vigor [...]. As estatísticas indicam que cerca de três-quartos da população vivem na pobreza [...]. A maioria não ganha sequer o salário mínimo correspondente a situação de pobreza, fixada a seis pesos por dia. A crise é ainda mais aguda nas zonas rurais [...] o Acordo de Livre Comércio Norte-Americano (ALENA) permitiu aos fazendeiros norteamericanos subvencionados pelo Estado de inundar o mercado com produtos agrícolas mais baratos, o que priva os agricultores mexicanos, em particular aqueles que trabalham na produção do milho, no Sul do México, dos meios de sobrevivência. (GOGOL, 2007: p. 62, tradução da autora)

Cabe, portanto, ressaltar os efeitos conjugados das relações sociais de classe, sexo e “raça” (FALQUET, 2008: p. 122). Se uma definição de classe abstrata passa ao largo dessas realidades, o mesmo ocorre com a noção de identidade, que não pode ser pensada fora do quadro de referências do modo de produção capitalista.

De acordo com Emmanuel Terray (2008), a relação entre imigração e trabalho precário ou escravo é, no espaço europeu, uma realidade. Lembremos dos diversos escândalos de jovens brasileiras que imigraram com a promessa de melhores condições de vida e acabaram inseridas numa rede de escravidão sexual. Nesse simples exemplo existe uma complexa e imbricada relação entre as noções de exploração, gênero e imperialismo, isto porque este fenômeno não se dá facilmente independente do sexo, classe e país.

Ao abordar o problema dos *sans-papiers*, imigrantes ilegais que lutam pela sua regularização na França, Terray (2008) discute o papel fundamental da imigração para a reprodução do capitalismo: *"desde sua origem, o capital liberou o trabalho abolindo os laços de toda natureza [...]. Mas, num primeiro período, os trabalhadores apenas puderam se mover sobre espaços restritos"* (TERRAY, 2008: p. 43, tradução da autora). Apesar do suposto papel potencializador das comunicações e meios de transportes da sociedade atual, em vários países desenvolvidos a luta contra a mobilidade dos trabalhadores imigrantes se tornou uma espécie de causa nacional: *"A imigração ilegal é considerada a responsável por todos os males – desemprego, criminalidade, etc. – e os governos desses países se fixam como objetivo oficial erradicá-la"* (TERRAY, 2008: p. 46, tradução da autora).

Contudo, apesar das políticas de imigração cada vez mais restritivas, o número total de imigrantes no mundo entre 1965 e 1990 passou de 75 a 120 milhões, compondo hoje algo em torno de 200 milhões de pessoas. Para o autor citado, essa contradição demonstra

que existe “*uma aplicação modulada e seletiva da lei, para que os imigrantes sejam mantidos em estado de vulnerabilidade*”. O Estado satisfaz, assim, os empresários, tolerando o trabalho ilegal. Por outro lado, através das operações espetaculares, ele aparece como defensor da soberania nacional (TERRAY, 2008: p. 49, tradução da autora). Assim,

[...] as fronteiras nacionais cumprem na realidade um papel muito diferente daquele que lhe é oficialmente atribuído. Sua função não é impedir os imigrantes de passar [...] ela é feita de uma maneira que passando, os imigrantes assumam uma mudança radical de estatuto. Dito de outro modo, seu efeito não é quantitativo ele é qualitativo. Ele reduz o volume de imigração de forma leve: os imigrantes passam, mas eles passam como ilegais suscetíveis de serem parados a todo o momento, privados de todo o direito e de toda proteção, expostos a toda sorte de delações e chantagens e, por consequência, disponíveis a exploração e escravidão (TERRAY, 2008: p. 48, tradução da autora).

Jules Falquet (2008: p. 128) também constatou a existência de uma mão-de-obra migrante, precarizada, freqüentemente informal, majoritariamente feminina e proveniente do “Sul” e, portanto, “racializada”, destinada a cuidados com crianças e idosos. Aqui também a separação entre as noções de exploração, gênero e etnia, dificulta a compreensão dos conflitos instaurados no capitalismo neoliberal.

Assim, embora nem toda a ação coletiva remeta diretamente à luta de classes, “*todo movimento social em sua especificidade mesma, não pode ser compreendido sem que seja considerada a centralidade da oposição capital/trabalho no seio das sociedades contemporâneas*” (BÉROUD apud GALVÃO, 2011), oposição que não se restringe necessariamente ao local de trabalho e à fábrica.

De modo que a ação coletiva hoje, não menos que ontem, contradiz em vários aspectos o argumento de Touraine, segundo o qual:

Não é mais em nome do cidadão ou em nome do trabalhador que podem ser conduzidas grandes lutas reivindicatórias contra um aparelho de dominação que rege cada vez mais o conjunto da sociedade para orientá-la

em direção a um certo tipo de desenvolvimento; é em nome das coletividades, definidas pelo seu existir mais do que por sua atividade (TOURAINÉ, 1989: p. 10)

Veremos como a ATTAC, uma organização francesa, origem do autor supracitado, exemplifica a nossa tese.

1.3. As classes médias

O uso do termo classe média exige algumas considerações devido a sua particularidade no seio da teoria das classes sociais, qual seja: o fato dela ser, no capitalismo contemporâneo, formada por assalariados, se diferenciando da classe operária não necessariamente por sua posição nas relações de produção, mas antes pela propriedade e o uso diferenciado de bens culturais e simbólicos que lhes conferem possibilidades de distinção, muito embora permaneça submetida, tal como a classe operária, à égide dos capitalistas. De acordo com Christophe Charle (2003: p. 112), o único critério geral que permite defini-la é a sua função:

Assim esse novo discurso sobre as classes médias expressão que designa agora as camadas entre o povo e a burguesia, responde, com efeito, as mesmas funções que quando a classe média era definida entre a nobreza e o povo. É a promessa de ascensão social e a pluralidade de acesso à consideração social para classes populares. Todavia o acento é colocado mais sobre o mérito individual que sobre a propriedade, mérito atestado pelo talento, o diploma, a poupança, o engajamento cívico, etc., mais que pela herança [...] (CHARLE, 2003: p. 112, tradução da autora).

Essa particularidade faz com que as classes médias possam somente ser apreendidas em sua concretude, isto é, num determinado espaço sócio-histórico. Assim, o seu posicionamento⁸ na luta operariado *versus* burguesia depende da sua constituição e

⁸ “Uma vez que as expressões posição, situação, lugar e mesmo condição podem ser entendidas como sinônimos e usadas numa perspectiva estática para se referir a lugar ou estado, utilizaremos a expressão posicionamento para nos referir à ação desempenhada na luta de classes, ou seja, ao movimento efetivo, o que

percurso numa formação social específica, onde o conflito se estabelece sempre entre mais de duas classes e suas frações. Nesse sentido, por exemplo, esse grupo pode estar vinculado prioritariamente ao serviço público ou ao privado, dependendo da formação social em questão. É sabido que as classes médias se diferenciam muito entre países como a França, os Estados Unidos e o Brasil, por isso, inclusive, o uso aqui do termo no plural (*classes médias*).

De acordo com Décio Saes (1997), as classes médias, diferentemente da pequena burguesia não podem ser caracterizadas no nível econômico. Ainda segundo o autor,

é preciso conceder algo à sociologia funcionalista norte-americana: o fenômeno da “classe média” é uma questão de estratificação social, mas (e aqui termina a concessão) a estratificação social sendo entendida como o aspecto da ideologia dominante que reduz a divisão capitalista do trabalho a uma hierarquia do trabalho, correspondente, para empregar a expressão de Bourdieu e Passeron, a uma “escala de dons e méritos” (SAES, 1997: p. 99).

Os aspectos políticos e ideológicos são assim fundamentais na demarcação das fronteiras entre aqueles que vivem da venda do seu trabalho, isto é, os assalariados; sobretudo em casos imprecisos, tais como: os supervisores do processo de trabalho, técnicos e/ou burocratas dotados de autoridade no seio da empresa (BOITO JR, 2004; SAES, 1997). A diferença entre trabalho intelectual e de supervisão e trabalho manual, remete, portanto, não apenas às características intrínsecas ao trabalho, mas ao caráter ideológico necessário a reprodução da sua divisão social (BOITO JR, 2004).

Por certo, no comportamento político de uma classe, qualquer que seja ela, a cultura, a ideologia, a tradição e a conjuntura política estão presentes. A classe considerada como a posição ocupada nas relações de produção, como escreve Boito Jr (2004), indica

compreende não só a dimensão objetiva e estrutural, mas também subjetiva e conjuntural” (GALVÃO, 2011: 3).

uma disposição. O posicionamento político, isto é, o momento em que essa disposição é ativada, depende de inúmeros outros fatores. Falamos, aqui, portanto, de duas ordens de análise.

O modo de produção é um construto teórico, cujo objeto abstrato formal é pensado em sua pureza. Assim, no capitalismo o antagonismo opera entre duas classes fundamentais: a explorada e a exploradora (POULANTZAS, 1977). Ocorre que essa relação não se apreende diretamente a partir do isolamento e identificação de um grupo de agentes. Nesse sentido, *“portanto, a classe é uma realidade teórica que se pensa, e não que se constata empiricamente”* (QUINIOU, 2000: 2). Dito de outro modo, o que existe de fato é um espaço de *“relações de classes que remontam à composição da estrutura social”* (AMORIM, 2010).

O corte entre as duas esferas de análise, o construto teórico abstrato, de um lado, e a particularidade das formações sociais, por outro, sobretudo na análise dos países do centro do capitalismo, possibilitou o decreto do fim das classes. De acordo com Lojkine (1999: p. 119, tradução da autora):

Os debates atuais sobre a referência de classe dos movimentos sociais que se desenvolvem na França desde 1986 têm paradoxalmente um ponto comum, apesar da forte oposição conflitual das diferentes interpretações: a natureza mesmo da classe ou das classes em questão não é questionada, muito menos analisada. Exceto para dizer que o assalariado atual seria mais fragmentado que aquele dos anos 60, ou que os “novos movimentos sociais” (NMS) não teriam nem ator central, nem projeto político alternativo [...].

Por não se encontrarem fincados solidamente num determinado lugar, os agentes sofrem com as mudanças do capitalismo alterações consideráveis, permitindo que uma análise simplesmente do ponto de vista empírico ateste ora o fim do operariado, ora o crescimento ou o declínio das classes médias. Esse tipo de abordagem é ainda mais corrente

entre as classes médias, uma vez que o adjetivo médio pode indicar apenas uma situação intermediária numa escala dada; mas pode igualmente, na medida em que está associado ao nome classes, se referir ao seu posicionamento nas relações sociais de classe, isto é, a sua condição na oposição entre os que detêm a propriedade e aqueles cujo trabalho é determinado pelos interesses e decisões dos proprietários (CHARLE, 2003).

Assim, as classes médias se diferenciam do operariado e da burguesia, muito “*embora tal diferença de classe não seja do mesmo tipo da que opõe as classes fundamentais e antagônicas do modo de produção capitalista – a burguesia e a classe operária*” (BOITO JR, 2004: p. 3). De modo que a nossa insistência na categoria classe para denominar um grupo tão particular justifica-se pelo fato deste não situar-se acima ou para além do conflito configurado nessas formações; conflito, aliás, instaurado no âmbito do capitalismo.

Essas relações não formam uma estrutura estática de posições rígidas e inalteráveis. Para compreendermos a atuação de seus agentes em determinado contexto é necessário considerar a sua *trajetória* no tempo.

O grau em que [...] grupos voltam para o futuro, a novidade, a inovação [...] ou, pelo contrário, orientam-se em direção ao passado, para o ressentimento social e o conservantismo depende do seu passado e de sua trajetória potencial, isto é, da extensão em que eles foram bem sucedidos em reproduzir as propriedades dos seus ascendentes e são (ou sentem-se) aptos para reproduzir suas propriedades na sua descendência (SALLUM JR, 2005: 29).

O trajeto das classes médias ao longo de aproximadamente quarenta anos de neoliberalismo evidencia em muitos pontos um retrocesso. No caso francês, onde nasceu a ATTAC, a constituição do Estado de bem-estar social no pós-guerra interveio em todos os aspectos da existência: da organização do trabalho à configuração familiar, como bem

lembrou Falquet (2008). A criação de uma rede de serviços, como hospitais, creches, escolas, amplamente alocados no setor público, abriu um novo campo de desenvolvimento, beneficiando o surgimento de uma classe média particular.

Comparada à dinâmica social inglesa, por exemplo, esse setor das classes médias francesas acentou-se precocemente sobre a aspiração à igualdade de oportunidades veiculadas ao Estado, justificando assim a sua visão otimista com relação ao papel deste último. Tal discurso não é mera apologia à democracia, mas inscreveu-se concretamente no país ao longo das primeiras reformas republicanas: reforma escolar, liberdade de imprensa, desenvolvimento da função pública territorial, etc. (CHARLE, 2003: p. 110).

Élizabeth Prieur e Emmanuel Jovelin (2005) concordam com a particularidade do Estado de bem-estar francês. Segundo os autores, essa concepção difere do *Welfare State* britânico, no qual os problemas sociais foram tratados, sobretudo, como problema econômico. A política social desse Estado priorizou os trabalhadores considerados eficazes, protegendo-os contra o risco de acidente, doença e desemprego temporário, mas mantendo um sistema punitivo contra os julgados ineficientes: “*A segurança nacional distinguia o trabalhador regular dos outros através da sua contribuição, e separava ‘os trabalhadores, dos preguiçosos’.* Somente os primeiros poderiam receber a ajuda do Estado”. Assim, sua atuação “*não contrariava a ética liberal, ela a reforçava*” (PRIEUR e JOVELIN, 2005: p. 64, tradução da autora).

O bem-estar social francês, ao contrário, associou a sua política ao discurso contra as desigualdades, pautada não no projeto de redistribuição, mas de redução da insegurança social. O seu serviço público envolve uma noção sincrética que integra elementos políticos, jurídicos, sociais e econômicos, em torno de uma doutrina coerente que identifica interesse

público e poder público, confiando a condução e a regulação de parte dos serviços ao Estado, e tão somente a ele (BRILLET, 2004).

É por isso que a França é considerada como um dos países europeus que mais sentiu a implantação das políticas neoliberais e a ruptura com o modelo precedente. A quebra do monopólio estatal provocou mudanças no regime de propriedade de vários dos setores públicos, impactando os seus funcionários, seja através das demissões ou substituição dos aposentados, seja pela incitação a mobilidade voluntária, reduzindo contingente de assalariados protegidos pelo estatuto anterior. Como dissemos antes, o neoliberalismo não atingiu de forma idêntica todos os países e todas as classes, isto por que:

Em alguns países o emprego público e, por conseguinte, as fontes de renda pública ou salário social constituem mais de 50% do emprego e da renda. Esta é uma mudança notável com implicações sobre a atividade política, a cultura política e a experiência social, como Therborn salienta corretamente: “a rotina cotidiana do Estado predominante – como indicado pelos padrões de gasto e emprego públicos – centrou-se na assistência social, bem-estar público e educação pública” (KING, 1988: p. 54).

Nesses países as classes médias compuseram a “sociedade do bem-estar” não apenas como usuários dos serviços públicos, mas igualmente como produtores, ou seja, como funcionários do Estado. E *a expansão deste tipo de emprego, combinada à formação de interesses burocráticos*, constituiu-se em base de apoio às forças políticas comprometidas com este modelo (KING, 1988).

Para assegurar a sua reprodução social, essas classes médias contam em larga medida com o Estado. Mesmo enquanto usuários, elas se diferenciam das classes populares em geral. Pensemos, por exemplo, no papel negativo do processo de desclassificação dos diplomas, estes essenciais, sobretudo, para os grupos que dependem do sistema escolar superior (particularmente daqueles mais seletivos, dominados pelas camadas privilegiadas,

mas aberto às classes médias, através do mito meritocrático) (CHARLE, 2003: p. 130). A centralidade daquilo que Charle (2003) chamou de *Etat enseignant* (Estado professor) explica porque alguns dos conflitos que mais mobilizaram a sociedade francesa recente eclodiram por conta das reformas dos liceus e das universidades, onde esses grupos investiram parte de sua vida, e, que, portanto, percebem na mudança das regras um processo de degradação, nivelamento ou exclusão.

Politicamente esse fenômeno provocou a decepção com o Partido Socialista francês (PS), que sempre angariou votos das classes médias do setor público. Quando o PS se comprometeu com agenda neoliberal as críticas aos limites da política institucional adentram o discurso daquelas organizações que se tornariam os novos porta-vozes dessas classes. Pois, essa trajetória não poderia explicar a rápida ascensão da ATTAC e os seus esforços em formar a *gauche de la gauche* (esquerda da esquerda)?

Tudo leva a crer que a formação das classes médias nos Estados Unidos se deu de maneira diversa da realidade francesa, onde o destino desse grupo foi selado ao do Estado. A título de contraponto, o relato da experiência da jornalista Barbara Ehrenreich (2006) entre os desempregados dos Estados Unidos os quais ela denominou de “colarinhos-brancos” é interessante. Segundo ela, a procura de emprego entre esse grupo se tornou uma ciência que requer acessórios para elaborar um bom currículo, palestras motivacionais, eventos de contatos, instrutores de carreira, etc. Ehrenreich, que já pesquisou outros desempregados, escreve: “*Ao contrário dos colarinhos-azuis, os colarinhos-brancos desempregados provavelmente têm economias para investir em sua busca de emprego; além disso, frequentemente estão sozinhos e deprimidos – um mercado perfeito [...] para qualquer serviço que prometa prosperidade e renovada auto-estima*” (EHRENREICH, 2006: p. 22). Outra característica também nos chamou a atenção, vejamos:

[...] pesquisa no Google todas as combinações possíveis de *desemprego, colarinho-branco, profissional e trabalhos*. Descubro que estas não são as melhores palavras-chave. Primeiro, os colarinhos-brancos sem emprego não são “desempregados”; eles estão “em transição” ou, talvez, envolvidos em uma “investigação de trabalho”. Somente os simplórios – os colarinhos-azuis e rosa – admitem realmente estarem desempregados (EHRENREICH, 2006: p. 36).

Esses elementos não demarcam apenas os diferentes tipos de desempregados, eles fornecem também indícios sobre o comportamento das classes médias estadunidenses em face do neoliberalismo no país. Aparentemente mais associada ao setor privado, esse grupo não passou incólume pelas transformações do capitalismo. Como bem indicou Catherine Sauviat (2005), a transferência da instabilidade do mundo financeiro para dentro das fábricas atingiu também os assalariados de alta posição. Entre os efeitos constatados: redefinição da estrutura hierárquica, salários associados à produtividade, contrato de trabalho por tempo determinado e uma alta concorrência do mercado de trabalho. Nas palavras da autora:

A satisfação das normas de rentabilidade financeira imposta pelos mercados e a aceleração induzida na circulação dos títulos de propriedade das empresas (surgimento de um mercado de controle das empresas) se deram conjuntamente com a degradação das condições de trabalho dos assalariados e o elevado crescimento das desigualdades de renda. Esta situação levou a uma maior instabilidade e insegurança no emprego, colocando não somente os operários, mas, cada vez mais, os profissionais qualificados sob ameaça constante das realocações e das subcontratações [...] (SAUVIAT, 2005: p. 46).

Não obstante as diferenças de países e setores, as classes médias, ciosas da sua possibilidade de ascensão social, sofreram mudanças significativas – muito embora essas mudanças não sejam suficientes para incluí-las, segundo sua própria percepção, na categoria desempregados, ou quiçá de simples trabalhadores – dado que certamente marca o perfil da sua ação coletiva:

[...] é a aspiração à promoção social, que forma, sem dúvida, o núcleo duro das características constituintes das classes médias. A idéia de posição intermediária é, com efeito, ligada à visão de sociedade como um conjunto fluído onde os movimentos ascendentes e descendentes são possíveis, a ascensão aparece como o resultado do trabalho, da poupança, do mérito, breve, como recompensa da virtude. (CHARLE, 2003, tradução da autora)

No Brasil existe hoje toda uma discussão sobre o crescimento das classes médias. Jessé de Souza (2010) não concorda com esta constatação. Esse argumento, pautado em dados sobre a renda e o consumo, não considera, afirma o autor, a gênese sociocultural das classes. Segundo ele, *“o ‘segredo’ mais bem guardado de toda sociedade é que os indivíduos são produzidos ‘diferencialmente’ por uma ‘cultura de classe’ específica”*; desconsiderar este dado permite analisar *“a sociedade como um “ajuntamento de indivíduos desconexos sem passado e história”*. De modo que *“ser classe média não significa somente possuir um pouco mais de dinheiro para gastar, significa apropriar-se de conhecimentos e desenvolver potencialidades que habilitam o cidadão a entrar em outro universo simbólico e de valores”* (SOUZA, 2010: 6).

Para Waldir Quadros (2010), as classes médias brasileiras corresponderam em 2009 a algo em torno de 7,7% da população, os demais seriam apenas trabalhadores que melhoraram o seu padrão de consumo. Esse movimento crescente do consumo associado a uma relativa redução dos índices de pobreza, precipadamente associado a um processo de *moyennisation* da sociedade brasileira, referiu-se, sobretudo, às camadas menos qualificadas, cujo acesso a uma renda maior deve-se em larga medida aos programas sociais implantados no governo Lula (QUADROS, 2010: p. 3).

Por certo, essas diferenças entre as classes médias – diferenças que, insistimos, são marcadas pela própria relação que estas estabeleceram com as outras classes de cada

sociedade – interferem no posicionamento político. Ao levantarmos a composição social da ATTAC saberemos a origem de classe de seus integrantes. Mas, ainda não conseguiríamos estabelecer o elo que liga a origem de seus membros à posição de classe da associação. A constatação da presença das classes médias nos movimentos sociais por si só não implica diretamente numa política de classes. Dito de outro modo, não saberíamos porque as classes médias se mobilizaram no *altermundialismo* e quais particularidades que esse grupo coloca para o tema da transformação social. É na análise do seu programa e da sua atuação política ante a luta de classes instaurada pelo neoliberalismo que poderemos, portanto, constatar se a ATTAC tem uma posição de classe e em que medida essa posição estende-se ao *altermundialismo* como um todo.

CAPITULO 2:

O Altermundialismo em cena

2.1. O movimento como o (re)nascimento da luta global



Foi a partir da segunda metade dos anos 1990 que surgiram o que José Corrêa Leite (2005) denominou de “novas resistências”. Estas, marcadas pelo seu “caráter político inovador”, decorreriam, segundo o autor, de correntes anticapitalistas,

convergindo num “*movimento novo, global, de oposição ao neoliberalismo, à dominação imperial e à militarização*” (LEITE, 2005: p. 337). Nesse mesmo sentido, Ignácio Ramonet (2000: p. 6) afirma que o *altermundialismo* “*é um movimento diferente [...] que traduz uma realidade nova, contraposta aos ásperos tempos dos anos 80, quando o neoliberalismo dominava a aparente novidade*”.

De acordo com Christophe Aguiton (2002), “*esse renascimento da contestação mundial*” foi possível em decorrência da retomada das lutas nos quadros nacionais. Deste modo, o levante organizado em 1994 pelo EZLN em oposição ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA⁹) é considerado um marco para o

⁹ NAFTA: do inglês *North American Free Trade Agreement*.

altermundialismo. O movimento zapatista, embora formado por indígenas, não restringiu a sua atuação ao reconhecimento da identidade cultural de seus integrantes, mas, ao contrário, aliou esta demanda à luta contra a “globalização neoliberal”, o que marcaria o sentido de uma convergência entre vários outros movimentos (BUEROSTRO y OLIVEIRA, 2002: p. 54). Além deste levante, outros sinais indicariam o esboço de “uma nova reação”, entre eles: a greve dos trabalhadores estatais franceses, em 1995; as greves da montadora General Motors e da Boeing, nos Estados Unidos, em 1998; as manifestações dos trabalhadores coreanos, em 1997/1998, e a greve da Universidade Nacional do México (UNAM), em 1999 (AGUITON, 2002).

A despeito desses e outros antecedentes, sempre mencionados na literatura, o *altermundialismo* não data o seu nascimento de uma greve, mas das manifestações de rua realizadas por ocasião do encontro da OMC, em Seattle (1999), onde 50 mil pessoas protestaram contra a então chamada *globalização das corporações*. Para os seus militantes, a chamada *Batallha de Seattle* foi bastante significativa. Primeiro porque teria representado uma importante vitória: a reunião foi suspensa e a aprovação do AMI vetado¹⁰. Segundo porque explicitou a inviabilidade de avanços dentro de um quadro de negociações com os organismos multilaterais – tarefa na qual parte das ONGs vinculadas ao *altermundialismo* sempre esteve empenhada¹¹. Assim,

¹⁰ “Em 1997 começa a ser difundido, inicialmente por intermédio de redes de ONGs, o conteúdo das negociações internacionais do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), conduzida pela Organização para o Comércio e Desenvolvimento Econômica (OCDE). O acordo tratava da proteção dos interesses de investimentos estrangeiros e buscava reduzir ou adequar a capacidade reguladora dos Estados em favor desses interesses” (DI GIOVANNI, 2007: p. 9).

¹¹ Seattle foi também uma das primeiras grandes manifestações a ganhar as manchetes da imprensa internacional devido à ação violenta da polícia que respondeu aos protestos com gás lacrimogêneo, spray de pimenta, caminhões de água e balas de borracha. Sua repercussão levou a afirmações como a de Edgar Morin, segundo o qual: *se o século XX terminou com a queda do muro, o século XXI começou com Seattle* (DI GIOVANNI, 2007).

Com grande impacto midiático, as manifestações implicaram a suspensão da cerimônia de abertura da conferência, impediram um discurso de Bill Clinton aos delegados numa noite de gala e levaram ao cancelamento da cerimônia de encerramento, contribuindo para acirrar as divergências entre os países-membros da organização. Com o fim da conferência sem uma agenda de continuidade acordada, Seattle tornou-se a referência enquanto um “acontecimento fundador” que “instala o movimento global como ator permanente em cena” (DI GIOVANNI, 2007: p. 16).

Na bibliografia sobre o tema, muitos são os nomes usados para identificar o movimento, são eles: *Povo de Seattle*, *Povo de Porto Alegre*, *movimento anticorporação*, *antidavos*, *movimento dos movimentos...* Nenhum desses, entretanto, teve a repercussão do termo *antiglobalização*. Esta denominação amplamente empregada pela mídia não corresponde, segundo os ativistas, aos seus objetivos; muito mais preciso, nesse sentido, seria a qualificação de origem francesa: *altermondialistes*, isto é, por outra mundialização. É bem provável, no entanto, que a responsabilidade do alcance do primeiro termo não se deva somente à imprensa; ao longo de uma década de existência, nem sempre o *altermundialismo*



teve claro o eixo em torno do qual se reunia, de modo que seu discurso variou entre demandas mais abstratas, como a oposição à “mercantilização da vida”, e a luta contra

determinadas políticas neoliberais, incluindo, sobretudo após os atentados de 11 de setembro, críticas ao imperialismo estadunidense. Assim, para Agrikoliansky, Sommier e Fillieule (2008), a luta contra a mundialização neoliberal foi mais consequência que causa das manifestações *altermundialistas*.

Hoje, de um modo geral, as manifestações *altermundialistas* gravitam em torno da crítica ao neoliberalismo, embora exista quem procure estendê-las ao capitalismo. Entretanto, a despeito da insatisfação com a ordem existente e das reivindicações por mudanças mais amplas, poucos são aqueles que defendem uma sociedade socialista¹². O que suscita questões embaraçosas, tal como: esse novo mundo, livre da discriminação, da pobreza e da opressão, pode se concretizar no âmbito do capitalismo? Para François Houtart (2002: p. 69): *“se o neoliberalismo é uma fase do desenvolvimento capitalista é, portanto, de alternativas ao capitalismo que se trata e não somente de transformações menores”*. Mas, ressalta ainda (2001: p. 97): *“não se trata de falar de um único modelo, rígido e capaz de fornecer por antecipação todas as soluções”*, pois a *“nova sociedade é ainda desconhecida dos intelectuais e militantes do movimento”*. Segundo esta perspectiva, a falta de projeto representaria uma fase (inicial) de construção e consolidação da unidade entre os movimentos, algo que possivelmente seria superado ao longo dos encontros e ações conjuntas. Como escreveram Amim e Houtart (2003: p. 12):

Alternativas no plural. Não somente porque queremos evitar todos os dogmatismos de escola e colocar o acento sobre o caráter positivo da diversidade na construção do futuro, mas também porque, como já o dissemos, o futuro será o produto da interação dos movimentos sociais, e porque o grau de coerência e a natureza desse produto não são conhecidos de antemão.

¹² Como afirmou Diego Azzi (2007: p. 77): “[...] vale apontar que ainda que as forças políticas de tradição socialista estejam presentes e atuantes neste tecido antiglobalização, sempre estiveram longe de serem hegemônicas ao modo como chegaram a ser durante a ordem bipolar da Guerra Fria”

O Fórum Social Mundial é, na atualidade, a expressão *altermundialista* mais notória. Ele agrega diferentes organizações e é visto por seus representantes como o “*novo protagonista da esquerda do século XXI*” (LEITE, 2003). Essa auto-imagem faz com que se apresente como uma “nova forma de organização”, diferente e, por vezes, superior historicamente ao movimento socialista, o qual estaria datado ao século XIX e XX. O trecho a seguir é ilustrativo neste sentido:

Se a idéia de emancipação social saltou das prateleiras veneráveis da História para desembarcar no carnaval das lutas sociais, é porque se livrou do que a prendia ao mundo dos mortos. Um novo projeto transformador precisa enfrentar o capitalismo do século 21. Para isso, não pode se apoiar nas respostas oferecidas (alias, sem êxito...) às fases já passadas do sistema [...]. A nova cultura política tende a rejeitar todas as tentativas de hierarquização (que atentam contra a igualdade) ou de uniformização (que violam a diversidade) – tanto as que partem do capitalismo, quanto das velhas formas de luta contra ele. Não há sujeitos sociais ‘históricos’ mais capazes do que outros para liderar a transformação do mundo. Não há campanhas que sejam, a priori, mais relevantes que as demais. Não há direções – nem partidárias, nem intelectuais – autorizadas a definir estas campanhas em nosso nome, fora de nossos espaços de diálogo (MARTINS, 2006).

A primeira edição do FSM ocorreu entre 25 e 30 de janeiro de 2001, na cidade de Porto Alegre, nos mesmos dias do Fórum Econômico Mundial (FEM), tradicionalmente realizado em Davos, na Suíça, e que completou nesta ocasião a sua 31ª edição. Essa simultaneidade, segundo seus organizadores, não foi ocasional. A idéia era promover um encontro diametralmente oposto ao FEM, isto é, pautado na primazia das questões sociais frente à economia¹³. De acordo com Naomi Klein (2002), essa iniciativa almejou aproveitar

¹³ “Em janeiro de 2001 realiza-se em Porto Alegre o primeiro Fórum Social Mundial. Assim como as contracúpulas e os dias de ação global, o FSM acontece simultaneamente ao Fórum Econômico Mundial. Um debate via satélite coloca figuras emblemáticas dos dois encontros ‘frente a frente’. Uma mãe da Praça de Maio chama George Soros de ‘monstro’. Porto Alegre torna-se então referência para uma grande diversidade de organizações e movimentos, a partir de alguns pontos convergentes: fundamentalmente, a oposição à visão do neoliberalismo como forma totalizante e intransponível de organização econômica e política de um sistema de relações em escala mundial” (DI GIOVANNI, 2007: p. 25).

a energia da luta *contra*, desencadeada com as manifestações, a favor da construção de alternativas, de onde o lema “*um outro mundo é possível!*” A possibilidade de transformação social anunciada não trazia consigo respostas acerca da natureza desta outra sociedade. Como escreveu Klein (2002: p. 265): “*o estranho era que não clamávamos por um outro mundo específico, mas apenas pela possibilidade de algum outro mundo*”. E assim o FSM marcou o esforço da retomada dos projetos globais (LEITE, 2003), sem apresentar um projeto.

Até janeiro de 2001 as manifestações vinculadas ao *altermundialismo* tinham ocorrido, sobretudo, nos países do “Norte”. A escolha de Porto Alegre, assim como a data, foi estratégica: situada no “Sul”, num país com as dimensões do Brasil, a cidade contava com a infra-estrutura necessária, cedida em parte pelo governador Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT), e com uma experiência que interessava politicamente o movimento, a saber: o orçamento participativo.

Assim, a primeira edição do FSM, contou com quinze mil participantes, entre os quais cinco mil delegados. Se a maioria proveio da América Latina, o número de europeus e, particularmente, franceses, impressionou: algo em torno de quinhentos representantes de organizações francesas. A despeito da presença significativa de estrangeiros, foram muito poucos os africanos e asiáticos: “*Globalmente, este evento foi essencialmente franco-brasileiro*” (PLEYERS, 2008: p. 19). Entre as principais organizações de 2001 estiveram: a ATTAC, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Via Campesina, o MST e a Confederação Camponesa, representada por José Bové (PLEYERS, 2008).

A segunda edição do FSM ocorreu mais uma vez em Porto Alegre e contou com mais de cinquenta mil manifestantes. Entre os quinze mil delegados de cento e vinte e três países, cerca de seis mil eram brasileiros. Apesar dessa maioria, novamente a presença dos

européus (entre os primeiros: italianos, franceses e belgas) foi destacada. De acordo com Geoffrey Pleyers (2008), este fórum se aproximou mais de um encontro euro-latinoamericano, que de um evento de caráter mundial. Marcado por temas como o atentado terrorista nos Estados Unidos da América e a crise econômica e política na Argentina, a



preocupação com a democracia interna e a extensão do fórum a outros movimentos e países começou a ocupar os espaços de discussão.

O terceiro FSM ocorreu em 2003

também em Porto Alegre, contando com cerca de cem mil participantes. O recém empossado presidente Lula foi um de seus convidados e o seu discurso reuniu sessenta mil pessoas num estádio de futebol da cidade. A grande participação de ONGs na organização do fórum foi motivo de críticas, assim como a eficácia da própria estrutura do FSM. Uma das queixas dizia respeito à postura passiva em que foram mantidos os militantes diante das grandes conferências propostas pelo secretariado brasileiro e pelo Comitê Internacional (tal como a palestra de Noam Chomsky).

Desde então, os números dos Fóruns Sociais Mundiais não pararam de crescer. Em 2004, na Índia, foram cento e quinze mil participantes. Em 2005, de volta ao Brasil, aproximadamente cento e cinquenta e cinco mil ativistas. Em 2006, o primeiro realizado de

forma policêntrica, foram ao total cento e vinte e sete mil pessoas (contando os três países: Venezuela 72.000, Mali 25.000 e Paquistão 30.000).

No ano de 2009, em Belém do Pará, ocorreu o primeiro fórum no Brasil fora de Porto Alegre. Este contou com a presença de cento e trinta e cinco mil participantes e representantes de cento e quarenta e dois países; agora, então, mais bem distribuídos entre as regiões de globo: 4.193 da América do Sul; 491 da Europa; 489 da África; 334 da Ásia; 155 da América do Norte; 119 da América Central; 27 da Oceania.

Após completar dez anos, o Fórum Social Mundial voltou a Porto Alegre, em janeiro de 2010, para um balanço de sua trajetória. Uma década mais tarde o FSM atingiu *status* de um verdadeiro acontecimento na cidade. Na abertura do encontro, muitos lamentaram a ausência do fórum em outros anos. A declaração seguinte, extraída de um jornal local, indica que o evento, antes mal quisto por certos setores da sociedade local, assumiu prestígio e importância, inclusive por movimentar o comércio, a rede hoteleira e o turismo em Porto Alegre:

Mario Cruz, da Abong, identificou corretamente o FSM como um evento da cidade, e não apenas de um partido: “Trazer de volta o evento foi uma das formas de mostrar que o Fórum Social Mundial não era de um governo, mas da sociedade porto-alegrense. Além disso, em janeiro, ou tem o Fórum ou não tem nada em Porto Alegre. Por isso, pensamos em no próximo ano continuarmos com algumas agendas para preparar os membros da sociedade que queiram ir ao Fórum Social Mundial em Dacar, no Senegal” (*Jornal do Centro de POA* 26/01/2010)

Assim também o presidente da Assembléia Legislativa, que sediou parte considerável dos debates do encontro de 2010, afirmou que o FSM não foi anteriormente um consenso na cidade, e que foram muitos os que se posicionaram contra o encontro de 2001, preocupados com os possíveis prejuízos causados por “baderneiros esquerdistas”.

Todavia, dez anos depois, todos, inclusive os partidos de direita, aprovaram a retorno do Fórum Social Mundial com o apoio da prefeitura e do governo do estado.

O FSM 2010 foi particularmente interessante, pois a pauta girou, sobretudo, em torno do papel do fórum na construção de uma sociedade alternativa. A primeira mesa com Francisco Whitaker, João Pedro Stédile (MST), Oded Grajew (CIVES) e João Antônio Felício (CUT), membros do Comitê Internacional (CI), avaliou os avanços e os limites do evento. Com exceção de Stédile que se declarou textualmente descontente com os resultados do fórum, todas as outras ponderações foram mais otimistas.

A estrutura organizativa do fórum reivindica e proclama as vantagens da auto-organização, da participação diversificada de sujeitos, da igualdade de expressão, bem como recusa e critica a existência de líderes e dirigentes. Segundo seus defensores, ninguém está autorizado a falar em nome do FSM. Na prática, não funciona bem assim. Durante os encontros é possível perceber aquelas personalidades mais facilmente associadas ao fórum, e que são reiteradamente chamadas a manifestarem-se em nome dele através dos principais meios de comunicação. Normalmente são representantes de algumas das entidades presentes do CI, cuja participação garante o direito à decisão sobre a periodicidade, o local, o tema das principais mesas, os convidados e, mais importante, à elaboração desta estrutura que defendem mesmo diante das crescentes insatisfações com os seus limites políticos.

De acordo com essa avaliação, o FSM não é um movimento, mas um espaço de encontro, discussão e reflexão das organizações presentes no *altermundialismo*; um “espaço espontâneo da sociedade civil” cuja apresentação de um projeto social apenas serviria para desintegrar. Entre os defensores dessa estrutura encontram-se Chico Whitaker, Oded Grajew (CIVES) e Cândido Grzybowski (IBASE). Segundo eles, o fórum teve um

papel ideológico decisivo, pois ao defender a possibilidade *de um outro mundo*, reascendeu a esperança, colocando em cheque os determinismo da ideologia neoliberal.

Esta tese tem seus críticos no seio mesmo do CI, é o caso de João Pedro Stédile (MST) e João Antonio Felício (CUT), que, embora reiterem a importância da existência de um espaço democrático destinado ao debate, acentuam as fragilidades deste tipo de organização. Assim, para eles, se é verdade que o FSM venceu uma batalha ideológica contra o neoliberalismo, também é verdade que ele não soube aproveitar este espaço para a construção de um movimento internacional de massa. Segundo Stédile, existe uma dívida programática e um déficit político para com os militantes, pois, se o neoliberalismo se tornou menos credível hoje, o cenário para os *altermundialistas* não é melhor que há dez anos. Para exemplificar cita: as guerras e avanço das bases militares imperialistas; a maior concentração de capital, o conservadorismo dos grandes meios de comunicação; a criminalização dos movimentos sociais... “*Nós vencemos?!*”, “*Falhamos na organização das massas*”. “*Só as idéias não mudam o mundo. É preciso que as massas acreditem nessas idéias*”. João Antônio Felício (CUT) destacou ainda a incoerência da ausência de um projeto comum: “*No Fórum Social Mundial tem muita coisa. O que não tem é neoliberal*”; “*Não tem ninguém que defenda a guerra e o neoliberalismo*”; “*Se todos pensam o mesmo sobre o conjunto, porque não construímos um programa sobre o que é consensual?*”; “*Se todos condenam os abusos da sociedade, qual é o problema de colocar isso no papel?*”

Deste modo, uma década mais tarde, as dificuldades em visualizar essa *nova sociedade* persistem; dificuldades que a própria estrutura do fórum não busca superar. O sexto item da *Carta de Princípios* do FSM (ANEXO 3) declara:

Os encontros do Fórum Social Mundial não têm caráter deliberativo [...]. Ninguém estará, portanto autorizado a exprimir, em nome do Fórum, em qualquer de suas edições, posições que pretenderiam ser de todos os seus participantes. Os participantes não devem ser chamados a tomar decisões, por voto ou aclamação, enquanto conjunto de participantes do Fórum, sobre declarações ou propostas de ação que engajem a todos ou à sua maioria e que se proponham a ser tomadas de posição do Fórum enquanto Fórum (FSM, 2008).

Essa recusa *em tomar decisões e elaborar declarações ou propostas de ação que engajem a todos ou à sua maioria* não impede que a questão reapareça em todos os encontros do FSM (LEITE, 2005): se o fórum foi criado para pensar alternativas, é inevitável que se pondere sobre qual ou quais seriam elas. Desde a sua 5ª edição, em 2005, o tema vem merecendo atenção especial. Neste encontro um manifesto foi escrito por intelectuais ativistas elencando algumas bandeiras as quais o *altermundialismo* deveria empunhar para deixar de ser “moralmente vitorioso” e “politicamente ineficaz”. Entre as propostas apresentadas, uma, em especial, provocou polêmica: a articulação entre os movimentos sociais e os governos de esquerda da América do Sul, particularmente o de Hugo Chavez, objetivando a criação de uma frente antimperialista (LEITE, 2005).

Na mesma linha do manifesto de 2005, o “Apelo Bamako”, redigido pelo Fórum Mundial de Alternativas na 6ª edição do FSM, em 2006, chamou os *altermundialistas* à luta contra o imperialismo. Pouco antes deste encontro, dois textos lançados por Ramonet e François Polet colocaram em questão a eficácia do método fórum:

O argumento dos dois textos é muito semelhante e pode ser resumido [...]: a) Ao se desdobrar, todos os anos, em milhares de atividades e centenas de proposições sem hierarquia entre si, o FSM mantém seus participantes fragmentados e se reduz a uma feira ‘folclórica’ de idéias e boas intenções; b) O caminho para evitar que este grande projeto se perca é fazer do Fórum uma grande ‘assembléia geral da humanidade’, onde sejam escolhidas ações prioritárias, a ser adotadas por todos os participantes. (MARTINS, 2006)

Para Antonio Martins (2006), essa iniciativa seria um erro. Em sua opinião o FSM não apenas tem proporcionado um debate aberto, como tem “*evitado a concretização de projetos essenciais para o capital*”, de forma que estabelecer demandas e pautas prioritárias, “*seria [nas suas palavras] ceder ao canto das sereias da velha tradição*”.

O acirramento deste debate recolocou na ordem do dia uma questão tratada com a maior cautela pelos *altermundialistas*, a saber: a construção de um projeto social. Como vimos, para alguns de seus integrantes, isso implicaria em retroceder aos erros da chamada esquerda tradicional, assumindo um “discurso totalizante”. Segundo Ignácio Ramonet, membro da ATTAC, a desconfiança com relação à experiência passada não pode impedir a construção de um contra projeto e uma contra ideologia, isto é, “*um edifício conceitual que se possa contrapor ao modelo atualmente dominante*” (RAMONET, 2000). Assim também para Amin e Houtart (2003), o movimento deve permanecer “múltiplo e aberto”, mas certas orientações no estágio atual da luta tornaram-se urgentes. E, nesse sentido, ponderam: quanto mais comunicáveis são as identidades, mais difícil concentrar as resistências em projetos coerentes e globais. Assim, se para uns, a elaboração de um projeto é um retrocesso; para outros, as dificuldades em pensar pontos alternativos, avançando numa unidade maior entre os movimentos, são limites que devem ser superados. Assim como para Stédile, para Emir Sader (2002), o fórum conta com força social, moral e intelectual, mas falta-lhe força política e econômica. O risco, alerta ele, é que o encontro anual transforme o FSM num evento em detrimento de um processo de construção de alternativas: “*ninguém muda o mundo reunindo-se uma vez por ano*”. E aqui temos uma crítica a outro ponto da *Carta de Princípios*, segundo o qual *o Fórum Social Mundial é um espaço* e não um movimento.

O impasse exposto acima indica que “o (re) nascimento do novo movimento global” não superou as marcas impostas às lutas sociais pelo neoliberalismo. Como bem observou Julia Ruiz Di Giovanni (2007: p. 35) “*os sujeitos dos protestos antiglobalização não são de forma alguma imunes à repetida proclamação da impossibilidade da revolução social*”. Aliás, é essa confluência que marca a tensão (possibilidade/impossibilidade) e a contradição do *altermundialismo*: a busca por uma sociedade que não ultrapasse esta que o gerou.

Mas, uma vez que aparentemente não existem grandes diferenças entre os *altermundialistas* com relação às críticas ao modelo neoliberal, como notou João Antônio Felício (CUT), o que impede a elaboração de um projeto antineoliberal?

Entre as organizações que compõem o Conselho Internacional do FSM encontram-se: as ONGs, como o *Greepeace*, a *Friends of the Earth*, a *Public Citizen* e *50 years is enough*, bem como a *ABONG* (Associação Brasileira de ONGs); os centros virtuais de mobilização, como a *Direct Action Network* (DAN) e a *Ação Global dos Povos*; os anarquistas *Tute Biache e Desubbedienti*; o *Movimento de Resistência Global*; a *Via Campesina*; o *Movimento Contra a Construção de Barragens*; o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra*; as *Marchas Europeias contra o Desemprego*; a *Marcha Mundial das Mulheres*; os centros de pesquisas, como a *Focus on the Global South*, a *CLACSO* (Centro Latinoamericano de Ciências Sociais) e o *Fórum Mundial de Alternativas*; os centros de informações, como a *ALAI* (Agencia Latinoamericana de Información) e *CMI* (Centro de Mídia Independente); as centrais e confederações sindicais como a *CTA* (Central dos Trabalhadores Argentinos), a *CES* (Confederação Europeia de Sindicatos) e a *CUT*; os cristãos da rede *Lilliput*, *CBJP/CNBB*, entre outros.

A diversidade das organizações que integram o FSM é grande, muito embora nem todos tenham o mesmo grau de implicação. A heterogeneidade organizacional, entretanto, torna ainda mais surpreendente a homogeneidade social de seus militantes. A *Direct Action Network*, coalizão considerada responsável pelo sucesso de Seattle, agrega em sua maioria organizações universitárias. Segundo Aguiton, as reuniões do *Reclaim of the Streets*, também formado no seio da universidade, chamam a atenção pela semelhança geracional, cultural e racial de seus participantes: “o movimento altermundialista se singularizou pelo caráter mundial de seu alvo – prioritariamente as grandes instituições internacionais (...) e uma grande homogeneidade social dos militantes mobilizados – jovens com muito capital cultural e escolar, geralmente oriundos das camadas favorecidas.” (AGUITON, 2005, p.38)

De resto, organizações como estas compostas por jovens universitários vinculados a campanhas de boicote e sabotagem simbólica contra as grandes empresas globais, como a Coca-Cola, a Nike e a Shell, parecem ser a forma *altermundialista* mais recorrente nos EUA, de onde o sucesso do termo *anticorporações* no país. Certamente os Estados Unidos, apesar de Seattle, não é um dos países mais presentes nos Fóruns Sociais Mundiais. Aliás, os encontros do FSM e, por conseqüência, de parte importante dos desdobramentos do *altermundialismo*, foram até aqui marcados pela participação dos países da Europa e da América do Sul, com diferenças significativas no perfil das organizações de cada uma dessas regiões.

Mesmo considerando os encontros sediados em países da África e da Ásia, a participação dessas duas regiões permanece marginal. Geraldo Fontes (MST), em entrevista para Diego Azzi (2007: p. 137), pondera sobre uma dessas experiências:

“Agora, pensando em Nairobi como continuação do processo, também somos críticos porque não contribuí em nada no processo. Não contribuí em nada porque, embora existam muitas avaliações de que permitiu que na África fosse realizado um espaço e tal, na nossa avaliação isso é falso, porque a presença africana em Nairobi estava condicionada às possibilidades européias de facilitação financeira. É aquilo que a gente viu, quem ia lá era aquele pessoal que a Cáritas, por exemplo, levava, financiava e indicava. A Action Aid a mesma coisa. As atividades promovidas por eles eram, em termos de oficinas, etc, pautadas pelos europeus. Podem dizer que sessenta por cento da presença era africana; africana vírgula, africana com um bancão atrás. [...] Em nível mundial, pior ainda, ou seja, do Fórum de Nairobi não saiu nada novo que em 2004, 2005 e 2006 não tivesse sido colocado na pauta”

O *altermundialismo* não teve assim o mesmo impacto em todos os pontos do globo, sendo menos global do que julgou de início. Também não obteve a mesma adesão de todas as classes sociais. Essas considerações são relevantes para a análise da sua atuação política e podem explicar em larga medida a tensão anunciada anteriormente. A esse respeito, os relatos da experiência militante de Di Giovanni (2007: p. 10 e 11) são particularmente interessante¹⁴:

A partir de contatos diversos construídos indiretamente por intermédio da ATTAC, na Itália e na França, me envolvi num projeto peculiar, que ganharia o nome de Laboratório Intergalactika (a grafia complicada queria subtrair a palavra de idiomas particulares): um espaço internacinal de debates, bastante improvisado, cujo tema central era a própria idéia do movimento antiglobalização, do qual, apesar das diferenças, nos sentíamos todos parte [...]. Uma das principais críticas que a iniciativa Intergalactika recebeu na época era de ser uma “**coisa de gringos**”, **demasiada voltada para experiências européias e norte-americanas e afastada das lutas cotidianas da América Latina** e de suas tradições organizativas.

Apesar da distância entre aqueles eventos fabulosos e as dificuldades do nosso cotidiano, eles nos inspiravam a pensar a política confrontando de maneira por vezes arrogante as estruturas institucionais a que muitos de nós, jovens militantes universitários latino-americanos, nos víamos de certa forma vinculados. Buscavam, também contraditoriamente, inspiração nos movimentos sociais “do Sul”, como se fossem formas mais primitivas de luta social às quais referiam seus próprios esforços. **Os movimentos latino-americanos lhes pareciam mais autênticos e ao**

¹⁴ Julia Ruiz Di Giovanni (2007) escreveu uma dissertação de mestrado sobre as manifestações de Seattle, Gênova e Praga. Como participante direta dos maiores protestos *altermundialistas* ela possui um rico material obtido em sua experiência de campo.

mesmo tempo presos a uma tradição organizativa “velha”, que viam como uma cópia anacrônica e ligeiramente exótica das fórmulas da esquerda européia (grifos da autora).

O distanciamento entre as realidades supracitadas indica que talvez seja necessário mais do que o espaço dos Fóruns Sociais para construção de uma unidade verdadeiramente global. Ao descrever o seu processo de aproximação com o movimento, Diego Azzi (2007: 10) revela um pouco sobre a forma que a ATTAC entrou no Brasil; processo, aliás, muito diferente, tal como veremos na segunda parte do texto, daquele que ocorreu na França:

[...] uma trajetória que se iniciou no primeiro ano de minha graduação nas Ciências Sociais da USP (1999), quando fui assistir a uma palestra do já doente prof. Milton Santos, no Anfiteatro de Geografia da FFLCH/USP, e fui surpreendido quando percebi que a maior parte do tempo teríamos que ouvir a um então desconhecido Bernard Cassen, jornalista francês do *Le Monde Diplomatique*, ele viera expor os princípios de um movimento social nascente na Europa (ATTAC, Associação pela Taxação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos) e uma crítica ao capitalismo, sobretudo a partir do primado que o mercado financeiro assumiu na década de 1990. Ao final da palestra, foi divulgado que as reuniões de um núcleo brasileiro do dito movimento aconteceriam em determinado dia da semana ali mesmo ao lado, no prédio de Ciências Sociais. Foi assim que iniciei meu contato com o movimento antiglobalização (AZZI, 2007: p. 10).

Assim, por trás da pluralidade organizacional, encontramos, por vezes, não apenas diferenças ideológicas abstratas, mas diferenças ideológicas reais provenientes de grupos sociais de regiões distintas, com suas próprias preocupações e demandas. Nesse sentido: *“Em muitos países, como no Brasil, a expressão ‘antiimperialista’ era mais forte que as referências antiglobalização”* (DI GIOVANNI, 2007: p. 27).

Há diferenças notáveis entre as formas de expressão do *altermundialismo* nos países do centro e da periferia do capitalismo. E essas diferenças nem sempre se assentam através do consenso. Segundo Doris Trujilla, da Confederação Camponesa do Equador, o FSM está afastado das lutas sociais e dominado por ONGs. Esta crítica traduz o conflito recorrente

nos debates *altermundialistas* acerca do papel do Fórum Social Mundial na construção da outra sociedade. Dito de outro modo, ela não é alheia à oposição apresentada anteriormente (“espaço” *versus* “movimento”), isto é: permanecer enquanto um espaço de diálogo e troca de experiências ou formar um coletivo de luta com reivindicações próprias? Por certo, esta questão expressa bem mais que uma divergência de métodos:

As ONGs devem assumir seu papel de ONGs. De facilitar, de apoiar, de ter sua posição, claro, mas nós, como movimentos sociais, temos que começar a radicalizar nosso discurso e nossa prática. A maioria dos representantes do Fórum é de representantes de ONGs porque são eles que têm o controle do dinheiro. São as ONGs que conseguem definir a temática. Então eu creio que a maioria são ONGs, e isso sim deve mudar. Mas acho que o maior dano causado pelas grandes ONGs, é que elas não têm a menor idéia do que seja construir outro mundo. Não têm idéia. Eles põem uma visão que não se aplica na nossa realidade, põem temas que não se entende e, quando voltamos às nossas comunidades não sabemos sequer o que dizer à nossa gente, porque eles colocam mega-temas que, na prática, não servem de nada. Então, creio que não deveria se provocar uma ruptura, mas um esclarecimento (entrevista a AZZI, 2007: p. 157)

O movimento camponês de um modo geral tem se mostrado insatisfeito com a natureza do Fórum Social Mundial. A definição do FSM enquanto *espaço* impede a produção de resoluções e de estratégias de lutas comuns, ansiosamente aguardadas por determinados grupos sociais que esperam de suas organizações uma resposta concreta para enfrentar os problemas colocados pelo neoliberalismo. Além da Via Campesina, o MST tem reiteradamente defendido outra definição:

O objetivo é mobilizar um guarda-chuva contra as corporações internacionais [...] a Via Campesina vai contra isso daqui, essa outra contra isso, mas todo mundo na construção da mobilização contra as corporações nacionais. [...] Propomos isso daí, porque isso daí já vem de antes, essas determinadas formas de mobilização, com determinados objetivos, já vem de antes, têm outro caráter e é possível de aglutinar [em torno disso] [...] [No modelo dos fóruns] não está muito claro para que eu vá me mobilizar, porque tudo entra dentro desse “um outro mundo é possível”. Tipo agora, em janeiro de 2008, vamos fazer uma mobilização mundial porque “um outro mundo é possível?” Ah, rapaz, sinto muito, mas eu tenho outras coisas para fazer, isso daí não me chama (Geraldo Fontes em entrevista a Diego AZZI, 2007: p. 161)

O debate entre “espaço” *versus* “movimento” não é a única divergência aparentemente formal a opor as organizações *altermundialistas*. Como afirmou Di Giovanni (2007: p. 40): “*Nem todos os grupos ativistas participaram das ações e confrontos de rua. Várias organizações internacionais participaram de uma coalizão de lobby e pressão, articulada em torno da idéia de Comércio Justo e centrada na reforma das regras da OMC [...]*”.

Esse fenômeno não é uma excessão. Os *lobbies*, os protestos de rua e os espaços dos fóruns são todas formas de atuação do *altermundialismo*. “*Entretanto – ao que parece e como buscaremos mostrar –, as mobilizações de rua vêm perdendo força ano após ano. [...]*” (AZZI, 2007: p. 105). O crescimento da participação das ONGs foi acompanhado pela formação de “*um mercado atraente para as iniciativas cidadãs*”. Azzi (2007) recorda, por exemplo, o papel da CIVES – associação de empresários pela cidadania – no Comitê Internacional do FSM. A entrevista a seguir concedida por Oded Grajew a Diego Azzi durante a 6ª edição do fórum, em 2006, esclarece muito a respeito das contradições existentes no seio do *altermundialismo*:

“Quero falar um pouco sobre o lado positivo da cultura empresarial. Bom, como as empresas são preparadas para terem o máximo de lucro, a maior rentabilidade possível, já que elas competem no mercado, elas precisam, para atingir esses objetivos, ter uma excelência em termos de gestão. Isso significa, então, uma gestão voltada para resultados. Isso significa, também, organização, métodos, processos: toda gestão empresarial está voltada para esses fatores. [...] Esse aspecto da responsabilidade social e empresarial é um fator de lucro para a empresa. Então, bom, algumas empresas fazem porque nisso acreditam, mas outras também percebem que isso traz muitos benefícios. [...] A responsabilidade social é mensurada, estatisticamente avaliada. Sendo que as empresas socialmente responsáveis são mais bem sucedidas, são mais lucrativas. Esse, então, é um grande motivo pelo qual as empresas estão avançando nesse sentido. [...] Essa cultura de responsabilidade social seria muito importante que se espraiasse por todas as organizações. E, mais ainda, sobre as organizações sociais que querem mudar o jogo. [...] Bom, e tudo isso falta, e muito, a partidos políticos, movimetos sociais, sindicais, organizações não-governamentais e mesmo em alguns governos. Todos estes, muitas vezes,

podem estar embasados por boas intenções, por objetivos nobres, mas não conseguem traduzir tais intentos em ações concretas. Falta planejamento, falta método, falta avaliação. **Não é à toa, então – e eu costumo brincar com isso – que são as empresas que dominam o mundo. Em boa parte isso se deve à sua forma de organização e de busca por seus objetivos”** (grifo da autora).

O discurso sobre a eficiência da forma de organização empresarial, no caso da pequena empresa socialmente responsável, em oposição à ineficiência da organização dos movimentos sociais, partidos e governos de esquerda, não se distânciava tanto do discurso neoliberal.

Além da CIVES, o FSM conta um conjunto de ONGs, que embora diferentes entre si se conheceram e se envolveram no projeto do Fórum Social Mundial nos espaços institucionais; sendo que o próprio evento foi lançado internacionalmente em julho de 2000, em Genebra, Suíça, durante a Cúpula Social das Nações Unidas (AZZI, 2007: p. 112).

As intersecções existentes entre essas organizações e os organismos multilaterais, bem como entre a esfera governamental e a realização dos Fóruns Sociais, desmentem a suposta aversão ao poder atribuída muitas vezes ao militante *altermundialista*:

A este respeito, foram feitas muitas críticas ao papel da Câmara Municipal da Grande Londres (GCL) no processo de construção do Fórum Social Europeu (FSE) de 2004. Detentora do orçamento do fórum podia impor as suas decisões ao coletivo inglês, o que dava a estes argumentos para não respeitar as decisões organizacionais ou políticas da Assembléia Européia de Preparação (AEP). [...] As críticas mais severas da organização do FSE 2004 consideram que a Câmara Municipal de Londres e o SWP (*Socialist Workers Party*) “tornaram refém o processo do FSE” (AZZI, 2007: p. 84)

A questão da transformação social não passa ao largo deste debate sobre quem são e como se organizam os *altermundialistas*. O tema é polêmico dentro do FSM, e é polêmico dentro da ATTAC. Como escreveu Christophe Aguiton (2002: p. 67), sobre a construção de

um projeto anticapitalista entre os atacantes: “*esse objetivo é muito difícil de concretizar [...] nas primeiras reuniões da ATTAC, viu-se sucederem posicionamentos nitidamente anticapitalistas e aqueles cuja prioridade é a regulamentação dos mercados financeiros e do sistema econômico mundial [...]*”. François Chesnais (1999: p. 10), membro do conselho científico da associação afirmou: “*levando-se em conta a modicidade de sua alíquota [...], o tributo Tobin representa um golpe bem menor à mundialização financeira do que, por exemplo, uma medida como o restabelecimento do controle sobre os movimentos de capitais*”. Por isso, segundo ele, o objetivo da campanha é primordialmente pedagógico – o que se buscaria através dela é afirmar a necessidade de destruir o capital financeiro e de estabelecer uma regulamentação pública internacional (CHESNAIS, 1999).

Assim, como afirmou Alex Callinicos (CALLINICOS apud DÚMENIL, Gérard; LÉVY, Dominique, 2008: p. 6): “*os documentos programáticos do movimento altermundialista são sistematicamente ambíguos quanto à natureza das questões que o motiva. Trata-se do neoliberalismo, [...] ou [...] do ‘modo de produção capitalista’? [...]. A ATTAC, por exemplo, opta pela primeira solução: de onde o acento colocado sobre a taxa Tobin, que é um dispositivo para o retorno a uma versão regulada do capitalismo*”.

Passemos, então, à ATTAC, organização responsável por uma das demandas mais conhecidas do *altermundialismo*, a saber, a taxa do sistema financeiro.

O CASO ATTAC

Trajetória, ideologia e organização política das classes médias na

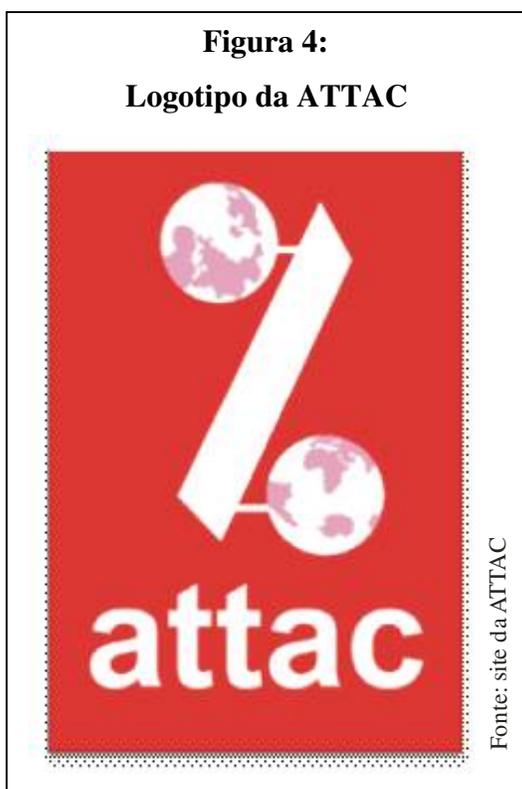
França

CAPÍTULO 1:

Sobre o surgimento e a estrutura da organização

1.1. O chamado do Monde Diplomatique e a divulgação da taxa Tobin

A *Association pour la Taxation des Transactions Financières pour l'Aide aux Citoyens*, a ATTAC, foi fundada em 1998, na França. O seu projeto nasceu de um editorial



escrito por Ignácio Ramonet em dezembro de 1997, no jornal *Le monde diplomatique*¹⁵. No final desse artigo Ramonet conclui: *por que não criar, em escala planetária, uma organização não governamental em defesa de uma taxa Tobin com o objetivo de ajudar os cidadãos?* Essa pergunta simples recebeu àquela época milhares de respostas. O debate caiu em sólo tão fértil que ainda no primeiro semestre de 1998 os membros fundadores realizaram uma assembléia na qual adotaram a plataforma e o estatuto da ATTAC.

Em apenas um ano, 10 mil adesões; quatro anos mais tarde a associação contava com algo em torno de 30 mil membros (WINTREBERT, 2007). Um número nada desprezível, sobretudo quando se tem em conta toda uma extensa e alarmante discussão sobre o declínio da militância, crise ideológica, individualismo exacerbado e fim das alternativas.

¹⁵ RAMONET, Ignacio. Désarmer les marches. *Le monde diplomatique*, 01/12/1997 (ANEXO 4)

A taxa funcionaria como um “imposto mundial de solidariedade” a ser cobrado sobre a movimentação do capital no mercado financeiro (RAMONET, 1997). O dinheiro arrecadado deveria servir para financiar políticas de recuperação econômica e lutas contra a pobreza, bem como ações emergenciais de “interesse coletivo em escala mundial” (CHESNAIS, 1999). O valor do imposto variaria entre 1% a 0,1%, segundo as diferentes propostas; a porcentagem é mínima, mas considerado o volume das transações a quantia arrecadada seria significativa. Dados da associação estimam uma arrecadação de 100 bilhões de dólares anuais, sendo o imposto fixado em termos mais baixos de 0,05% (ATTAC, 2002), enquanto que a soma gerada por uma taxa fixada em 0,1% seria suficiente para erradicar a pobreza extrema no mundo (ATTAC, 1998).

É interessante e importante observar que a criação de um tributo sobre as transações financeiras é, no entanto, um projeto anterior à ATTAC e ao artigo de Ramonet. Em 1978, James Tobin, professor na Universidade de Yale, Estados Unidos, publicou um artigo no qual propunha a criação de uma taxa a ser cobrada sobre as transações de câmbio. As suas primeiras indicações sobre o tema são, todavia, ainda mais antigas, datadas do ano de 1972, um pouco depois da dissolução do sistema de taxas de câmbio fixas, criado pelo tratado de Bretton Woods. Em 1981, o professor Tobin ganhou o prêmio Nobel de economia (CHESNAIS, 1999). O seu trabalho, entretanto, pouco repercutiu fora do meio acadêmico até o surgimento da ATTAC, que fez da taxa Tobin uma bandeira presente nas manifestações de protesto ocorridas sobretudo na Europa ao longo dos anos 2000¹⁶. O apoio à criação do tributo foi tal que uma petição lançada pela associação ainda nos seus

¹⁶ No editorial de Ramonet o nome de Tobin estava incluso na sigla ATTAC. No texto oficial da associação o nome Tobin foi substituído por Transações, isto porque o economista ao ser procurado por Bernard Cassen, presidente da ATTAC na ocasião, afirmou que os objetivos da associação não eram exatamente os seus e que “nunca tivera pretensões revolucionárias” (ATTAC, 2002).

primeiros meses de vida foi entregue à Assembléia Nacional francesa com mais de 110 mil assinaturas.

Curioso. O que acontecera no espaço de aproximadamente vinte anos que fez com que tal projeto pudesse assumir tamanha visibilidade e força política? O que tornara a ATTAC uma organização de massa enquanto outras associações francesas já existentes sofriam um processo de esvaziamento? O que fizera uma campanha aparentemente tão abstrata como a taxação das transações financeiras assumir tamanho apelo militante? Tais questões tornam-se ainda mais pertinentes e atraentes quando confrontadas com todo um debate na literatura sobre ação coletiva acerca da mudança na construção de solidariedades na sociedade atual – pensamos aqui no papel destacado atribuído à identidade cultural, à ação local e às demandas pós-materiais na constituição dos assim chamados *novos movimentos sociais*.

Nesse sentido, uma análise apurada do processo de constituição da ATTAC, considerada um dos ícones desse “novo fazer político”, ajuda-nos a ponderar as mudanças que de fato ocorreram, redimensionando as afirmações supracitadas¹⁷. Criada em Paris, a ATTAC abandonou os limites da região já no primeiro ano de existência, conhecendo notoriedade internacional com a manifestação de Gênova, realizada durante o encontro do grupo dos sete países mais ricos e a Rússia (G-8), em 2001. Considerada uma das principais organizadoras da manifestação que contou com aproximadamente 200 mil pessoas, a ATTAC se estendeu rapidamente pela Europa. Em 2005, ela atuava em 50 países, enquanto

¹⁷ Um dos slogans da ATTAC é: “fazer política de outra forma”. Esse enunciado inspirou o título da tese de Raphaël Wintrebert: *Attac, la politique autrement? Enquête sur l’histoire et la crise d’une organisation militante*. A tese foi publicada em 2007 pela editora Découvert e apresenta um rico material sobre a associação. Os insights e os limites do texto de Wintrebert nos auxiliaram bastante no desenvolvimento do item sobre a arquitetura da ATTAC.

que somente na França funcionavam 215 Comitês Locais (CL)¹⁸. A sua atuação, contudo, nunca privilegiou a ação local, tanto é assim que o CL nem estava previsto no estatuto, não possuindo, portanto, nenhuma ingerência na política da associação¹⁹. Além disso, a sua organização é consideravelmente complexa e hierárquica e sua abordagem e demandas são destacadamente de caráter econômico.

Vejamos, então, como a associação se estruturou...

1.2. Os membros associados através do estatuto e da plataforma ATTAC

Segundo o estatuto, a ATTAC é uma associação regida pela lei 1901 – esta, aprovada no primeiro de julho de 1901, regulamenta a vida associativa na França, outrora sob encargo do código penal que declarava ilícito qualquer associação com mais de vinte pessoas (BARROS, 2001). O seu primeiro parágrafo define: *“é associação a convenção pela qual duas ou várias pessoas põem em comum, de forma permanente, os seus conhecimentos ou atividades num objetivo outro que o de distribuir entre si os lucros”*²⁰. Ao ponto indicado a ATTAC acrescenta uma particularidade: ela é formada por pessoas físicas e jurídicas, o que lhe confere, tal como veremos mais adiante, certos problemas na representação de seus interesses. Sobre este aspecto, ainda de acordo com o estatuto, a associação objetiva: produzir, informar e promover ações que permitam aos *“cidadãos a reconquista do poder exercido atualmente pela esfera financeira em todos os níveis da vida*

¹⁸ O número de países é hoje menor, são eles: Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica, Bolívia, Burkina Faso, Chile, Costa do Marfim, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Gabão, Holanda, Hungria, Islândia, Itália, Japão, Jersey, Líbano, Luxemburgo, Marrocos, México, Noruega, Peru, Polônia, Portugal, Suíça, Suécia, Togo, Tunísia, Uruguai. No total, 32 países, entre os quais 18 europeus, 6 africanos, 5 sul americanos e 1 da América do Norte, 1 da Ásia e outro do Oriente Médio.

¹⁹ Os órgãos da ATTAC previsto em estatuto são: a Assembléia Geral, o Conselho de Administradores, o Bureau, o Colégio de Fundadores e o Conselho Científico.

²⁰ Tradução da autora. A lei 1901 pode ser consultada no site www.legifrance.gouv.fr

política, econômica, social e cultural”²¹. Para tanto, encontra-se em maior destaque nos documentos oficiais de fundação: a criação da taxa Tobin.

Entre as pessoas físicas e jurídicas há na ATTAC duas categorias de membros, quais sejam, os fundadores e os ativos. Os membros fundadores – aqueles que participaram diretamente da criação da ATTAC, ou que foram por eles designados – reúnem-se num colégio detentor de direitos especiais; e este é mais um ponto delicado, mote da crise de 2006 e da mudança do estatuto em 2009. Por ora, atenhamo-nos aos aspectos estruturais da associação para que, então, possamos compreender as forças e as circunstâncias que mantêm essa unidade chamada ATTAC. Os membros ativos são aqueles que aderiram posteriormente à plataforma. Ambos, fundadores e ativos, estão submetidos a uma cotização cujo valor é fixado anualmente pela Assembléia Geral – uma das instâncias da ATTAC.

Funciona mais ou menos assim: a **Assembléia Geral (AG)** elege um **Conselho de Administração (CA)**, o qual deve ser composto por trinta pessoas; destas, doze são membros ativos eleitos diretamente pela AG, e dezoito são membros fundadores, indicados pelo **Colégio de Fundadores (CF)**. O presidente é designado pelo CA e deve obrigatoriamente ser um membro fundador; é ele quem indica o secretário geral, o tesoureiro e o(s) vice(s)-presidente(s), os quais irão compor o **Bureau** – este encarregado da gestão da associação, no quadro das orientações fixadas pelos administradores. O mandato do CA é de três anos, com direito a reeleição. Todos os poderes de administração que não estejam estatutariamente reservados à Assembléia Geral são confiados ao CA e as decisões de sua competência são adotadas mediante a aprovação da maioria dos presentes

²¹Tradução da autora. O estatuto e a plataforma da ATTAC podem ser conferidos no site <http://www.france.attac.org> e no ANEXO 2

em suas reuniões. Ao presidente cabe: assegurar a representação da ATTAC diante do poder público e de terceiros; dirigir as discussões do Bureau, do Conselho de Administração e da Assembléia Geral.

A instância mais peculiar da associação é o **Conselho Científico (CC)**, composto por algo em torno de cem intelectuais nomeados pelo CA – e “*escolhidos em função de uma dupla qualidade: conhecimento atestado em uma ou várias áreas; atuação militante, passando, claro, por seu pertencimento à ATTAC*”²². Formado em sua maioria por pesquisadores das ciências humanas, o CC é encarregado de propor trabalhos relevantes aos domínios de luta da associação, o que pode ocorrer através da formação de grupos temáticos, plenárias e participações eventuais nos Comitês Locais, seja por iniciativa própria ou a pedido do presidente. De acordo com o estatuto, o conselho é “*a garantia do rigor científico dos estudos produzidos e difundidos pela a ATTAC*” (ATTAC, 1998; tradução da autora – ANEXO 2).

Essa é a estrutura da organização francesa. Mas, no site internacional da associação lemos: “*hoje a ATTAC é uma rede presente em numerosos países trabalhando sobre temas diversos: a organização mundial do comércio; a dívida; a taxação das transações financeiras; os paraísos fiscais; os serviços públicos; a água e as zonas de livre-comércio [...]*”²³. Bem, a temática não varia tanto assim; mas, de fato, a organização transpôs as fronteiras da França e provavelmente esse tenha sido seu projeto inicial, já que a plataforma internacional (praticamente idêntica à francesa) data do mesmo ano de fundação da associação.

²² Tradução da autora. Trecho extraído da carta de apresentação do Conselho Científico exposta no site da associação: <http://www.france.attac.org>

²³ Tradução da autora. Conferir o site internacional: <http://www.attac.org>

De acordo com o discurso oficial, as ATTACs do mundo todo funcionam de forma autônoma e não hierárquica; cada comitê local pode realizar reuniões, conferências, discutir e elaborar seus documentos, obedecendo às necessidades e realidades próprias. Existe, contudo, uma proposta aglutinadora e alguns princípios mínimos que devem orientar um coletivo como este; é o que atesta o seu presidente de honra, Bernard Cassen – ao responder à pergunta: “*existem muitas diferenças entre as diversas ATTACs?*”, Cassen é enfático: “*Não. Há uma carta, da ATTAC Internacional, que foi elaborada em dezembro de 1998. Desde então, para chamar-se ATTAC deve-se acatar o que diz a carta, suas regras, sua tática de ação*” (CASSEN, 2005). A autonomia com relação à Paris, cidade onde a associação nasceu e na qual ainda hoje encontra-se a sede nacional – espaço físico das reuniões do CA e do trabalho do Bureau – deve, portanto, ser problematizada e relativizada²⁴.

A ATTAC enquanto fenômeno de massa é basicamente um advento europeu, sendo a França, a Alemanha e a Bélgica os países em que sua atuação é destacada. No Brasil, após uma série de palestras de Cassen em 1999, formaram-se comitês da associação em Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, entre outros. Ocorre que a ATTAC/Brasil, tendo sido criada logo após a francesa, teve vida curta. E apesar de contar desde o seu início com apoio de estudantes, intelectuais e políticos de esquerda, ao contrário da França, não contou com uma adesão significativa, tendo pouca expressão política. Ao contarmos Antonio Martins, responsável pela ATTAC São Paulo, e André Forti Scherer da ATTAC Porto Alegre, ambos afirmaram a mesma coisa: a associação não

²⁴ Assim diz o artigo terceiro do estatuto: “A duração da associação é ilimitada. Sua sede social está fixada no número 21 da Rua Voltaire, 75011, Paris. Ela pode ser mudada sob decisão do Conselho de Administração”.

encontrou aqui uma militância massiva, compondo-se de um grupo pequeno de pessoas, diluindo suas atividades em outras organizações e “campanhas civis”.

A concretização do projeto ATTAC fora do território francês implicou minimamente na estruturação das relações internacionais entre as associações. Assim, em março de 2000, ocorreu em Paris o primeiro encontro das ATTACs da Europa, no qual compareceram dezesseis países. A aproximação entre elas ainda hoje é planejada com esmero, uma vez que a União Européia (UE), tal como veremos, é uma de suas preocupações maiores, considerada uma das forças propulsoras do neoliberalismo. Com propósito semelhante foi realizada a primeira Universidade de Verão em âmbito europeu, na cidade de Saarbrücken, na Alemanha, em 2008²⁵. Na ocasião o programa do encontro conclamava: “Uma *outra Europa para um outro Mundo!*”. Segundo o documento, essa experiência “*é uma imensa oportunidade de desenvolver estratégias para uma Europa diferente*”. O texto ressalta ainda a importância da atuação conjugada para o sucesso deste intento:

A ESU (*European Summer University*) fixou objetivos ambiciosos – ela visa aumentar radicalmente o nível de cooperação entre os diferentes grupos e secções ATTAC e refletir sobre políticas e campanhas comuns, estabelecendo novas redes e amizades. É um desafio enorme e, já que empreendemos pela primeira vez tal evento em escala europeia, nós necessitamos do apoio dos grupos da ATTAC para fazer desse encontro um sucesso (ATTAC, 2008: p. 1, tradução da autora).

O principal objetivo da Universidade de Verão/2008 era, portanto: “*reforçar a rede europeia da ATTAC*”, obtendo “*resultados concretos, como enunciados políticos e campanhas comuns*” (ATTAC, 2008: p. 2), isto é, a construção de uma pauta conjunta. A

²⁵ A primeira Universidade de verão ocorreu em La Ciotat, França, no ano de 2000. Desde então, todos os anos militantes e filiados se reúnem durante quatro ou cinco dias em cursos de formação. A estrutura do evento é semelhante a um curso intensivo de férias, com palestras e conferências ao longo do dia.

questão capaz de mobilizar os esforços dos *attacantes* nesse sentido era, ao menos para os idealizadores do evento, a União Européia:

De um lado, nós queremos nos ocupar do espectro completo dos temas da ATTAC, de outro, nós desejamos abrir um espaço de discussão concentrando-se sobre a Europa (a Constituição européia, a democratização da Europa e da economia, a Europa social, a Europa no mundo). (ATTAC, 2008: p. 2, tradução da autora).

Assim, como o surgimento da associação em outros países, o crescimento nacional, sobretudo no caso francês – algo em torno de cinco mil adesões a cada seis meses entre o primeiro e o segundo ano de existência –, colocou em pauta a estrutura da organização (WINTREBERT, 2007). A rápida expansão pôs em cena os grupos locais, que mesmo não contemplados nos documentos da ATTAC, não podiam ter mais a sua existência ignorada. Deste modo, em dezembro de 2000 teve-se a primeira Conferência Nacional dos Comitês Locais (CNCL) que, desde então, se realiza a cada três anos (ATTAC, 2000). A CNCL foi aprovada em Assembléia Geral, mas até a mudança do estatuto no ano passado, ou seja, em 2009, ela e seus grupos pouco influíram nos rumos da associação. O aumento imprevisto do número de filiados dispostos em Comitês Locais, cujo lugar, papel e função eram indeterminados, contrastava com o coletivo fechado e praticamente inalterado do Colégio de Fundadores²⁶. Como destaca Raphaël Wintrebert:

Esse desequilíbrio organizacional assume um caráter ainda mais político na medida que ocorre num grupo associativo cujos princípios de “democracia participativa” são colocados em destaque como modelo para toda a sociedade. A ATTAC é assim facilmente suspeita de seguir a “lei de ferro da oligarquia”, ironia do destino de uma associação que entende

²⁶ Os comitês podem reagrupar mais de uma zona geográfica da cidade. Assim, o comitê Paris centro reúne os filiados moradores da zona 1 a 7; o CL Paris Nordeste reagrupa as regiões 8, 16, 17 e 18; por outro lado, o comitê que se intitulava inicialmente ‘ATTAC Paris 13/14’ se cindiu em dois em razão do número de adesões. “A lógica de desenvolvimento desses grupos locais corresponde a uma diferenciação geográfica. Quando um grupo local [...] conta com mais de 400-500 aderentes, ele é subdividido em um ou mais CL” (WINTREBERT, 2007: p. 85). Tradução da autora.

denunciar essa prática nos outros (WINTREBERT, 2007: p. 68, tradução da autora).

A essa altura já intuimos que a arquitetura da associação que deveria funcionar em redes – não hierárquicas, sem centro geográfico e de forma democrática – não é tão fluída quanto se possa imaginar de imediato. Por certo, existe na ATTAC uma estrutura planejada e formalizada, e esta conferiu ao Colégio de Fundadores, ao menos até 2007, poderes especiais. Embora importante, saber disso ainda não basta para compreendermos a especificidade desta organização, para satisfazer este nosso anseio é necessário conhecermos os seus membros fundadores e as razões que os levaram à criação de uma instância como o CF. Isto porque:

Se a idéia de definir os “membros fundadores” não é nova (AC! ou ainda *Droits devant!!* instituíram esse estatuto bem antes da ATTAC), os reunir no seio de um “colégio” específico e os dotar de uma clara maioria no CA nacional é ao contrário muito específico da ATTAC. O CA do *Droits devant!!* é assim composto de um quarto dos membros fundadores e de $\frac{3}{4}$ de “membros filiados”, contra 60% de membros fundadores e 40% de “membros ativos” para a ATTAC (18 contra 12). As questões relativas ao peso dos “fundadores” e ao equilíbrio membros fundadores/membros ativos são motivo de debate há muito tempo no seio do movimento. É mesmo a natureza da associação que está em jogo (WINTREBERT, 2007: p. 54, tradução da autora).

Com efeito, as causas e as conseqüências do agrupamento de determinadas organizações e entidades numa associação como a ATTAC não podem ser suficientemente exploradas a partir de uma análise exclusivamente interna, como se aí houvesse uma lógica de atração e repulsa forjada por uma disputa de poderes alheia ao social. Nesse sentido, uma série de teses ricas em dados, embora fundamentais para o avanço das pesquisas sobre ação coletiva e comportamento político, são, no nosso entender, insuficientes para a compreensão das razões do engajamento e da ação política. Ressalva feita, sigamos, por ora, um pouco mais no funcionamento da ATTAC.

Wintrebert (2007) dividiu os membros fundadores (pessoas jurídicas) em cinco grupos, são eles: **jornais ou revistas** – *Alternatives économiques, Charlie Hebdo, Golias, Le monde diplomatique, Pétition, Politique (Revue européenne), Politis, Témoignage Chrétien, Transversales/Science/Culture*; **associações especializadas em informação e síntese econômica, jurídica ou social** – *CEDETIM, AITEC, CRID, FFMJC, Raisons d’agir*; **sindicatos** – Federação das Finanças-CGT, UGICT-CGT, SNPTAS Equipamento-CGT, FGTE-CFDT, Federação dos Bancos-CFDT, a FSU enquanto tal e seus componentes SNES, SNESup e SNUipp, o G10 enquanto tal e seus sindicatos SUD-PTT e o SNUI, a Confederação Camponesa e Modéf; **associações representantes dos chamados “sem”** – DAL, AC! *Droits devant!!*, MNCP, APEIS; outras **organizações** que não se encaixam nas classificações acima e dificilmente formam outras – Artesãos do mundo, a CADAC (Coordenação as Associações para o Direito ao Aborto e à Contracepção), os Amigos da Terra, a Confederação geral dos Scop, ESCOOP, Rede Serviços Públicos Europeus e UFAL (União das Famílias Laicas)²⁷.

²⁷ Os membros elencados são aqueles que estiveram presentes na ocasião da fundação da ATTAC. Desde 1998 essa lista mudou pouco, mas mudou – alguns entraram e outros, como *Droit Devant!!*, deixaram o CF quando da crise da associação. Segue o nome por extenso das siglas acima: CEDETIM- *Centre internationale de techniciens, experts et chercheurs*; CRID – *Centre de Recherche et d’Information sur le Développement*; FFMJC – *Fédération Franç des Maisons de Jeunes et de la Culture*; UGICT-CGT – *Union Générale des Ingénieurs, Cadres et Techniciens*; CGT; SNPTAS Equipement CGT – *Syndicat National des Personnels Techniques Administratifs et de Service de l’Équipement et de l’Environnement du Ministère de l’Écologie, du Développement et de l’Aménagement Durables*; FGTE-CFDT – *Fédération Générale des Transports et de l’Équipement*; *Fédération des Banques-CFDT*, a FSU – *Fédération Syndicale Unitaire*; SNES – *Syndicat National de l’Enseignement Secondaire*; SNESup – *Syndicat National de l’Enseignement Supérieur*; SNUipp – *Syndicat National Unifié des Instituteurs et Professeurs des Écoles*; SUD-PTT – *Solidaires Unitaires Démocratiques PTT*; SNUI – *Syndicat National Unifié des Impôts*; Modéf – *Mouvement de Défense des Exploitants Familiaux*; DAL – *Droit au Logement*; AC! – *Agir ensemble contre le Chômage*; MNCP – *Mouvement National des Chômeurs et Précaires*; APEIS – *Association Pour l’Emploi l’Information et la Solidarité*; *Confédération générale des SCOP – Sociétés Coopératives de Production*; ESCOOP – *Economies Solidaires et Coopératives*. Como dissemos anteriormente, a ATTAC conta também entre os membros fundadores com pessoas físicas, são elas: José Bové, Manu Chao, Jacques Cossart, René Dumont, Viviane Forrester, Susan George, Gisèle Halimi, Bernard Langlois, Daniel Mermet, Daniel Monteux, Jacques Nikonoff, René Passet, Ignacio Ramonet, Jacques Robin, Pierre Tartakoswky.

Embora todos acima integrem o colégio de fundadores, garantindo, como dissemos, direitos especiais dentro da associação, as forças aí investidas assumiram graus bastante diversos. Certamente o índice de engajamento dessas organizações não depende apenas de sua vontade, mas igualmente de seu peso e reconhecimento na cena política e social, bem como da proporção na qual seus interesses próprios correspondem àqueles propostos de início pela ATTAC. Como bem lembrou Wibtrebert (2007), aqueles que responderam ao chamdo do *Le Monde Diplomatique* ofereceram além de ajuda humanitária, doações materiais e financeiras. De modo que o projeto ATTAC recebeu de pronto algo em torno de 300 mil francos, sendo a maior parte proveniente dos *Amigos do Le Monde Diplomatique*:

O estatuto da ATTAC é amplamente inspirado naquele da associação *Amigos do Le Monde Diplomatique*. Em maio de 1995, alguns de seus redatores, particularmente B. Cassen, criaram a associação *Amigos do Le Monde Diplomatique* cujo objetivo principal era assegurar a independência financeira do mensário através da aquisição de parte da sociedade *Le Monde S.A.* Em razão do aspecto financeiro (gerir mais de nove milhões de francos) e do controle da linha redacional, os fundadores da associação bloquearam o estatuto para evitar o seu controle por algum grupo externo. Foi assim que surgiu a idéia de um “colégio dos fundadores”, reservado exclusivamente aos redatores do jornal, os quais deteriam dois terços das cadeiras do conselho de administração (WINTREBERT, 2007: p. 25, tradução da autora).

Para além da importância econômica e política, cabe-nos aqui indicar o papel ideológico do periódico. Em que medida os três fatores estão interligados, nunca é fácil precisar. Mas, a relação estreita entre leitores e colaboradores do *Le Monde Diplomatique* e a ATTAC pode ser captada tanto na troca humana e material, como nas preocupações elencadas e na análise feita destas; ou seja, aquilo que Wibtrebert (2007: p. 23) chamou de “constituição de um público favorável à causa defendida”; sendo breve:

Le Monde Diplomatique teve um papel essencial no nascimento da ATTAC por ao menos duas razões fundamentais. Em primeiro lugar, porque ele tinha já construído, entre seus leitores, um quadro de compreensão e uma leitura dos eventos econômicos, políticos e sociais

que tornaram possível a emergência da organização. A segunda razão é que, para além deste trabalho sobre as representações sociais, o jornal contribuiu diretamente com o nascimento da associação (WINTREBERT, 2007: p. 14, tradução da autora).

Dada a importância dessa relação, convém determo-nos um pouco mais demoradamente sobre este membro fundador. *Le Monde Diplomatique* foi criado em 1954 como suplemento mensal do diário *Le Monde* e destinado particularmente a temas de diplomacia e política internacional. A linha editorial do cotidiano e do mensário conflue até a década de 1970, quando, então, o segundo deu início a uma série de críticas às medidas liberalizantes do governo de Margaret Thatcher. Em 1991, Ignacio Ramonet (hoje presidente de honra da ATTAC) assumiu a sua direção e obteve a sua independência financeira – feito possível devido à doação de cinco milhões de francos de Gunter Holzmann²⁸. Uma associação foi criada em nome do doador e esta também integra o CF. O trecho a seguir evidencia a estreita relação entre a análise realizada no jornal e o projeto da ATTAC:

A redação sempre deu um lugar importante à análise dos fatos econômicos, depositando até o fim dos anos 1960 uma confiança total nas instituições de Bretton Woods [...], a partir da metade dos anos 1970, certo número de artigos é dedicado à política de desregulamentação da economia iniciado nos Estados Unidos, depois na Grã-Bretanha, com a chegada ao poder de Margaret Thatcher [...] (SZCZEPANSKI-HULLERY apud WINTREBERT, 2007: p. 15, tradução da autora).

O editorial de Ramonet propondo a criação da ATTAC foi mais um artigo contra a financeirização da economia. Wintrebert (2007: p. 15) afirma que de 1989 a 1997, ou seja, um ano antes da fundação da associação, foram publicados 4.670 artigos com temas

²⁸ Gunter Holzmann nasceu na Polônia e militou contra o nazismo, atuando num grupo que se confrontava diretamente com a juventude hitlerista. Expulso da universidade por conta da lei anti-semita, exilou-se primeiro no Peru e depois na Bolívia. Durante a década de 1950 passou a atuar pela causa indígena e ambiental. No texto de apresentação dos membros fundadores da ATTAC, a Associação Gunter Holzmann é descrita como uma organização dos jornalistas assalariados e demais membros do comitê de redação do *Le Monde Diplomatique*, assim como os empregados e quadros assalariados do mesmo.

correspondentes às principais reflexões da ATTAC, quais sejam: especulação financeira, multinacionais, mundialização, liberalismo econômico, dívida e instituições internacionais (FMI, OMC, OCDE, Banco Mundial). Em 1997, durante o debate entre o *Financial Times* e o *Le Monde Diplomatique* em torno da questão “*É a mundialização inevitável?*”, Ramonet elogia o plano Marshall fazendo um paralelo entre a situação de crise dos anos 1945-1950 e a Europa da austeridade, propondo o “**relance da economia pelo Estado**”(WINTREBERT, 2007: p. 16). A frase foi por nós propositadamente destacada porque a expressão “relance da economia” sofrerá fortes críticas no seio da ATTAC após a crise financeira de 2008. Retomaremos essa questão mais adiante.

Le diplôme, como muitas vezes é chamado, sempre reuniu artigos de intelectuais e reconhecidos representantes dos movimentos social e sindical; ao longo dos anos noventa foram publicados textos de Annick Coupé (SUD-PTT, G10), Christophe Aguiton (AC!, SUD-PTT), Pierre Tartakowsky (UGICT-CGT), François Chesnais, Susan George e René Passet – todos vieram a compôr a ATTAC, o último, aliás, foi presidente do seu Conselho Científico. O pronto reconhecimento da associação na cena internacional não pode ser pensado sem a influência e o amplo contato desses intelectuais e líderes da militância política com seus pares em outros países; há também de se considerar o desenvolvimento das suas edições em língua estrangeira, cerca de 20 em 2003, ano em que a sua tiragem total foi de um milhão de exemplares, dos quais 350 mil em francês (WINTREBERT, 2007).

Esses fatores ajudam a entender a rede de empatia e solidariedade que se criou em torno do projeto ATTAC, bem como certo consenso sobre a crítica à mundialização neoliberal – os problemas da hegemonia financeira e a importância da taxa Tobin. Mas certamente não explicam em profundidade o sucesso da ATTAC enquanto movimento de

massa, fenômeno que, voltamos a lembrar, ocorreu apenas na Europa e de modo especial na França. Como Wintrebert (2007: p. 15) bem aponta, embora sempre crítico, o mensário jamais teve implicações diretas nas lutas sociais. De modo que, se o jornal assumiu a responsabilidade de criação da ATTAC foi devido à resposta amplamente favorável ao editorial de Ramonet. O que nos leva de volta a questão inicial: se os artigos do *Le diplô* combatiam as políticas e os governos neoliberais desde a década de 70, o que impulsionou a criação de uma organização como a ATTAC nos extertores dos anos 1990? Uma resposta só pode ser aqui indicada após conhecermos um pouco mais sobre alguns dos outros membros fundadores.

Como mencionado anteriormente, o *Le Diplô* não é o único órgão de imprensa no CF:

Um carta datada de 27 de fevereiro de 1998 e assinada por B. Cassen confirma que são de início os títulos de imprensa que foram solicitados para fundar a ATTAC. Propondo uma primeira reunião de trabalho em 16 de março de 1998, B. Cassen afirmava: “Em associação com três outras mídias – *Charlie Hebdo*, *Politis*, *Transversales* – nós decidimos reunir os representantes dos sindicatos que responderam nosso chamado, assim como aqueles que pensamos estar de acordo com nosso processo (WINTREBERT, 2007: p. 38, tradução da autora).

As relações entre esses jornais e revistas não se estabeleceram apenas em função de suas afinidades ideológicas, mas igualmente econômicas – de maio de 2000 a outubro 2006, o *Le Monde Diplomatique* foi o acionista majoritário do *Politis*, entrando também com parte do capital, em 1999, do *Transversales Science/Culture* (WINTREBERT, 2007: 39).

O risco de “entrismo” ou “recuperação política” são normalmente usados como justificativa para a existência de um Colégio de Fundadores com acesso tão restrito, mas as causas mais prosaicas não devem ser negligenciadas:

Para desenvolver a ATTAC, *Le Monde Diplomatique* de imediato estimou ser necessário recursos financeiros importantes e que as eventuais adesões ou doações de indivíduos não seriam suficientes. Foi graças aos fundadores que a ATTAC pôde alugar escritórios, contratar funcionários, imprimir e expedir documentos [...]. Os estatutos foram bloqueados por medo de recuperação política e porque volumosa soma financeira estava em jogo (WINTREBERT, 2007: p. 53, tradução da autora).

Além da imprensa, uma organização tem papel destacado no desenvolvimento da ATTAC/França: entre os seus membros fundadores, quase a metade são sindicatos; estes também ofereceram apoio material, financeiro e (importante!) filiados à associação. Somente a União Sindical Grupo dos Dez Solidários (G10 ou Solidários) contribuiu com cerca de 10 mil francos (DENIS, 2003). O relato de um membro da associação implicado no comitê local e no conselho de administração, é, nesse sentido, ilustrativo:

Há uma demanda de subvenções. Eu acredito que tiveram alguma coisa da Europa. E depois as doações, porque houve pessoas que doaram. Os sindicatos fornecem bastante. Salas gratuitas para os encontros, por exemplo. Nós nos reunimos freqüentemente quando existe alguma coisa importante [...] na Bolsa do Trabalho. (FACK, 2000: p. 48, tradução da autora).

A essa altura já entrevemos que a distância entre a ATTAC, símbolo do “novo fazer político” – título que, em geral, caracteriza a ruptura com organizações reivindicativas tradicionais, como os sindicatos – é, no mínimo, supervalorizada. É bem verdade que a aproximação entre a estrutura sindical e a associativa se deveu em parte às mudanças vivenciadas por ambas, tendo implicações na cena reivindicativa. Mas também é verdade que sem os sindicatos a ATTAC e, ousamos afirmar aqui, o *altermundialismo* na Europa, não teria a mesma faceta. Um levantamento do Fórum Social Europeu (FSE) de 2003 atesta que 24% de seus participantes com vínculo militante – a maioria, por sinal – atuavam em sindicatos. Essa porcentagem só é menor àquelas organizações declaradamente *altermundialistas* (40%) (FILLIEULE e BLANCHARD, 2005).

O Movimento “por outra mundialização” reúne sob uma palavra de ordem federativa simpatizantes de causas muito diversas. No topo do Fórum Social Europeu encontram-se as organizações altermundialistas propriamente ditas, como a ATTAC, 40% dos militantes aderem a uma dentre elas [...]. Depois os sindicatos, cujo lugar predominante reflete aqui a força de seu engajamento; as associações humanitárias e ambientais, seguidas dos partidos políticos, das organizações pacifistas e de defesa dos direitos humanos, das organizações antiracistas e assistenciais, são declaradas por mais de 10% dos militantes. Dois terços dos engajamentos são ativos... (FILLIEULE e BLANCHARD, 2005: p. 161, tradução da autora).

Segundo Jean-Michel Denis (2003), os sindicatos que realizaram esse movimento em direção a estrutura associativa em geral são do setor público, de orientação progressista, autônomos ou minoritários dentro de suas confederações. Exatamente as mesmas características daqueles que compõem a ATTAC. Escrevendo sobre a trajetória dos sindicatos presentes na associação, Wintrebert (2007: p. 27) afirma:

As exclusões de militantes vindos principalmente da CFDT e da FEN conduziram à constituição e ao desenvolvimento de novas uniões sindicais como a União do Grupo dos dez-solidários (chamados em seguida ‘Solidários’), a UNSA, a FSU, SUD-PTT, SUD-Educação, SUD- Rail, etc. Essas novidades modificaram profundamente a estrutura e as relações de força do campo sindical já que, por exemplo, a FSU e Solidários tendem a reunir tantos filiados, senão mais, quanto a CFDT e a CFE-CGC ... (tradução da autora)

Os Solidários (G10) é uma união interprofissional que agrupa mais de trinta organizações sindicais, reivindicando algo em torno de 80 mil filiados situados amplamente no setor público. Presente com o *Le Monde Diplomatique* no processo de constituição da ATTAC, ela se encontra no Colégio de Fundadores da associação ao menos três vezes, isso porque dois de seus sindicatos, o SNUI e o SUD-PTT, também o compõem.

O G10 e a Federação Sindical Unitária (FSU) são duas das organizações sindicais mais empenhadas no processo de aproximação com as forças associativas (Denis, 2003). Considerado o maior sindicato de professores da França, a FSU é outro componente

importante da ATTAC. Na apresentação dos membros fundadores da associação ela afirma ser a primeira organização sindical de funcionários do Estado, sendo também, devido a sua representatividade, a primeira junto ao setor de Educação, Pesquisa e Cultura. Por não integrarem as confederações nacionais, ambas as centrais não são reconhecidas pela Confederação Européia de Sindicatos (CES). A estrutura associativa pode, nesse sentido, apresentar-se como uma alternativa no equilíbrio das relações de força. Segundo Denis (2003), uma característica comum tanto à FSU como ao G10 é a preocupação profissional aliada a questões sociais mais amplas, de modo que suas reivindicações aparecem cindidas entre o aspecto profissional, como o apoio aos direitos dos agentes do Estado, e o aspecto interprofissional, através da defesa do serviço público, demarcando assim oposição às políticas neoliberais, relação que, no nosso entender, não é aleatória:

o essencial de suas “reivindicações profissionais e inter-profissionais deve-se ao liberalismo, fase atual do capitalismo, à dominação dos mercados financeiros e transnacionais, e a impregnação do discurso dominante marcado por ideólogos liberais” (DENIS, 2003: p. 6, tradução da autora).

Dezembro de 1995 foi igualmente um momento importante já que outros vieram se juntar ao G10. Oito sindicatos que provinham da dissidência da CFDT se encontravam entre as 17 organizações nacionais consideradas membros fundadores quando do seu congresso constitutivo de 14 e 15 janeiro de 1998. **Nesta estrutura em desenvolvimento, dois sindicatos – o SNUI e SUD-PTT – progressivamente adquiriram uma posição dominante e pesam fortemente em favor de uma linha radical de defesa do serviço público e de constestação do ‘liberalismo’** (WINTREBERT, 2007: p. 31, tradução e grifo da autora).

Comportamento bem diverso teve a CGT. Sophie Bérout e Georges Ubbiali (2003) analisaram a desconfiança da confederação face ao movimento *altermundialista*. De modo que foi preciso todo um trabalho da Federação Finanças e da União Geral de quadros, engenheiros e técnicos/CGT para que as suas grandes federações profissionais (Energia, Metalúrgica e Transportes) se sentissem implicadas. Tanto a CGT como a CFDT não

compõem o Colégio de Fundadores da ATTAC enquanto confederação, mas os seus grupos do setor financeiro (bancos) estão aí representados. Vale a pena dizer, por ora apenas de passagem, que o setor financeiro francês até bem recentemente era praticamente todo estatizado, o que ajuda a entender o amplo respaldo às críticas ao processo de liberalização da economia lançadas através do *Le diplôme*.

1.3. A organização como questão política

Os conflitos que atravessaram a ATTAC colocaram em questão os lugares acordados aos seus diferentes atores: membros ativos, fundadores, comitês locais, conselho científico, etc. Se as pessoas jurídicas presentes no CF aí estavam como representantes de suas organizações (sindicatos, jornais, associações), ao serem eleitas para o Conselho de Administração elas deveriam representar não mais o seu coletivo, mas o conjunto dos *attacantes*, “*e aqui toda a sutileza e toda a ambiguidade desta arquitetura organizacional*” (WINTREBERT, 2007: p. 25, tradução da autora).

[...] a ATTAC é uma associação de aderentes no sentido que o CA nacional comporta indivíduos e não representantes de coletivos. Do lado dos membros ativos, os eleitos representam o conjunto dos filiados e não os coletivos identificados. Assim, quando do surgimento e desenvolvimento do CL, este será lembrado diversas vezes que os eleitos para o CA não representam nenhum comitê ou circunscrição geográfica; [...]. Do lado dos fundadores, B. Cassen sempre repetiu que os membros nomeados pelo colégio para assumir a cadeira no CA não seriam representantes de suas organizações mas do conjunto dos aderentes [...]. A ambiguidade é grande, já que, por exemplo, P. Tartakowsky está presente no colégio de fundadores porque é representante da UGICT-CGT, mas compõe o CA sem referência a seu sindicato. O que quer que seja, a ATTAC não é nem um federação de comitês ou grupos locais, nem uma federação de organizações, nem um mixto dos dois. É neste sentido que se repete que a Attac é uma associação de aderentes. É esta arquitetura original que vai ser posta em questão com o acúmulo das adesões e o desenvolvimento imprevisto dos comitês locais (WINTREBERT, 2007: p. 57, tradução da autora).

A arquitetura organizacional é por suposto uma questão política, isto porque, além de definir o lugar e as funções dos diferentes membros, ela precisa os objetivos da organização – no caso da ATTAC: promover ações contra o neoliberalismo, visando a reconquista dos espaços perdidos para a esfera financeira. Por trás de uma sentença tão simples há uma série de lutas até a escolha do termo exato, que nunca é somente uma questão semântica, envolvendo duros conflitos no processo de estabelecimento do que é ou não assunto da organização. Como dissemos anteriormente, os membros da associação tiveram aí implicações bastante distintas, tendo por isso pesos igualmente distintos na construção de sua pauta.

A co-existência de diferentes tradições políticas na ATTAC pressupõe certas divergências normalmente aceitas e declaradas, mas o fato destas nem sempre serem resolvidas através do consenso, e sim por meio de intensa e elaborada disputa pelo poder, não. E assim sendo:

Na medida em que a ATTAC é, de início ao menos, o fruto da associação de organizações, estas são ao mesmo tempo constitutivas da ATTAC e exteriores a ela. As decisões as quais elas participam na associação têm efeito em seu seio, e vice-versa [...]. Sua participação na ATTAC, quer eles queiram ou não, veicula mensagens, modos de ação e idéias de outras organizações, mais fundamentalmente ainda, esta especificidade da ATTAC coloca a questão da autonomia, real e/ou necessária, desta associação com relação as organizações que a fundaram (WINTREBERT, 2007: p. 63, tradução da autora).

A diversidade política, a heterogeneidade social e a horizontalidade organizacional são traços constantemente ressaltados na literatura sobre *altermundialismo*. Uma (auto)imagem freqüentemente desenhada em oposição ao movimento operário, que embora contenha lá suas verdades, esconde, mais do que revela, a face real do movimento. As inúmeras organizações políticas e correntes ideológicas que integram a ATTAC não

impedem discussões e ações que favoreçam, por vezes de forma autoritária, a unidade da associação.

Cassen regularmente advertiu contra o risco de fragmentação e desintegração da associação. O título de sua última declaração, em novembro de 2002, enquanto presidente do movimento é revelador: “A unidade, este tesouro do ‘povo’ da ATTAC”. Neste texto, ele precisa: “O principal tesouro que nós legaremos a nossos sucessores é, com efeito, nossa unidade. Quando eu falo de unidade, não é somente esta que soubemos conservar neste CA; é também aquela, profunda, entre nossos membros e nós, entre nossos comitês e nós, e entre as ATTAC do mundo inteiro” . (WINTREBERT: 2007: p. 64, tradução da autora)

Longe de nossa intenção condenar a preocupação de uma organização com a sua coesão. Mas, uma vez cientes da existência de implicações distintas e sabendo da sua relevância para construção da pauta política, cabe-nos interrogar quem são e o que buscam essas organizações na ATTAC. Os conflitos no seio dessa unidade demonstram que ela não se furta à disputa pelo poder – durante as primeiras reuniões sobre a mudança do estatuto um dos participantes afirmou que as primeiras palavras de Cassen foram: “*O poder não está em disputa, ele já foi tomado!*” (WINTREBERT, 2007: p. 147, tradução da autora). As acusações de autoritarismo, enquanto que o discurso oficial da associação no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, sustentava a democracia participativa, alimentou o debate interno. A princípio, a discussão se restringiu à lista de e-mails dos filiados – em um dos textos encaminhados, militantes lamentavam a ausência do “*espírito democrático que motivou nossa adesão à associação*”; qualificando de “aristocrático” o funcionamento da ATTAC, as acusações prosseguiram (WINTREBERT, 2007: p. 149):

A “cultura” do consenso (ou da unanimidade) que é periodicamente afirmada como uma força pelos dirigentes da associação esconde, de fato, relações de dominação. Em certos casos, como, por exemplo, a questão dos atentados de 11 de setembro, da “guerra e a justiça sem limites” [...] merecia uma verdadeira construção democrática. [...]. Sobre todas essas questões importantes, nós temos tudo a ganhar no quadro de um verdadeiro debate entre os aderentes, construindo, junto e

progressivamente, a democracia participativa, isto implica em decidir coletivamente as regras, meios e práticas que assegurem a maior participação dos filiados (FLEUR e HÊTRE apud WINTREBERT, 2007: p. 150, tradução da autora)

Entre as críticas: membros do conselho científico não eleitos pelo CA, fundadores demasiadamente poderosos, contas financeiras não controladas pelos associados, relação “problemática” com a imprensa e monopólio da palavra por “experts” (WINTREBERT, 2007). Diante das insatisfações, ativistas dos coletivos locais criaram, em 2002, o grupo temático *Democratizemos a ATTAC!* Apesar de não provocar nenhuma grande mudança no funcionamento da associação, este semeou elementos que surgiriam ainda mais fortes no contexto de debate e revisão do estatuto. Nessa ocasião, entre 2005 e 2006, o Colégio de Fundadores não se apresentava mais tão coeso como quando de sua fundação. As eleições de 2002 para o CA e a gestão de Jacques Nikonoff, o seu novo presidente, vão contribuir para esse quadro.

As coisas vão em contrapartida mudar consideravelmente com a chegada de J. Nikonoff à presidência da ATTAC em dezembro do mesmo ano. Este é fundamentalmente convencido, como ele nos afirmou sem rodeios, que a associação só pode ser constituída de organizações fundadoras que têm sua agenda e seus interesses próprios. Por definição, essas organizações não suportariam jamais, segundo ele, integrar e obedecer um coletivo que as ultrapasse. É o projeto inicial mesmo da ATTAC que Nikonoff coloca assim em causa. A direção nacional, que era percebida até aqui como um bloco político homogêneo pelos militantes locais mais críticos, tornou-se então um lugar de confrontações e oposições cada vez mais estruturadas. Alguns dirigentes rementem portanto ao sabor do dia a idéia de uma reforma do estatuto mesmo que ela tenha sido antes combatida (WINTREBERT, 2007: p. 172, tradução da autora).

Assim, clivagens entre os dirigentes vêm à público, e o Colégio de Fundadores, que desde o início da ATTAC era praticamente o mesmo, sofre alterações – algumas entidades e indivíduos foram incorporados, como Jacques Nikonoff (que até então era membro apenas do Conselho Científico) ou Pierre Tartakowsky (que permaneceu na estrutura

nacional da associação apesar de ser substituído pelo seu sindicato). Foi nesse contexto também que as associações APEIS, *Agir ici*, a UFAL, a CNAFAL, a FFMJC, as Pénélopes e a Liga de professores foram incorporadas. De acordo com Wintrebert (2007), essa extensão pouco influenciou na evolução global da associação, posto que, à exceção de Nikonoff e Dessenne, os novos integrantes interferiram pouco. Ainda sobre os diferentes graus de participação, Cassen pondera:

A implicação das organizações fundadoras é bem diferente, as mais presentes normalmente são a Conf [Confederação Camponesa], o G10, SUD e a FSU... Elas estão sempre implicadas de algum modo. A SUD sempre deu as cartas. A SNUI não tanto, mas o SUD sim. Aliás, Khalfa foi liberado em tempo parcial para a ATTAC, ele consagra 50% do seu tempo somente à ATTAC (em entrevista para WINTREBERT, 2007: p. 178, tradução da autora).

Se a atuação no CA é desigual, a participação no Bureau o é ainda mais; enquanto o Conselho de Administração se reúne, em geral, uma vez por mês, o pequeno grupo que compõem o segundo se encontra obrigatoriamente uma vez por semana. Assim, respondendo em parte ao desenvolvimento da organização, coube ao Bureau se pronunciar e agir rapidamente frente aos acontecimentos da atualidade, de modo que a ele foi confiado além da gestão cotidiana, tarefas e decisões importantes (WINTREBERT, 2007: p. 178). As críticas nesse sentido perpassam as declarações dos militantes:

Todo mundo se dirige ao bureau! O bureau se tornou o lugar político. Na medida em que eles são mais da metade do CA, eles sabem bem que é lá onde se joga [...]. Você não acredita que o G10, a CGT, a FSU vão perder o bureau!” “O bureau deveria parar de tomar ‘inúmeras decisões estratégicas’ (ou sensíveis do ponto de vista da democracia interna) sem debate anterior” (Militantes, em entrevista à WINTREBERT, 2007: p. 179, tradução da autora).

Quaisquer que sejam as instâncias, os sindicatos estavam nelas implicados. Na análise da crise, Jacques Nikonoff direcionou as suspeitas de autoritarismo que pesava

sobre a ATTAC para o lugar ocupado pelo Colégio de Fundadores, e, por consequência, para o peso atingido pelos sindicatos; ele via aí uma possível incompatibilidade com o desenvolvimento dos interesses próprios da associação. Uma luta de gigantes, pois se os sindicatos tinham um peso considerável, Bernard Cassen, partidário de Nikonoff, tinha o *Le Monde Diplomatique* às suas costas – ele mesmo havia adquirido *status* internacional, uma vez que teve participação direta na formulação do Fórum Social Mundial. As diferenças colocadas foram detonadas pela forma como Cassen apresentou a candidatura de seu sucessor, Nikonoff, em 2002. Em entrevista para Wintrebert (2007: 193, 194 e 195), Cassen narra o episódio:

Eu tinha decidido não me candidatar havia um ano [...]. Havia decidido que não me apresentaria, mas eu não queria anunciar. Porque se a gente anuncia muito cedo a especulação é maior, as conspirações [...]. De fato, um certo número de pessoas, SUD, Tarta, queriam que eu anunciasse minha decisão. Eu dizia “*não sei, eu hesito, às vezes sim, às vezes não*”, eu mantive o suspense, eu não disse o que faria, mas eu sabia o que fazer. Eu queria reduzir ao mínimo o espaço entre o momento do anúncio e o momento da decisão [...]. Então, eu pensei, intelectualmente, em todos que poderiam me substituir, e honestamente eu só via uma pessoa, era Nikonoff. Ele não pertencia a outra organização, portanto não tinha uma dupla filiação, o que era bom, era capaz de responder a todas as questões, porque é necessário que o presidente da ATTAC não envergonhe seus aderentes quando entrevistado na rádio, na televisão. Era preciso alguém que conhecesse vários temas, que tivesse um pouco de experiência, experiência administrativa, que tivesse um percurso pessoal, que fosse conhecido dos militantes [...]. [...] eu pensei também em Michèle Dessenne para o cargo de secretária geral. Ele antigo PC, ela de tendência libertária, feminista, isso fazia um bom equilíbrio. Depois era necessário fazer isso passar. E tudo estava na execução [...]. A maioria pensava que eu ia me candidatar. Mesmo os mais próximos, eu não tinha dito [...]. Eu peguei o microfone da sala e disse: “*Atenção, não saiam, eu tenho um anúncio para fazer em nome do ‘Le Monde Diplomatique’*” e Ignácio estava do meu lado. Eu disse: “*Bom, o ‘Le Monde Diplomatique’ vai propor como candidato à presidência Jacques Nikonoff, e como candidata ao secretariado Michèle Dessenne*” [...]. [...] foi um choque, choque enorme. Porque ninguém tinha pensado em Nikonoff, ele não era membro do CA, nem mesmo fundador [...]. [...] Mas era o *Diplô* que tinha proposto [...]. [...] o fato de ter sido o *Diplô*, isso dava uma legitimidade maior, porque fomos nós mesmos que fizemos tudo, sem o *Diplô* não teria a ATTAC... e então havia uma confiança” (tradução da autora).

Todavia, essas relações de confiança mudariam depois de então. A candidatura de Nikonoff, mais particularmente o modo de sua indicação, desagradou outros membros fundadores, especialmente os sindicatos. Ainda de acordo com Wintrebert (2007), os conflitos se agravariam ainda mais, e a personalidade e a cultura organizacional do novo presidente catalizariam as críticas posteriores. Isto porque apesar das acusações feitas a Cassen, todos reconheciam nele a capacidade de “*escutar e chegar a compromissos*” (WINTREBERT, 2007: p. 208, tradução da autora).

Com Cassen você pode gritar, mas ele é ainda assim um **intelectual**, ele sabe o momento de perigo político. Nikonoff, ele está sobre uma estratégia política pura e dura. Você pode lhe dizer não importa o que, eu acredito que ele não escuta (A. POURRE, em entrevista a WINTREBERT, 2007: p. 209, tradução da autora).

Cassen sabe dialogar, negociar e estabelecer compromissos com organizações. Mesmo na opinião de seus próximos, não é o caso de Nikonoff. “Jacques tem certa espessura [...]. É preciso não subestimar o caráter impulsivo de Jacques. **É uma cultura política muito diferente, não policiada, um pouco proleta.** Ele atira primeiro e vê depois” (CASSEN em entrevista para WINTREBERT, 2007: p. 246, tradução da autora); “Niko é um touro: você agita a capa vermelha e ele avança” (militante do CA em entrevista para WINTERBERT: 2007: p. 246, tradução da autora).

A personalidade difícil e autoritária do novo presidente exige nossa atenção na medida em que ela é razão de crítica para seus opositores. Mas não nos passam despercebidas as relações estabelecidas pelos mesmos entre a forma de atuação de Nikonoff e sua origem comunista e popular. Assim, a sua eleição deu início a um debate público sobre o funcionamento da associação; foram cerca de dois anos de discussões lançadas no espaço Forum: *Nova dinamica para a ATTAC*. Nele aparecem questões como: a ATTAC é apenas um meio de ação entre outros ou deve ser um movimento distinto de seus parceiros? Qual deve ser o papel da ATTAC dentro da vaga *altermundialista*? Ela deve seguir o conjunto do movimento, se contentando em ser um espaço de diálogo e convergência, ou

deve afirmar suas próprias posições e seguir ao encontro de outros atores dos movimentos sociais?

Esse debate não é alheio à experiência do Fórum Social Mundial. E as possíveis respostas para essas perguntas podem implicar na revisão das alianças estabelecidas. Nesse ponto exato, parece-nos que o crescimento do movimento esbarra em seus próprios limites. É mesmo a existência da ATTAC e do FSM, tal como conhecemos, que se encontra em causa. Essas questões se tornam ainda mais sensíveis e ao mesmo tempo urgentes à medida que os *altermundialistas* exigem alternativas concretas e eficazes ao neoliberalismo. Um exemplo muito interessante desta tensão entre, de um lado, avançar na direção da concretização de um projeto antineoliberal, e, de outro, os limites colocados pelo formato do movimento – que, no nosso entender, reflete as alianças políticas estabelecidas – é a apresentação da lista *100% alters* às eleições europeias de 2004. Por detrás do nome *altermundialistas*, encontravam-se alguns militantes da ATTAC. Aqui, novamente, a fala de Cassen a Wintrebert (2007: p. 227) é esclarecedora:

A idéia partiu de Marc Le Glatin. Era 2004 após as regionais. Ele e alguns outros pensaram que era necessário haver uma força que balise o campo altermundialista. Eu estava evidentemente informado PIS Marc era um amigo. Eu lhe dei alguns conselhos. Nesse período eu fui convidado para um congresso da Confeseração campesina em Strasbourg. Eu falei com Bové sobre isso, na tribuna. Ele me respondeu: “*Sim é uma boa idéia*”, ele aceitou a princípio. Depois ele me falou de um rapaz na sala, nós o procuramos e discutimos. Em seguida Marc e Christophe [Ventura] convocaram uma conferência de imprensa na Casa da América Latina. E Bové, que devia aparecer, desistiu, dizendo que ele apoiaria todas as listas que defendessem uma Europa antiliberal. Mas na conferência de imprensa jamais falamos enquanto ATTAC! Eu disse que estava a par, que eu apoiava, mas é tudo (tradução da autora).

Apresentando-se ou não como ATTAC, a notícia da candidatura foi muito mal recebida por parte da militância; e, mais uma vez, não apenas o projeto, mas o modo como ele foi colocado – sem o conhecimento e a aprovação dos demais membros da associação –

sofreu duras críticas. Todavia, a reação aqui não se limitou à ATTAC França; outros coletivos responderam prontamente:

Bem que se trata explicitamente de uma ação iniciada por algumas pessoas não beneficiando do apoio da ATTAC França, ou mesmo de qualquer outro grupo da ATTAC na Europa, essa candidatura assimila a ATTAC, de modo ilegítimo, a um grupo eleitoral. O movimento altermundialista é um movimento muito amplo e variado. A decisão de nomear a lista de “altermundialista” pode portanto sugerir que algumas pessoas do movimento próximo da ATTAC tentam representar ou mesmo se apropriar do movimento no seu conjunto. É por essa razão que a ATTAC Áustria toma claramente distância dessa candidatura ao Parlamento Europeu na França. A ATTAC Austrália lamenta que as pessoas da ATTAC França na origem desta iniciativa não tenham realizado debates abertos e francos no seio do movimento antes de lançar esse projeto e que elas não tenham considerado as conseqüências para a ATTAC França como também para o movimento ATTAC em geral (manifesto da ATTAC Austria apud WINTREBERT, 2007: p. 228, tradução da autora).

Diante do debate instaurado, a ATTAC França publica uma “Declaração extraordinária do CA” – datada de 15 de maio de 2004. No documento encontramos a seguinte posição: O Conselho de Administração reunido extraordinariamente *“reconhece o direito de cada membro da ATTAC de exercer plenamente seus direitos cívicos, e em particular de se apresentar às eleições. Ele lamenta, no entanto, não ter sido informado da constituição da lista no momento de sua origem. Se tal fosse o caso, um debate sobre as implicações desta iniciativa para o movimento altermundialista, notadamente para a ATTAC, teria ocorrido* [explicitando os motivos pelos quais esta situação é lamentável do ponto de vista da identidade da associação] (ATTAC, 2004).

Ocorre que esta iniciativa colocou em questão a própria estrutura da ATTAC. Existe uma série de documentos e artigos organizados num dossiê intitulado a “Attac e a Política” em que a relação entre a associação e as instituições, em especial os partidos, é cuidadosamente definida. Num deles encontramos um comunicado do Bureau reafirmando

que: a “ATTAC não apóia e nem apoiará nenhuma candidatura, independente da função eletiva” (ATTAC, 6/07/2005). A eleição de Nicolas Sarkozy, em 2007, tal como veremos, abalou tais convicções.

As divergências acerca dos novos rumos da ATTAC, e mesmo do projeto *altermundialista* na Europa, prosseguiram. Para Nikonoff, era tempo de apresentar alternativas e, sobretudo, repensar os meios de realizá-las. Mas, em sua opinião, havia um problema:

[...] é que as principais organizações fundadoras – e em primeiro lugar os sindicatos – retardam a ATTAC na sua reflexão e na construção de alternativas: objeções de P. Tartakowsky e de P. Khalfa, desde 1999, à idéia de uma universidade de verão, oposição da CGT ao tema da Carta dos direitos sociais em 2001; retenção dos sindicatos em relação à comemoração do Programa nacional da resistência (PRN) em 2004, sobre os serviços públicos, energia, ou ainda na elaboração de posição próprias da ATTAC ao tema do movimento contra as reformas em 2003; reticência em lançar amplas campanhas de adesão particularmente endereçadas às classes populares, a fim de ampliar a base social do movimento [...]; tentativa constante de “afogar” a ATTAC numa multidão de “coletivos” [...]; referência permanente ao conceito de “rede” para esconder o poder muito real de alguns; propagações de informações falsas, repercutidas pela mídia, sobre a estagnação ou declínio da ATTAC visando assim desacreditá-la; retenção das campanhas contra o TCE; obsessão por integrar todos os coletivos “unitários” em detrimento da afirmação da ATTAC como organização própria. (WINTREBERT, 2007: p. 234, tradução da autora)

Segundo Nikonoff (2004), após um semestre de discussão ficou claro para todos os militantes a necessidade de aprofundar a reflexão e a ação sobre alguns temas, bem como encontrar um novo equilíbrio entre os diferentes componentes do movimento ATTAC. Nesse mesmo texto o presidente da associação coloca em dúvida a eficiência da prática do consenso:

Perto de sete meses foram necessários para a elaboração do texto *Quelle nouvelle dynamique pour Attac?* Se este período permitiu consolidar nossa coesão interna ela também revelou diferenças de apreciação, perfeitamente naturais, entre os membros do CA e os fundadores, sobre

temas diversos. Mas essas diferenças, e mesmo divergências, ao invés de serem identificadas e precisadas, conduziram a uma redação consensual empobrecedora no texto final. Enquanto uma “nova dinâmica” visa a aprofundar a reflexão da associação, o texto elaborado não insistiu talvez suficientemente sobre as contradições nas quais se desenvolvem o movimento altermundialista e a ATTAC (ATTAC, 2004).

Tal declaração obteve pronta resposta de seus opositores:

Antes de entrar no cerne da argumentação de JN [Jacques Nikonoff] notemos de início, que contrariamente ao que ele afirma ATTAC não foi paralisada por seu modo de funcionamento. Desde 1998, data do nosso nascimento, nós tomamos uma série de decisões e nós, sobretudo, fomos capazes de agir em numerosos domínios. Este método, aliás, se revelou particularmente eficaz em permitir a articulação de movimentos e indivíduos com uma história e uma cultura diferentes, quase divergentes sobre certos temas. Ele permitiu que a diversidade da ATTAC não fosse um obstáculo a seu desenvolvimento. O modo de decisão em consenso pressupõe duas condições. A primeira é o tempo de debater para que os participantes realmente se compreendam e sejam assim capazes de ultrapassar suas divergências iniciais para construir os compromissos necessários. É necessário tempo para que todo o mundo possa avançar junto e para evitar a simples reprodução das clivagens e a afirmação de posições. Desse ponto de vista, o voto é efetivamente um procedimento mais simples e rápido, mas muito mais redutor. A segunda condição é a boa fé, ou seja, ter realmente vontade política de construir uma posição comum. Aqui também, um procedimento por voto é mais simples: acampamos sobre a nossa posição de origem e tentamos construir a relação de força necessária para fazer passá-la. (KHALFA, 2004, tradução da autora)

A esses, seguiram outros textos... Os principais impasses elencados por Nikonoff: a) a recentragem, isto é, a defesa do foco nas “questões fundamentais” (a taxa Tobin e a mundialização financeira) *versus* o desejo que ATTAC cobriua para a emergência de um novo movimento de emancipação humana, buscando assim uma atuação mais global; b) a ampliação da base social, ou seja, ir ou não ao encontro das classes populares. Se a relação entre as duas questões não estão dadas mecanicamente, não vemos como seja possível separá-las.

De acordo com Nikonoff (2004), não se trata de estabelecer ações voltadas prioritariamente para as classes populares, mas tão somente de trazê-las ao combate

altermundialista através da inclusão de questões fundamentais pouco exploradas pela a ATTAC, quais sejam: “a precaridade e a pobreza”. Nesse sentido, defende:

A ampliação da base social da ATTAC necessitaria também a “*partilha e o apoio das lutas*” ao conjunto das “*ações locais que toquem as pessoas*”. Não é fácil acessar um debate sobre o capitalismo, o neoliberalismo, a mundialização quando cada dia é um dia de luta para se ter o mínimo [...]. A ATTAC deveria ser “*mais próxima*” dos movimentos sociais que atuam na França. Por exemplo, quando operários se colocam em greve para reivindicar aumento salarial, para protestar contra as demissões, seria necessário que os militantes da ATTAC “*fossem ao seu encontro no lugar de luta (piquetes de greves)*” para travar discussões com eles e “*popularizar*” nossas proposições, “*criar laços*”. É também ir ao encontro dos desempregados “*diante os ANPE e ASSEDIC*”, organizar encontros nos “*nos bairros desfavorecidos*”, etc. ATTAC deve “*conquistar*” as categorias populares, mas “*o que temos a lhe propor face ao desemprego e a incerteza do futuro?*”. Que temos a lhe propor “*face às deslocalizações e os planos de reestruturação que os ameaçam diretamente?*” [...] Sua adesão às nossas idéias só se fará “*se elas contiverem respostas concretas as suas inquietações*”, o que ocorrerá, primeiramente, por um “*aprofundamento do conteúdo de nossas alternativas sócio-econômicas*”. (NIKONOFFE, 2004; tradução da autora)

Todo esse debate tornou-se ainda mais incisivo no contexto das eleições de 2006 para o Conselho de Administração. As denúncias de “*aberrações estatísticas*” na apuração dos votos deflagraram as relações conflituosas, até então sob controle. Os partidários da equipe Khalfa, algo em torno de quarenta pessoas entre fundadores e ativos, se reuniram a fim de elaborar uma estratégia para a Assembléia Geral. A orientação era não falar, a princípio, em fraude e fazer circular os dados para, então, avaliar a reação da plenária (WINTREBERT, 2007). Aurelie Trouvé, a mais votada depois de Jacques Nikonoff, explicou em discurso:

[...] que uma primeira contagem informal foi efetuada no domingo, depois segunda e terça dando resultados claramente positivos à equipe de Khalfa (14 eleitos contra 10 para a equipe de Nikonoff). Mas a apuração dos votos de quarta dava apenas 7 contra 17 para o outro campo. Vaias no anfiteatro: “*Má perdedora!*”, “*E então?!*” gritam os partidários de J. Nikonoff. “*Tal inversão é absolutamente improvável e escapa a toda racionalidade estatística, prossegue ela. [Novos gritos na sala]. Porém, o*

último lote examinado é similar ao primeiro! Uma séria dúvida pesa então sobre esse voto. Uma nova eleição será necessária se essa dúvida for verificada”. “Berlusconi!” lança um militante. Ela continua: “Nós passaremos os quadros estatísticos para que vocês possam compreender” (WINTREBERT, 2007: p. 276, tradução da autora)

Uma comissão coordenada por René Passet, presidente do Conselho Científico na ocasião, foi montada para investigar as acusações. Segue aqui trechos de sua conclusão:

Todos os experts estão de acordo em reconhecer a existência de anomalias perturbadoras ligadas às datas de apuração dos votos; eles estimam que a probabilidade estatística das diferenças verificadas se situa a níveis que explicitam a sua impossibilidade e que houve, portanto, “manipulação”: jamais as lacunas registradas e concentradas no tempo seriam possíveis sem a intervenção providencial de alguma “mão invisível” [...]. Nós podemos declarar conscientemente que a *prova material de uma fraude* em favor da tendência da presidência anterior foi estabelecida. Para nós, essa constatação fecha toda controvérsia a respeito desse ponto. Foi finalmente o estudo grafológico realizado por G. Duménil e D. Levy sobre alguns lotes estatisticamente atípicos que revelou que eles tinham sido massivamente realizados por duas ou três mãos e cujo conteúdo revelou estratégias evidentes. (WINTREBERT, 2007: p. 286, 292, tradução da autora)

Diante da confirmação da fraude e dos escândalos na imprensa, ficou acordado um funcionamento colegiado com a presidência compartilhada entre Aurélie Trouvé – na época com 27 anos, engenheira agrônoma, economista e membro do comitê local da ATTAC Côte-d’Or – e Jean-Marie Harribey – então com 58 anos, mestre de conferência em economia na universidade de Bourdeaux-IV, e membro do Conselho Científico.

Para Wintrebert (2007), o receio de uma ATTAC movimento, que supere a condição de espaço de discussão e confluência, e, assim, os coletivos ali presentes, esconde preocupações com as delimitações do território organizacional – no limite, com a concorrência entre essas organizações. Embora de acordo, a nossa análise percebe nessa tensão uma atenção especial às possíveis alianças. Com efeito, falamos de delimitações das

fronteiras não apenas das estruturas organizacionais, mas do risco da quebra de barreiras entre projetos políticos.

Ainda segundo o autor citado, os dois campos só são politicamente opostos na medida em que percebemos a forma como uma questão política, pois não existem diferenças substanciais a respeito de questões como: Organismos Geneticamente Modificados (OGM), Organização Mundial do Comércio (OMC), serviços públicos, taxas globais e paraísos fiscais. Novamente concordamos aqui apenas em parte, pois vimos o controle que determinadas organizações exercem e os seus esforços para manter a unidade da pauta e do discurso.

A tese de Wintrebert (2007) é muito interessante e o material que ele dispõe é riquíssimo – muitas entrevistas, acesso a lista eletrônica dos associados e participação em diversos encontros decisivos para o desenvolvimento da ATTAC, como o contexto das eleições de 2006. Porém, sua análise sobre o surgimento e o desenvolvimento da associação, assim como outros trabalhos recentes sobre as organizações *altermundialistas*, apóia-se sobremaneira na lógica organizacional. De modo que o conflito entre as entidades presentes na ATTAC é considerado como, sobretudo, uma disputa de procedimento e método – nenhuma palavra sobre o contexto sociopolítico francês, nenhuma relação entre este, o encontro dessas organizações e o caráter das demandas aí sintetizadas.

Na nossa avaliação a unidade ATTAC pode ser mais bem entendida a partir desta relação. Pois a força gravitacional que mantém sindicatos, títulos de imprensa e ONGs na órbita do projeto de taxação do sistema financeiro, não obstante as diferenças e/ou divergências, é a implantação do projeto neoliberal e o *attaque* que este vem promovendo sistematicamente ao legado do Estado de bem-estar. Sendo assim, passemos nossa atenção à resposta *altermundialista* a este projeto.

CAPÍTULO 2:

Sobre a natureza da transformação social proposta

2.1. O processo de construção da pauta na ATTAC

O capítulo anterior desautoriza certa simplificação e mistificação sobre a relação da ATTAC com a questão do poder, as estruturas denominadas tradicionais, como os sindicatos e partidos políticos, e a noção de rede, com forças distribuídas de forma horizontal e equânime. Essa observação longe de querer apresentar o que a ATTAC deveria ser, quer tão somente dizer o que ela não é. Por certo, não fazemos com isto nenhuma revelação extraordinária. É mesmo muito provável que seus militantes mais engajados saibam bem, de uma maneira ou de outra, em que tipo de movimento estão implicados. Embora a literatura sobre *altermundialismo*, de maneira geral, insista em apresentá-lo como um fenômeno absolutamente inovador das lutas social e política, a militância e as pesquisas vivenciam e evidenciam o contrário.

Um outro mito ronda ainda a vaga *altermundialista*: aquele da pauta pós-material e universal. Reconhecido por incorporar em suas demandas preocupações que atravessariam as barreiras de classe – como a dominação de gênero e raça, a discriminação pautada na opção sexual, a paz entre os povos e a preservação ambiental –, o movimento tem, sim, as suas prioridades. Vejamos, então, através da ATTAC, se e como esses temas foram assimilados.

Com efeito, à medida em que a associação cresceu em número de militantes e alcançou reconhecimento público e midiático, simultaneamente aumentou a quantidade de questões sobre as quais ela foi chamada a se posicionar. De onde o debate sobre a

recentragem: ampliar ou focar o alvo da luta? Bernard Cassen afirmou para Wintrebert (2007) que a orientação é restringir-se à Plataforma. O neoliberalismo atinge a muitos, afirmou ele, mas a ATTAC não pode comparecer a todas as lutas. Uma opinião difícil de contestar, e, portanto, facilmente aceita; todavia, raramente levada ao fim de seus desdobramentos lógicos: se muitos sofrem os efeitos das políticas neoliberais e a ATTAC não se engaja em todas as frentes, em quais batalhas ela comparece e de quais se ausenta? Por quê? Quais dos prejudicados estariam a sua margem? Por quê? Quem faz esta escolha? O relato a seguir é bem interessante, e nesse sentido pode nos fornecer algumas pistas:

Isso quase me envergonha, com efeito, que de repente encontramos [os militantes da ATTAC] nos comitês de ação para as manifestações... em Seattle eu achei isso normal, mas [...] eu acho que isso não ajuda, ser constantemente associados a movimentos de extrema esquerda, é bobo mas eles são mal visto pela maior parte das pessoas [...]. **Eles teriam feito melhor se se centrassem sobre o aspecto econômico**, e já é muito porque na sociedade, a exceção daqueles que estudaram economia, não conhecemos estritamente nada [...] eu acho bom existir uma associação que nos faça conhecer um pouco mais, explicar como melhorar as coisas e dizer que a economia não é uma fatalidade, que não seremos necessariamente todos engolidos por isso [...]. Quando militamos por alguma coisa nós temos necessariamente que nos embrenhar em todos os frentes, lutar por tudo? **Eu não os vi nas manifestações dos sem-documentos mas acho que não vai tardar e eu não vejo nisso razão de ser. É bom denunciar mas eu não sei se é útil se espalhar** (entrevista do militante da ATTAC CL Paris 13 para WINTREBERT, 2007: p. 80, tradução e grifo da autora)

Essa não é a posição isolada de um único militante, mesmo as organizações dos chamados “sem” (sem teto, sem documentos, sem emprego...) sabem e sentem a profundidade do espaço que separa sua luta daquela da ATTAC, bem como as dificuldades e incertezas sobre a “*utilidade de se espalhar*”.

Acompanhemos um pouco do processo de elaboração da plataforma, eixo das reivindicações da associação:

[...] na primeira leitura eu levanto a mão para dizer que a gente não pára de falar de “nações” e ... **não é nosso negócio as “nações”**, nós somos sindicalistas vamos falar de “povos”... então SUD intervém depois para dizer que eles estão de acordo, a FSU também... bom aqui há um debate. [...]. Bem porque esses são os termos do acordo político que fazem que isso seja viável ou não! (TARTAKOWSKY em entrevista para WINTREBERT, 2007: p. 61, tradução e grifo da autora)

Nos termos do texto inicial apresentado para a discussão por S. Halimi e B. Cassen, **a noção de “capital” na “mundialização do capital financeiro”** desaparece em proveito da “mundialização financeira”, **a expressão “bem comum” torna-se o “interesse geral”**. Mas, sobretudo, é a relação entre “povos” e “Estados” que é modificada. No texto do jornal, as nações e os Estados são considerados como os “lugares pertinentes do exercício da democracia e garantia do bem comum” [...]. É assim que o segundo texto separa e hierarquiza a “escolha dos povos”, depois as “instituições democráticas”, e enfim os “Estados soberanos” [...]. O editorial de I. Ramonet evoca implicitamente uma oposição entre Estado supranacional (“Este Estado mundial é um poder sem sociedade”) e os Estados-nações (“garantia do bem comum”, onde a sociedade pode se exprimir). (WINTREBERT, 2007: p. 62, tradução e grifo da autora)

De modo geral, a orientação é restringir-se aos problemas ocasionados pela hegemonia financeira e à expansão e intensificação da lógica concorrencial, contornando a crítica ao modo de produção como um todo, por isso extrair a palavra **capital** da frase **mundialização financeira**. Os temas privilegiados nos documentos e também no material produzido pelo Conselho Científico demonstram a centralidade da financeirização da economia e sua relação com a privatização dos serviços públicos. Esse debate nos indica que por trás de termos gerais como “desigualdade” e “bem comum” estão organizações com leitura e demandas bem determinadas.

Certamente no desenvolvimento da pauta apareceram questões que não estavam previstas de início, mas o cuidado em situá-las dentro do ataque ao sistema financeiro é uma constante. O relato a seguir demonstra como certas temáticas foram sendo incorporadas:

O problema da previdência não foi nós que decidimos colocar à frente..... Nós somos obrigados a entrar em sintonia com **a agenda dos outros**. Isso parece exato...até um certo ponto. Os aposentados parecem, a

priori, como estando exatamente no campo de ação e competência do movimento, ao menos em 2003. Mas não é necessariamente o caso em 1998, quando ATTAC se focalizava exclusivamente sobre a finança e os fundos de pensão”. (CHAUMERON, tesoureiro da ATTAC até 2001 e membro fundador da CGT-Finanças, para WINTREBERT, 2007: p. 114, tradução e grifo da autora)

A reforma da previdência citada acima como “agenda dos outros” é nos anos que correm motivo de agudas manifestações e paralizações na França. Seria difícil para a ATTAC manter distância de um tema tão delicado que tem mobilizado milhares de pessoas por todo o país, unindo sindicatos, associações e demais organizações de esquerda.

O conflito entre Israel e a Palestina, causa de muitos protestos liderados por imigrantes árabes na Europa, tampouco foi de início considerado problema pertinente ao campo de ação da ATTAC, apesar das declarações mais genéricas de apoio e solidariedade.

“Houve, e há, permanentemente uma pressão para nos ocuparmos de novos temas, que têm por vezes uma relação muito tênue com nossa plataforma. **A Palestina, hesitamos durante um longo tempo [...]; foi necessário 11 de setembro [...].** É a pressão de alguns grupos internos, e que podem conduzir se deixarmos a posições demagógicas, irrefletidas, e que não tem nada a ver com a lógica da ATTAC. **Nós nos esforçamos por colocar esses problemas numa lógica contra a mundialização liberal,** mesmo se a ligação não é sempre evidente, isso existe ainda. E no documento da ATTAC, redigido por Alain Gresh, sobre a Palestina, fazemos bem a ligação, é um bom documento [...]. **Mas nós temos feito com moderação**” (CASSEN para WINTREBERT, 2007: p. 116, tradução e grifo da autora)

Portanto, o movimento pode, sim, em determinado contexto, ser solicitado, tendo de reagir, como dissemos, ao debate colocado pela mídia e pela opinião pública. Mas, se por um lado, a opinião pública, a imprensa e os grupos internos de pressão puderam por vezes promover certos pontos da agenda, isso não implicou no controle da formulação da questão e do prosseguimento dos debates. A energia nuclear e a União Européia são, nesse sentido, exemplares.

A geração de energia, uma das grandes preocupações das organizações ambientais, foi mantida longe dos debates da associação devido à controvérsia existente com a CGT, favorável ao desenvolvimento da energia nuclear. No entanto, o crescente debate sobre o tema nos encontros dos coletivos locais e a pressão exercida pelos ecologistas exigiram uma posição do Conselho de Administração. A discussão através da lista eletrônica da ATTAC pode nos situar melhor ante a resistência ao tema:

“Quando se coloca uma questão ao Bureau da associação, é estranho, temos a sensação de enviar uma garrafa para o espaço. Nós não sabemos em absoluto se ela se perdeu para sempre na imensidão do universo ou se um dia ela entrara em contato com uma vida inteligente... (militante apud WINTREBERT, 2007: p. 129, tradução da autora)

“[A resposta]: A ATTAC não toma partido sobre essa questão por duas razões maiores. A primeira é que o nuclear é apenas uma dimensão – certamente específica – do dossiê sobre energia ... A questão de fundo, aqui, é de assegurar a alguns milhares de indivíduos o direito à energia da qual eles são privados [...]. A segunda, mais pragmática, é que estreitando nossa abordagem, reduzindo à questão nuclear, nós nos dividiríamos entre ‘anti’ e ‘prol’, casando linhas de um debate que pré-existia à ATTAC e cujos termos não são reduzíveis somente à problemática da mundialização ou de hegemonia” (TARTAKOWSKY apud WINTREBERT, 2007: p. 129, tradução da autora)

Em 2003, a secretária geral da associação foi convidada a participar do fórum “Energia e Serviços Públicos”, de modo que o tema passou, então, a ser anexado a um problema reconhecido pelos *attacantes*, qual seja: a privatização de bens considerados comuns.

Porque muitos dos militantes se sentem preocupados pelas questões ambientais, eles têm a tendência a orientar as ações e reflexões de seu comitê local para as preocupações ecológicas [...]. Assim, a ATTAC Haute-Marne participa de um ‘Fórum de energia’, a ATTAC 56 toma partido, com outras organizações [...]. É igualmente o caso do comitê ATTAC Rhône que decide refletir sobre a temática da energia na ocasião da privatização da Companhia Nacional do Rhône (CNR) e da locação da sua hidroelétrica em 1999. Sob o incentivo de um militante local, sindicalista na CNR, um grupo de trabalho de quatro-cinco pessoas foi criado no seio do comitê. O principal animador nos explica por e-mail que: “inicialmente, nós desejávamos compreender porque a CNR era privatizada. À medida que trabalhávamos, o tema ‘energia’ se impôs

como uma problemática maior”. O grupo será particularmente ativo na preparação dos congressos sobre serviços públicos em Lyon (19-26 de outubro de 2001) (WINTREBERT, 2007: p. 126, tradução da autora).

A União Européia é outra questão sensível e, portanto, sob constante controle da associação. Como escreve Wintrebert (2007: p. 135), embora central para a ATTAC na medida em que se configura como o espaço geográfico pertinente para a promover suas reivindicações (em especial a taxa Tobin), a UE foi relativamente eclipsada enquanto questão política. Isto porque se, por um lado, existe um consenso acerca da oposição ao neoliberalismo, a questão européia apresenta clivagens entre os chamados “soberanistas” e os “federalistas”. Frente às divergências, a decisão novamente foi restringir a análise às políticas européias, evitando, na medida do possível, o debate sobre a sua arquitetura institucional.

A União Européia não é uma preocupação exclusiva da ATTAC, sua importância para o movimento *altermundialista* pode ser ainda melhor avaliada através de um levantamento sobre os debates promovidos durante o segundo Fórum Social Europeu (FSE) que ocorreu na França, em 2003. A pesquisa realizada por Éric Agrikoliansky e Dominique Cardon (2005: p. 49-50) apresenta os cinco eixos através dos quais as mais variadas organizações poderiam inscrever suas atividades no evento, eis-los aqui: 1) por uma Europa da paz e da justiça; 2) por uma Europa dos direitos, social e democrático; 3) por uma sociedade de justiça social, ecologicamente sustentável e pela soberania alimentar; 4) por uma Europa democrática da informação, da cultura e da educação; 5) por uma Europa acolhedora aos imigrantes. Esses pontos mais genéricos eram em geral articulados à crítica: “à mercantilização” (eixo 4), “ao neoliberalismo” (eixo 2), “à lógica do lucro” (eixo 3); ou seja, temas constantes no quadro de uma manifestação *altermundialista*.

Assim como na ATTAC, os pontos acima citados, aparentemente consensuais, escondem conflitos entre setores dos movimentos sociais acerca das reivindicações a serem promovidas, bem como as visões de mundo aí subjacentes. De acordo com Agrikoliansky e Cardon (2005: p. 55), o eixo 3 foi terreno de disputa entre sindicalistas e ambientalistas. Os sindicatos, em particular a CGT, pesaram de maneira determinante sobre a primeira formulação do título, enquanto os ambientalistas empenharam-se na inclusão do “ecologicamente sustentável”. Dito isto, existe algo de comum nesse diálogo: de um modo geral, o adversário não é identificado ao “capital”, mas ao “lucro”.

À frente da realização do evento e da elaboração da programação principal, certas organizações mantiveram aí seus representantes praticamente em tempo integral. O FSE mostra assim que a coesão expressa nos cinco eixos citados e a síntese das reivindicações em temas essenciais do *altermundialismo* foram tarefas de seus realizadores centrais, são eles: Pierre Khalfa (Attac-G10), Sophie Zafari (FSU), Pierre Barge (LDH), Annick Coupé (G10), Jean-Michel Joubier (CGT), Marc Mangenot (Copérnic) ou Bernard Pinaud (CRID); estes constituíram o primeiro círculo de decisão no seio do secretariado da organização (AGRIKOLIANSKY e CARDON, 2005: p. 56 e 57):

Para aqueles cujos representantes participam do primeiro círculo do secretariado da organização [...] uma abordagem direta aos relatores do grupo é suficiente. Para outros, a estratégia do número e da representatividade é primordial, é o caso dos ambientalistas, que se constituem em plataforma “representativa ou em grupos setoriais *ad hoc* que interferem nas discussões para apresentar uma queixa particular [...]. Para outros, enfim, a estratégia do escândalo parece o único recurso disponível. É o caso do MIB [*Mouvement de l’immigration et des banlieues*]²⁹, cujos porta-vozes intervêm repetidamente de maneira muito viva quando do CIF³⁰ para reclamar maior consideração das reivindicações ligadas aos “bairros pobres” (tradução da autora)

²⁹ Movimento de Imigrantes da Periferia.

³⁰ Comitê responsável pela organização do Fórum Social Europeu.

Se as organizações mais implicadas nesta edição do Fórum Social Europeu buscavam, através da sua influência e atuação central, uma coerência nos temas apresentados, elas não semeavam, todavia, em solos inférteis. Os resultados dos questionários aplicados por Gobbille e Uysal (2005) com mais de duas mil pessoas presentes no mesmo encontro demonstram a prevalência de indivíduos com posicionamentos políticos bastante semelhantes. Entre as suas preocupações principais despontam: a desigualdade norte/sul (15%); a ameaça aos serviços públicos (13%); o desemprego e a precaridade (9%). As discriminações raciais e de orientação sexual foi a resposta de 5% dos entrevistados, enquanto que as desigualdades homens/mulheres de 4% (GOBILLE e UYSAL, 2005).

Esses e outros levantamentos realizados durante os encontros europeus demonstram que ao contrário de um conjunto de demandas sem qualquer relação entre si ou preocupação hierárquica, existe sim coerência e coesão no debate colocado no seio *altermundialista*, tanto do ponto de vista dos eixos elencados por seus organizadores, como, em especial, entre seus participantes, o que não deixa de ser surpreendente, ainda mais tendo em vista a dimensão do evento que agregou diferentes tipos de organizações e tradições políticas.

A idéia amplamente aceita de que a questão de gênero é, assim como qualquer outra questão, desenvolvida nos espaços *altermundialistas* não corresponde às queixas do movimento feminista sobre o Fórum Social Europeu (AGRIKOLIANSKY, 2005). Ela tampouco foi facilmente assimilada aos debates da ATTAC. De acordo com Wintrebert (2007), a inserção do tema na pauta nacional da associação foi forçada por intensas brigas internas no Comitê Local/Paris 14, no qual havia um coletivo sobre “Mulher e mundialização”, que exigia cada vez mais espaço para suas discussões: “*E nós, nós*

pensavamos que poderíamos talvez nos livrar do problema: que eles implantem sua atividade no ceio da associação nacional” (Wintrebert, 2007: 119). Mas,

Isso não foi fácil. Há duas coisas: sua temática, que pode colocar problemas porque eu não acredito que Cassen seja um grande feminista [risos]... Mas bom, esta reivindicação era legítima, então Cassen devia perder, e ele perdeu, mesmo que tivesse resistido ... Então eles travaram uma batalha (...) custuraram ligações com pessoas do Conselho Científico, pesquisadores feministas, eles fizeram um trabalho pesado, e um livro saiu na coleção da ATTAC (WINTREBERT, 2007, p. 120)

De acordo com os pesquisadores citados, essa homogeneidade das demandas é explicada pelo peso desproporcional entre as organizações. E aqui estamos de acordo, mas não em tudo, pois é difícil não perceber nessa coesão política traços da homogeneidade social apontada pelas próprias pesquisas. Se pensarmos, então, na ATTAC, essa coerência é ainda maior; seguramente é difícil reunir 30 mil filiados engajados numa luta exclusiva ou prioritariamente altruísta. Percebe-se que por trás de vários apelos mais abstratos e universais estão demandas e anseios de alguns grupos em particular. Tornamos a dizer, que não raro esse fato tem ajudado a politizar temáticas antes quase que exclusivamente tratadas num quadro de referência assistencial e humanitário. Nesse sentido, a greve dos professores universitários e dos pesquisadores que ocorreu durante toda a primeira parte do ano letivo de 2009, na França, nos parece exemplar. As manifestações, os bloqueios das ruas, o enfrentamento com a polícia, reuniram conhecidos intelectuais. Muitos dos quais reconhecidos, inclusive, por seu engajamento político. Mas, ao contrário de sua militância anterior o que estava ali em questão não era a paz mundial, a colonização dos povos africanos, tampouco o fim do capitalismo pensado como uma possibilidade histórica num futuro distante, mas tão simplesmente a reforma universitária que atinge diretamente as

suas condições de trabalho. Isso por um lado. Por outro, tal como dissemos, essa politização do debate esbarra nos interesses e na percepção da realidade desse grupo. Voltaremos ainda a esse ponto.

Diante da discussão realizada podemos ao menos intuir que no projeto de taxação das transações financeiras estão contidas questões bem concretas e determinadas. E aqui nos aproximamos da resposta à pergunta anterior sobre as mudanças que permitiram a uma campanha com o objetivo de taxar o fluxo de capital assumir a força política que tem hoje.

A esse respeito, saber que o editorial de Ramonet e a criação da ATTAC ocorreram em plena crise do mercado financeiro asiático não nos parece irrelevante. A primeira frase de *Desarmen o mercado* – o editorial que conclamava a criação da ATTAC – é: “*O ciclone sobre as bolsas da Ásia ameaça o mundo todo*” (RAMONET, 1997; ANEXO 3). A crise asiática não era apenas uma referência distante para a maioria da população francesa. E as críticas e palavras de ordem da ATTAC – *o mundo não é uma mercadoria! Vivemos sob a ditadura do mercado e sob o domínio das instituições internacionais financeiras!* – despertavam aqueles que a ela recorriam algo mais do que solidariedade aos povos de países distantes.

Os estudos de Agrikoliansky e Fillieule (2005), dois especialistas em *altermundialismo*, corroboram essa constatação, apesar de suas análises centrarem na trajetória das organizações e não, como é o caso aqui, no surgimento do movimento no quadro de implantação do neoliberalismo. Contestando a idéia amplamente difundida e aceita da “radical originalidade” do *altermundialismo*, os autores remontam aos grupos que introduziram no espaço político hexagonal reivindicações hoje centrais para o movimento, notadamente o terceiro-mundismo. Essas organizações surgiram na França após o processo de descolonização e tinham, em geral, um discurso antiimperialista; é o caso, por exemplo,

do CEDETIM (Centro de Estudos e Iniciativas de Solidariedade Internacional) – centro criado após a guerra da Argélia, responsável pela primeira manifestação francesa contra o G7, em 1989, e um dos fundadores da ATTAC. De acordo com Agrikoliansky e Fillieule (2005), o terceiro-mundismo conhece a partir de 1980 um período de refluxo, explicado, na opinião deles, pelo surgimento de uma vertente concorrente de perfil humanitário e discurso pretensamente não ideologizado de ajuda às “vítimas dos países pobres”. Mas, eis que no final dos anos 1990 o debate sobre a desigualdade entre Norte e Sul ressurgiu mais próximo do que foi a luta pela descolonização do terceiro-mundo, isto é, contrário a uma abordagem assistencialista da desigualdade, mas agora, porém, “sob a figura das lutas contra a mundialização neoliberal”.

O que os autores não discutem são as razões desse ressurgimento, isto é, da re-politização da questão do terceiro-mundo. Como dissemos acima, a situação desses países não era mais apenas tema da sessão internacional dos jornais europeus. Em 1997, a França entrava no seu terceiro grande ciclo de privatizações. Após a indústria e o setor financeiro, o alvo então era o setor de serviços. Essa terceira fase que se estendeu até 2002 foi considerada a mais importante em termos de receitas obtidas através de privatizações de empresas públicas. Mas, desde a *grande greve de 1995*, quando o plano Juppé³¹ propunha cortes nos serviços públicos, com reformas no sistema previdenciário, as manifestações contra o desemprego, a falta de moradia, a exploração dos imigrantes ilegais, as reformas do ensino e do sistema de saúde, apareciam associadas às privatizações e às exigências da União Européia comprometida com “as grandes empresas transnacionais” e “às leis do mercado”. Ainda no ano de 1995:

³¹ Alain Juppé foi primeiro-ministro na França (1995-1997) sob a presidência de Jacques Chirac.

Nas reuniões dos trabalhadores na Gare Lyon, falaram mandarins intelectuais como o sociólogo Pierre Bourdieu, que desde então se **manifestou pela defesa do Estado social (“uma conquista europeia, tão valiosa como Kant, Bach e Beethoven”)**, e, com repercussão na esfera pública, atacou o “système Tietmeyer”, a política de estabilidade dos bancos centrais e a dominação dos mercados financeiros, bem como mídias homogeneizadas pelo capitalismo. Bourdieu e seus discípulos fundaram a rede *Raisons d’Agir* [Razões para Agir]³², que, recorrendo a uma escrita popular, enfrentou o pensamento unitário neoliberal... (GREFE *et. al.*, 2005: p. 145, tradução e grifo da autora).

2.2. A financeirização da economia como questão primordial e a trajetória das classes médias francesas.

As greves de dezembro de 1995 são consideradas um marco na rearticulação do movimento de protesto na França – uma das conseqüências apontadas é justamente a mudança na estrutura sindical e a sua articulação com as organizações de caráter associativo. Além disso:

Numerosas personalidades são igualmente implicadas publicamente, e entre elas numerosos intelectuais. Constatamos múltiplas iniciativas: o Clube Merleau-Ponty fundado em 1994, a rede de arte sobre as desigualdades em 1995, Razões de agir em 1995, a convocatória dos economistas contra o pensamento único lançado em 25 de dezembro de 1995, os estados gerais do movimento social [...] o observatório da mundialização em 1996, o comunicado “nós somos de esquerda” em 21 de maio de 1997, a Fundação Copérnico em 1998, o chamado pela a autonomia do movimento social em 3 de agosto de 1998, etc (WINTREBERT, 2007: p. 40, tradução da autora)

O conflito social do inverno de 1995 satisfaz o G10 na sua ambição de construir um pólo sindical alternativo, tanto do ponto de vista do conteúdo das reivindicações, estas fazendo eco a suas próprias orientações (defesa do serviço público e do sistema de proteção social, recusa da regulamentação e da precariedade do trabalho, crítica do liberalismo, etc.), como do quadro na qual elas buscavam se exprimir (papel motor das

³² *Raisons d’Agir* também integra a ATTAC.

assembléias gerais, horizontalidade do conflito e organização deste em coordenação interbranches, simbolizada pelo slogan: “Todos juntos”. Ele ‘aproveitará’ aliás desse movimento acolhendo as equipes desafiliadas da CFDT por causa da oposição com a linha seguida por sua central durante o conflito, e que se reencontrarão sob a sigla SUD (SUD-Rail, SUD-CRC Saúde Social, SUD-Educação, etc) (DENIS, 2003: p. 3, tradução da autora).

As privatizações e as manifestações da década de noventa têm, no entanto, raízes mais longínquas. De acordo com Chauvel (2002), enquanto o período entre 1945 e 1975 entrou para a história como os “trinta anos gloriosos”, as décadas posteriores trouxeram para a análise o desemprego em massa e o aumento dos gastos com moradia, alimentação e educação. Por suposto, tal quadro afeta todos aqueles que dependem do salário para sobreviver. Mas, as medidas adotadas, contudo, impactaram de modo particular algumas camadas e setores das classes médias francesa. No seu conjunto, assim como todo trabalhador assalariado, esse grupo perdeu, ao longo do período supracitado, em salários, conquistas sociais e estabilidade de emprego. Mas, perdeu também, ao mesmo tempo, poder de decisão, influência, possibilidades de ascensão e distinção. O trecho a seguir nos auxilia nessa análise:

Para os grupos coetâneos [...] nascidos nos anos de 1950 e 1960 a estrutura deixou de se desenvolver para cima, enquanto o nível de diplomas desses grupos continua a crescer. Progressivamente, enquanto os filhos nascidos nos anos de 1960 são mais freqüentemente filhos de quadros, suas oportunidades de alcançar as categorias médias e superiores estagnam. Donde surge uma tendência às desclassificações sociais. (CHAUVEL, 2002: p. 65)

A tese sobre a desclassificação social desse grupo choca-se de frente com outra, aquela do fim da luta de classes resultante da dissolução da burguesia e do operariado nas camadas médias da sociedade (*moyennisation*). Esta fomentou um extenso debate a respeito das mudanças nas formas de ação coletiva e selou, em alguma medida, a separação entre as categorias classe e ação política. Curiosamente, o inverso não ocorreu, não por ora. De

modo que o impacto negativo que a classe operária e as classes médias sofreram em detrimento do avanço de uma camada e de um setor da classe capitalista, parece apenas reforçar para essa literatura a tese de diluição das classes, agora, porém, numa imensa, difusa e heterogênea classe popular. Embora partindo de realidades distintas, a conclusão política de ambas as teses é, todavia, parecida, posto que as conseqüências desta desclassificação não implicam (ao menos não para o debate em voga) numa re-ação de classe – mesmo que sob novos arranjos. Isso explica porque diversos levantamentos realizados sobre o perfil sócio-econômico dos *altermundialistas* não têm maiores desdobramentos nos estudos sobre engajamento.

Os dados sobre a estrutura de classes, se considerados os respectivos contextos sócio-históricos, bem como sua conjuntura política, nos interessam, nesse sentido. Isto porque eles podem nos informar sobre as mudanças na conformação dos grupos sociais, contribuindo, assim, para a compreensão da atual configuração da luta de classes. A este respeito, as linhas abaixo oferecem algumas pistas:

A classe média tal como pensamos hoje faz referência à classe média dos anos 1970, construída sobre uma ideologia da ascensão, de progresso social, de mobilidade. É evidente que a experiência social atual somente aparece como degradada com relação a esta experiência. Hoje, só se pode ser decadentista tendo em vista este modelo. Esse discurso do declínio se nutre por oposição a esta ideologia ascensional. (BACQUÉ e KOKOREFF, 2007: p. 83, tradução da autora).

Isso nos diz algo sobre a reação das classes médias européia e particularmente francesa. É bem verdade que ATTAC não se apresenta como uma organização de classe ou de classes. Para os seus representantes, ela é uma associação que agrega movimentos, entidades e indivíduos pertencentes aos mais variados grupos sociais, inclusive camponeses, na luta contra o neoliberalismo; este sim, entendido como ideologia e política

de uma fração particular da classe dominante, as finanças. O termo foi cunhado por Gerard Dúmenil e Dominique Lévi, membros do conselho de intelectuais da ATTAC, e é hoje muito aceito entre os *attacantes*, compondo alguns de seus documentos oficiais. Mesmo identificando o principal adversário numa “fração de classe” – proprietária das “grandes corporações transnacionais” organizadas sob a lógica do “sistema financeiro” – a associação não reconhece nos seus militantes, na sua forma de organização e ação, na suas demandas, na sua análise da realidade e na sua concepção de transformação, a atuação de uma classe, ou de parte dela. De fato, a ATTAC fala em “cidadãos” (expressão presente em seu próprio nome) e reúne entre os que assinam a sua plataforma e estatuto organizações de camponeses, operários e sem-teto; ela tampouco propõe a superação da condição de classe, qualquer que seja esta, e não vê nisto qualquer impeditivo para a construção do outro mundo que afirma ser possível. Uma análise atenta da associação e de seus textos, no entanto, nos revela algo diferente: a presença massiva de setores das classes médias tem muito a dizer sobre a sua linha interpretativa e sobre a sua proposta de mudança – ambas fortemente marcadas pela visão de mundo de um grupo social fortalecido e destacado pelo Estado de bem-estar social europeu e que conheceu com o neoliberalismo um movimento contrário.

Este esboço de um cenário mais complexo e ainda inacabado ajuda a entender o rápido crescimento da ATTAC. A implantação de políticas neoliberais e o desmantelamento do Estado providência provocaram mudanças na situação profissional e no cenário político e ideológico da sociedade europeia. De modo que as privatizações das indústrias e dos serviços, bem como as reformas dos sistemas de saúde e educação tiveram impactos sobre a estrutura de classes francesa, reconhecidamente reorganizada desde o fim da Segunda Guerra mundial sobre o Estado do bem-estar.

Assim sendo, não nos parece coincidência a destacada presença de determinadas organizações no interior da ATTAC – falamos do Sindicato da Magistratura; Sindicato de Medicina Geral; Federação dos Bancos; FGTE-CFDT, FSU (Federação Sindical Unitária)³³; o Sindicato Nacional dos Professores; Sindicato Nacional de Professores do Ensino Superior; a União Geral dos Engenheiros, Quadros e Técnicos da CGT). Tivemos a oportunidade de ver que essas organizações não têm o mesmo peso que as demais e que elas representam grupos profissionais formados particularmente do desenvolvimento dos aparelhos burocráticos estatais, técnicos ou industriais, bem como dos setores de serviços da educação e saúde, exigindo normalmente capacidades de comando e conhecimentos especializados (CHAUVEL, 2006)

A partir de uma sociologia do engajamento, Elise Cruzel (2003) analisa a trajetória militante dos *attacantes* dos Comitês de Gironde e de Haute-Garonne, identificando pontos comuns, como, por exemplo, uma “carreira militante humanitária” – fruto de experiências comunitárias, sobretudo, religiosas. Segundo a autora, as entrevistas realizadas evidenciaram impressionantes regularidades biográficas que podem iluminar a forma do engajamento do movimento *altermundialista*. A proposta é interessante, mas não explica as razões de um percurso político tão semelhante. Todavia, as entrevistas nos oferecem ainda outros dados que, embora menos importantes para a análise de Cruzel, seguem bem ao encontro da nossa linha de argumentação – referimo-nos aqui à ocupação dos entrevistados; entre os citados: engenheiros, gestor de empresa, aposentados, assistentes sociais, desenhista gráfico, professores e bibliotecários.

As pesquisas monográficas com entrevistas focadas em trajetórias individuais apontam para o mesmo sentido:

³³ Composto em grande medida por professores.

“[...] eu trabalhava com o meu marido [...]. Ele era pequeno fabricante de jóias, e eu fazia tudo o que era compatível. Eu era a secretária [...], e tudo o que se faz quando somos dois numa empresa [...]. É uma servidão em tempo integral. Após a idade, há a aposentadoria [...]. [...] Evidentemente, eu não tinha pontuação; era também uma vantagem. Quando eu militava ainda no Partido Socialista, acontecia de eu poder ir ao fim da tarde, antes da hora, bem antes da hora, sabendo que eu faria meu trabalho à noite ou num outro momento, já que meu marido estava ali, para um cliente ou outra coisa [...]. Eu tinha evidentemente esta liberdade, na medida onde você se diz: ‘quando você estiver por sua conta, você pode organizar seu trabalho como você quiser’” (entrevista de militante concedida a Fack, 2000: p. 62, tradução da autora)

Se as variáveis ‘clássicas’ tais como sexo, idade ou localização geográfica parecem pouco operacionais, encontramos frequentemente pessoas que dispõem de tempo (então normalmente aposentados, estudantes ou professores) e que têm um capital escolar e cultural muito elevado. Esse diagnóstico está além da ATTAC, como o mostra S. Rullière após um questionário distribuído em Florença³⁴ em novembro de 2002: “Frequentemente políglotas, engajados em múltiplas estruturas militantes ou associativas, geralmente portadores de uma bagagem intelectual ‘superior’ ou com experiências múltiplas [...]”. (WINTREBERT, 2007: p. 105, tradução da autora)

Em nossa própria pesquisa, conversas realizadas com membros diretos da associação em Paris, como a presidente Aurelie Trouvé, atestaram que a regularidade indicada acima não é específica de um ou outro comitê local. Todos sem exceção, afirmaram que o perfil do *attacante*, de um modo geral, é de um indivíduo bem formado, normalmente com diploma universitário, e com uma condição econômica, dado o quadro atual, favorável³⁵.

Esses dados poderiam ainda dizer respeito a uma realidade muito particular: a francesa. No entanto, enquetes realizadas nos encontros *altermundialistas* mais expressivos apontam para a forte presença de um grupo tradicionalmente associado às classes médias. Nos Fóruns Sociais Mundiais, por exemplo, destaca-se a presença de jovens universitários e

³⁴ Em Florença na Itália foi realizado o primeiro Fórum Social Europeu, em 2002.

³⁵ Thomas Coutrot (19/06/2009), Michel Husson (23/06/2009), René Mouriaux (29/06/2009) e Michel Vakaloulis (29/07/2009), membros do Conselho de Intelectuais; Frédéric Viale (31/06/2009), responsável pela comissão sobre Comércio Internacional e Aurelie Trouvé (14/10/2009), co-presidente, membros do C.A (Conselho de Administração).

profissionais de ONGs. Dados apresentados pelo IBASE (2006: p. 1) sobre a 6ª edição do fórum indicam que na Venezuela 79% estavam cursando ou haviam feito um curso universitário e 72% na Índia, sendo que ¼ dos participantes na África tinha mestrado e doutorado³⁶. Os dados da 3ª edição apresentavam o mesmo perfil. Segundo Boaventura de Souza Santos (2005: p. 67), o nível de estudo dos participantes é bem elevado: 73% dos participantes possuem grau acadêmico, completo ou incompleto; 9% têm mestrado ou doutorado, porcentagem que aumenta para 17% no caso dos delegados, atingindo 30% entre os delegados brasileiros. Sobre o perfil ocupacional dos *altermundialistas*, os dados de 2003, na terceira edição do Fórum, apontam que 43% trabalham para instituições ou ONGs, 36% são de funcionários públicos, apenas 4% trabalham na indústria, 3% na agricultura e 12% no comércio. O setor de serviços é o mais representado: 79% das ocupações dos participantes que têm emprego.

Se a composição do FSM impressiona pela homogeneidade social, o mesmo ocorre com o Fórum Social Europeu (FSE) realizado na França, em 2003. Entre os entrevistados 69,2% possuíam diploma do superior, a título de comparação, entre os franceses de 30 anos (média de idade dos militantes do encontro) esse número não ultrapassa 30%. Quanto à situação profissional: 46,1% eram funcionários públicos; 21,6% do setor privado; 6,2% independentes e profissionais liberais; 20% do setor associativo. O emprego público representa 10% do total da população francesa. As entrevistas indicam ainda que aproximadamente 42% são quadros e intelectuais; 0,4% agricultores e artesãos; 1,5% comerciantes e chefes de empresa; 8,4% de empregados; 2,2% de operários. Segundo o Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos (INSEE), as últimas duas categorias representavam 56,5% da população ativa francesa em 2002 (GOBILLE; UYSAL, 2005).

³⁶ O Fórum Social Mundial de 2006 foi descentralizado, ocorrendo na Ásia, África e América Latina.

Esses números indicam a super-representação de quadros e intelectuais do setor público no FSE francês. De modo que o perfil dos participantes dos fóruns europeus não se diferencia daquele encontrado nos fóruns mundiais, seja na sua edição latino-americana, como africana ou asiática.

Com relação a ATTAC, os dados anteriores se repetem. Como escreve Cassen (2003): “*Nós temos assim uma leve camada de camponeses e desempregado. O que nós não conseguimos fazer – não mais que os outros – é marcar presença entre a classe operária e mais geral entre as classes populares*”.

Evidentemente, a pluralidade, inúmeras vezes anunciada, não é fruto de uma alucinação coletiva. De fato, muitos movimentos, organizações e redes estiveram ou estão presentes em algum momento nos encontros e nas marchas *altermundialistas*, entre estes: a *Confederação Camponesa*, liderada por Jose Bové; ONGs ambientalistas, como o *Greenpeace* e a *Friends of the Earth*; centros virtuais de mobilização como a *Direct Action Network* (DAN) e a *Ação Global dos Povos*; os militantes *Tute Biache* e *Desubbedienti*; o *Movimento de Resistência Global*, criado na Espanha, a princípio, em apoio aos zapatistas; a *Via Campesina*, criada em 1993 com sede em Honduras, e que aglutina movimentos rurais da América Latina, África e Ásia; a *Assembléia dos Pobres*, fundada em 1995 na Tailândia, composta de pequenos camponeses e por trabalhadores rurais que perderam suas terras depois da construção de barragens; o *MST*, no Brasil, um dos pilares da *Via Campesina*; as *Marchas Europeias contra o Desemprego, a Precariedade e as Exclusões*, iniciadas em 1995 na França; a *Marcha Mundial das Mulheres*, que saiu do Canadá para outros países sob o lema: “a globalização tem sexo!”; os centros de pesquisas como a: *Focus on the Global South*, a *CLACSO* (Centro Latinoamericano de Ciências Sociais) e o *Fórum de Alternativas*; os centros de informação como: a *ALAI* (Agencia Latinoamericana

de Información) e o CMI (Centro de Mídia Independente); as centrais de trabalhadores como: a CTA (Central dos Trabalhadores Argentinos) e a CES (Confederação Européia de Sindicatos); ONGs como: a *Public Citizen*, a *50 years is enough!*, a ABONG (Associação Brasileira de ONGs); os cristãos da rede *Lilliput*; o movimento *Ya Basta...*

O nível real de integração entre essas organizações é digno de questionamento, bem como seu efetivo envolvimento no *altermundialismo*. Ressalvas feitas, as manifestações e os fóruns sociais (locais, regionais e mundiais) atestam certo grau de convergência. Como vimos, essa diversidade de organizações e nacionalidades não impedem relativa homogeneidade social, tampouco o consenso em torno da inviabilidade da “mundialização neoliberal”.

As organizações e os indivíduos reunidos na ATTAC estão todos comprometidos com a proposta de tributação das transações financeiras. Mas não apenas. Como membros com direito a voto na Assembléia Geral da associação, defendem em comum: o controle do mercado financeiro; a reforma do FMI e do Banco Mundial; o fim da “lógica do mercado” (ou, em outros termos, a estatização e a “socialização”) sobre os bens que consideram de domínio público (água, informação, educação, saúde); a anulação da dívida dos países pobres; a defesa dos serviços públicos; o fim dos fundos de pensão privados; a proibição de organismos geneticamente modificados (OGM); normas de proteção das riquezas biológicas; a elaboração de uma legislação do trabalho nos níveis regional e internacional.

O editorial de Ramonet (1997), a plataforma da associação (1998), o manifesto *altermundialista* (2007) e os demais documentos políticos da ATTAC aos quais tivemos acesso reivindicam a taxa Tobin e a anulação da dívida externa dos países pobres. Em nenhum deles, no entanto, estas medidas são apresentadas como simples processo de redistribuição de riqueza ou ajuda humanitária. Sintetizado nas duas demandas aparece a

necessidade da reforma das instituições financeiras internacionais (IFIs), reivindicando não apenas mudanças nas políticas e nos princípios que as regem, mas, sobretudo, mudanças na estrutura organizativa. A leitura dos textos expressos em nome da associação, bem como das análises apresentadas pelo seu conselho científico nos mostra que questões como poder, Estado e política são peças-chaves na compreensão do seu projeto, ao mesmo tempo em que são fontes das suas maiores contradições e debates internos. Aproximemo-nos um pouco mais do que a ATTAC tem a dizer a seus militantes e simpatizantes:

A mundialização do capital financeiro coloca os povos em estado de insegurança generalizada. Ela ignora e rebaixa as nações e seus Estados, **enquanto lugares pertinentes de exercício da democracia e garantia do bem comum** [...]. A mundialização financeira tem, aliás, criado seu próprio Estado. Um Estado supranacional, dispondo de seus aparelhos, de suas redes de influência e de seus meios de ação próprios. Trata-se do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial [...]. Este Estado mundial é um poder sem sociedade, papel exercido pelos mercados financeiros e pelas grandes empresas [...], **como consequência, as sociedades realmente existentes, são sociedades sem poder** (RAMONET, 1997, tradução e grifos da autora).

Segundo tal análise, o Estado perdera a autonomia e as nações a sua soberania, estando todos à mercê dos interesses econômicos dos grandes grupos financeiros. “As instituições democráticas e os **Estados soberanos encarregados do interesse geral**” foram, com o neoliberalismo, substituídos por uma “lógica estritamente especulativa” (ATTAC, 2002, grifos da autora). É urgente criar “**novos instrumentos de regulação e controle**, no plano nacional, europeu e internacional” (ATTAC, 1998, grifos da autora). Esses novos instrumentos de regulação têm, segundo a plataforma da associação, o objetivo último de: “reconquistar os espaços perdidos pela democracia em proveito da esfera financeira”, trata-se, nas palavras da ATTAC (1998): “de nos apropriarmos juntos novamente do futuro do nosso mundo!”. Frequentemente citada, essa frase expressa

claramente que a fase neoliberal representa mais do que déficits no campo econômico, representa perdas no poder de decisão, representa déficits no campo político.

Nesse sentido, a anulação da dívida externa dos países pobres colocaria em questão a atual ordem internacional, isto é, o poder e a legitimidade de algumas instituições de elaborar e selar acordos entre países, estabelecendo os critérios de endividamento, bem como as medidas necessárias para quitá-lo, é o caso, por exemplo, dos:

“programas de ajustamento estrutural (PAS) impostos aos países do Sul (notadamente África e América Latina) durante os anos 1990 para garantir o reembolso de sua dívida, artificial e ilegítima, constituindo um caso patente de tentativa de recolonização.” (ATTAC, 2007: p. 16, tradução da autora).

A dívida externa não é para essa análise apenas uma questão econômica. Mas, um meio que permitiu aos países dominantes manter a dependência dos países do Sul, após seu processo de descolonização (MASSIAH, 2005). Ela é também, portanto, uma forma de controle, exercido por alguns países e grupos de empresas multinacionais através do Fundo Monetário Internacional. Como alternativa a ATTAC propõe a constituição de uma “democracia mundial” fundada no direito internacional, direito que estabeleça e garanta a corresponsabilidade dos países envolvidos (os que cedem o empréstimo e aqueles que o recebem) e que estabeleça instâncias públicas competentes para a avaliação dos critérios e do cumprimento dos acordos. Isso pressuporia a reestruturação das relações atualmente estabelecidas, com a redefinição das responsabilidades dos Estados e das empresas multinacionais. Como escreve Massiah (2005: p. 52, tradução da autora), membro do conselho científico da ATTAC:

esta anulação deve absolutamente se inscrever na perspectiva de uma reforma do sistema internacional que engendrou a dívida. A mobilização cidadã mundial pode pesar sobre os avanços do direito internacional. Existe aqui reais possibilidades, tanto do ponto de vista das concepções

como do ponto de vista das políticas imediatas. Num primeiro tempo, elas concedem a anulação da dívida para os países mais pobres, bem como a deflação do serviço da dívida, com base em critérios sociais, para os países intermediários.

A associação não prescreve o fim das relações internacionais e suas instituições, mas antes o que chama de “reforma radical”, pautada na consolidação de um direito internacional edificado sobre a declaração do *Direito dos Homens* e a *Carta das Nações Unidas*. “A mundialização do direito e seu aprofundamento são, para o movimento *altermundialista*, objetivos estratégicos; o direito internacional é deste ponto de vista um campo de afrontamento central na luta contra a mundialização neoliberal e a definição de um outro mundo” (MASSIAH, 2005: p. 51). Nesse sentido, os textos são claros:

Nós propomos reformar radicalmente as IFI, isto é colocar em causa a natureza mesma dos poderes que se exprimem através dessas instituições e a lógica que determina sua ação. **Nossa posição se opõe, de um lado, aos ultra-liberais** que desejam reduzir ao mínimo a regulação pública internacional, segundo a concepção expressa pelo relatório Meltizer apresentado em 2000 diante o Congresso americano ... (ATTAC, 2002: 9, tradução e grifo da autora).

Uma tal perspectiva, que nós chamamos reforma radical, pode ser justamente considerada como um apelo ao desmantelamento das instituições financeiras internacionais atuais. Nos parece no entanto importante definir desde o início o tipo de instituições que nós queremos. O perigo de se limitar a clamar o desaparecimento das instituições poderia nos conduzir à alianças das quais tirariam proveito os partidários da desregulação neoliberal (MASSIAH, 2005: p. 56, tradução da autora)

Um papel estratégico também é atribuído à taxa Tobin. A tributação do sistema financeiro não é por si só apresentada como suficiente para reverter o processo iniciado com o neoliberalismo, “mas ela se inscreve[ria] numa reorientação dos fundamentos do sistema internacional”, ampliando a margem de manobra dos Estados e dos movimentos de “cidadãos”. Dito de outro modo, o imposto não seria apenas uma resposta a um problema de disfunção da economia, mas uma forma de ampliar a participação na sua gestão. O mais importante, na análise dos *atacantes*, é que ele permitiria o controle sobre os itens taxados,

o que colocaria em causa a lógica do funcionamento atual, de onde a dificuldade de implantação do projeto. Assim, “as lutas pela democratização do poder econômico **recusam o dogma da liberalização fundado sobre privatizações** que conduzem a oligopólios superpotentes **escapando a todo controle**” (MASSIAH, 2005: p. 53, tradução e grifo da autora).

Assim como a proposta de anulação da dívida externa, o que está em questão aqui é a reforma das instituições financeiras. Dada a estrutura antidemocrática do FMI e do Banco Mundial, estas instituições não poderiam ser responsáveis pelas regras de empréstimos e investimentos internacionais. Isto porque, além da clara hegemonia dos Estados Unidos da América, a participação dos outros países está diretamente associada à sua riqueza e não à sua condição de Estado soberano³⁷. A mudança dessa ordem anti-democrática passa, segundo a ATTAC, pela substituição da “lógica de mercado” pela “lógica pública”:

A fiscalização internacional, por ela mesma, não é suficiente para resolver todos os problemas, mas ela se inscreve numa reorientação dos fundamentos do sistema internacional: financiamento dos bens públicos mundiais, salvaguarda e desenvolvimento dos bens comuns, luta contra o “*dumping* social” e o “*dumping* fiscal”, uma redistribuição fundada sobre os direitos e não sobre a caridade dos “ricos aos pobres”, financiamento dos orçamentos das autoridades públicas e das instituições internacionais. (MASSIAH, 2005: p. 53, tradução da autora)

A ajuda pública ao desenvolvimento é uma das únicas formas atuais de financiamento escapando à lógica do mercado: ela deve crescer, apesar dos limites. Mas o objetivo deve ser de desenvolver a taxação do capital destinado a alimentar esses financiamentos públicos. (ATTAC, 2002: p. 50, tradução da autora)

Ainda segundo os textos da ATTAC, o seu objetivo não é melhorar o funcionamento das IFI com o intuito de assegurar a perenidade do modelo existente. A reforma dessas instituições inscreve-se no quadro mais amplo de uma transformação

³⁷ Ao contrário da Organização das Nações Unidas, onde cada Estado tem direito a um voto, no FMI o princípio é outro: um voto é igual a um dólar.

profunda do sistema de relações internacionais e esta, por sua vez, supõe a modificação das relações atuais de poder (ATTAC, 2002: p. 23 e 25).

Sobre essas mudanças no âmbito europeu a discussão como vimos é mais cautelosa. Em 2005 foi lançada uma declaração chamada “*Por uma refundação democrática da Europa*”. No texto a associação esclarece que a recusa ao Tratado por uma Constituição Européia (TCE) expressada no plebiscito realizado entre franceses e holandeses coloca em causa os fundamentos da UE. Ainda segundo o documento, os atacantes buscam:

“uma Europa democrática, social, ecológica e feminista. Uma Europa internacionalista e realmente independente dos Estados Unidos”. E para tanto contestam: “a inscrição das políticas européias na mundialização liberal, particularmente desde o Ato único (1986) e o tratado de Maastrich (1992 [...]). (ATTAC, 2005)

Sophie Heine (2008) analisou a fundo os documentos oficiais sobre a União Européia lançados pela a ATTAC/França e ATTAC/Alemanha. Seu texto é bem interessante, pois é um dos raros trabalhos a se debruçar sobre o conteúdo do programa da associação; e embora se atenha exclusivamente sobre a questão européia, a escolha se justifica na medida em que se trata de uma questão central.

Na sua análise dos textos em francês e alemão ela observou certas convergências, como uma abordagem keynesiana das questões macro-econômicas expressa: na crítica acentuada ao quadro monetarista da UE e ao compromisso do Banco Central Europeu com o aumento das taxas de lucro em detrimento dos investimentos; na defesa do assalariamento e do investimento em serviços públicos gratuitos ou baratos e na redução do tempo de trabalho como medidas que promoveriam questões sociais e ecológicas.

Os atermundialistas franceses e alemães criticam igualmente as regras orçamentárias européias que impõem aos Estados membros limites de 3% em déficits orçamentários e a dívida em 60% do PIB. Segundo eles, isso força os Estados a diminuírem as despesas públicas, enquanto que, num

contexto de baixo crescimento e desemprego em massa, estas deveriam ser incentivadas [...]. Em contrapartida, **propõem uma margem maior de manobra aos Estados membros** [...]. De novo, eles convergem com Keynes, que estimava que uma política de investimentos públicos financiada pelo empréstimo público deveria permitir o relance da economia numa ótica “contra-cíclica” (HEINE, 2008: p 609, tradução e grifo da autora).

Heine (2008), assim também como a nossa análise dos textos da associação, não percebe em nenhum momento a defesa de uma igualdade perfeita ou do fim da lógica de mercado *tout cours*:

Eles querem, no entanto, deixar o mercado subsistir e **demandam somente que setores de interesses gerais sejam excluídos**. Keynes também propunha restrições à concorrência e a socialização parcial da economia, colocando-se, contudo, em guarda contra todo excesso de dirigismo, considerando que o Estado deveria intervir, sobretudo, quando o setor privado era falho (HEINE, 2008: p. 610, tradução e grifo da autora)

Além da aborgam keynesiana da economia, outra característica apontada pela a autora é a visão liberal da democracia. A ATTAC França e a ATTAC Alemanha denunciam a natureza não democrática da União Européia, mas ao contrário da tradição socialista que percebe na democracia representativa limites insuperáveis no âmbito do modo de produção capitalista, os *attacantes* repudiam antes a ausência das referências institucionais operantes nos Estados-nacionais e ausente no quadro regional:

A visão da democracia que transparece aqui se inscreve, portanto, na filosofia do liberalismo político: primeiro porque essas correntes aderem a uma versão constitucional e pluralista da democracia, **na qual os partidos deverão supostamente representar a diversidade de interesses e convicções**, os poderes do Estado estando definido pelo direito (Heine, 2008: 612; tradução e grifo da autora).

Nesse sentido é importante dissociar as diferentes dimensões do liberalismo. De um lado, o liberalismo econômico, que defende acima de tudo o direito a propriedade, a liberdade de iniciativa e a economia de mercado; por outro, o liberalismo político, que

acentua as liberdades individuais, a importância da democracia representativa, e o limite do poder do Estado. Na análise do posicionamento *altermundialista* no quadro de debates sobre a União Europeia essas diferentes dimensões aparecem combinadas de muitas maneiras. De modo que um discurso crítico ao liberalismo econômico pode ir de par com a defesa do liberalismo político. É, segundo a autora, e aqui estamos de acordo, o caso da ATTAC. A ATTAC França e a ATTAC Alemanha denunciam a natureza antidemocrática da UE, crítica pautada na ausência dos elementos formais da representação política, características do espaço nacional (HEINE, 2008). Assim, segundo Heine (2008: p. 616, tradução da autora):

[...] esta análise permite de relativizar a idéia, corrente na França, segundo a qual os opositores à integração europeia seriam ‘antiliberais’. Se é verdade que as duas correntes estudadas se opõem a um liberalismo econômico puro e duro, eles não rejeitam a lógica do mercado e não querem suprimir toda propriedade privada, mas aspira antes regular fortemente o capitalismo numa abordagem ‘social-keynesiana’. Além disso, sua visão da democracia integra os princípios de base do liberalismo político.

O manifesto *altermundialista*, escrito pela ATTAC, identifica sete pilares fundamentais do neoliberalismo, os quais, segundo a associação, precisam ser combatidos:

- 1) **o livre comércio** – que a partir da abertura de todas as fronteiras comerciais, destruiu a capacidade dos Estados de definir suas próprias políticas econômicas, respondendo assim às necessidades e aspirações dos seus “cidadãos”;
- 2) **a natureza como reserva inesgotável** – posto que o economicismo extremo e a mercantilização da vida ignoram os limites naturais, o desenvolvimento sustentável e direito das gerações futuras;
- 3) **a democracia tutelada** – com as liberdades políticas limitadas pela liberdade econômica;
- 4) **as políticas públicas à serviço dos proprietários do capital;**
- 5) **o poder dos acionários nas empresas;**
- 6) **as guerras permanentes e as políticas de segurança** – sustentáculo de uma

“economia da predação” pelo controle dos recursos naturais, notadamente energéticos; 7) **a padronização dos espíritos** – através das propagandas e discursos sobre a inevitabilidade da mundialização neoliberal e o fim das alternativas.

Esses pilares devem, sempre segundo a ATTAC, ser confrontados com a crítica constante e com a proposição de alternativas, das quais: 1) **recuperar as soberanias dos Estados**; 2) **fortalecer o papel dos parlamentos**, fragilizados pelo poder das grandes empresas e grupos financeiros; 3) **construir um novo modelo de desenvolvimento**, fundado sobre o reconhecimento dos bens comuns e dos públicos mundiais; 4) **construir novas formas de participação** que completem as formas clássicas de representação; 5) **renegociar os acordos internacionais, anulando a dívida dos países pobres**, reconhecendo a dívida histórica dos países do norte adquirida através da pilhagem de recursos naturais; 6) **enfraquecer o poder dos acionistas**, de modo que o controle da empresa não fique apenas em suas mãos.

A discussão sobre a definição do que é **bem público** e o que é **bem comum** tem mobilizado os intelectuais da associação e tem se tornado um ponto central para a reavaliação de seu programa político. O tema não se limita apenas à ATTAC, sendo mote do debate em três mesas simultâneas no seminário internacional do fórum mundial de 2010. De acordo com François Lille (2004): **bem comum** é o que deveria pertencer a todos (ou a ninguém) no presente e no futuro; **bem público** é aquilo a que todos deveria ter direito, aqui e a agora; e **serviço público** diz respeito a como estes devem ser geridos, produzidos e distribuídos. A definição contudo não é a-histórica; cada sociedade, cada civilização estabelece o que lhe é caro de acordo com os diferentes quadros de referência cultural (LILLE, 2004). Na ATTAC, apesar da existência de contradições e conflitos nesta caracterização, setores como a educação, a saúde, a cultura e a comunicação estão sempre

entre os bens considerados públicos. Esta definição não é um simples exercício intelectual de classificação, mas ela demarca para os *atacantes* o que deve ser “estatizado” e/ou “socializado”. E é neste trabalho de separação do joio do trigo, que podemos resignificar o lema *O mundo não é uma mercadoria!* Pois, menos do que defender o fim da lógica de mercado como um todo, o que de fato a associação crítica é a extensão dessa lógica para alguns domínios.

Um dos pontos de conflito entre os seus militantes e a União Européia foi o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (AGCS), acordo este que permitiria a liberalização de áreas como “saúde, educação e cultura”. A esse respeito a ATTAC declara: As “associações engajadas no movimento altermundialista reclamam [...] a remoção da AGCS da água, saúde, educação, cultura, audiovisual, serviços de comunicação, transporte e energia” (ATTAC, 2007: p. 39). Com efeito, essa bandeira interessa a muitos, embora não contemple a todos. É somente quando passamos pelas páginas iniciais dos sites *altermundialistas* e adentramos o espaço de suas atividades e de seus textos analíticos e programáticos que vemos expressões aparentemente tão universais, proclamadas em diversas línguas na esfera virtual, – como: *O mundo não é uma mercadoria, Nós não estamos a venda!* – assumir os traços mais fortes de um grupo social formado em determinada região do globo.

Como afirmam Agrikoliansky e Fillieule (2005), o movimento *altermundialista* é fundado sobre vários mitos que não resistem à observação empírica. Fiquemos por ora apenas com aquele que nos interessa de imediato: a idéia de que sua base é formada por uma “sociedade civil transnacional”. Segundo os autores, o mapeamento das manifestações e dos fóruns sociais levou-os a nuançar em grande medida essa afirmação, posto que as marchas e os fóruns, sobretudo os europeus, permanecem dominados pelas lógicas

nacionais. Isto porque, os comitês de organização são essencialmente compostos por grupos e militantes ancorados no espaço político do país sede. Assim,

As manifestações de Seattle em 1999, por exemplo, foi menos um movimento de contestação mundial que uma mobilização essencialmente norte-americana. Da mesma maneira, e mais perto de nós, o segundo Fórum Social Europeu (FSE), realizado em Paris-Saint-Denis, em novembro de 2003, foi no geral organizado pelos movimentos de militantes franceses. As dificuldades que marcaram o curso do terceiro FSE em Londres refletem bem a estrutura do campo altermundialista britânico dominado pelo *Socialist Worker Party* (SWP) [...]. Os movimentos altermundialistas europeus, norte ou sul-americanos se parecem muito pouco, tanto do ponto de vista dos grupos mobilizados, do repertório de ação utilizada, como das referências ideológicas solicitadas. Para além das assembleias internacionais de preparação dos eventos contestatórios, ocasiões raras, não existem estruturas permanentes de coordenação dos movimentos (AGRILOLIANSKY; FILLIEULE; MAYER; 2005: p. 83, tradução da autora)

Dito isto, voltemos à ATTAC – mas sem esquecermos que apesar da sua origem francesa e sua expansão notadamente europeia ela é responsável, em boa medida, pela construção da pauta *altermundial*. O seu debate sobre bens públicos e bens comuns é marcado por uma experiência sócio-histórica muito particular. Como atesta Brillet (2004), a noção francesa de serviço público integra ao mesmo tempo elementos sociais, políticos, econômicos e jurídicos. Ela indica não apenas um extenso leque de serviços oferecidos gratuitamente, mas uma forma específica de produzi-los e geri-los – os bens públicos aqui incluem: o aspecto “regulador” (defesa, justiça e polícia), outro denominado “previdencial” (educação, saúde, seguro-desemprego e seguridade social) e também toda uma extensa rede de “serviços industriais e comerciais” (abastecimento de água, coleta de esgoto e lixo, serviços postais, telecomunicações, transportes, gás e eletricidade). Outra particularidade é a identificação entre interesse público e poder público, conferindo a condução das atividades acima enumeradas ao Estado, e tão somente a ele, o que de pronto apresenta outras três noções, quais sejam, as de Estado-empendedor, Estado-regulador e monopólio

estatal – aspectos que, segundo Brillet (2004), são completamente opostos à noção inglesa de um Estado “simples prestador de serviços (entre outros)”. Esse é um dos pontos de conflito entre a França e a União Européia e uma das dificuldades do neoliberalismo no país.

A importância do serviço público na França tem, portanto, implicações na própria concepção de Estado, e o desmonte do modelo anterior

O que será, em particular, da configuração tradicional da França perdendo o serviço público? [...] Essas incertezas são ainda maiores porque o nosso modelo, hoje mais do que nunca, é exceção na Europa. Entre o princípio de intervenção pública e o princípio de identidade, a concepção tradicional de serviço público “à francesa” retorna inassociável, de uma parte, a modos de estruturação dos mercados (sob monopólio) e empresas (sob tutela pública), e de outra parte, a uma história e a uma cultura políticas (em torno de valores republicanos de igualdade e de cidadania) (Brillet, 2004: p. 24 e 21, tradução da autora)

Se existe um grupo especialmente tocado por essa concepção, este é o das classes médias, notadamente algumas de suas frações, localizadas no setor público. Os exemplos poderiam ser outros e certamente deverão ser aprofundados, mas devido ao frescor do ocorrido tomamos aqui a greve dos professores universitários na França, em 2009. A paralisação e as manifestações duraram praticamente todo o primeiro semestre daquele ano e mobilizaram outros setores, como os estudantes e os trabalhadores da área da saúde.

**Figura 5:
Greve geral de 2009**



A greve foi desencadeada pela reforma proposta pela ministra do ensino superior e da pesquisa, Valérie Précresse. O projeto, denominado de “autonomia universitária”, alterava

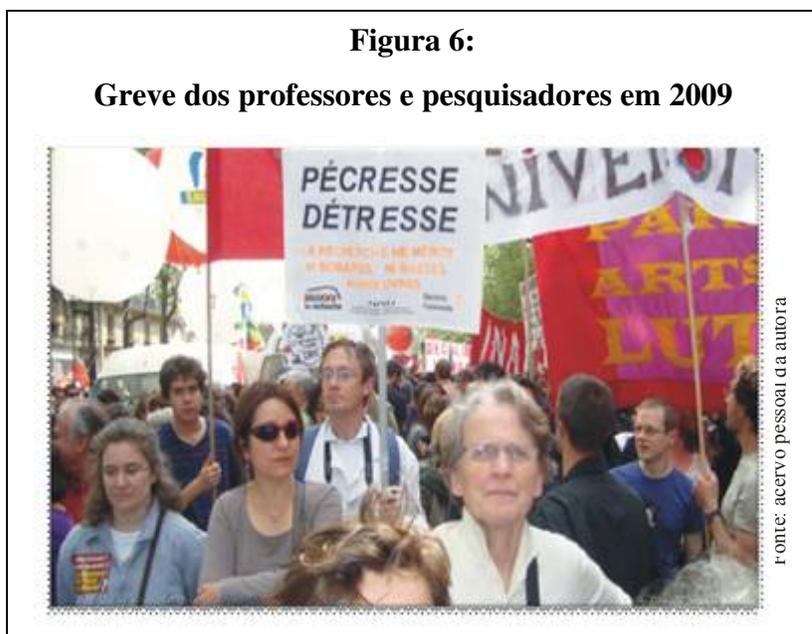
consideravelmente o quadro do ensino superior francês, prevendo: o fim dos institutos universitários de formação dos mestres (IUFM), o desmantelamento do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) e a modificação do estatuto dos professores-pesquisadores. Entre os pontos destacados nas manifestações observamos a redução de postos de trabalho e a abertura do setor ao capital privado; mas nenhum deles despertou declarações tão acaloradas quanto à mudança do estatuto da categoria, a qual atribui aos presidentes da universidade o controle do tempo de trabalho e o plano de carreira dos professores-pesquisadores. Assim, a greve que paralisou até mesmo os centros considerados mais conservadores colocou em evidência a discussão sobre a particularidade do trabalho intelectual e artístico.

As frases a seguir, expressas em cartazes nas universidades e nas ruas, podem nos ajudar a entender como a categoria percebe a sua condição e porque vê nela uma incompatibilidade com a lógica do mercado: “*Jamais o Estado se opôs de forma tão reacionária à cultura e ao saber!*”; “*O espírito é um músculo!*”; “*Eu sou um projeto de excelência em greve!*”; “*Eu sou melhor que meu colega!*” (L’HUMANITÉ, 2009: p. 9,

tradução da autora). De acordo com uma professora da Paris VIII: “*É a primeira vez que existe tal consenso entre todas as disciplinas aliada a uma real solidariedade entre hospital, justiça e educação: ‘Nós somos todos atacados pela lógica da concorrência e da rentabilidade’*” (L’HUMANITÉ, 2009: p. 9, tradução da autora). O Sindicato do ensino superior (SNESup-FSU), membro da ATTAC e um dos seus fundadores, declarou na ocasião:

Nós queremos outras orientações que respondam, enfim, ao interesse do serviço público da pesquisa e o ensino superior [...]. Nós estamos hoje num movimento extremamente solidário [...]. Nós somos perfeitamente racionais na exigência de um serviço público de ensino superior e de pesquisa eficaz, largamente financiada pelo orçamento do Estado. [...] A universidade é, notadamente nas ciências humanas, um espaço de liberdade que permite a elaboração de um pensamento crítico, original. Este espaço de liberdade, que supõe o tempo da reflexão, é posto em questão pela lógica da concorrência. (L’HUMANITÉ, 2009: p. 9, 3, tradução da autora).

Na análise das entrevistas realizadas durante as manifestações contra a reforma da previdência, Danièle Linhart (2010: p. 15) conclui: “*Neste momento, em que o mundo muda em torno deles, os servidores públicos do Estado têm o sentimento de estar sendo*



coagidos, impedidos de cumprir corretamente suas funções”. Essa conclusão é corroborada por diversas declarações acerca da reforma dos liceus que prevê a redução de um ano na grade curricular, o que

Figura 7:
Greve geral de 2009



implicaria na redução dos postos de trabalho e na deteriorização da formação dos alunos. Além dos colégios: *“Muitas coisas não vão bem: a supressão de postos na RASED³⁸*

como no resto do corpo docente, a reforma das atribuições, os ataques contra o maternal, a pauperização dos professores, sem falar na ausência de consideração” (professora da escola primaria In: *L’HUMANITÉ*, 21/11/08:p. 2, tradução da autora).

O argumento da *ausência de consideração* é uma constante nos relatos dos grevistas, que destacam o desprezo com que o governo de Nicolas Sarkozy demonstra pela categoria: *“Nós jamais conhecemos um ataque tão frontal. Sem falar nos discursos humilhantes”* (professor do maternal In: *L’HUMANITÉ*, 21/11/08: p. 4, tradução da autora). Assim também, estudantes, professores e funcionários do setor administrativo traziam em seu corpo mensagens como: *“Trabalhe preguiçoso!”*. A frase ironizava as declarações do presidente Nicolas Sarkozy sobre a existência de uma França preguiçosa.

Mas há um ponto comum: nós estamos desmembrando o serviço público da educação. O único objetivo buscado pela reforma dos liceus é a supressão dos postos [...]. (...) nós lutamos hoje contra a degradação e a destruição anunciadas dos serviços públicos de educação, um dos pilares da República. (professora de história do liceu In: *L’HUMANITÉ*, 21/11/08, p.2, p.4, tradução da autora).

³⁸ Sigla de Réseau d'aides spécialisées aux élèves en difficulté (Rede de ajudas especializadas aos alunos com dificuldades).

O SNUipp-FSU, principal sindicato do primário exigia, então do governo, a devolução de treze mil postos de trabalho suprimidos da educação nacional (*L'HUMANITÉ*, 28/01/09: p. 7); enquanto o principal Sindicato do superior – SNESup-FSU, condicionava a abertura de negociações à mudança de orientação da política. Em resumo:

Nós não desejamos somente uma nova versão deste texto mas o abandono puro e simples da lógica que o sustenta (...). Nós queremos outras orientações que respondam, enfim, ao interesse do serviço público de pesquisa e ensino superior. Nós estamos hoje num movimento extremamente solidário, poderoso, que atinge todos os estabelecimentos do ensino superior, o que não se realizou mais desde 1968, Me parece essencial que o governo entenda esta determinação (*L'Humanité*, 02/03/2009, p.9, tradução da autora).

Com efeito, a ATTAC é composta por muitos outros sindicatos, associações e entidades com trajetórias riquíssimas. Mas a relativa diversidade organizacional não anula a significativa homogeneidade social. A participação individual de desempregados, imigrantes ilegais, trabalhadores precários e camponeses é pequena. E enquanto algumas de suas organizações figuram no site da associação como membro ativo da ATTAC a real capacidade de intervenção destas – na forma de organização, mobilização e, sobretudo, na construção da pauta política – é questionável. Se tal não fosse, não apenas o trabalho intelectual e o que ele cria seria digno e merecedor de estar fora da lei do mercado.

2.3. *E, no entanto, ela se move...*



Há um bom tempo o *altermundialismo* se depara com a seguinte questão: qual é o outro mundo possível? A crise financeira de 2008 acirrou o debate. A

regulamentação do mercado financeiro, eixo da configuração do movimento, tornou-se pauta da agenda dos encontros das organizações multilaterais, até então o cenário das grandes manifestações *altermundialistas*. O discurso da ATTAC sobre a crise mencionada reflete certas mudanças que demandam atenção para os novos desdobramentos do *altermundialismo*. A relação não é estanque e o nosso trabalho embora possua um recorte temporal determinado demonstra que se, por um lado, há uma lógica nessa configuração, por outro, ela não é imutável.

A oposição *altermundialista* à hegemonia das finanças foi marcada por críticas e confluências. Ao longo dos anos 2000, temas como desigualdade de gênero, meio-ambiente, pobreza e fome foram sendo incorporados como pontos de pauta dos encontros das organizações multilaterais. A presença desses temas nas reuniões da Organização Mundial do Comércio e do Banco Mundial não mudou o quadro de intensa exploração do trabalho feminino, nem impediu catástrofes ambientais (e, conseqüentemente, humanas) acentuadas por um modelo de desenvolvimento que submete o uso dos recursos naturais à

lógica de acumulação do capital, tampouco repercutiu nos dados que atestam que parte considerável da população do planeta vive com menos de dois dólares por dia³⁹. É legítimo, portanto, nos perguntarmos sobre a forma com a qual esses temas foram incorporados.

Num artigo sobre a questão de gênero no novo consenso de Washington⁴⁰, Stéphanie Treillet (2008) demonstra como os desafios da mulher na sociedade atual foram subordinados ao discurso neoliberal nos relatórios do BM. O fato da população feminina despontar nos índices dos mais baixos salários, da informalidade e do desemprego ali aparece diretamente associado ao nível de sua escolaridade. Assim sendo, uma das propostas da organização é a extensão do ensino primário e secundário, pensado a partir da dinamização do mercado escolar e não da universalização do ensino público e gratuito como direito. A emancipação da mulher obedece ao anseio de uma maximização dos recursos humanos, do qual dependeria o desenvolvimento dos países pobres. A formação é, segundo tal análise, um “auto-investimento” que resultaria em melhores empregos e maiores salários. Além do foco no mercado, os relatórios segmentam os grupos segundo diversos níveis de pobreza, despolitizando as causas da desigualdade de gênero (TREILLET, 2008). Ocorre que muitas das análises e muitos dos projetos que daí resultam considera a mulher um prolongamento da família, tendo em vista notadamente sua função de mãe, mantendo intocado a divisão sexual dos papéis sociais.

³⁹ O tema da pobreza e do gênero não estão dissociados. Os relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) atestam que aproximadamente 1 bilhão de pessoas vivem com o equivalente a menos de um dólar por dia, enquanto que 2,8 bilhões vivem com menos de dois dólares. Por seu turno, a Plataforma de Ação de Beijing escrita por ocasião da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995, na China, indica a feminização da pobreza, avaliada na época em 70%. Assim também os números sobre a desnutrição acompanham em grande medida o índice de pobreza, tocando notadamente três categorias: crianças menores de 5 anos, mulheres grávidas e famílias monoparentais, normalmente formadas por mães solteiras (ATTAC, 2004).

⁴⁰ A expressão *novo consenso de Washington* teria surgido frente às constantes crises financeiras e o frágil, por vezes nulo, crescimento econômico proporcionado pela aplicação das políticas econômicas que configuravam o chamado *Consenso de Washington*. Este último foi cunhado em 1989 por economistas ligados ao Institute International Economics num encontro que resultou na elaboração de uma dezena de medidas destina particularmente à América Latina.

Com efeito, os demais temas acima citados, assim como o gênero, adentraram os encontros das organizações multilaterais, inclusive de instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional, em coerência com uma de suas principais exigências, qual seja, a liberalização da economia. Não obstante os constantes impasses, assim também a questão ambiental marca presença, chamando a atenção da opinião pública. De modo que o termo desenvolvimento sustentável, adotado pela comunidade internacional desde a ECO-92⁴¹, convive lado a lado com políticas que conservam e estimulam o mesmo padrão de crescimento, produção e consumo que contrariam a realidade finita dos recursos naturais.

O porquê de questões como gênero, pobreza e ecologia terem sido incorporadas por instituições que reconhecidamente agravaram a situação das mesmas pode ser encontrado, em certa medida, na perda de credibilidade – para usar uma expressão cara às instituições financeiras – do discurso neoliberal. Estas questões se colocaram após quase vinte anos de neoliberalismo, num contexto no qual a retração do Estado e o reforço dos mecanismos de mercado foram incapazes de assegurar o crescimento econômico e melhorar as condições de vida da maior parte da população – bem ao contrário, trouxeram para a cena uma seqüência de crises financeiras com fortes conseqüências sociais, entre as quais se destaca os altos índices de desemprego. Mas, é possível que nem mesmo tal cenário colocasse de pronto a necessidade de lidar com tais problemas, não fossem às lutas sociais que se seguiram à aplicação da receita neoliberal.

Todavia, essa oposição não deve ser pensada como um corpo de idéias e posições fechadas, coesas, plenamente conscientes e compartilhadas por todas as organizações que compõem o *altermundialismo*. Ela tampouco pode ser compreendida se não for colocada

⁴¹ Conferência Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento realizada em junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro.

lado a lado com os acontecimentos de Seattle e Gênova⁴², as lutas nacionais, as crises financeiras, ou ainda a ocupação do Iraque. Nem todos sempre excluíram a possibilidade de diálogo, acordo e parceria com os organismos multilaterais, apesar da presença nas marchas e no Fórum Social Mundial. De modo que, não obstante as diferenças, as quais implicaram, por mais de uma vez, em confrontos violentos, não se pode ignorar os pontos de confluência entre certas prerrogativas das organizações multilaterais e o campo de referências a partir do qual os *altermundialistas* pensam suas alternativas. Esta confluência não é estabelecida somente pela assimilação de temas caros ao movimento por parte da OMC e do BM, é necessário considerar também o processo inverso. Como pensar as diversas taxas ambientais e financeiras propostas por organizações que compõem o *altermundialismo*, senão num quadro de referências, a partir do qual os excessos gerados pelo sistema financeiro podem ser questionados, mas não a lógica do seu funcionamento.

Tendo em vista esse processo de diferenciação e aproximação, vejamos como ATTAC reagiu à crise financeira de 2008⁴³. Ao analisarmos o seu discurso sobre o ocorrido, buscamos traçar, mesmo que ainda com cores claras, o movimento de construção de alternativas, identificando limites e potencialidades. Pois, ao contrário do que se pode imaginar, o *altermundialismo* não nasceu consciente de sua luta antineoliberal e não está fadado a morrer sem que possa contribuir para a construção de um projeto anticapitalista.

Os documentos da ATTAC deixam claro o seu inimigo: o neoliberalismo. E suas propostas de mudança vão, atualmente, além da tributação do sistema financeiro, como por exemplo: a recuperação da soberania dos Estados e um novo modelo de desenvolvimento.

⁴² As manifestações de Seattle (1999) e as de Gênova (2001) foram marcadas pelo grande número de pessoas e organizações que reuniram e pela ação violenta da polícia contra os manifestantes.

⁴³ Um exemplo da importância de se considerar a conjuntura na posição do *altermundialismo* é o atentado de 11 de setembro de 2001 e a ocupação do Iraque, foi após esses acontecimentos que um discurso antiimperialista cresceu no movimento.

A associação, assim como o movimento *altermundialista*, afirma que um outro mundo é possível; um mundo onde a “lógica do mercado seja substituída pela lógica pública”. Mas, que sociedade seria essa que não se submete às leis do mercado? A resposta varia entre os intelectuais, membros da ATTAC – trata-se: do socialismo do século 21, segundo Ignácio Ramonet; do eco-socialismo, segundo Michel Löwy; ou ainda, do socialismo civil, nas palavras de Thomas Coutrot. Se intelectuais ligados à ATTAC falam em seus textos de socialismo, independente do significado que cada um atribui ao termo, o mesmo não acontece com a associação. Esta declara oposição ao neoliberalismo, reunindo nesta empreitada não apenas socialistas.

A crise de 2008 trouxe algumas novidades para o jogo político. Primeiro porque corroborou a tese da ATTAC sobre a instabilidade do sistema financeiro, explicitando o perigo da liberalização da economia para a sociedade como um todo, e demonstrando que o Estado pode sim intervir na economia – o que a associação sempre afirmou e defendeu. Segundo, e aqui temos um elemento diferente, colocou a associação diante de um impasse, expresso em um dos editoriais do seu jornal *Lignes d’Attac*: “*relançar ou bifurcar?*” Nesse sentido, os editoriais escritos logo após a crise evidenciam o esforço da ATTAC para se diferenciar do discurso dos governos e instituições liberais. Estes textos apresentam mudanças na análise da associação sobre o capitalismo e o keynesianismo, oferecendo pistas importantes para compreendermos os processos em jogo na construção de um projeto de transformação social.

Ocorreu que no final de 2008, o chefe de Estado francês e, então, presidente da União Européia, Nicolas Sarkozy, fez um discurso público convocando todos à refundação do capitalismo, no qual ele insistia na necessidade de regular e vigiar as instituições financeiras. Este discurso, aliado à estatização de alguns dos bancos europeus, tocou num

ponto chave da crítica *altermundialista*. Afinal, regulação, vigilância e transparência do sistema financeiro sempre foram algumas das demandas da ATTAC. A crise sem dúvida fortaleceu o argumento do movimento, mas colocou em questão a sua continuidade, posto que até Sarkozy, alvo constante de sua crítica, apareceu em público defendendo a regulação.

Uma das questões que a então presidente da associação, Aurelie Trouvé, teve que responder foi: *“Quando Sarkozy e Merkel clamaram por uma taxa sobre as transações financeiras, vocês se felicitaram?”* (Entrevista realizada por LOSSON, 2010). Em resposta, Trouvé afirma: *“Eles estão numa lógica eleitoral que esperamos verdadeiramente ver se essas declarações serão seguidas de fato. Eles rejeitam a idéia de uma taxa elevada porque esta taxa tem um impacto dissuasivo sobre a especulação financeira”*. Mas, Losson (2010) insiste: *“Como tornar claro a diferença entre os discursos? E aqui Trouvé é explícita: “Promovento idéias radicais de ruptura com o sistema, que provoquem fissuras nos blocos ideológicos. O G20 fala em refundar o sistema, mas (...). Ele anuncia o excesso da desregulamentação financeira de um lado, e, de outro, milita no quadro da OMC, por uma liberalização da agricultura, dos mercados de serviços (...)”*.

Assim, o *altermundialismo* foi chamado a esclarecer questões para as quais ainda, por ora, não tem uma resposta, a principal delas: formar um agrupamento amplo, reunindo todos aqueles que repugnam os excessos do neoliberalismo, ou colocar em causa os mecanismos fundamentais de apropriação e dominação capitalistas?

Se a ATTAC se destacou até o momento por sua atuação contra o neoliberalismo, é necessário reconhecer mudanças. Os editoriais escritos pós-crise, se não falam em socialismo, deixam claro os limites do capitalismo.

Nas palavras da associação: “[...] a crise atual [...] mostra o limite do capitalismo, quer dizer, sua incapacidade em romper com a exploração humana e da natureza” (ATTAC, 2008; tradução da autora). E ainda: “Hoje, enquanto os tenentes do sistema se ocupam em ‘refundá-lo’, numerosas vozes reconhecem que ele é insustentável a longo prazo, e que a sua superação está novamente colocada” (ATTAC, 2008; tradução da autora).

Para a ATTAC, a regulação anunciada pelo presidente francês e o G20 não tem nada em comum com suas propostas. Os trechos a seguir demarcam a diferença defendida pela associação: “Anunciando a ‘regulação’ a cada página, o G20 não toma nenhuma medida real contra os paraísos fiscais” (ATTAC, 2008; tradução da autora). E acrescenta:

quem não se reclama hoje da regulação e não exige um novo Bretton Woods? Porém, é necessário distinguir a regulação para que ‘os mercados funcionem melhor’, novo credo dos arrependidos, e a regulação para transgredir a lógica do lucro e da mercantilização (ATTAC, 2008a, tradução da autora).

Se propostas da ATTAC são de inspiração keynesiana, os editoriais analisados não apresentam um simples retorno ao keynesianismo. Vejamos:

Já que a crise não é somente uma crise financeira, mas global, mostrando que o modelo de desenvolvimento fundado sobre a acumulação do capital esgotou sua promessa de amanhãs melhores, uma regulação do tipo keynesiana, promovendo políticas orçamentárias e monetárias será necessária a curto prazo, mas deverá ser englobada numa perspectiva mais ampla [...] (ATTAC, 2008b, tradução da autora).

Esta deverá contar com: a socialização dos bens considerados comuns; a repartição equitativa dos ganhos e riquezas; outra concepção de desenvolvimento, pautada na de redução do tempo de trabalho, na ampliação de serviços não mercantilizados; e com o uso de energia renovável (ATTAC, 2008c).

Essa mudança no discurso vinha mesmo de antes. A diferença é que até o momento a ATTAC tinha conseguido passar por esses embates e conflitos no plano interno. A eleição de Nicolas Sarkozy, em 2007, trouxe à discussão pontos considerados centrais para a associação. Nesse sentido, o dossiê organizado e aberto por Dominique Plihon, presidente do Conselho Científico, intitulado *“Qual a análise da situação pós-eleição presidencial, quais as perspectivas?”* contendo cento e trinta e seis páginas, com trinta contribuições, aborda as causas e as consequências da eleição de Nicolas Sarkozy: *“No momento onde as posições e as campanhas da ATTAC reencontram uma audiência crescente, as eleições eleitorais (municipais, legislativas, presidencial) impõem à associação um aprofundamento de sua posição com relação à esfera política”*. Os textos, em geral, abordam a eficácia da atuação da ATTAC tendo em vista a vitória de um governo liberal, colocando em causa convicções antes bem enraizadas – nos referimos ao papel da associação nas campanhas eleitorais, sua relação com os partidos políticos e a esfera do “poder”, em geral. É nesse contexto de “vitórias do adversário” neoliberal que os conflitos internos se precipitam e se desenvolvem. E essa é uma das razões do porquê uma análise do ponto de vista exclusivamente organizacional não conseguir contemplar a complexidade desse processo.

Segundo a associação não se trata mais de moralizar o capitalismo ou de torná-lo “verde”, tampouco de opor o capitalismo financeiro (causa dos males) ao capitalismo industrial (a solução para a crise). De modo que:

a ruptura que convém operar é, então, de outra ordem que aquela anunciada pelos neoliberais. Lembremo-nos que os grandes momentos revolucionários ou sociais, 1789, 1830, 1848, 1871, 1917, 1936, 1945, impulsionaram rupturas com aspirações igualitárias. Igualdade dos cidadãos contra o Antigo Regime, igualdade social contra a miséria engendrada pela industrialização e acumulação da riqueza por uma burguesia nascente, etc. (ATTAC, 2009, tradução da autora). [E, prossegue]: Isto não se chamaria mais relance, mas bifurcação, única

solução razoável quando se chega a um beco sem saída (ATTAC, 2008b, tradução da autora).

À medida que o discurso se radicaliza as possibilidades de confluência parecem diminuir. Por certo, as afinidades existentes não devem ser pensadas apenas em termos de discurso (falso ou verdadeiro, seja ele de quem for). Mas também em termos de força política mobilizada. A crise possibilitou mudanças no posicionamento da ATTAC, mas é preciso saber se essas mudanças encontrarão eco no grupo social que compõem a associação. Disto depende a resposta para a pergunta: ser antineoliberal ou anticapitalista?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentamos mostrar como a trajetória de alguns setores das classes médias que sofreram determinadas perdas com a implantação do neoliberalismo se coaduna com o surgimento do movimento *altermundialista*, tendo implicações diretas na sua atuação política. Tais implicações podem ser observadas no seu método de atuação: palestras, workshops, grupos de trabalhos, universidades de verão, etc; mas também na análise que o movimento faz da realidade social, bem como nas mudanças reivindicadas: um Estado de bem-estar representante dos interesses gerais que fora corrompido pelo grande capital; o papel destacado atribuído ao trabalho intelectual e à sua incompatibilidade com a lei de mercado; a estatização dos bens considerados públicos, destacadamente a educação, as artes, a comunicação e a saúde. Considerados isoladamente esses aspectos não representam grandes novidades. A novidade fica por conta da força que essas idéias adquiriram e o número de militantes aí engajados a partir dos anos 1990. O que indica mudanças nas condições vivenciadas por esse grupo.

Sendo assim, quem são as pessoas que compõem o *altermundialismo*? Tal como verificamos: professores, pesquisadores, estudantes, profissionais da saúde, das artes e da comunicação, majoritariamente provenientes da esfera pública e com alto grau de escolaridade; em geral, filhos de pais com nível superior, políglotas, familiarizados a diversos recursos tecnológicos, conhecedores de outros países e culturas; ou seja, donos de um repertório característico da militância *altermundialista*.

Essa constatação não nega a existência de outros grupos prejudicados pelas políticas neoliberais, são eles: camponeses, sem-tetos, operários, imigrantes, indígenas, mulheres... A lista é extensa. Mas estes, além de possuírem organizações próprias, quando integram o

altermundialismo o fazem de maneira secundária, interferindo pouco na construção da pauta e nos rumos do movimento. Podemos perceber isso através dos sem-tetos e dos desempregados que demandam maior participação na ATTAC/França; através dos trabalhadores imigrantes clandestinos que certamente não se vêem contemplados na noção de cidadãos de direitos; por meio dos movimentos populares que buscam avançar, mediante sua participação nas assembléias dos movimentos, em projetos comuns, visando fortalecer sua luta contra seus respectivos governos e não encontram respaldo dentro do método Fórum.

Se em parte as pistas e os indicadores que nos levaram a identificar a superepresentação do setor público das classes médias no *altermundialismo* foram aproveitados da teoria da estratificação, a nossa intenção aqui não é identificar e classificar os indivíduos que compõem o movimento, mas antes estabelecer os nexos existentes entre as características comuns a um determinado grupo social e seu posicionamento político. E ambos, as características e o posicionamento, se constituíram na relação com as outras classes.

As classes médias européias e as sul-americanas formaram-se de conflitos e compromissos distintos. O Estado de bem-estar nunca foi uma realidade brasileira e, portanto, o neoliberalismo e a classe nele interessada encontraram aqui ambientes e resistências diferenciadas.

Todavia, o fato de determo-nos mais demoradamente numa organização como a ATTAC, tão característica da realidade européia, não impede que algumas considerações gerais possam ser extraídas desse nosso recorte. A experiência da associação nos mostra que não obstante as preocupações com temas aparentemente gerais e distantes da realidade social desses militantes – como a dívida dos países pobres, a guerra e o genocídio étnico, a

preservação ambiental, etc. – o núcleo em torno do qual se articulam tais questões toca diretamente as suas condições de vida. De modo que o perfil do militante *altermundialista* inscreve-se na sua crítica da sociedade atual, bem como nas perspectivas vislumbradas para a sociedade futura e nos meios e processos necessários para alcançá-la. Essa constatação esclarece em vários aspectos a relação entre as críticas mais abstratas contra o processo de mundialização e a importância do monopólio Estatal para a reprodução de determinados setores das classes médias. Saber que a sociedade francesa foi erigida sob o Estado Providência ajuda a compreender a abordagem keynesiana, centrada no controle dos fluxos de capitais internacionais e na proteção do mercado interno, presente nas análises movimento.

Ainda sobre os ativistas, nada indica que a ATTAC seja um caso isolado. Ao contrário, as enquetes realizadas no Fórum Social Mundial – seja na África, na Ásia, ou na América do Sul –, assim como as desenvolvidas com os participantes do Fórum Social Europeu apontam para o mesmo tipo de militante, ou seja, em geral, provenientes das classes médias. O que varia, sem dúvida, é a constituição dessas classes médias, isto é, o papel desse grupo na formação social de origem. Por certo, as classes médias têm pesos distintos na Europa, na América do Sul e na África, o que tem implicações na sua ação política. A nossa intenção aqui não é estender levemente os resultados da pesquisa feita com a ATTAC para outras organizações. Mas a prerrogativa de análise utilizada, ou seja, a relação entre a sua composição social e o seu programa político, no nosso entender, é válida inclusive para outras organizações *altermundialistas*. Como dissemos anteriormente, se por um lado as classes médias não são formadas diretamente da sua posição no processo de produção, nada autoriza a afirmar que ela não esteja preocupada com a sua reprodução. E se esta se encontra atrelada ao aparelho estatal, ao sistema educacional e aos serviços

públicos, em geral, e se o neoliberalismo tem se caracterizado por efetuar um ataque contínuo às condições que permitiram essa forma de existência, de modo que esse setor das classes médias perceba em sua trajetória um processo de desclassificação, a sua atuação pode sim ser caracterizada como uma atuação de classe. Muito embora suas demandas, devido às próprias características da classe, não se restrinjam à esfera da produção *strictu senso*, assumindo no discurso traços de universalidade. Nesse sentido, a associação entre reivindicações corporativas e outras questões mais amplas, consideradas de interesse geral e não necessariamente restritas ao interesse de uma classe, reflete uma das características das classes médias, uma vez que a sua reprodução não está diretamente associada à produção, mas depende em larga medida dos processos ideológicos que legitimam a divisão social do trabalho.

Portanto, a nossa conclusão, válida, sobretudo, para o caso francês, sofre sem dúvidas alterações de acordo com a organização, o grupo nele reunido e a formação social em questão. Mas, não invalida a importância da noção de classes para a compreensão da ação política, inclusive daquela própria do movimento *altermundialista*

Assim, a despeito desta tese ter se pautado particularmente no caso da ATTAC, a nossa intenção foi contribuir para a análise dos movimentos sociais, redimensionando algumas teses derivadas do surgimento do *altermundialismo*. Considerada um dos símbolos do “novo fazer político”, o estudo da ATTAC nos aconselha cautela diante de certas conclusões sociológicas e políticas relativas a essa experiência. Referimos-nos: à propalada horizontalidade das novas organizações; à suposta formação de uma militância transnacional, dissociada de estruturas partidárias e sindicais; ao vínculo com as demandas pós-materiais e universais; ao distanciamento com relação às esferas de poder; a descrença nos mecanismos institucionais de representação; etc.

Cabem ainda algumas observações. Primeiro, o movimento *altermundialista* não foi aqui considerado um bloco homogêneo. Ele conta com diversas formas de organização, bem como com várias classes e frações de classes. Ou seja, a predominância das classes médias não implica na exclusão de outras classes, como o campesinato. É preciso evitar simplismos, neste sentido; bem como o erro inverso, isto é, atribuir a todos os grupos presentes o mesmo peso e importância. Como podemos observar: nem todas as classes, nem todos os países e nem todas as organizações têm o mesmo grau de implicação, podendo igualmente interferir nos rumos do *altermundalismo*. Segundo, os conflitos internos da ATTAC e do FSM demonstram que a forma nunca é apenas uma questão de método, mas também uma questão política. De modo que as mudanças e/ou as crescentes críticas a estrutura das organizações *altermundialistas* denotam possíveis fraturas nas alianças até aqui estabelecidas. A eleição de Nicolas Sarkozy e o avanço das políticas neoliberais colocaram em questão a eficácia da ação *altermundialista*. Uma reorientação da ATTAC e do FSM, sendo estas duas de suas vertentes mais notórias, poderia representar um questionamento profundo dos princípios constitutivos desta ideologia organizacional, que clama: a pluralidade em detrimento da unidade; o “consenso” em detrimento de um projeto. Terceiro, a luta destes movimentos contra o neoliberalismo toca em diversos momentos em elementos anticapitalistas, que não se encontram articulados, ao menos não ainda, num projeto de superação do capitalismo. A atuação *altermundialista* é basicamente antineoliberal; e este ani-neoliberalismo é marcado pela experiência da sua base social. O que restringe consideravelmente o vislumbrar do outro mundo possível.

BIBLIOGRAFIA

Textos e documentos da ATTAC

- ATTAC. *Agir local, penser global: les citoyens face à la mondialisation*. Paris: Mille et une nuits, 2001a.
- ATTAC. *ATTAC au Zénith*: manifeste. Paris: Mille et une nuits, 2002a.
- ATTAC. *Avenue du plein emploi*. Paris: Mille et une nuits, 2000a.
- ATTAC. *Cette Constitution qui piège l'Europe*. Paris: Mille et une nuits, 2005a.
- ATTAC. *Constitution européenne, ils se sont dits oui: ATTAC leur répond*. Paris: Mille et une nuits, 2005b.
- ATTAC. *Contre la dictature des marches*. Paris: La Dispute, 1999.
- ATTAC. Édito: Le capitalisme caméléon. *Lignes d'ATTAC*. Paris, n.71, novembre 2008.
- ATTAC. Édito: Relancer ou bifurquer? *Lignes d'ATTAC*. Paris, n.72, décembre 2008a.
- ATTAC. Édito: Vers une rupture égalitaire. *Lignes d'ATTAC*. Paris, n.73, février 2009.
- ATTAC. *En finir avec la criminalité économique et financière*. Paris: Mille et une nuits, 2002b.
- ATTAC. *Enquête au cœur des multinationales*. Paris: Mille et une nuits, 2001b.
- ATTAC. *Genève 2000: passeport pour les inégalités*. Paris: Mille et une nuits, 2000b.
- ATTAC. *Inégalités, crises, guerres: sortir de l'impasse*. Paris: Mille et une nuits, 2003a.
- ATTAC. *Le complexe médico-industriel*. Paris: Mille et une nuits, 2003b.
- ATTAC. *Le développement a-t-il un avenir? Pour une société solidaire et économe*. Paris: Mille et une nuits, 2004a.
- ATTAC. *Le G8 illégitime*. Paris: Mille et une nuits, 2003c.
- ATTAC. *Le petit Alter*: dictionnaire altermondialiste. Paris: Mille et une nuits, 2006a.
- ATTAC. *Le temps est venu: sortons de l'économie casino!* In *Lignes d'attac*, n.72, décembre 2008b.
- ATTAC. *L'économie est l'affaire de tous: quelle formation des citoyens?* Paris: Éd. Nouveaux regards, 2004b.

ATTAC. *L'empire de la guerre permanente: États-Unis et mondialisation libérale*. Paris: Mille et une nuits, 2004c.

ATTAC. *Les OGM en guerre contre la société*. Paris: Mille et une nuits, 2005c.

ATTAC. *Les paradis fiscaux ou la finance sans lois*. Paris: Mille et une nuits, 2000c.

ATTAC. *Manifeste altermondialiste*. Paris: Éditions mille et une nuits, 2007.

ATTAC. *Mondialisation de la prostitution: atteinte globale à la dignité humaine*. Paris: Mille et une nuits, 2008.

ATTAC. *Pauvreté et inégalités: ces créatures du néolibéralisme*. Paris: Mille et une nuits, 2006b.

ATTAC. Plataforma. In: HOUTART, François; POLET, François (coordenadores). *Outro Davos: mundialização de resistências e lutas*. São Paulo: Cortez, 2002c.

ATTAC. *Présentation du programme en vue de l'Université d'Été Européenne: « Une autre Europe por un autre monde! – attacies, apprenez à vous connaître! »* In: www.france.ATTAC.org, s/d

ATTAC. *Quand les femmes se heurtent à la mondialisation*. Paris: Éd. Mille et une nuits, 2003d.

ATTAC. *Que faire du FMI et de la Banque Mondiale?* Paris: Éditions mille et une nuits, 2002d.

ATTAC. *Santé, assurance maladie: quelles alternatives au néolibéralisme ?* Paris: Mille et une nuits, 2004d.

ATTAC. *Statuts de l'association*. In <http://www.france.ATTAC.org/spip.php?article604>, 03/06/1998.

ATTAC. *Tout sur ATTAC*. Paris : Éditions mille et une nuits, 2002e.

ATTAC. *Transgénial: nouvelles post-néolibérales génétiquement modifiées*. Paris: Mille et une nuits, 2006c.

ATTAC. *Travailleurs précaires, unissez-vous!* ATTAC. Paris: Mille et une nuits, 2003e.

ATTAC. *Vivent les impôts! Des impôts, pour quoi? Pour qui? Comment?* Paris: Mille et une nuits, 2005d.

ATTAC. *Nouvelle dynamique: bilan intermédiaire*” pode ser consultado no site da associação no dossiê “Nouvelle dynamique pour ATTAC”, 2004. In: www.france.ATTAC.org

CASSEN, Bernard. “ATTAC contra el tratado”. In: www.france.ATTAC.org, s/d.

Entrevistas

Fack G.. Entrevistas realizadas com militantes da ATTAC. In: *Militer à ATTAC*. (entretien). *Terrains & Travaux*. n° 1, p. 37-70, 2000.

Annick Coupé (porta voz da União Sindical Solidários – G10) entrevista a Michel Vakaloulis, 23/12/2003.

Antoine Artous em entrevista a Henrique Amorim e Patrícia Fachin: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2971&secao=3162009, 2009

Aurelie Trouvé (presidente da ATTAC). Entrevista concedida a Santiane Arias em 09/2009.

Aurelie Trouvé. Entrevista concedida ao jornal *Libération* em 25/06/2010.

Bernard Cassen (presidente de honra da ATTAC, diretor geral do *Le monde diplomatique*), entrevista a Michel Vakaloulis 10/03 2004.

Bernard Thibault (secretário geral da CGT) em entrevista para Michel Vakaloulis em 09/07/2004.

François Hollande (primeiro secretário do Partido Socialista e deputado socialista) em entrevista para Michel Vakaloulis 01/07/2004.

Gerard Duménil em entrevista à Paula Marcelino e Henrique Amorim In *Lutas Sociais*, 2007.

Henrique Amorim em entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos, 13/11/2009. In: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=42886>

Ladislau Dowbor. “A melhoria de renda não é sinônimo de aumento da classe média”. Entrevista concedida à Graziela Wofart In *IHU On-line*, edição 270, 25/08/ 2008.

Marie-George Buffet (secretária nacional do PCF e deputado) entrevista Michel Vakaloulis, 07/01/ 2004.

Pierre Khalfa (SUD-PTT, membro do bureau Attac France, membro do Secretariado da 2ª edição do FSE, em 2003. Entrevista concedida a Michel Vakaloulis, 11/09/2003

René Mouriaux em entrevista à Andréia Galvão e Armando Boito JR In *Crítica Marxista*, 2002.

Livros e artigos

AGRIKOLIANSKY, Eric. L'altermondialisme en temps de crise. Réflexions sur un déclin annoncé. *Mouvements*. Paris, n. 50, p.33-41, 2007.

AGRIKOLIANSKY, Eric; FILIEULE, Olivier ; MAYER, Nona. *L'altermondialisme en France*. Paris: Flammarion, 2005.

AGRIKOLIANSKY, Eric; SOMMIER, Isabelle. *Radiographie du mouvement altermondialiste*. Paris: La dispute, 2005.

AGRIKOLIANSKY, E ; FILIEULE, O. ; MAYER, N. La dynamique altermondialiste en France. *L'Économie Politique*. Paris, n° 25, janeiro de 2005.

AGUITON, Christophe. Une nouvelle étape. *L'Économie politique*: L'altermondialisme a-t-il un avenir? Paris, n° 25, p.37-41, janeiro 2005.

AGUITON, Christophe. Francia: há nascido un nuevo movimiento social. *Lutas Sociais* São Paulo: NEILS/PUC-SP, n.4, p.99-107, 1998.

AGUITON, Christophe. Nouvelle radicalité, nouveaux mouvements sociaux. *Empan*, n.50, p.76-79, 2003.

AGUITON, Christophe. *O mundo nos pertence*. São Paulo: Viramundo, 2002.

ALBERT, Michael. Qual mundo é possível. *Le monde diplomatique* (Cadernos Diplo), n.3, p.18-21, 2002.

Alletz, Édouard (1798-1850). *De la démocratie nouvelle, ou Des moeurs et de la puissance des classes moyennes en France*. Paris: F. Lequien, 1837.

ALMEIDA NETO, Eduardo. “Um outro Fórum é possível”. In: *Crítica Marxista*. n.16. São Paulo: Boitempo, p.127-133, 2003.

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Arturo Escobar (orgs). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

AMIN, Samir. « Au-delà de la mondialisation libérale : un monde meilleurs ou pire ? *Actuel Marx* : Fin du néolibéralisme ? Paris : Presses Universitaires de France, n.40, 2006.

AMIN, Samir. A crise do imperialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

AMIN, Samir. O imperialismo, passado e presente. *Tempo*. Rio de Janeiro, n.18, pp.77-123, 2005.

AMIN, Samir; HOUTART, François. (orgs.). *Mundialização das resistências: o estado das lutas* 2003. São Paulo: Cortez, 2003.

ANCELOVICI, Marcos. Organizing against globalization: the case of ATTAC in France. *Politics & Society*. Madison, vol. 30, n°3, p.427-463, September 2002.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo.(orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDERSON, Perry; CAMILLER, Patrick (orgs). *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ANTUNES, Ricardo. Doces Bárbaros. *Folha de São Paulo* [Caderno Mais!], p10-12, 14/11/2004.

ANTUNES, Ricardo. Os novos proletários do mundo na virada do século. In: *Lutas Sociais*, São Paulo: NEILS/PUC, n.6, p.113-125, 1999.

ARCEO, Enrique. El fracaso de la reestructuración neoliberal en América Latina, estrategias de los sectores dominantes y alternativas populares. . In: ARCEO, Enrique; BASUALDO, Eduardo. (Orgs.). *Neoliberalismo y sectores dominantes*. Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

ARCEO, Enrique; BASUALDO, Eduardo. Los cambios de los sectores dominantes en América Latina bajo el neoliberalismo. In: ARCEO, Enrique; BASUALDO, Eduardo. (Orgs.). *Neoliberalismo y sectores dominantes*. Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

AZZIM, Diego Araujo. *Sujeitos e utopias nos movimentos antiglobalização*. São Paulo: FFLCH/USP (Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em sociologia da FFLCH/USP). 2007.

BACQUÉ, Bacqué; KOKOREFF, M. La politique des classes à la française, *Mouvements*. Paris, n° 50, p. 79-87, 2007.

BADIE, Bertrand. Nouvel ordre ou nouveau désordre mondial. *Les Points de Vue*. Paris, n° 13, nov. 1994 (Cercle Condorcet).

BAEZA, CECILIA ; BONNEFOY, Laurent; THIOLLET, Héléne. L'invention de la contestation transnational par les forums et sommets: naissance d'un «espace public mondial»? *Raisons politiques*. Paris, n.19, p.25-43, agosto/setembro, 2005.

EHRENREICHE, Barbara. *Desemprego de colarinho-branco: a inútil busca do sucesso profissional*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

BARRILLON, Michel. *ATTAC, encore un effort pour réguler la mondialisation!?* Castelnau-le-Lez: Climats, 2001.

BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique (compiladores). *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires, 2006.

BATALHA, Elisa de Santana; ARTURI, Carlos Schmidt. Movimentos Sociais transnacionais e reação interestatal: considerações teóricas à luz do Fórum Social Mundial e da cooperação securitária na União Européia. *Caderno CRH*. Salvador, v. 19, n.48, p.461-477, setembro/dezembro, 2006.

BENTO, Almerinda. A marcha não pára. *A Comuna*. Lisboa, n.2, p. 27-29, julho/setembro de 2003.

BÉROUD, Sophie; UBBIALI, Georges. *Les syndicats de l'ancien écosystème communiste (CGIL, CGT, Commissions ouvrières) face à l'altermondialisme: un ressourcement possible?* COLÓQUIO "LES MOBILISATIONS ALTERMONDIALISTES" 3-5 décembre 2003. Disponível em < <http://www.afsp.msh-paris.fr/activite/groupe/germm/collgermm03txt/germm03beroud.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2010 às 16:37:44.

- BERTHO, A. L'autre monde ici et maintenant. L'altermondialisme est-il un avenir ?, *Mouvements*. Paris, n° 47-48, p. 190-194, 2006.
- BEYNON, Huw. A classe acabou? Reflexões sobre um tema controverso. *Dados*. Rio de Janeiro, vol. 39, n. 2, p. 253-277, 1996.
- BIDET, Jacques. A multidão perdida do império. *Crítica Marxista*, Rio de Janeiro: Revan , n.19, p.96-103, 2004.
- BIHR, Alain. "Le néo-libéralisme une politique de classe: le cas français". *Regards sociologiques: le néo-libéralisme*. Strasbourg, n.21, 2000.
- BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BISCHOFF, Joachim; HERKOMMER, Sebastian. Classes et inégalité sociale dans le capitalisme flexible. In: BERTHO, A.; BISCHOFF, J. ; BIDOUC-ZACHARIASEN, C. ; BOCCARA, P. (orgs.) *Classes sociales: retour ou renouveau ?* Paris: Syllepse, p.21-44, 2003. (coleção Espaces Marx)
- BLACKBURN, Robin (org.). *Depois da queda*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- BOITO JR, Armando. Neoliberalismo e relações de classe no Brasil. In: *Idéias: Campinas: Revista do IFCH-unicamp*, ano 9 (1), p. 13-48, 2002.
- BOITO JR, Armando. O lugar da política na teoria marxista da história. In: *Estado e política de classes*. São Paulo: UNESP, 2007.
- BOITO JR, Armando. A crise do sindicalismo. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- BOITO JR, Armando. Classe média e sindicalismo. In: *Estado e política de classes*. São Paulo: UNESP, 2007.
- BOITO JR, Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- BOITO, JR Armando. A (difícil) formação da classe operária. In: *Estado e política de classes*. São Paulo: UNESP, 2007..

BORON, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BORON, Atílio. *Império e Imperialismo: uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri*. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

BOSC, Serge. *Sociologie des classes moyennes*. Paris : la Découverte, 2008.

BOSC, Serge. *Stratification et classes sociales: la société française en mutation*. Paris : Armand Colin, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção*. São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Dois imperialismos do universal. In: LINS, D; WACQUANT, L. (orgs.). *Repensar os Estados Unidos: por uma sociologia do superpoder*. Campinas: Papirus, p.13-19, 2003.

BRICHET, Max. *Le syndicalisme à l'épreuve du mouvement antimondialisation français : ATTAC, SUD, CGT, CFDT*. Editeur(s) : [S.l.] : [s.n.], 2002.

BRILLET, E. Le service public "à la française": un mythe national au prisme de l'Europe. *L'Économie Politique*. Paris, n°24, p. 20-42, 2004

BRUNEAU, Ivan. La confédération paysanne et les 'mouvement altermondilisation'. L'international comme enjeu syndical. *Politix*. Paris : Université Paris 1, v.17, n.68, p.111-134, 2004.

BRUNHOFF, Suzzanne [et. Il.]. *La finance capitaliste: Séminaire d'Études Marxistes*. Paris: Presses Universitaires de France, 2006.

BRUSTIER, Gaël. *Les socialistes, les altermondialistes et les autres: entre Amérique latine et Europe: la gauche face à sa refondation*. Paris: Bruno Leprince, 2008.

BUENROSTRO, Alejandro; OLIVEIRA, Arellano e Ariovaldo Umbelino de. *Chiapas: construindo a esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CALLINICOS, Alex.

CASSEN, Bernard. *Le mouvement ATTAC*. Paris: Seuil, 2002.

CASSEN, Bernard. On the ATTACK. *New left review*. Londres, n.19, , p.41-60, janeiro/fevereiro 2003.

CASSEN, Bernard. *Sobre a ATTAC*. In: <http://www.pfilosofia.pop.com.br/04_misclanea> Acesso em 20/10/2005 às 09:22:47.

CASSIERS, Isabelle; REMAN, Pierre. Ambivalences de l'État-providence. À l'horizon d'un État social actif. *Informations sociales*. Paris, n° 142, p. 18-24, 2007.

CASTEL, Robert. Le brouillage des classes sociales. BOCCARA, P. (orgs.) *Classes sociales: retour ou renouveau ?* Paris: Syllepse, p. 11-20, 2003. (coleção Espaces Marx)

CATTANI, Antonio David. (org.). *Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

CATTANI, D. [et al.]. *100 propositions du Forum social mondial*. Paris: C. L. Mayer; Conakry (Guinée): Ganndal; Bamako (Mali): Jamana, 2006.

CECEÑA, Ana Esther. *Pela humanidade e contra o neoliberalismo: linhas centrais do discurso zapatista*. Petrópolis: Vozes, 2001

CHAILLAN, Pierre. *L'altermondialisme est un communisme*. Paris: Editions Bérénice, cop. 2006.

CHARLE, Christophe. Les « classes moyennes » en France: discours pluriel et histoire singulière (1870-2000). *Revue d'histoire moderne et contemporaine*. Paris: Belin, vol. 50-4, p. 109-134, outubro-dezembro 2003.

CHAUVEL, Louis Chauvel ; SCHULTHEIS, Franz. Le sens d'une dénégation : l'oubli des classes sociales en Allemagne et en France. *Mouvements*. Paris, n.26, p.17-26, março-abril de 2003.

CHAUVEL, Louis. Classes e gerações: a insuficiência das hipóteses da teoria do fim das classes. In: *Crítica Marxista*. São Paulo: Boitempo, n.15, pp. 57-70, 2002.

CHAUVEL, Louis. *Le destin des générations: structure sociale et cohortes en France au XXe siècle*. Paris: Presses universitaires de France, 2002.

CHAUVEL, Louis. *Les classes moyennes à la dérive*. Paris: Éditions du Seuil e La République des Idées, 2006.

CHESNAIS, F; DÚMENIL, G.; LÉVY, D; WALLERSTEIN, I. *Uma nova fase do capitalismo*. Campinas: Cermarx/Unicamp, São Paulo: Xamã, 2003.

CHESNAIS, François. *Tobin or not tobin?* Porque tributar o capital financeiro internacional em apoio aos cidadãos. São Paulo: UNESP, ATTAC, 1999.

CHEVANDIER, Christian. Les services: définir autrement que par défaut. *Le Mouvement Social*. Paris: Université Paris 1, n° 211, p. 3-21, abril-junho de 2005.

COHEN, Samy. ONG, altermondialistes et société civile internationale. *Revue française de science politique*. Paris, vol. 54, n° 3, p. 379-397, juin 2004.

COSTA, Bolívar. *O drama da classe média*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

COSTA, Jorge. Caminhando o caminho: Fórum Social. *A Comuna*. Lisboa, n° 2, p. 12-15, julho/setembro de 2003.

COUTROT, Thomas. Reconstruire l'imaginaire de la transformation sociale. *Mouvements*. Paris, n° 23, p. 22-28, setembro/outubro, 2002.

COUTROT, Thomas. A propos de classes sociales dans le mouvement social contemporain. *Le marxisme face au capitalisme contemporain: les Cahiers de Critique Communiste*. Paris: Syllepse, 2004.

CRUZEL, Elise. "Passer à l'attac": éléments pour l'analyse d'un engagement altermondialiste. *Politix*. Paris: Université "Paris 1", vol 17, n°68, p.135-163, 2004.

CRUZEL, Elise. *Trajectoires militantes à ATTAC: les adhérents de Gironde et Haute-Garonne*. In: COLLOQUE "LES MOBILISATIONS ALTERMONDIALISTES", 3-5 décembre 2003. Disponível em <http://www.afsp.mshparis.fr/activite/groupe/germm/collgermm03txt/germm03cruzel.pdf>. Acesso em 7 jul. 2010 às 14:15:04.

DAGNINO Evelina. (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DATCHARY, Caroline ; PAGIS, Julie. Jeunes altermondialistes en réseau. *Réseaux*. Cachan, n° 133, p. 199-228, 2005.

DE LA FUENTE, Victor Hugo [et. AL.]. *Attac: el movimiento de la esperanza – textos de análisis y propuestas, tasa Tobin y participación ciudadan*. Santiago de Chile: Editorial Aún Creemos en los Sueños, 2003.

DENIS, Jean-Michel. *Décloisonnement revendicatif et constitution d'un front antilibéral: L'Union Syndicale Groupe des Dix Solidaires et ATTAC*. In: COLLOQUE "LES MOBILISATIONS ALTERMUNDIALISTES", 3-5 décembre 2003. Disponível em <<http://www.afsp.msh-paris.fr/activite/groupe/germm/collgermm03txt/germm03denis.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2010 às 16:35:14.

DÉSIR, Harlem. Les socialistes et l'autre mondialisation. *Revue socialiste*. Paris, nº 8, pp.42-58, junho 2002.

DI GIOVANNI, Julia Ruiz. *Seattle, Praga e Gênova: política antiglobalização pela experiência da ação de rua*. Dissertação apresentada ao departamento de antropologia da FFLCH/USP. São Paulo, 2007.

DUARTE, Andréa. Brandos costumes uma ova: discussão, polêmica, festa. *A Comuna*. Lisboa, nº 2, p. 10-11, julho/setembro de 2003.

DUARTE, Andréa. O gênero nas lutas: império e sexismo. *A Comuna*. Lisboa, nº 1, p. 43-47, abril/junho de 2003.

DÚMENIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *Actuel Marx – AlterMONDIALISME, antiCAPITALISME* Paris: Presses Universitaires de France, n.44, 2008.

DUMÉNIL, Gerard; LEVY, Dominique. La finance capitaliste: rapports de production et rapports de classe. In: DUMÉNIL, Gerard; LEVY, Dominique [et at]. *La finance capitaliste*. Paris: Presses Universitaires de France, p.131-180, 2006b.

DUMÉNIL, Gerard; LEVY, Dominique. O imperialismo na era neoliberal. *Crítica Marxista*, nº 18. Rio de Janeiro: Revan, p.11-36, 2004.

DÚMENIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Une théorie marxiste du néolibéralisme. *Actuel Marx – Fin du néolibéralisme?* Paris: Presses Universitaires de France, n.40, pp.24-38, 2006a.

DÚMENIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Néolibéralisme : dépassement ou renouvellement d'un ordre social? *Actuel Marx – Fin du néolibéralisme?* Paris : Presses Universitaires de France, n° 40, pp.86-101, 2006c.

DUMÉNIL, Gerard; LÖWY, Michel; WHITAKER, Chico. Le défi du forum social mondial : l'autre monde au-delà du capitalisme. *Actuel Marx*. Paris: PUF, n° 42, p.181-196, 2007.

EDER, Klaus. A classe social tem importância no estudo dos movimentos sociais? Uma teoria do radicalismo da classe média. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo : ANPOCS, vol. 16, n.46, junho de 2001.

ELEY, Geoff. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850 - 2000*. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

ENGEL, Jean. Les nouveaux mouvements sociaux entre l'héritage du passé et le renouveau de l'action politique et militante: l'exemple de l'association ATTAC et du réseau No Border. Université Marc Bloch (Strasbourg), 2003.

EVANGELISTA, Fernando. Gênova 2001: o recado da juventude. *Caros Amigos*. São Paulo: Casa Amarela, ano V, n.53, 08/2001.

FALQUET, Jules. Repensar as relações sócias de sexo, classe e 'raça' na globalização neoliberal. *Mediações*. Londrina: Midiograf, v.13, n.1-2, p.121-142, 2008.

FARIAS, Flávio. Utopias pós-marxistas ocidentais sobre o Estado globalizado. In: *Outubro* n.11. São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Socialistas, p.93-109, 2004.

FAZENDA, Luís. O sujeito político europeu. *A Comuna*. Lisboa, n° 1, p. 48-53, abril/junho de 2003.

FERNANDES, Lídia; SOARES, Pedro. A multidão e a memória do futuro. *A Comuna* Lisboa, n° 1, p. 20-27, abril/junho de 2003.

FÉRON, Élise. Les altermondialistes dans le mouvement social européen : entre participation et retrait. *Critique internationale*. Paris, n° 27, p.163-175, avril-juin 2005.

FILLIEULE, Olivier; BLANCHARD, Philippe; AGRIKOLIANSKY, Eric; BLANDER; Marko; PASSY, Florence; SOMMIER, Isabelle. L'altermondialisation en réseaux.

Trajectoires militantes, multipositionnalité et formes de l'engagement: les participants du contre-sommet du G8 d'Evian. *Politix*. Paris : Université Paris 1, vol. 17, n. 68, p. 13-48, quarto trimestre 2004.

FOUGIER, Eddy. - La mondialisation en débat : l'après-11 septembre. – *Débat*. Paris, n°125, p.52-63, 5 de agosto de 2003.

FOUGIER, Eddy. Le mouvement de contestation de la mondialisation. *Annuaire français de relations internationales*. vol.3, 2002.

FOUGIER, Eddy. Perceptions de la mondialisation en France et aux Etats-Unis. – *Politique. Politique étrangère*. n° 3, p.569-585, 7 de setembro de 2001.

FOUGIER, Eddy. Auteur. *L'altermondialisme*. Paris: Le Cavalier Bleu, 2007.

FOUGIERF Eddy. L'altermondialisme entre deux pièges, *L'Économie Politique* 2005/1, n°25, p. 59-66.

FRANCO JR, Hilário. As utopias medievais. São Paulo: Brasiliense, 1992.

FRANCO, Gustavo H. B. *Terror e (anti)globalização*. In: <http://www.econ.puc-rio.br/gfranco/a124.htm>, 16 de setembro de 2001.

FRANCO, Victor. A senha pacifista e o santo comunista. *A Comuna* n.1, abril/junho de 2003, Lisboa/PT, p. 28-31.

FRANK, André G.; FUENTES, M. Dez teses acerca dos movimentos sociais. In: *Lua Nova*, São Paulo 17:19.

FRANK, André Gunder; FUENTES Marta Fuentes. Dez teses acerca dos movimentos sociais. In *Lua nova*: revista de cultura e política, junho 89. Dossiê Movimentos Sociais: Questões Conceituais, p.5-18]

FSM. *Carta de princípios do Fórum Social Mundial*. In: http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=language=1/ em 26/11/2005.

FUAMAGALLI, Andrea, « Histoire des mouvements antiglobalisation en Italie », *Multitudes* n°10, octobre 2002, p. 164-175.

FUKUYAMA, Francis. Marx mon amour. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 01/08/2004, p. 5-6.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992

GALEANO, Eduardo. *A realidade não é um destino*. In: http://agenciartamainor.uol.com.br/fórum_2003/fórum.asp?coluna=critica em 17/08/2005

GALVÃO, Andréia. “Debate sobre a grande greve francesa de 1995”. In: *Crítica Marxista*. São Paulo: Boitempo, n.13, p.95-107, 2001.

GALVÃO, Andréia. *Marxismo e Movimentos Sociais*. In *Crítica Marxista*, 2011, n.32.

GANDÁSEGUI, Marco A. América Latina y el imperialismo em el siglo XXI, in Jaime Stay Reyno, La economía mundial y América Latina. Tendencias, problemas y desafíos. Buenos Aires, Ed. CLACSO, 2005, PP.169-191.

GARDREY, Jean. Um demi-siècle de montée des services : la révolution permanente. Christian Chevandier. Les services: définir autrement que par défaut. In *Le Mouvement Social*, n.211, abril-junho de 2005, p.21-36.

GARRON, Robert. Le manifeste de la classe moyenne. Paris : Économica, 1984.

GELMAN, Juan. Nada que ver com lãs armas. Entrevista com el subcomandante Marcos. In: *Chiapas*, n.3. Cidade do México: Era, p.127-137, 1996.

GOBILLE, Boris; UYSAL, Aysen. Cosmopolites et enracinés. In: AGRIKOLIANSKY, Eric; SOMMIER, Isabelle. *Radiographie du mouvement altermondialiste*. Paris: La dispute, p. 105–126, 2005.

GOGOL, Eugene. La bataille d’Oaxaca: répression et résistance révolutionnaire. *Actuel Marx*, Paris: Presses Universitaires de France, n.42, p.59-70, segundo semestre de 2007.

GOGOL. Eugène. “La bataille d’Oaxaca: répression et résistance révolutionnaire. In *Actuel Marx : L’Amérique Latine en Lutte hier et aujourd’hui*, n.42, segundo semestre, 2007, p.59-70.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. 3ª Ed .São Paulo: Vozes, 2007.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 2007.

GONÇALVEZ, R. *Dinâmica sexista do capital*. In: BLOG DA REVISTA ESPAÇO ACADÊMICO. 13/03/2010 Disponível em <<http://espacoacademico.wordpress.com/2010/03/13/dinamica-sexista-do-capital>> Acesso em 13 de setembro 2010 às 10:22:33.

GREFE, Christiane; GREFFRATH, Mathias; SCHUMANN, Harald. *ATTAC: o que querem os críticos da globalização*. São Paulo: Editora Globo, 2005.

GUILLAUME, Pierre (org.). *Histoire et historiographie des classes moyennes dans les sociétés développées [Texte imprimé]* / Centre aquitain de recherches en histoire contemporaine, Université Michel de Montaigne-Bordeaux III; Talence: Maison des sciences de l'homme d'Aquitaine, 1998.

GUILLAUME, Pierre. *La professionnalisation des classes moyennes*; Centre aquitain de recherches en histoire contemporaine, Université Michel de Montaigne-Bordeaux III. Talence : Ed. de la Maison des Sciences de l'Homme d'Aquitaine, 1996.

HARDT, Michael. *A rede concreta* – entrevista concedida a Mário Senne de Moraes. In: *Folha de São Paulo*, Caderno Mais, 1/08/2004.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

HARVEY, David. *Les horizons de la liberté Actuel Marx: Fin du néolibéralisme?* Paris: PUF, n° 40, novembro de 2006.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 13ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.

HAYEK, Friedrich A. *O caminho da servidão*. 5ª Ed. Tradução e revisão Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. — Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990 (1944). 221 p.

HEINE, Sophie. *Les résistances altermondialistes à l'Union européenne: Analyse comparative des idéologies d'Attac-France et d'Attac-Allemagne*. *Revue internationale de politique comparée*. Vol. 15, 4/2008.

HIRST, Paul; THOMPSON, GRAHAME. Globalização em questão. 2ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Viramundo, 2003.

HOUTART, François; POLET, François (coordenadores). *Outro Davos: mundialização de resistências e lutas*. São Paulo: Cortez, 2002.

HUSSON, Michel. La mondialisation, nouvel horizon du capitalisme. In ARTOUS, Antoine et SITEL, Francis {dirigés} *Cahiers de critique communiste*. Paris, Éditions Syllepse, 2003.

HUSSON, Michel. Les casseurs de l'État social – des retraites à la Sécu: a la grande démolition. Paris: La Decouverte, 2003.

IBASE. *Fórum Social Mundial*. In: <http://www.ibase.org.br/modules.php?name=Conteudo&pid=1070> Acesso em 15/07/2007, às 14:42:23.

ILANA, Blaj; MONTEIRO John M. (orgs). *História & Utopia*. São Paulo: ANPUH, 1996.

JACOBY, Russell. *O fim da utopia*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

JACQUIAU, Christian. « À propos du commerce équitable : les coulisses d'un pamphlet » In *Mouvements*, n.49, janeiro/fevereiro, 2007, p.186-193.

Jégourel, Yves. - La taxe Tobin : une nécessaire utopie ?. - *Revue socialiste (Paris, 1999)*. -

KALILI, Sérgio. O levante da juventude. In: *Caros Amigos*, ano VI, n.64, 07/2002.

KING, Desmond. S. O Estado e as Estruturas Sociais de Bem-Estar em Democracias Industriais Avançadas. *Novos Estudos*. São Paulo, nº 22, p. 53-76, out. 1988.

KLEIN, Naomi. Acreditando no fim do fim da história. In: LOUREIRO, Isabel; LEITE, José C; CEVASCO, Maria Elisa (orgs). *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, 2002a.

KLEIN, Naomi. Reclaiming the commons. *New Left Review*. Londres, n.9, p.81-89, maio/junho 2001.

KLEIN, Naomi. *Sem logo: a tirania das marcas em um planeta vendido*. Rio de Janeiro: Record, 2002b.

KOWARICK, L. “Viver em risco. Sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano” In: *Novos Estudos Cebrap*, nº63. São Paulo, 2002.

LAMONT, Michèle. *La morale et l'argent: les valeurs des cadres en France et aux Etats-Unis*. Paris : Métailié, 1995.

LARANJEIRA, Sônia (org). *Classes e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Hucitec, 1990.

LATOUCHE, Serge. D’autres mondes sont possibles, pas une autre mondialisation. In *Revue du Mauss* nº20 [Quelle “autre mondialisation”?], 2002, p.77-89.

LEFEVRE, Josette. Mondialisation: du discours syndical à celui d’ATTAC. In *Mots: Les langages du politique*. nº71 [Mondialisation], mars 2003, p.41-65.

LEITE, José Correa. *As invenções da política: sobre a existência da política e suas transformações*. São Paulo: PUC-SP (Tese de doutorado apresentada ao programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), 2005.

LEITE, José Corrêa. *Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

LINHART, Danièle. Revoltas na França: “O que as manifestações nos revelam”. *Le monde diplomatique Brasil*. São Paulo, p.14-15, novembro, 2010.

LIPSET, Seymour Martin. “Radicalismo ou reformismo: as fontes da política da classe trabalhadora”. In Seymour Martin Lipset, *Consenso e conflito*, op. cit., p. 302-346.

LOJKINE, Jean. Nouveaux rapports de classe, nouveaux mouvements sociaux, et alternatives au capitalisme. In: BERTHO, A.; BISCHOFF, J. ; BIDOU-ZACHARIASEN, C. ; BOCCARA, P. (orgs.) *Classes sociales: retour ou renouveau ?* Paris: Syllepse, p. 45-64, 2003. (coleção Espaces Marx)

LOJKINE, Jean. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo, Martins Fontes, 1981.

- LOUREIRO, Isabel. Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política. *Crítica Marxista*, n.18, Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- LOUREIRO, Isabel; LEITE, J. C.; CEVASCO, M. E. *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Cortez, 1998.
- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Cortez, 1998.
- LÖWY, Michael. *Redenção e utopia*. O judaísmo libertário na Europa central. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 305.8924043L922 – PUC-SP.
- LÖWY, Michael; Bensaïd, Daniel. *Marxismo, modernidade e utopia*. São Paulo: Xamã, , 2000.
- LÖWY, Michael; BETTO, Frei. Valores de uma nova civilização. In: LOUREIRO, Isabel; LEITE, J. C.; CEVASCO, M. E. *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- MAGNIN, Blaise. L'engagement au sein d'ATTAC : archétype d'une nouvelle forme de participation politique? S.l: s.n, 2001
- MANCE, Euclides André. *A revolução das redes*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.
- MANDEL, Ernest. "Marx, la crise actuelle et l'avenir du travail humain", revista Quatrième Internationale, Montreuil, França, sd.
- MANDEL, Ernest. *Marxismo revolucionário atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MANN, Patrice. L'action collective : mobilisation et organisation des minorités actives. Paris: A. Colin, 1991.
- MARTELLI, Roger. « Assumons l'anticapitalisme ! ». In : *Mouvements*, 11/10/2007 <http://www.mouvements.info/Assumons-l-anticapitalisme.html>.
- MARTINS, Antonio. Comunicação em mesa redonda. In: FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. Semana de Ciências Sociais. São Paulo: PUC, 2002 (fita de vídeo).

MARTINS, Antonio. Que outro mundo é possível? *Revista do Fórum Social Mundial*. Disponível em http://www.forumsocialmundial.org.br/noticias_textos.php?cd_news=132>. Acesso em 01/03/2011 às 12:52:50.

MARTINS, José de Souza. A reengenharia da esperança. *Estado de São Paulo*, 30/01/2005.

MARTY, Thomas. « Le militantisme intellectuel des membres d'ATTAC Toulouse. Disposition enseignante, autodidaxie et légitimité dans un " comité local " », Colóquio "Les mobilisations altermondialistes" 3-5/12/2003, In : <http://www.afsp.msh-paris.fr/activite/groupe/germm/collgermm03txt/germm03marty.pdf>

MARTY, Thomas. ATTAC Toulouse : les conditions sociales de la mobilisation d'un capital militant. Mémoire pour le DEA « Politique comparée et sociologie politique » (dir. Bernard Lacroix). Université Paris-X Nanterre, 2001-2002

MASSIAH, G. Un projet pour le mouvement altermondialiste. In : *L'Économie Politique*, n.25, p.49-58, 2005.

MASSIAH, Gustave. L'impérialisme français, maillon faible ou supplétif? In ARTOUS, Antoine et SITEL, Francis {dirigés} *Cahiers de critique communiste*. Paris, Éditions Syllepse, 2003.

MATHIEU, Lilian. - Le mouvement contre la mondialisation libérale. - *Regards sur l'actualité*. -

MATOS, Alberto. Alterglobalização: alfobre de um novo internacionalismo. *A Comuna*

MATOS, Alberto. Ultraimperialismo ou as malhas que o império tece. *A Comuna* n.1, abril/junho de 2003, Lisboa/PT, p. 14-19.

MAYER, Nonna; SIMÉANT, Johanna. L'espace de l'altermondialisme. *Revue Française de Science Politique*. Paris, vol.54, p. 375, 2004.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, São Paulo, n.17, p.49-66, 1989.

MIGLIOLI, J. "Globalização: uma nova fase do capitalismo?" In: *Crítica Marxista*, n.3, São Paulo: Brasiliense, 1996.

- MILLERON, Jean-Claude. - La France et la mondialisation. - *Commentaire (Julliard)*. -
- MILLS, Wright C. *A nova classe média*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1969.
- MONAL, Isabel. “Porto Alegre en lucha”. In: *Crítica Marxista*, n.16, São Paulo: Boitempo, 2003, p.122-126.
- MONTLIBERT, Christian de. «L’anomie ou la guerre de classes». In: *Regards sociologiques: le néo-libéralisme*, n.21, 2000.
- MORAES, Marcio Senne de. A rede concreta: entrevista com Michael Hardt. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 01/08/2004, p.7-8.
- MORAES, Reginaldo C. Correa de. *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?* São Paulo: SENAC, 2001.
- MOURIAUX, René. La CFDT en quête de refondation sociale. *Mouvements*. Paris, n° 14, p. 83-89, 2001.
- MOURIAUX, René; BÉROUD, Sophie; VAKALOULIS, Michel. *Le mouvement social em France: Essai de sociologie politique*. Paris: Dispute/Snédit, 1998.
- NEVEU, Erik. *Sociologie des mouvements sociaux*. Paris : La Découverte, 2005
- NICOUD, Christophe. Les atermo-dialismes. *Critique internationale*, n.27, avril-juin 2005.
- OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, p. 199-222, 1995.
- OLIVEIRA, Francisco. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo.(orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ORTELLADO, Pablo; RYOKY, André. *Estamos vencendo – resistência global no Brasil*.
- PANARARI, Massimiliano. « Le mouvement antiglobalisation en Italie après le G8 de Gênes », *Revue socialiste*, 2001, vol. 12, n° 7, p. 102-110.
- PEREIRA, Duarte. “Das classes à luta de classes”. In: BOITO JR, Armando; TOLEDO, Caio Navarro de (orgs.). *Marxismo e Ciências Humanas*. São Paulo: Xamã, 2003.

PETRELLA, Riccardo; UDRY, Charles-André; AGUITON, Christophe. Uma outra mundialização. In: HOUTART, François; POLET, François (coordenadores). *Outro Davos: mundialização de resistências e lutas*. São Paulo: Cortez, 2002.

PFEUTY, Achim. Multiappartenances et transformations du militantisme: les militants d'ATTac; sous la dir. de Nonna Mayer; [S. l.] : [s. n.], 2003.

PLEYERS, Geoffrey. *Les défis du Forum Social Mondial 2009*. In: <http://www.laviedesidees.fr/Les-defis-du-Forum-Social-Mondial.html?lang=fr>, 28/01/2009.

PLIHON, D. L'altermondialisme, version moderne de l'anticapitalisme ? In BIDEF, J. ; DUMÉNIL, G (org.). Dossier *Altermondialisme anticapitalisme*, *Actuel Marx*, n.44, Paris, PUF, 2008, p.31-40.

POLET, François. Clés de lecture de l'altermondialisme. Charleroi: CETRI: Couleur livres, 2008.

POULANTZAS, Nicos Poulantzas, *As classes sociais no capitalismo de hoje*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

POULANTZAS, Poulantzas. A nova pequena burguesia. In: POULANTZAS, N.; HUNT, A. (orgs), *Classes e estrutura das classes*, Lisboa: Edições 70, p. 129-141, 1982.

PRIEUR, Élisabeth; JOVELIN, Emmanuel. État providence, inégalités sociales et travaille sociales en France. Un combat des titans. *Pensée plurielle*. Lille, (nº 10), p.61-83, 2005.

QUADROS, Waldir. Brasil: um país de classe média? *Le monde diplomatique Brasil*. São Paulo, p. 4-5, novembro, 2010.

QUINIOU, Yvon. Das classes à ideologia: determinismo, materialismo e emancipação na obra de Pierre Bourdieu. *Crítica Marxista*. Campinas, n.11, p.44-61, 2000.

RAMAUX, CHRISTOPHE. Misères de l'altermondialisme? *Mouvements*. Paris, nº31, p.163-169, janvier-février 2004.

RAMONET, Ignacio. A idéia antiglobalização. In: MINÀ, Gianni. *Um outro mundo é possível*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

RAMONET, Ignácio. A necessidade da utopia neoliberalismo. *Caros Amigos*. São Paulo: Casa Amarela, ano 4, n.44, p.16-17, nov. de 2000.

RAMONET, Ignacio. Désarmer les marches. *Le monde diplomatique*. Paris, 01/12/1997.

ROGALSKI, Michel. “Internacionalistas e novos mundialistas: a grande convergência um ano após Seattle”. In *Lutas Sociais*, n.7, 2001, p.75-79.

ROSENMANN, Marcos Roitman. “Que são os movimentos antiglobalizaçã?”. In *Fragmentos Cultura e Goiânia*, v.13, n.2, 2003, p.355-364.

ROSENMANN, Marcos Roitman. Que são os movimentos antiglobalização? Fragmento Cultura Goiânia, v.13, n.2, março/abril de 2003, 355-364.

ROVAI, Renato. Saramago e nossos moinhos de vento. In: *Fórum: outro mundo em debate*, n.24, Ed. Publisher, 2005, p.8-12.

RULLIÈRE, Sonia. « Géographies d’ATTAC », mémoire pour l’obtention du titre de maîtrise à l’Institut de géopolitique, Université Paris-VIII Vincennes (dir. Laurent Carroué), 2003.

RUSCHEINSKY, Aloísio. “Nexo entre atores sociais: movimentos sociais e partidos políticos”. In: *BIB*, Rio de Janeiro, nº46, 2º semestre de 1998.

SADER, Emir. *O mundo depois da queda*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SAES, Décio. “Classe média e políticas de classe (uma nota teórica)”, *Revista Contraponto*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Noel Nutels, Ano II, n 2, pp. 96-102 novembro de 1977.
– esta é a que parece estar correta!!

SAES, Décio. Considerações sobre a análise dos sistemas de classe. In: Galvão [et.all.] *Marxismo e Ciências Humanas*. São Paulo: FAPESP, 2003, 248-256.

SAES, Décio. Considerações sobre a análise dos sistemas de classe. In: *VVAA: Marxismo e Ciências Humanas*. São Paulo: Xamã, 2003.

SALAMA, Pierre. A crise e o futuro do capitalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo.(orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SALLUM JR, Brasília. Classes, Cultura e Ação Coletiva. In: *Lua Nova*. São Paulo: CEDEC, n.65, 2005, p.11-42.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Los nuevos movimientos sociales”. *OSAL*. Buenos Aires: CLACSO, n.5, p. 177-188, setembro 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O Fórum Social Mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade: 9ª ed.* São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Carlos. Imperialismo Global: o império da guerra. *A Comuna*, n.1, abril/junho de 2003, Lisboa/PT, p. 4-13

SANTOS, Carlos. Novos movimentos sociais. *A Comuna*, n.2, julho/set. de 2003, Lisboa, PT, 22-26.

SAUVIAT, Catherine. Os efeitos do novo poder da finança nos Estados Unidos: empresas fragilizadas e trabalhadores inseguros. In: FERREIRA, Carla; SCHERER, Forti, Adré (orgs.). *O Brasil frente à ditadura do capital financeiro: reflexões e alternativas*. Lajeado: UNIVATES, 2005.

SEOANE, José; TADDEI, Emílio (orgs.). *Resistências mundiais: De Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SILVA, Rita. IV Fórum Social Mundial. *A Comuna*, n.4, 03/2004, Portugal, p.40-43.

SOEIRO, José; LOPES, João Teixeira. A palavra no muro: graffiti e esquerda. *A Comuna* n.1, abril/junho de 2003, Lisboa/PT, p. 38-42.

SOEIRO, Renato. Sobre a questão dos partidos: contributos para o debate. *A Comuna* n.2, julho/setembro de 2003, Lisboa/PT, p. 16-21.

SOMMIER, Isabelle. *Le renouveau des mouvements contestataires à l'heure de la mondialisation*. Paris : Flammarion, 2003.

SOUZA, Jessé de. Uma nova classe social . *Le monde diplomatique Brasil*. São Paulo, , p.6-7, novembro, 2010

SOUZA, Jessé de. Os batalhadores brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2010.

STAERMAN, E. “A luta de classes no final da república”. In Vários Autores, *Formas de exploração do trabalho e relações sociais na Antigüidade Clássica*, Lisboa, Editorial Estampa, 1978.

SYLVIE, Guillaume. Les classes moyennes au coeur du politique sous la IVe République. Talence : Éd. de la Maison des sciences de l'homme d'Aquitaine, 1997

TAVARES, Manuela; FRANCO, Victor. Eles são perigosos: contributo para um balanço do Fórum Social Português. *A Comuna* n.2, julho/setembro de 2003, Lisboa/PT, p. 4-9.

TERRAY, Emmanuel. O Estado-Nação visto pelos sem documentos. In : BIDET, Jacques; DUMÉNIL, Gerard (orgs.) *Altermondialisme anticapitalisme. Actuel Marx*. Paris: PUF, n.44, 2º semestre 2008.

TOURAINÉ, Alain. “Os novos conflitos sociais – para evitar mal-entendidos”. In: *Lua Nova*. São Paulo: CEDEC, n.17, 1989, p.5-18.

TOURAINÉ, Alain. *Le retour de l'acteur: essai de sociologie*. Paris: Librairie générale française, 1997.

TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos. In *Lua nova*: revista de cultura e política, junho 89. Dossiê Movimentos Sociais: Questões Conceituais, p.5-18

TOURAINÉ, Alain. *Sociologie de l'action: essai sur la société industrielle*. Paris : Librairie générale française, 2000.

TOUSSAINT, Eric. « Mondialisation et crise du modèle de développement néolibéral ». In: *Regards sociologiques: le néo-libéralisme*, n.21, 2000, p.9-21.

TREILLET, S. L'instrumentalisation du genre dans le nouveau consensus de Washington. In BIDET, J.; DUMÉNIL, G (orgs.). *Actuel Marx: Dossier Altermondialisme anticapitalisme*. Paris, PUF, n.44, p. 53-67, 2008.

VAKALOULIS, Michel. *Le capitalisme post-moderne: Éléments pour une critique sociologique. Actuel Marx*. Paris, Puf, col. Confrontation, 2001.

VAKALOULIS, Miche; VINCENT, Jean-Marie; ZARKA, Pierre. *Vers un nouvel anticapitalisme: pour une politique d'émancipation*. Paris : Ed. du Félin, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. Uma política de esquerda para o século XXI? Ou teoria e praxis novamente. In: LOUREIRO, Isabel; LEITE, J. C.; CEVASCO, M. E. *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. *Bernard Cassen deixa a presidência da ATTAC*. In: <http://www.pfilosofia.pop.com.br/04_misclanea> em 20/10/2005

WINTREBERT, Raphaël. *Attac, la politique autrement?* Enquête sur l'histoire et la crise d'une organisation militante. Paris: Découverte, 2007.

WOOD, Ellen Meiksins. O que é (anti)capitalismo? ”. In: *Crítica Marxista*, n.17. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p.37-50.

WORTMAN, Ana. La construcción imaginaria de la desigualdad social. El lugar de las clases medias empobrecidas y los nuevos intermediarios culturales mediáticos. Becaria sénior, Clacso-Asdi, programación, 2001-2002.

WRIGHT, Eric Olin. *Classe, crise e o Estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Sites Consultados:

Fórum de Alternativas - www.forum-alternatives.net

ATTAC Internacional - <http://attac.org>

ATTAC França - www.france.attac.org

Fórum Social Mundial – <http://forumsocialmundial.org.br>

Fórum de Alternativas - www.forum-alternatives.net

ANEXOS

Anexo 1:

Filmes sobre as Manifestações Atermundialistas

CARLO GIULIANI, RAGAZZO

Dirigido: Francesca Comencini

(Festival de Cannes de 2002)

EVIANNAÏVE

2004 - Suíça - 80 minutos.

Dirigido: Verena Vargas

Produção/Difusão: Laurent Notaro

8 CLOS À ÉVIAN

Dirigido: Gilles Perret e Fabrice Ferrari

2004 - France - 85 minutes.

Produção/ Distribuição: VLR productions, La Vaka

G8 ILLÉGITIME, PAROLES DE MARSEILLE

Dirigido: Jean-François Debienne

2003 - France - 40 minutes - Mini DV

Produção/ Distribuição: Images et Paroles engagées

GET RID OF YOURSELF

Dirigido/ Produção/ Distribuição: Bernadette Corporation. Coletivo de artistas fundado em 1993 em New York.

A BATALHA DE SEATTLE

Lançamento: 2007 (Canadá, Alemanha, EUA)

Direção: Stuart Townsend

Atores: Martin Henderson, Michelle Rodriguez, Woody Harrelson, Charlize Theron.

Duração: 99 min

MEU BRASIL

Lançamento: 2007

Direção: Daniela Broitman

Duração: 70 min

A VOZ DA PONTA – A FAVELA VAI AO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Lançamento: 2003

Roteiro, Produção e Direção: Daniela Broitman e Fernando Salis Daniela Broitman

Anexo 2:

Estatuto da ATTAC

Attac France <http://www.france.attac.org/spip.php?article604>

Statuts de l'association

mercredi, 3 juin 1998 / **Attac France** / Association pour la Taxation des Transactions financières pour l'Aide aux Citoyens

66-72, rue Marceau, 93100 Montreuil-sous-Bois

Tél. : +33.(0)1.41.58.17.40 - Fax : +33.(0)1.43.63.84.62

Statuts adoptés par l'Assemblée générale constitutive du 3 juin 1998.

Sommaire

- [I - CONSTITUTION - OBJET - COMPOSITION](#)
- [II - ORGANES ET FONCTIONNEMENT](#)
- [III. RESSOURCES - CONTROLE FINANCIER](#)
- [IV - DISSOLUTION - MODIFICATIONS STATUTAIRES](#)

I - CONSTITUTION - OBJET - COMPOSITION

ARTICLE 1. Constitution.- Objet

Il est formé, entre les soussignés, ainsi que les personnes, physiques ou morales qui adhéreront par la suite aux présents statuts, une association déclarée, régie par la loi de 1901, et qui a pour objet de produire et communiquer de l'information, ainsi que de promouvoir et mener des actions de tous ordres en vue de la reconquête, par les citoyens, du pouvoir que la sphère financière exerce sur tous les aspects de la vie politique, économique, sociale et culturelle dans l'ensemble du monde. Parmi ces moyens figure la taxation des transactions sur les marchés des changes (taxe Tobin).

ARTICLE 2. Dénomination

L'association prend la dénomination suivante : ATTAC (Association pour la Taxation des Transactions pour l'Aide aux Citoyens).

ARTICLE 3. Durée.- Siège

La durée de l'association est illimitée. Son siège social est fixé au 66, rue Marceau, 93100 Montreuil-sous-bois. Il peut être déplacé sur simple décision du Conseil d'administration.

ARTICLE 4. Membres.- Adhésion

L'association se compose des personnes, physiques et morales, signataires, et de celles qui y adhéreront. Elle comprend deux catégories de membres : fondateurs et actifs. Les membres fondateurs, réunis en collège, sont les personnes qui ont créé l'association et celles qu'elles désigneront, à la majorité des deux tiers, pour les compléter ou les remplacer, le cas échéant.

Les membres actifs sont les autres personnes qui auront adhéré à l'association.

La qualité de membre se perd au jour de la démission, du décès, du non paiement de la cotisation, de la radiation ou de l'exclusion appréciée et prononcée souverainement par le Conseil d'administration après convocation préalable de l'intéressé par lettre recommandée avec accusé de réception.

Les membres de l'association ne peuvent recevoir de rétribution à raison des fonctions qui leur sont confiées. Des remboursements de frais peuvent être alloués par le Conseil d'administration.

ARTICLE 5. Cotisation

La cotisation est fixée annuellement par l'Assemblée générale, sur proposition du Conseil d'administration. Tous les membres sont soumis à cotisation. Le paiement de la cotisation intervient par règlement annuel.

II - ORGANES ET FONCTIONNEMENT

ARTICLE 6. Organes

Les organes de l'association sont : l'Assemblée générale le Conseil d'administration le Bureau le Collège des fondateurs le Conseil scientifique. L'assemblée constitutive élit, à la majorité absolue, un Conseil d'administration composé de trois membres au minimum.

ARTICLE 7. Le Conseil

7-1. Composition

Le Conseil est composé de trente administrateurs élus par l'Assemblée générale, dont douze sont, postérieurement à l'assemblée constitutive, obligatoirement réservés aux membres actifs, le reste des sièges étant obligatoirement attribué à des élus des membres fondateurs.

Le Conseil comprend les candidats ayant obtenu le plus grand nombre de voix au premier tour. Les candidats fondateurs sont ceux figurant sur la liste arrêtée et présentée par les membres fondateurs après leur délibération à la majorité des présents ou représentés.

Le Président est désigné par le Conseil parmi les membres fondateurs, à la majorité absolue aux premier et deuxième tours, et à la majorité simple au troisième.

Le Conseil élit en son sein, sur proposition du Président, un Secrétaire général, un Trésorier, et pourvoit, selon les besoins, tout autre poste, dont celui d'un ou plusieurs Vice-présidents.

7-2. Durée du mandat

La durée du mandat des membres du conseil d'administration est fixée à trois ans, à compter du jour de leur élection par l'assemblée générale. Ils sont rééligibles sans limitation. En cas de vacance, de nouveaux administrateurs peuvent être cooptés par le Conseil. Leur élection est confirmée par l'Assemblée générale suivante pour la durée du mandat du conseil qui reste à courir.

Nul ne peut faire partie du Conseil s'il n'est majeur.

7-3. Fonctionnement Le Conseil d'administration se réunit aussi souvent que l'intérêt de l'association l'exige, sans que le nombre de réunions puisse être inférieur à deux par an, sur convocation du Président, qui peut, s'il le juge nécessaire, réunir le Conseil d'administration en séance extraordinaire.

Le Conseil peut inviter toute personne dont il estimera la présence utile à ses travaux.

Un Conseil d'administration doit être convoqué dans un délai maximal de quinze jours sur demande écrite du quart des membres du Conseil.

Les réunions sont présidées par le Président, un Vice-président ou le Secrétaire général qui dirige les discussions, assure l'observation des statuts et du règlement intérieur et veille au suivi de l'ordre du jour. Lorsque le Vice-président ou le Secrétaire général préside, il exerce les pouvoirs du Président.

Chaque membre du Conseil d'administration doit participer en personne aux séances. Toutefois, chaque administrateur peut se faire représenter par un autre administrateur. Les pouvoirs sont écrits. Nul ne peut détenir plus d'un pouvoir.

Les décisions sont prises à la majorité des présents et représentés.

Les décisions prévues à l'article 10.9 ne peuvent être prises que si un quorum de moitié du Conseil est réuni. Les délibérations donnent lieu à un procès-verbal approuvé.

7-4. Pouvoirs

Les pouvoirs d'administration sont confiés au Conseil d'administration qui prend toutes les décisions et mesures relatives à l'association, autres que celles expressément réservées par la loi et par les présents statuts à la compétence de l'Assemblée générale. Il se prononce, à la majorité des deux tiers des membres présents ou représentés, sur toute proposition de modification des statuts ou toute autre décision à soumettre à l'Assemblée générale extraordinaire.

ARTICLE 8. - Le Bureau

8-1. Le Bureau est composé du Président, du Secrétaire général, du Trésorier, du ou des Vice-présidents et de membres.

8-2. Le Bureau est chargé de la gestion des affaires de l'association, dans le cadre des orientations fixées par le Conseil d'administration.

ARTICLE 9. Le Président

9-1. Le Président anime l'association et dispose des pouvoirs les plus étendus pour assurer sa représentation, tant en France qu'à l'étranger, auprès des pouvoirs publics et des tiers. Il dirige les discussions du Bureau, du Conseil d'administration et de l'Assemblée générale, qu'il préside. Il surveille et assure l'observation des statuts et du règlement intérieur. Il signe tous actes, toutes mesures ou tous extraits des délibérations intéressant l'association, fait ouvrir les comptes. Il peut déléguer tout ou partie de ses pouvoirs.

9-2. Le Président représente l'association en justice, soit comme demandeur, soit comme défendeur, soit comme partie civile.

ARTICLE 10. L'Assemblée générale

10-1. Composition.- Réunion

L'Assemblée générale se compose de tous les membres de l'Association à jour de leur cotisation. Elle se réunit en séance ordinaire une fois par an, au jour et sur l'ordre du jour fixés par le Conseil d'administration, et sur convocation du Président. Il pourra être tenu des Assemblées générales ordinaires, réunies extraordinairement, quant les intérêts de l'association l'exigent, soit à l'initiative du Conseil d'administration, soit sur demande signée du quart des membres de l'association. Dans ce cas, la convocation est de droit.

10-2. Convocation

Les convocations sont faites par écrit, sauf urgence, au moins quinze jours à l'avance, et portent indication précise des questions à l'ordre du jour.

10-3.Ordre du jour

L'Assemblée générale ne peut délibérer que sur les questions inscrites à l'ordre du jour fixé par le Conseil d'administration dans la séance qui précède l'Assemblée générale. Tout membre peut demander l'inscription à l'ordre du jour de toute question qu'il désire voir traitée. Il adresse, à cet effet, une lettre recommandée avec accusé de réception au Président avant la réunion du Conseil qui précède l'Assemblée générale. Le Conseil statue sur cette demande.

10-4. Accès

Les membres ne sont admis aux Assemblées générales que sur présentation d'une pièce justificative de leur qualité. Il signent à leur entrée le registre de présence.

10-5. Représentation

Tout membre a le droit de se faire représenter par un autre membre en remettant à ce dernier un mandat écrit. Nul ne peut détenir plus de trois pouvoirs. Le Conseil peut, en outre, décider l'organisation d'un vote par correspondance.

10-6. Pouvoirs

L'Assemblée générale est l'organe souverain de l'association dans les matières dont la loi et les statuts lui réservent expressément la compétence exclusive, notamment sur les rapports annuels d'activité et de gestion. Ceux-ci présentent les travaux du Bureau et du Conseil d'administration pendant l'exercice écoulé, la situation financière et le bilan.

10-7. Majorité.-Quorum

Les décisions de l'Assemblée générale ordinaire sont prises à la majorité simple des membres présents ou représentés, après, le cas échéant, recherche d'une décision consensuelle. Les décisions de l'Assemblée générale extraordinaire relatives à la modification des statuts ou à la dissolution, sont prises à la majorité des deux tiers des membres présents ou représentés. L'Assemblée générale extraordinaire ne peut délibérer que si les deux tiers des membres de l'association sont présents ou représentés, sur première convocation, et de moitié sur les suivantes.

10-8. Vote

L'Assemblée générale vote à main levée, sauf demande particulière d'un vote à bulletin secret nominal des membres présents ou représentés. Chaque membre dispose d'une voix. Les votes par correspondance sont comptabilisés.

10-9. Modification des statuts

Aucune demande de modification des statuts ne peut venir en discussion à l'Assemblée générale extraordinaire si elle n'est pas proposée par le Conseil d'administration délibérant

à la majorité des deux tiers des membres présents ou représentés, qui devra présenter un rapport motivé.

ARTICLE 11. Le Collège des fondateurs

Le Collège des fondateurs comprend les personnes physiques et morales qui ont créé l'Association et celles qu'elles désigneront, à la majorité des deux tiers, pour les compléter ou les remplacer, le cas échéant. Le Collège se réunit sur convocation du Président ou, dans un délai maximal de quinze jours, sur demande écrite du quart de ses membres. Le Collège propose au Conseil d'administration les grandes orientations et lignes d'action de l'Association.

ARTICLE 12. Le Conseil scientifique

L'Association met en place un Conseil scientifique. Le président et les membres du Conseil scientifique sont nommés par le Conseil d'administration. Le Conseil scientifique propose au Conseil d'administration les axes de recherche de l'Association. Il organise ses travaux en toute indépendance. Il peut faire appel, sous sa responsabilité, à toute compétence extérieure qu'il juge utile. Il est garant de la rigueur scientifique des études produites et diffusées par ATTAC. Le Conseil scientifique est convoqué par son Président, agissant de sa propre initiative ou à la demande du Président de l'Association.

III. RESSOURCES - CONTROLE FINANCIER

ARTICLE 13. Ressources

Les ressources de l'association comprennent : les cotisations et autres contributions des membres. Le montant de la cotisation est fixé par l'Assemblée générale sur proposition du Conseil ; d'une manière générale, toute ressource et subvention dont elle peut légalement disposer, le cas échéant, créée à titre exceptionnel avec l'agrément, s'il y a lieu, de l'autorité compétente.

ARTICLE 14. Comptabilité - Dépenses

La comptabilité est tenue sous le contrôle du Trésorier, selon le plan comptable national. Les dépenses sont ordonnées par le Président. Leur paiement est effectué par le Trésorier.

ARTICLE 15. Contrôle des comptes

Chaque année, lors de l'examen des comptes, l'Assemblée peut désigner un ou deux contrôleurs des comptes, membres ou non de l'association, pour lui faire un rapport sur les comptes de l'exercice écoulé.

Les premiers commissaires sont désignés par le Conseil d'administration.

IV - DISSOLUTION - MODIFICATIONS STATUTAIRES

ARTICLE 16. Dissolution - Modifications statutaires

L'association peut être dissoute, sur proposition du Conseil d'administration, par vote de l'Assemblée générale extraordinaire, conformément à l'article 10-7. Les statuts peuvent être modifiés selon la même procédure.

ARTICLE 17. Liquidation

En cas de liquidation volontaire, l'Assemblée générale extraordinaire de liquidation nomme un ou plusieurs liquidateurs. En aucun cas, les biens ne peuvent être répartis entre les membres de l'association. Ils sont dévolus à une autre association dont le but est de même nature, conformément au décret du 16 août 1901.

Le
Bernard CASSEN

Président,

Anexo 3:

Plataforma da ATTAC

www.france.attac.org/spip.php?article7

Plateforme Attac

mercredi, 3 juin 1998 / **Attac France** / Association pour la Taxation des Transactions financières pour l'Aide aux Citoyens

66-72, rue Marceau, 93100 Montreuil-sous-Bois

Tél. : 33.(0)1.41.58.17.40 Fax : +33.(0)1.43.63.84.62

Au nom d'une transformation du monde présentée comme une fatalité, les citoyens et leurs représentants se voient disputer le pouvoir de décider de leur destin. Un tel abaissement, une telle impuissance nourrissent la progression des partis antidémocratiques. Il est urgent d'enrayer ce processus en créant de nouveaux instruments de régulation et de contrôle, aux plans national, européen et international. L'expérience indique assez que les gouvernements ne le feront pas sans qu'on les y encourage. Relever le double défi d'une implosion sociale et d'une désespérance politique exige donc un sursaut civique et militant.

Se réapproprier ensemble l'avenir de notre monde

Plateforme de l'association "Attac"

La mondialisation financière aggrave l'insécurité économique et les inégalités sociales. Elle contourne et rabaisse les choix des peuples, les institutions démocratiques et les Etats souverains en charge de l'intérêt général. Elle leur substitue des logiques strictement spéculatives exprimant les seuls intérêts des entreprises transnationales et des marchés financiers.

Au nom d'une transformation du monde présentée comme une fatalité, les citoyens et leurs représentants se voient disputer le pouvoir de décider de leur destin. Un tel abaissement, une telle impuissance nourrissent la progression des partis antidémocratiques. Il est urgent d'enrayer ce processus en créant de nouveaux instruments de régulation et de contrôle, aux plans national, européen et international. L'expérience indique assez que les gouvernements ne le feront pas sans qu'on les y encourage. Relever le double défi d'une implosion sociale et d'une désespérance politique exige donc un sursaut civique et militant.

La liberté totale de circulation des capitaux, les paradis fiscaux et l'explosion du volume des transactions spéculatives acculent les Etats à une course éperdue aux faveurs des gros investisseurs. Au nom de la modernité, 1500 milliards de dollars vont et viennent chaque jour sur les marchés des changes à la recherche d'un profit instantané, sans rapport avec l'état de la production et du commerce des biens et services. Une telle évolution a pour conséquences l'accroissement permanent des revenus du capital au détriment de ceux du travail, la généralisation de la précarité et l'extension de la pauvreté.

Désormais, sous couvert de sécurité, les salariés sont invités à troquer leurs systèmes de retraite contre un mécanisme de fonds de pension qui aboutit à soumettre un peu plus leurs propres entreprises aux seuls impératifs de la profitabilité immédiate, à y aggraver les conditions de travail, à étendre la zone d'influence de la sphère financière et à persuader les citoyens de l'obsolescence de constructions solidaires entre nations, peuples et générations.

Au prétexte du développement économique et de l'emploi, les pays membres de l'OCDE n'ont pas renoncé à signer un Accord multilatéral sur les investissements (AMI) qui donnerait tous les droits aux investisseurs et imposerait tous les devoirs aux Etats. Dans le même temps, la Commission européenne et certains gouvernements entendent poursuivre leur croisade libre-échangiste par la mise en place d'un Nouveau marché transatlantique (NTM) visant ouvertement à asseoir l'hégémonie des États-Unis dans l'audiovisuel et à démanteler la politique agricole commune.

La plupart des engrenages de cette machine inégalitaire, entre Nord et Sud comme au cœur des pays développés eux-mêmes, peuvent encore être enrayerés. Trop souvent, l'argument de la fatalité se nourrit de la censure de l'information sur les alternatives. C'est ainsi que les

institutions financières internationales et les grands médias (dont les bénéficiaires de la mondialisation sont souvent propriétaires) ont fait le silence sur la proposition de l'économiste américain James Tobin, prix Nobel d'économie, de taxer les transactions spéculatives sur les marchés des devises. Même fixée à un taux particulièrement bas de 0,05%, la taxe Tobin rapporterait près de 100 milliards de dollars par an. Collectée, pour l'essentiel, par les pays industrialisés, où sont localisées les grandes places financières, cette somme pourrait être reversée aux organisations internationales pour des actions de lutte contre les inégalités, pour la promotion de l'éducation et de la santé publique dans les pays pauvres, pour la sécurité alimentaire et le développement durable. Un tel dispositif mettrait du sable dans les rouages de la spéculation. Il alimenterait des logiques de résistance, redonnerait des marges de manœuvre aux citoyens et aux Etats et, surtout, signifierait que le politique reprend le dessus.

A cette fin, les signataires se proposent de créer l'association, ATTAC (Action pour une taxe Tobin d'aide aux citoyens) qui leur permettra de produire et de diffuser de l'information pour agir en commun, tant dans leurs pays respectifs qu'aux niveaux européen et international. En vue d'entraver la spéculation internationale, de taxer les revenus du capital, de sanctionner les paradis fiscaux, d'empêcher la généralisation des fonds de pension et, d'une manière générale, de reconquérir les espaces perdus par la démocratie au profit de la sphère financière et de s'opposer à tout nouvel abandon de souveraineté des Etats au prétexte du " droit " des investisseurs et des marchands. Il s'agit tout simplement de se réapproprié ensemble l'avenir de notre monde.

En visitant notre site Internet, vous pourrez télécharger ces documents :

- Plateforme Attac.pdf, (PDF - 19.4 ko)
- Plateforme Attac.zip, (Zip - 87.3 ko)

Anexo 4:

Carta de Princípios do FSM

08.06.2002

Carta de Princípios do Fórum Social Mundial

O Comitê de entidades brasileiras que idealizou e organizou o primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre de 25 a 30 de janeiro de 2001, considera necessário e legítimo, após avaliar os resultados desse Fórum e as expectativas que criou, estabelecer uma Carta de Princípios que oriente a continuidade dessa iniciativa. Os Princípios contidos na Carta, a ser respeitada por tod@s que queiram participar desse processo e organizar novas edições do Fórum Social Mundial, consolidam as decisões que presidiram a realização do Fórum de Porto Alegre e asseguraram seu êxito, e ampliam seu alcance, definindo orientações que decorrem da lógica dessas decisões.

1. O Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra.

2. O Fórum Social Mundial de Porto Alegre foi um evento localizado no tempo e no espaço. A partir de agora, na certeza proclamada em Porto Alegre de que "um outro mundo é possível", ele se torna um processo permanente de busca e construção de alternativas, que não se reduz aos eventos em que se apóie.

3. O Fórum Social Mundial é um processo de caráter mundial. Todos os encontros que se realizem como parte desse processo têm dimensão internacional.

4. As alternativas propostas no Fórum Social Mundial contrapõem-se a um processo de globalização comandado pelas grandes corporações multinacionais e pelos governos e instituições internacionais a serviço de seus interesses, com a cumplicidade de governos nacionais. Elas visam fazer prevalecer, como uma nova etapa da história do mundo, uma globalização solidária que respeite os direitos humanos universais, bem como os de tod@s @s cidadãos e cidadãs em todas as nações e o meio ambiente, apoiada em sistemas e instituições internacionais democráticos a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos.

5. O Fórum Social Mundial reúne e articula somente entidades e movimentos da sociedade civil de todos os países do mundo, mas não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial.

6. Os encontros do Fórum Social Mundial não têm caráter deliberativo enquanto Fórum Social Mundial. Ninguém estará, portanto autorizado a exprimir, em nome do Fórum, em qualquer de suas edições, posições que pretenderiam ser de tod@s @s seus/suas participantes. @s participantes não devem ser chamad@s a tomar decisões, por voto ou aclamação, enquanto conjunto de participantes do Fórum, sobre declarações ou propostas de ação que @s engajem a tod@s ou à sua maioria e que se proponham a ser tomadas de posição do Fórum enquanto Fórum. Ele não se constitui portanto em instancia de poder, a ser disputado pelos participantes de seus encontros, nem pretende se constituir em única alternativa de articulação e ação das entidades e movimentos que dele participem.

7. Deve ser, no entanto, assegurada, a entidades ou conjuntos de entidades que participem dos encontros do Fórum, a liberdade de deliberar, durante os mesmos, sobre declarações e ações que decidam desenvolver, isoladamente ou de forma articulada com outros participantes. O Fórum Social Mundial se compromete a difundir amplamente essas decisões, pelos meios ao seu alcance, sem direcionamentos, hierarquizações, censuras e restrições, mas como deliberações das entidades ou conjuntos de entidades que as tenham assumido.

8. O Fórum Social Mundial é um espaço plural e diversificado, não confessional, não governamental e não partidário, que articula de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo.

9. O Fórum Social Mundial será sempre um espaço aberto ao pluralismo e à diversidade de engajamentos e atuações das entidades e movimentos que dele decidam participar, bem como à diversidade de gênero, etnias, culturas, gerações e capacidades físicas, desde que respeitem esta Carta de Princípios. Não deverão participar do Fórum representações partidárias nem organizações militares. Poderão ser convidados a participar, em caráter pessoal, governantes e parlamentares que assumam os compromissos desta Carta.

10. O Fórum Social Mundial se opõe a toda visão totalitária e reducionista da economia, do desenvolvimento e da história e ao uso da violência como meio de controle social pelo Estado. Propugna pelo respeito aos Direitos Humanos, pela prática de uma democracia verdadeira, participativa, por relações igualitárias, solidárias e pacíficas entre pessoas, etnias, gêneros e povos, condenando todas as formas de dominação assim como a sujeição de um ser humano pelo outro.

11. O Fórum Social Mundial, como espaço de debates, é um movimento de idéias que estimula a reflexão, e a disseminação transparente dos resultados dessa reflexão, sobre os mecanismos e instrumentos da dominação do capital, sobre os meios e ações de resistência e superação dessa dominação, sobre as alternativas propostas para resolver os problemas de exclusão e desigualdade social que o processo de globalização capitalista, com suas dimensões racistas, sexistas e destruidoras do meio ambiente está criando, internacionalmente e no interior dos países.

12. O Fórum Social Mundial, como espaço de troca de experiências, estimula o conhecimento e o reconhecimento mútuo das entidades e movimentos que dele participam, valorizando seu intercâmbio, especialmente o que a sociedade está construindo para centrar

a atividade econômica e a ação política no atendimento das necessidades do ser humano e no respeito à natureza, no presente e para as futuras gerações.

13. O Fórum Social Mundial, como espaço de articulação, procura fortalecer e criar novas articulações nacionais e internacionais entre entidades e movimentos da sociedade, que aumentem, tanto na esfera da vida pública como da vida privada, a capacidade de resistência social não violenta ao processo de desumanização que o mundo está vivendo e à violência usada pelo Estado, e reforcem as iniciativas humanizadoras em curso pela ação desses movimentos e entidades.

14. O Fórum Social Mundial é um processo que estimula as entidades e movimentos que dele participam a situar suas ações, do nível local ao nacional e buscando uma participação ativa nas instâncias internacionais, como questões de cidadania planetária, introduzindo na agenda global as práticas transformadoras que estejam experimentando na construção de um mundo novo solidário.

Aprovada e adotada em São Paulo, em 9 de abril de 2001, pelas entidades que constituem o Comitê de Organização do Fórum Social Mundial, aprovada com modificações pelo Conselho Internacional do Fórum Social Mundial no dia 10 de junho de 2001.

Anexo 5:

Colégio de Fundadores, Colégio de Administração e Bureau

Attac France <http://www.france.attac.org/spip.php?article603>

Collège des fondateurs, Conseil d'administration et Bureau

mercredi, 20 décembre 2006 / **Attac France** / Association pour la Taxation des Transactions financières pour l'Aide aux Citoyens
66-72, rue Marceau, 93100 Montreuil-sous-Bois
Tél. : +33.(0)1.41.58.17.40 - Fax : +33.(0)1.43.63.84.62

Sommaire

- Collège des fondateurs
- Conseil d'administration
- Président-e-s d'honneur
- Bureau

Collège des fondateurs

Personnes physiques

José Bové ; Manu Chao ; Jacques Cossart ; René Dumont † ; Viviane Forrester ; Susan George ; Gisèle Halimi ; Bernard Langlois ; Daniel Mermet ; Daniel Monteux ; Jacques Nikonoff ; René Passet ; Ignacio Ramonet ; Jacques Robin † ; Pierre Tartakowsky.

Personnes morales

AC ! [1] ; Agir ici ; AITEC [2] ; Alternatives économiques ; Les Amis de la Terre ; APEIS [3] ; Artisans du Monde ; Association Gunter Holzmann ; CADAC [4] ; CEDETIM [5] ; Charlie Hebdo ; Confédération générale des SCOP ; Confédération paysanne ; CRID [6] ; DAL [7] ; ESCOOP [8] ; Fédération des finances CGT ; FGTE-CFDT ; FFMJC [9] ; FSU [10] ; Goliath ; Le Monde diplomatique ; MNCP [11] ; MODEF [12] ; MRAP [13] ; Les Pénélopes ; Politique [14] ; Politis ; Raisons d'agir ; Réseaux services publics européens ; SNES [15] ; SNESup [16] ; SNPTAS Equipement

CGT ; SNUI [17] ; SNUIPP [18] ; SUD-PTT [19] ; Survie ; Syndicat de la magistrature ; Syndicat de la Médecine Générale ; Témoignage chrétien ; Transversales ; UFAL [20] ; UGICT-CGT [21] ; UNEF [22] ; Union syndicale Solidaires

Conseil d'administration

Membres issus du collège des fondateurs AC ! (Gérard Régner) ; AITEC (Gilles Lemaire) ; Artisans du Monde (Anne-Françoise Taisne) ; CGSCOP (Geneviève Talleux) ; Confédération paysanne (Guy Bessin) ; Jacques Cossart ; CRID (Michel Faucon et Lionel Larqué) ; DAL (Jean-Baptiste Eyraud et Annie Pourre) ; FSU (Marc Delepouve et Sophie Zafari) ; Bernard Langlois ; MNCP (Jean Rozec et Christine Tellier) ; MRAP (Christian Delarue) ; Survie (Djilali Benamrane) ; Syndicat de la Magistrature (Emmanuelle Perreux) ; Témoignage chrétien (Ivan du Roy et Luc Chatel) UGICT-CGT (Christian Pilichowski) ; UNEF (Michael Zemmour) ; Union syndicale Solidaires (Verveine Angeli)

Membres actifs

Geneviève Azam ; Christelle Baunez ; Chloë Bénêteau ; Claudine Blasco ; Geneviève Coiffard-Grosdoy ; Jean-Michel Coulomb ; José Etchégaray ; François Garraud ; Hubert Guillon ; Jean-Marie Harribey ; Christiane Marty ; Wilfried Maurin ; Wilfrid Pasquet ; Raphaël Pradeau ; Lysiane Rolet ; Maël Theulière ; Jean Tosti ; Aurélie Trouvé ; Bénédicte Veilhan ; Frédéric Viale ;

Président-e-s d'honneur

Bernard Cassen, Susan George, Ignacio Ramonet

Bureau

Présidents : Jean-Marie Harribey, Aurélie Trouvé

Membres : Verveine Angeli, Geneviève Azam, Christelle Baunez (trésorière), Chloë Bénêteau, Geneviève Coiffard-Grosdoy, Marc Delepouve (secrétaire général), Gilles Lemaire, Wilfried Maurin, Christian Pilichowski, Maël Theulière, Frédéric Viale

[1] Agir ensemble contre le chômage

[2] Association internationale de techniciens, experts et chercheurs

[3] Association pour l'emploi l'information et la solidarité

[4] Coordination des associations pour le droit à l'avortement et à la contraception

[5] Centre d'études et d'initiatives de solidarité internationale

[6] Centre de recherche et d'information sur le développement

- [7] Droit au Logement
- [8] Economies solidaires et coopératives
- [9] Fédération Française des Maisons de Jeunes et de la Culture
- [10] Fédération syndicale unitaire
- [11] Mouvement national des chômeurs et précaires
- [12] Mouvement de défense des exploitants familiaux
- [13] Mouvement contre le racisme et pour l'amitié entre les peuples
- [14] Revue européenne
- [15] Syndicat national de l'enseignement secondaire
- [16] Syndicat national de l'enseignement supérieur
- [17] Syndicat national unifié des impôts
- [18] Syndicat national unifié des instituteurs et professeurs des écoles
- [19] Solidaires unitaires démocratiques PTT
- [20] Union des Familles Laïques
- [21] Union générale des ingénieurs, cadres et techniciens CGT
- [22] Union nationale des étudiants de France

Anexo 6:

Membros do Conselho Científico

Attac France

<http://www.france.attac.org/spip.php?article2018>

Membres du conseil scientifique

mardi, 10 juin 2008

Cliquez sur le membre pour accéder à sa page de présentation et à la liste de ses articles publiés sur le site.

Christophe Aguiton	Gerard Dumenil	Georges Menahem
Nuri Albala	Jean Pierre Escaffre	Yvon Minvielle
Eric Alt	Gerard Filoche	Bernard Monnot
Nils Andersson	Fabrice Flipo	Daniel Monteux
Genevieve Azam	Jean Gadrey	Philippe Monti
Mireille Azzoug	Véronique Gallais	Jean Loup Motchane
Daniel Bachet	Bertrand Geay	Rene Mouriaux
Andre Bellon	Alain Gely	Philippe Muhlstein
Jacques Bidet	Susan George	Jacques Nikonoff
Claudine Blasco	Guy Gourevitch	Denis Paillard
Benoit Borrits	Gerard Gourguechon	Florence Palpacuer
Martine Boudet	Janette Habel	Rene Passet
Mohamed Larbi Bouguerra	Jean-Marie Harribey	Jacqueline Penit-Soria
Thierry Brugvin	Michel Husson	Jean Marie Pernot
Mireille Bruyère	Esther Jeffers	Dominique Plihon
Alain Caille	Raoul Marc Jennar	Claude Poliak
Claude Calame	Bruno Jetin	Daniel Rallet
Jacques Capdevielle	Samuel Johsua	Christophe Ramaux
Michel Capron	Isaac Johsua	Albert Richez
Bernard Cassen	Bernard Kervella	Lysiane Rolet
Henri Celié	Pierre Khalfa	Juan Roy De Menditte
Christian Chavagneux	Julien Landfried	Jean Claude Salomon
François Chesnais	Michel Lasserre	Catherine Samary
Jean Chesneaux †	Christian Laval	Claude Serfati
Eve Chiapello	Christian Lazzeri	Jasmer Singh
Pierre Concialdi	Serge Le Quéau	Bernard Teper
Philippe Corcuff	Dominique Levy	Jacques Testart
Jacques Cossart	Francois Lille	Jacques Toiser
Jacques Cotta	Elisabeth Longuenesse	Jean Luc Touly
Thomas Coutrot	Michael Löwy	Eric Toussaint

Monique Crinon
Patrice Cuperty
Marilza De Melo Foucher
Marc Delepouve
Vincent Drezet

Alain Marchand
Christiane Marty
Pierre Mascomere
Gustave Massiah
Gerard Mauger

Stephanie Treillet
Jean-Paul Vanhoove
Louis Weber
Jacques Woda

Anexo 7:

Novo estatuto e regulamento interior

Nouveaux statuts adoptés le 27 juin 2009

CONSTITUTION - OBJET - COMPOSITION

ARTICLE 1. Constitution – Objet

Il est formé, entre les soussignés, ainsi que les personnes, physiques ou morales qui adhéreront par la suite aux présents statuts, une association déclarée, régie par la loi de 1901, et qui a pour objet de produire et communiquer de l'information, de promouvoir l'éducation populaire, ainsi que de mener des actions de tous ordres en vue de la reconquête, par les citoyens, du pouvoir que la sphère financière exerce sur tous les aspects de la vie politique, économique, sociale et culturelle dans l'ensemble du monde. Parmi ces moyens figure la taxation des transactions sur les marchés financiers. L'association garantit la liberté et le respect du principe de non-discrimination, un fonctionnement démocratique, la transparence de sa gestion et l'égal accès, sans distinction d'âge, des femmes et des hommes à ses instances dirigeantes.

ARTICLE 2. Dénomination

L'association prend la dénomination suivante : Attac (Association pour la taxation des transactions financières et pour l'action citoyenne).

ARTICLE 3. Durée – Siège

La durée de l'association est illimitée. Son siège social est fixé au 66-72, rue Marceau, 93100 Montreuil-sous-Bois.

Il peut être déplacé sur simple décision du Conseil d'administration.

ARTICLE 4. Membres – Adhésion

L'association se compose des personnes, physiques et morales, qui adhèrent à la plateforme d'Attac du 3 juin 1998 et aux présents statuts.

L'association comprend deux catégories de membres : adhérents directs et fondateurs.

Les *adhérents directs* sont les personnes qui adhèrent à l'association.

Sont appelées *membres fondateurs* (réunis en collège) les personnes morales et physiques qui ont créé l'association, celles qui ont rejoint le collège à ce jour, et enfin les personnes morales désignées pour compléter le collège à l'avenir. Ces nouveaux fondateurs seront désignés à la majorité des deux tiers par leur collège ; leur désignation sera validée par le Conseil d'administration, également à la majorité des deux tiers.

La qualité de membre se perd au jour de la démission, du décès, du non paiement de la cotisation, de la radiation ou de l'exclusion appréciée et prononcée souverainement par le Conseil d'administration après convocation préalable de l'intéressé par lettre recommandée avec accusé de réception.

Les membres de l'association ne peuvent recevoir de rétribution à raison des fonctions qui leur sont confiées. Des remboursements de frais peuvent être alloués par le Conseil d'administration.

Les membres prennent part à l'élaboration de la politique de l'association et à son activité par leur participation et leur vote dans le cadre des assemblées générales, ainsi que par leur participation à un comité local, une commission ou un groupe de travail, une liste de discussion électronique, ou toute instance pouvant être mise en place.

ARTICLE 5. Cotisation

La cotisation est fixée annuellement par l'Assemblée générale, sur proposition du Conseil d'administration. Tous les membres sont soumis à cotisation annuelle.

II - ORGANES ET FONCTIONNEMENT

ARTICLE 6. Organes

Les organes de l'association sont :

- l'Assemblée générale
- le Conseil d'administration, qui désigne en son sein un bureau
- le Collège des fondateurs
- le Conseil scientifique
- les Comités locaux, représentés nationalement par la Conférence nationale des comités locaux (CNCL).

ARTICLE 7. Le Conseil d'administration

7-1. Composition

Le Conseil est composé de vingt-cinq à quarante administrateurs, dont soixante pour cent issus des adhérents directs et quarante pour cent issus des membres fondateurs.

Leur nombre précis est fixé dans le règlement intérieur.

Le collège électoral des adhérents directs élit les candidats ayant obtenu le plus grand nombre de voix au premier tour, selon les modalités précisées dans le règlement intérieur.

Les représentants des fondateurs sont élus par le collège des membres fondateurs après délibération à la majorité des présents ou représentés.

Le Conseil élit en son sein un président ou des coprésidents, à bulletin secret, à la majorité absolue aux premier et deuxième tours, et à la majorité simple au troisième.

Le Conseil élit également un trésorier et les autres membres du bureau.

7-2. Durée du mandat

La durée du mandat des membres du conseil d'administration est fixée à trois ans, à compter du jour de leur élection par l'Assemblée générale. Les élus représentant les adhérents directs et les personnes physiques représentant un membre fondateur personne morale ne peuvent pas exercer plus de trois mandats consécutifs. Le nombre de mandats est limité à deux pour les fonctions exécutives.

En cas de vacance, de nouveaux administrateurs peuvent être cooptés par le Conseil. Leur nomination est confirmée par l'Assemblée générale suivante pour la durée du mandat du Conseil qui reste à courir.

7-3. Fonctionnement

Le Conseil d'administration se réunit aussi souvent que l'intérêt de l'association l'exige, sans que le nombre de réunions puisse être inférieur à deux par an, sur convocation du président ou de l'un des coprésidents.

Le Conseil peut inviter toute personne dont il estimera la présence utile à ses travaux.

En cas de demande écrite du quart des membres du Conseil, un Conseil d'administration doit être réuni dans un délai maximal de quinze jours.

Chaque membre du Conseil d'administration doit participer en personne aux séances. Toutefois, chaque administrateur peut se faire représenter par un autre administrateur, pour une séance ou pour un ou plusieurs points de l'ordre du jour. Les pouvoirs sont écrits. Nul ne peut détenir plus d'un pouvoir.

Les décisions sont prises à la majorité des membres présents ou représentés. Les décisions prévues à l'article 10.9 ne peuvent être prises que si un quorum de la moitié du Conseil est réuni.

Les délibérations du Conseil donnent lieu à un procès-verbal approuvé.

7-4. Pouvoirs

Les pouvoirs d'administration sont confiés au Conseil d'administration, qui prend toutes les décisions et mesures relatives à l'association, autres que celles expressément réservées par la loi et par les présents statuts à la compétence de l'Assemblée générale.

Il se prononce, à la majorité des deux tiers des membres présents ou représentés, sur toute proposition de modification des statuts ou toute autre décision à soumettre à l'Assemblée générale extraordinaire.

À la majorité des deux tiers des membres présents ou représentés, il peut décider de faire adhérer Attac à d'autres associations. Il doit en informer les adhérents et en rendre compte à l'Assemblée générale ordinaire suivante.

Il peut, à la majorité des deux tiers des membres présents ou représentés, organiser d'autres regroupements d'adhérents régis par des chartes, qui devront être entérinées par l'Assemblée générale suivante.

ARTICLE 8. - Le Bureau

8-1. Composition

Le Bureau est composé de 8 à 15 membres (leur nombre étant obligatoirement inférieur à la moitié de celui des membres du Conseil d'administration), dont le président ou les coprésidents, et le trésorier. Le Conseil d'administration peut, selon les besoins de l'association, attribuer des fonctions spécifiques à certains membres du Bureau.

8-2. Pouvoirs

Le Bureau est chargé de la gestion des affaires de l'association, dans le cadre des orientations fixées par le Conseil d'administration et l'Assemblée générale.

8-3. Fonctionnement

Le Bureau se réunit au minimum une fois tous les quinze jours. Tout membre du Conseil d'administration qui le souhaite peut assister à ses réunions.

8-4. Révocation

Dans le cadre de cette gestion, le Bureau demeure placé sous le contrôle du Conseil d'administration. Tout membre du Bureau, y compris le président ou les coprésidents, peut être révoqué par le Conseil, statuant à la majorité des membres présents ou représentés. Dans ce cas, un quorum fixé aux deux tiers est nécessaire.

ARTICLE 9. Le président ou les coprésidents

9-1. Pouvoirs

Le président ou les coprésidents animent l'association et assurent ou délèguent sa représentation, tant en France qu'à l'étranger, auprès des pouvoirs publics et des tiers.

Ils sont garants de l'observation des statuts et du règlement intérieur. Ils signent tous actes, toutes mesures ou tous extraits des délibérations intéressant l'association, font ouvrir les comptes. Ils peuvent déléguer certains de leurs pouvoirs.

9-2. Représentation en justice

Le président ou les coprésidents représentent l'association en justice, soit comme demandeurs, soit comme défendeurs, soit comme parties civiles. Ces pouvoirs sont exercés dans l'intérêt matériel et moral de l'association, et dans le but de faire appliquer et de respecter son objet social.

ARTICLE 10. L'Assemblée générale

10-1. Composition – Réunion

L'Assemblée générale se compose de tous les membres de l'Association à jour de leur cotisation. Elle se réunit en séance ordinaire une fois par an, au jour et sur l'ordre du jour fixés par le Conseil d'administration, et sur convocation de celui-ci. Il pourra être tenu d'autres Assemblées générales, réunies extraordinairement, quand les

intérêts de l'association l'exigent, soit à l'initiative du Conseil d'administration, soit sur demande signée du quart des membres de l'association. Dans ce cas, la convocation est de droit.

10-2. Convocation

Les convocations sont faites par écrit au moins quinze jours à l'avance, et portent indication précise des questions à l'ordre du jour.

10-3. Accès

Les membres à jour de leur cotisation ne sont admis aux Assemblées générales que sur présentation d'une pièce justificative de leur qualité. Ils signent à leur entrée le registre de présence.

10-4. Représentation et vote par correspondance

Tout membre a le droit de se faire représenter par un autre membre en remettant à ce dernier un mandat écrit. Nul ne peut détenir plus d'un pouvoir.

Le vote par correspondance est de droit.

10-5. Ordre du jour

L'Assemblée générale ne peut délibérer que sur les questions inscrites à l'ordre du jour fixé par le Conseil d'administration dans la séance qui précède l'Assemblée générale. Tout membre peut demander l'inscription à l'ordre du jour de toute question qu'il désire voir traitée. Il adresse, à cet effet, une lettre au président ou aux coprésidents avant la réunion du Conseil qui précède l'Assemblée générale. Le Conseil d'administration statue sur cette demande.

Un point sera également inscrit à l'ordre du jour s'il fait l'objet d'une demande de plusieurs membres de l'association, selon des modalités fixées par le règlement intérieur.

10-6. Pouvoirs

L'Assemblée générale est l'organe souverain de l'association. Elle vote les rapports annuels d'activité et de gestion, qui présentent les travaux de l'association sous la conduite du Bureau et du Conseil d'administration pendant l'exercice écoulé, la situation financière et le bilan. Elle vote les orientations. Elle se prononce également sur les autres points mis à son ordre du jour.

10-7. Majorité – Quorum

Les décisions de l'Assemblée générale ordinaire sont prises à la majorité simple des membres présents, représentés ou votant par correspondance, après, le cas échéant, recherche d'une décision consensuelle.

Les décisions de l'Assemblée générale extraordinaire relatives à la modification des statuts ou à la dissolution sont prises à la majorité des deux tiers des membres présents, représentés ou votant par correspondance.

L'Assemblée générale extraordinaire ne peut statuer que si la majorité des membres de l'association sont présents ou représentés sur première convocation, et un tiers sur la suivante. Les votes par correspondance sont comptabilisés dans le calcul de cette majorité.

10-8. Vote

L'Assemblée générale vote à main levée, sauf demande particulière d'un vote à bulletin secret nominal des membres présents ou représentés. Chaque membre dispose d'une voix. Les votes par correspondance sont comptabilisés.

10-9. Modification des statuts

Une demande de modification des statuts ne peut venir en discussion à l'Assemblée générale extraordinaire que si elle est proposée par le Conseil d'administration, selon les modalités figurant dans le règlement intérieur.

ARTICLE 11. Le Collège des fondateurs

(voir aussi article 4)

Le Collège des fondateurs contribue à établir un lien indispensable entre Attac et le mouvement syndical, le mouvement associatif et des organes de presse. Il permet aussi des échanges fructueux entre ces divers mouvements et organes.

Il se réunit au moins deux fois par an, selon ses propres modalités ou sur convocation du président ou des coprésidents, ou encore dans un délai maximal de quinze jours en cas de demande écrite du quart de ses membres.

Le Collège propose au Conseil d'administration des orientations et lignes d'action.

ARTICLE 12. Le Conseil scientifique

Le Conseil scientifique est composé de membres de l'Association nommés par le Conseil d'administration. Cette nomination se fait sur proposition de membres du Conseil d'administration ou du Conseil scientifique.

Le Conseil d'administration nomme le président du Conseil scientifique sur proposition de celui-ci.

Le Conseil scientifique propose au Conseil d'administration les axes de recherche de l'association. Il organise ses travaux en toute indépendance.

Il peut faire appel, sous sa responsabilité, à toute compétence extérieure qu'il juge utile. Il est garant de la rigueur scientifique des études produites et diffusées par Attac. Le Conseil scientifique est convoqué par son président, agissant de sa propre initiative ou à la demande du Bureau de l'association.

ARTICLE 13. Les comités locaux et la CNCL

Les comités locaux (CL), composés d'adhérents d'Attac, sont des organes partenaires autonomes régis par une charte.

La Conférence nationale des comités locaux (CNCL) est l'organe de représentation des comités locaux d'Attac. Elle est un lieu d'échange et de débat entre les comités locaux, entre les comités locaux et le Conseil d'administration. Elle propose au Conseil d'administration des orientations et lignes d'action. Elle peut solliciter le Conseil scientifique. Elle est régie par son propre règlement intérieur.

ARTICLE 14. Le Règlement intérieur

Un règlement intérieur vient compléter les dispositions des présents statuts. Il est défini par le CA à la majorité des 2/3 et validé par l'Assemblée générale.

III. RESSOURCES - CONTRÔLE FINANCIER

ARTICLE 15. Ressources

Les ressources de l'association comprennent :

- les cotisations et autres contributions des membres. Le montant de la cotisation est fixé par l'Assemblée générale sur proposition du Conseil d'administration;
- la vente de produits, de services ou de prestations fournies habituellement par l'association (par exemple, la vente de petit matériel militant, de brochures, etc.), les subventions éventuelles, les dons manuels et toute autre ressource qui ne soit pas contraire aux règles en vigueur.

Les legs autorisés par la loi font l'objet d'une acceptation provisoire par le Conseil d'administration ; toutefois l'acceptation ne sera définitive qu'après son approbation par l'Assemblée générale.

ARTICLE 16. Comptabilité – Dépenses

La comptabilité est tenue sous le contrôle du trésorier, selon le plan comptable général des associations. Les dépenses sont ordonnées par le président ou les coprésidents, leur

paiement est effectué par le trésorier, certaines fonctions pouvant être déléguées à des salariés.

ARTICLE 17. Contrôle des comptes

Chaque année, lors de l'examen des comptes, l'Assemblée peut désigner un ou deux contrôleurs des comptes, membres ou non de l'association, pour lui faire un rapport sur les comptes de l'exercice écoulé.

IV - DISSOLUTION - MODIFICATIONS STATUTAIRES

ARTICLE 18. Dissolution

L'association peut être dissoute, sur proposition du Conseil d'administration, par vote de l'Assemblée générale extraordinaire, conformément à l'article 10-7. Les statuts peuvent être modifiés selon la même procédure.

ARTICLE 19. Liquidation

En cas de liquidation volontaire, l'Assemblée générale extraordinaire de liquidation nomme un ou plusieurs liquidateurs. En aucun cas, les biens ne peuvent être répartis entre les membres de l'association. Ils sont dévolus à une autre association dont le but est de même nature, conformément au décret du 16 août 1901.

RÈGLEMENT INTÉRIEUR

adopté le 27 juin 2009

Ce règlement intérieur a pour but :

- Conformément à l'article 14 des statuts, de préciser des règles de fonctionnement de l'association pouvant être modifiées sans avoir recours à une réforme des statuts.
- De fixer quelques principes pour respecter la diversité et la cohésion de l'association.
- De réunir en un même document des textes essentiels pour l'association, présentés en annexe : plate-forme fondatrice, charte des relations avec les comités locaux, règlement intérieur de la CNCL.

Ce règlement intérieur peut être modifié par le Conseil d'administration à la majorité des deux tiers, toute modification devant être validée par l'Assemblée générale des adhérents.

I. Compléments à certains articles des statuts et explications

ARTICLE 1. Constitution. - Objet – Composition

Règle générale de fonctionnement : l'association s'efforce de favoriser le maximum de convergences de réflexion et d'action pour lutter contre les politiques néolibérales. Chaque fois que c'est possible, elle recherchera en son sein l'accord le plus large, par le débat, pour dépasser les divergences et éviter la cristallisation définitive de positions antagonistes, génératrice de tendances figées.

ARTICLE 4. Membres. – Adhésion

Les partis politiques ne peuvent être membres d'Attac en tant que tels. Mais leurs membres peuvent à titre individuel adhérer à Attac. Dans leurs campagnes électorales, ils ne doivent pas se prévaloir de cette appartenance.

Dans le respect des textes fondateurs d'Attac, l'expression libre de tout adhérent est garantie à tous les niveaux de structures de l'association (instances statutaires, comités locaux,

commissions et groupes de travail). Dans son expression externe personnelle éventuelle, tout adhérent peut se prévaloir de son appartenance à Attac, mais ne peut s'exprimer au nom d'Attac sans avoir reçu de mandat des instances statutaires.

L'accès aux outils de discussion internes (notamment les listes électroniques) est de droit pour tout adhérent. Il est assorti d'un devoir de respect des personnes et de bannissement de tout propos raciste, xénophobe, sexiste ou homophobe, et d'une clause de conformité aux objets spécifiques de chacun de ces outils. Les organes d'information externes de l'association sont placés sous la responsabilité du Conseil d'administration.

ARTICLE 6. Organes

La Charte des comités locaux indique que : « Il est rappelé que seule l'association Attac est propriétaire du logo et du nom Attac. En conséquence de quoi elle est la seule à pouvoir attribuer ou retirer ce label national à un comité local. Il est convenu que seule l'association Attac peut se prévaloir de signer un texte du seul nom d'Attac. Au plan local, toute signature d'un comité local ou d'un groupe local doit être accompagnée du nom complet de celui-ci, mettant bien en évidence la nature locale de l'engagement. » Cette disposition s'applique à toutes les composantes de l'association.

Il ne peut donc y avoir d'initiative tournée vers l'extérieur utilisant le seul nom d'Attac, sans qualificatif, qui n'ait été soumise aux instances statutaires nationales concernées et approuvée par celles-ci.

ARTICLE 7. Le Conseil d'administration

7-1.1 Composition

a) Le nombre de membres du Conseil d'administration est fixé à 35, soit 21 représentants des adhérents directs et 14 représentants des fondateurs. La modification de ce nombre pour la mandature suivante peut être décidée par le Conseil à la majorité des 2/3, cette modification devant avoir lieu avant l'ouverture du processus électoral et au moins 6 mois avant la date prévue pour le renouvellement.

b) En cas de modification, le Conseil doit toujours veiller à respecter la proportion entre

adhérents directs et fondateurs prévue par les statuts. Si le nombre d'administrateurs décidé par le Conseil n'aboutit pas à des quotients entiers, ces quotients seront arrondis à l'entier le plus proche. Ainsi, pour 32 administrateurs, on obtient 12,8 fondateurs et 19,2 adhérents directs, chiffres arrondis à 13 fondateurs et 19 adhérents directs.

7-1.2 Représentants des adhérents directs

a) Parité des genres : le collège électoral des adhérents directs élit les candidats ayant obtenu le plus grand nombre de voix au premier tour avec une pondération par genre pour respecter une parité relative, la proportion d'élus du genre majoritaire devant être inférieure à 60 %. Par exemple, pour un CA de 35 administrateurs dont 21 élus des adhérents directs, la répartition des sièges entre genres ne peut être que de dix-onze, ou de neuf-douze, quel que soit le genre majoritaire. Si un genre l'emporte par une différence supérieure, on rétablira la balance à neuf-douze en élisant les neuf premiers candidats du genre minoritaire et en réduisant le nombre des élus de l'autre genre à douze.

b) Parrainage : le parrainage des candidat-e-s par leur comité local de rattachement est vivement encouragé, même s'il n'est pas obligatoire. Il sera mentionné par les candidat-e-s dans leur présentation de candidature.

c) Présentation de candidature : obligatoire pour chaque candidat-e, elle doit comporter des renseignements sur son âge, sa profession, son lieu de résidence, le parrainage éventuel par son comité local. Les autres éléments de la présentation de candidature peuvent notamment concerner les responsabilités déjà exercées au sein d'Attac ou d'autres organisations, les travaux et les publications accomplis, les motivations et les orientations de la candidature.

7-1.3 Représentants des membres fondateurs

Le fonctionnement par « tourniquet » est autorisé (deux membres fondateurs pour un même siège, effectuant chacun une moitié de mandat). Les membres fondateurs doivent également veiller à respecter, pour leur représentants, la règle de parité des genres fixée pour les adhérents directs.

7-3. Fonctionnement

En réunion, le Conseil d'administration désigne un président de séance qui dirige les discussions, assure l'observation des statuts et du règlement intérieur et veille au suivi de l'ordre du jour.

Les adhérents directs et fondateurs à jour de cotisation peuvent assister au Conseil d'administration. Ils peuvent y intervenir à l'invitation du président de séance.

Les procès-verbaux des réunions résument toutes les prises de position des membres élus. Lorsque ceux-ci le souhaitent, leur prise de position sera reproduite intégralement dans le procès-verbal.

7-4 Autres formes de regroupements d'adhérents régis par des chartes
Cet article concerne notamment Attac Campus, coordination formée en 2003, ainsi que les collectivités locales et territoriales membres d'Attac.

ARTICLE 8. Le Bureau

8-4. Lorsque la révocation d'un membre du bureau est envisagée, celui-ci doit être informé des motifs lors d'un conseil d'administration où ce point aura été mis à l'ordre du jour et fera l'objet d'un débat. Si la proposition de révocation est maintenue, la décision sera prise par un Conseil d'administration convoqué à cet effet. L'intéressé aura la possibilité de présenter son point de vue et de répondre aux objections. Le vote aura lieu à bulletins secrets, selon les modalités fixées dans les statuts.

ARTICLE 10. L'Assemblée générale

Organisation du scrutin

- Le corps électoral est composé de tous les adhérents à jour de cotisation à la date de clôture de la liste électorale.
- Le CA nomme une Commission électorale chargée de l'organisation et du contrôle des élections.
- Le CA fixe la date de clôture du corps électoral, en fonction des contraintes techniques

nécessaires pour assurer l'émission de la liste électorale et l'envoi du matériel de vote aux électeurs.

- Pour permettre la participation du plus grand nombre d'adhérents, le vote par correspondance est de droit, complétant le vote physique ou se substituant à lui. Les textes proposés au vote de l'AG, suivant l'ordre du jour établi, doivent donc être communiqués aux adhérents avec le matériel de vote.

10-5. Ordre du jour

Un point sera nécessairement inscrit à l'ordre du jour de l'Assemblée générale si cette inscription est demandée par au moins deux cents adhérents à jour de leur cotisation ou par vingt comités locaux existant depuis plus d'un an.

10-6. Pouvoirs

- L'Assemblée générale se prononce sur les rapports annuels d'activité et de gestion, les textes d'orientation et les résolutions proposés par le CA.

- Les textes d'orientation font l'objet, dans l'association, de débats préalables à leur rédaction définitive.

- Les adhérents peuvent proposer, pour l'Assemblée générale, des contributions qui seront examinées par le Conseil d'administration. Celui-ci peut ou non les intégrer au texte d'orientation ou les soumettre au vote sous forme de résolutions. Une date limite est fixée pour l'envoi de ces contributions. Les auteurs de contributions non adoptées par le CA recevront dans les plus brefs délais une notification dûment justifiée.

- Des vœux peuvent être présentés et votés sur place à l'AG par les adhérents présents ou représentés.

- Dans le cadre de l'AG, le CA organise les assises d'Attac qui portent sur des thèmes particuliers permettant d'approfondir les orientations et actions à venir.

10-9. Modification des statuts

Le Conseil d'administration peut proposer la modification des statuts. Il doit alors présenter aux adhérents un rapport circonstancié et faire élaborer le texte de modification par une commission ad-hoc qu'il désigne à cet effet et qui travaillera en lien avec toutes les instances de l'association. Il se prononce sur cette modification à la majorité des deux tiers, le quorum requis étant de 50 %. Le texte modifié sera proposé au vote des adhérents selon les modalités statutaires.

Les modifications des statuts prennent effet à partir du jour où l'assemblée générale extraordinaire annonce le résultat positif du vote aux membres de l'association et à son Conseil d'administration.

ARTICLE 11. Le Collège des fondateurs

En fonction de l'article 4 des statuts, la désignation de nouvelles personnes physiques est interdite. Seule reste autorisée la désignation de nouvelles personnes morales (syndicats, associations, journaux), à l'exclusion de partis politiques et de leurs organes de presse.

Le Collège des fondateurs peut désigner en son sein un ou plusieurs responsables chargés de son fonctionnement, en particulier la convocation des réunions et leur ordre du jour.

ARTICLE 12. Le Conseil scientifique

Le Conseil scientifique prépare l'Université citoyenne de l'association, en coordination avec le Conseil d'administration, auquel il propose un programme.

ARTICLE 13. Les comités locaux et la CNCL

- La charte des relations entre l'association et les comités locaux fait l'objet de l'annexe 2. Cette charte ne peut être modifiée que par l'Assemblée générale, à la majorité des deux tiers, sur proposition conjointe du Conseil d'administration et des comités locaux.

- Le règlement intérieur de la CNCL fait l'objet de l'annexe 3. Il ne peut être modifié que par la CNCL elle-même, à la majorité des deux tiers des comités présents ou se prononçant par vote électronique ou par correspondance, sur proposition des comités locaux et après avis consultatif du Conseil d'administration.

- Dans les deux cas, aucun quorum n'est requis.